

Fabício Barbosa Maciel

A nova sociedade mundial do trabalho: para além de centro e periferia?

Juiz de Fora

2012

Fabício Barbosa Maciel

A nova sociedade mundial do trabalho: para além de centro e periferia?

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, linha de pesquisa: Cultura, democracia e instituições, da Universidade Federal de Juiz de Fora, com estadia de sanduíche de um ano na Pädagogische Hochschule Freiburg, Alemanha, como requisito parcial para a obtenção do título de doutor.

Orientador: Prof. Dr. Jessé José Freire de Souza

Juiz de Fora

2012

Fabrcio Barbosa Maciel

A nova sociedade mundial do trabalho: para al3m de centro e periferia?

Tese de doutorado apresentada ao Programa de P3s-Gradua3o em Ci4ncias Sociais, linha de pesquisa: Cultura, democracia e institui33es, da Universidade Federal de Juiz de Fora, com estadia de sandu3che de um ano na Pädagogische Hochschule Freiburg, Alemanha, como requisito parcial para a obten3o do t3tulo de doutor.

Aprovada em

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Jess3 Jos3 Freire de Souza (Orientador)
Universidade Federal de Juiz de Fora

Prof. Dr. Rubem Barboza Filho
Universidade Federal de Juiz de Fora

Prof. Dr. Eduardo Magrone
Universidade Federal de Juiz de Fora

Prof. Dr. Carlos S3vio Teixeira
Universidade Federal Fluminense – Niter3i/RJ

Prof. Dr. Frederico Schwerin Secco (suplente)
Universidade Estadual do Norte Fluminense

Dedicado à minha família e a todos os batalhadores do mundo.

AGRADECIMENTOS

A minha mãe, por tudo e pelo apoio especial nos últimos dois anos.

Ao meu pai, pela batalha de sua vida em prol dos filhos.

A minha irmã, pelo companheirismo de sempre.

A minha namorada Lea Risse, por sua presença em minha vida.

Ao meu cunhado Bruno Carvalho, pela amizade e apoio.

Ao Jessé, pela chance e incentivo de sempre.

Ao Roberto Torres e ao Ricardo Visser, pela amizade e parceria de sempre.

Ao Prof. Carlos Sávio Teixeira, pelo incentivo e troca intelectual de sempre.

Aos Professores Rubem Barboza Filho e Eduardo Magrone pela troca intelectual e apoio ao longo do doutorado.

Ao Prof. Brand Arenari, pela amizade e o apoio pessoal no retorno ao Brasil.

Ao Prof. Frederico Schwerin Secco, pela amizade e troca intelectual de sempre.

Ao Prof. Uwe Bittlingmayer, co-orientador alemão, pelo apoio pessoal em Freiburg.

Ao Prof. Boike Rehbein, pela experiência profissional em Berlim.

*“Tem que ter dignidade”,
Fernando,
lavador de carros,
Campos dos Goytacazes/RJ.*

RESUMO

Esta tese apresenta um esboço para uma nova teoria da sociedade mundial do trabalho. Seus principais questionamentos são: (1) ainda vivemos em uma sociedade do trabalho? (2) Podemos teorizar acerca de uma sociedade mundial do trabalho? (3) Existe uma sociedade mundial? (4) Em caso afirmativo, existe uma sociedade mundial modificada? (5) Em que medida as mudanças sociais de tal sociedade, tematizadas por boa parte da sociologia dominante atual, podem ser consideradas meias-verdades e em que medida são fenômenos sociológicos empíricos? (6) A dicotomia centro-periferia ainda pode ser utilizada? Como? O enfrentamento de tais questões se desdobra em seis pontos, organizados nos seis primeiros capítulos da tese. Ou seja, uma nova teoria mundial do trabalho precisa articular teoria e pesquisa empírica a partir dos seguintes pontos: (1) se estamos falando em uma sociedade mundial, não é mais possível realizar uma teoria do trabalho, da classe e da desigualdade restrita aos marcos teóricos e políticos do “nacionalismo metodológico” (Capítulo 1, com Ulrich Beck); (2) esta nova teoria precisa discutir as mudanças sociais do trabalho contemporâneas (Capítulo 2, com Claus Offe, André Gorz e Ulrich Beck); (3) é preciso o enfrentamento das tentativas contemporâneas de substituição do paradigma do trabalho, dentre as quais será debatida a teoria da sociedade do conhecimento (Capítulo 3); (4) uma teoria mundial do trabalho precisa incluir a periferia do capitalismo e sua nova relação com o seu tradicional centro. Para tanto, será debatida a tese da “brasilização do Ocidente”, de Ulrich Beck (Capítulo 4); (5) uma teoria da sociedade mundial do trabalho precisa enfrentar a questão social em sua dimensão global contemporânea, o que será feito a partir da obra de Robert Castel (Capítulo 5); (6) a teoria da sociedade mundial do trabalho precisa ser articulada a uma nova teoria de classes no capitalismo contemporâneo (Capítulo 6). Este capítulo apresenta material empírico qualitativo coletado no Brasil e na Alemanha. Por fim, o capítulo 7 apresenta, em números, coletados de especialistas da sociologia do trabalho, da desigualdade e da classe brasileiras, um breve panorama das mudanças sociais do trabalho no Brasil contemporâneo.

Palavras-chave: Nacionalismo metodológico. Trabalho. Classe. Desigualdade. Centro-periferia.

ABSTRACT

This thesis presents an outline for a new theory of worldwide society of work. The main questions are: (1) Do we still live in a society of work? (2) Can we theorize about a worldwide society of work? (3) Is there a worldwide society? (4) If so, is there a worldwide society changed? (5) To what extent social changes of such society, themed by much of the current dominant sociology, can be considered half-truths and to what extent are empirical sociological phenomena? (6) Can the center-periphery dichotomy still be used? How? The confrontation of such questions is unfolded in six points, organized in the first six chapters of the thesis. That is, a new worldwide theory of the work needs to articulate theory and empirical research from the following points: (1) if we're talking in a worldwide society, it is no longer possible to make a theory of work, of the class and the inequality restricted to the theoretical and political boundaries of the "methodological nationalism" (Chapter 1, with Ulrich Beck); (2) this new theory must discuss social changes of contemporary work (Chapter 2, with Claus Offe, Ulrich Beck and André Gorz); (3) the confrontation of contemporary attempts of replacement of the work paradigm is needed, among which the theory of the knowledge society will be debated (Chapter 3); (4) a worldwide theory of work must include the periphery of capitalism and its new relationship with its traditional heartland. For that reason, the thesis of "brasilization of the West", by Ulrich Beck will be discussed (Chapter 4); (5) a theory of worldwide society of work must face the social issue in its contemporary global dimension, which will be made from the work of Robert Castel (Chapter 5); (6) the theory of worldwide society of work needs to be articulated to a new theory of classes in the contemporary capitalism (Chapter 6). This chapter presents qualitative empirical material collected in Brazil and Germany. Finally, Chapter 7 presents, in collected numbers from experts of the brazilian sociology of work, of inequality and class, a brief overview of social changes of the work in the contemporary Brazil.

Keywords: Methodological nationalism. Work. Class. Inequality. Center-periphery.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO – EM BUSCA DO ESPÍRITO DA ÉPOCA.....	11
2. PARA ALÉM DO NACIONALISMO METODOLÓGICO.....	24
a. A DESIGUALDADE PARA ALÉM DOS ESTADOS-NACIONAIS.....	27
3. O QUE HOVE COM A SOCIEDADE DO TRABALHO?.....	35
a. QUAL RACIONALIDADE? – CLAUS OFFE.....	36
b. IMATERIAL OU INFORMAL? – ANDRÉ GORZ.....	47
c. RISCO? PARA QUEM? – ULRICH BECK.....	64
4. EXISTE UMA SOCIEDADE DO CONHECIMENTO?.....	69
a. DO TRABALHO AO CONHECIMENTO?.....	70
b. PARADIGMAS ALTERNATIVOS AO TRABALHO.....	77
c. UMA ECONOMIA DO CONHECIMENTO?.....	86
5. O QUE É “BRASILIZAÇÃO DO OCIDENTE”? UMA CRÍTICA A ULRICH BECK.....	90
a. BRASILIZAÇÃO OU NOVA OCIDENTALIZAÇÃO?.....	98
b. BRASILIZAÇÃO OU NOVA LEGITIMAÇÃO DA EUROPA?.....	115
6. ROBERT CASTEL E A NOVA VULNERABILIDADE MUNDIAL.....	119
a. EXCLUSÃO OU DESFILIAÇÃO SOCIAL?.....	122
b. A NOVA QUESTÃO SOCIAL GLOBAL.....	133
7. O QUE AS “NOVAS CLASSES MÉDIAS” TÊM A DIZER?.....	153
a. A NOVA SOCIEDADE MUNDIAL DE CLASSES.....	159
b. A AVENTURA INVENTIVA DOS “BATALHADORES”.....	168
i. A inventividade explícita do artesão.....	170
ii. A inventividade implícita do feirante.....	174
c. AS NOVAS ARMAS DA VELHA CLASSE MÉDIA.....	178
i. Consultorias: a renovação da velha classe média.....	179
ii. Capital social: o segredo da velha classe média.....	185
d. UM NOVO CONFLITO DE CLASSES?.....	188
8. OS DADOS DA MUDANÇA SOCIAL NO BRASIL.....	196

a. DADOS DA SOCIOLOGIA DO TRABALHO, DA ESTRATIFICAÇÃO E DAS CLASSES.....	197
9. CONCLUSÃO – ESTADOS DE CRISE OU CRISES DE ESTADOS?.....	208
10. BIBLIOGRAFIA.....	214

INTRODUÇÃO – EM BUSCA DO ESPÍRITO DA ÉPOCA

A busca pelo “espírito da época” sempre foi uma das principais marcas da sociologia. Atualmente, não é diferente. Várias são as perspectivas que hoje disputam a definição do

mundo. Parece que agora, como nunca antes, a confusão é maior do que jamais foi na história da disciplina. Durante o século XX, predominou a definição do capitalismo como sinônimo de sociedade industrial, do trabalho e da classe. Como sempre, a ciência vive da luta entre paradigmas. Entretanto, nenhum outro conceito, na sociologia, parece ter predominado diante da idéia, hoje extinta, de sociedade industrial. Esta idéia faz parte de uma perspectiva etapista, desenvolvimentista e evolucionista, que dominou as ciências sociais no século XX. Nesta direção, teríamos vivido primeiro o capitalismo comercial, depois o industrial e, por fim, o capitalismo financeiro ou do conhecimento, conceitos estes que se encontram hoje dentre os principais concorrentes para a definição de nosso “espírito da época”.

Não conheço nenhum autor influente que tenha deixado de falar em capitalismo. O fim do socialismo real é o dado empírico que parece eternizar a forma de economia capitalista, o que não permite o assassinato de seu correspondente conceito. Apenas Peter Drucker, cânone da teoria das organizações e da administração, propôs a substituição do conceito de capitalismo pelo de “sociedade pós-capitalista” (DRUCKER, 1994). Durante o século XX, capitalismo sempre foi sinônimo de sociedade do trabalho e de classes, associação esta realizada principalmente pela tradição marxista.

Atualmente, o dado inegável da globalização da economia impõe o desafio que talvez seja o maior da história das ciências sociais: trata-se exatamente de se redefinir o espírito da época. Falamos em espírito, pois toda a vida econômica e social possui um significado, formas de reprodução simbólicas e morais que se articulam às relações materiais da vida. Este é um traço universal da humanidade. Talvez, como nunca antes, as ciências sociais vivem hoje uma competição singular entre conceitos para o novo tempo. A própria idéia de globalização é uma delas, talvez a mais poderosa e, por isso mesmo, a mais vaga. O conceito é utilizado principalmente, mas não apenas, para definir a transnacionalização do capital financeiro, bem como seus efeitos em termos de exclusão nos quatro cantos do mundo. Por outro lado, fala-se também em globalização cultural, conceito este menos importante para a discussão desta tese.

Outro traço histórico das ciências sociais é a demarcação de datas ou períodos de transição. É quase consenso que o início do século XX é a data de nascimento da sociedade industrial. Agora, algumas datas também disputam a definição de seu atestado de óbito. Alguns se referem às crises do petróleo, durante a década de 70, como marco inaugurador de uma nova era. Outros se referem à invenção da internet, nos fins dos anos 60, como marco inaugurador da nova sociedade do conhecimento ou da informação. Para a literatura discutida nesta tese,

parece que os anos 70 são um consenso, enquanto marco definidor do advento de um novo tempo. Autores como André Gorz, Ulrich Beck, Claus Offe e Robert Castel identificam nesta década um processo de decadência da então sociedade do trabalho, numa narrativa européia, cujos efeitos passam a ser vistos de forma empírica nos anos 80.

Outra tentativa de definição de um novo marco de transição na história do capitalismo é o fim do socialismo real, tendo a queda do muro de Berlim como principal fenômeno simbólico. Ele representa o fim de uma ordem mundial bipolar, marcada pela conhecida história da guerra fria. Com isso, a ciência social dominante, nos anos 90, procura imediatamente oferecer outro nome para a realidade social do mundo contemporâneo. Dentre eles, parece que o conceito, talvez mais midiático do que científico, de “nova ordem mundial”, é o mais poderoso. Estamos tratando aqui de literaturas paralelas, que procuram oferecer nomes diferentes a fenômenos semelhantes, o que em boa parte pode ser explicado pelo nacionalismo metodológico (conceito este que discutiremos no capítulo 1) de países influentes nas ciências sociais, como os Estados Unidos, a Alemanha e a França. Definir o mundo significa poder, tanto para dentro quanto para fora dos declarados extintos ou enfraquecidos Estados-nacionais.

Outro conceito, irmão bastardo do de nova ordem mundial, é o de “nova ordem multipolar”. A idéia central de ambos é que vivemos agora em um mundo de poder descentrado, cuja hegemonia das então poderosas nações do Atlântico Norte é ameaçada pelas ditas economias emergentes, e na mídia oficial o grande inimigo é a China. Nos anos 90, a idéia do advento de um neoliberalismo com poderes sem precedentes, como efeito da década anterior, e cujo marco de transição simbólico são os governos de Ronald Reagan e Margareth Thatcher, também ganha força, principalmente em uma literatura marxista que procura mostrar a radicalização da desigualdade mundial na dita nova ordem “descentrada”.

Não por acaso, o conceito de “multiculturalismo”, tanto na academia quanto na grande mídia, na esfera pública e no senso comum ganha força sem precedentes. Ele parece ser o outro lado da moeda teórica e política, no novo jogo de poder econômico e político internacional, dos conceitos irmãos de “nova ordem mundial” e “nova ordem multipolar”. Enquanto estes procuram dar conta do que Habermas chamaria de “sistema”, ou seja, as dimensões políticas e econômicas da vida, a idéia de multiculturalismo é, implícita ou explicitamente, o carro-chefe da compreensão do que Habermas chamaria de “mundo da vida”. Enquanto a nova ordem mundial seria uma reformulação no jogo de forças econômico e político mundial, o multiculturalismo seria o formulador da mesma perspectiva na dimensão da cultura.

A aparente confusão teórica, escondida no conceito mágico e elástico de globalização, no fundo apresenta uma coerência. O espírito da época, e com este termo gostaria de ressaltar que se trata, sobretudo, de “definição da época”, é marcado por conceitos concorrentes a paradigmas dominantes, cuja razão talvez seja explicada pela luta de poder dentro do campo acadêmico mundial, fragmentado pelo nacionalismo metodológico. É claro que existe debate acadêmico e alguns pesquisadores sérios já confrontaram os conceitos citados aqui. Mas o que parece predominar é algo que Pierre Bourdieu (2001) já havia percebido em seu tempo: os grandes definidores da época se ignoram mais do que se enfrentam e o motivo disso é a busca pelo poder (SOUZA, 2006).

A imposição de um conceito novo, enquanto paradigma dominante, significa mais financiamento para pesquisas internacionais e mais influência política, ou seja, significa o poder de definir o espírito da época. Em nossos tempos, parece que esta lógica se radicaliza, pois a guerra política e teórica agora é, dentre os grandes e influentes autores do Atlântico Norte, assumidamente ou não, a partir do paradigma da globalização. Os grandes autores não podem mais apenas definir a singularidade de suas histórias nacionais. Eles precisam definir o mundo. Aqui, a guerra conceitual reproduz a guerra política e econômica internacional. E mais: ela é decisiva na conquista e na manutenção de poderes políticos e econômicos nacionais, ainda que a dimensão da política seja, para muitos autores, declarada morta pelo novo espírito da época. Defrontamo-nos aqui com uma dificuldade central, que a literatura específica desta tese procurará enfrentar dentro da literatura sobre o fim da sociedade do trabalho e seus pretendentes substitutos, sendo eles o da “sociedade do conhecimento” o que recebeu mais atenção na pesquisa que guiou a elaboração desta tese.

A dificuldade a que me refiro trata da ambigüidade e da condição de meia-verdade que marca a obra de todos os grandes pensadores que procuram definir o espírito de sua época. Pensar assim pode nos ajudar a não ser nem cientificistas e nem ideólogos. No primeiro caso, ser cientificista significa ser fiel a uma das correntes teóricas, decorrente de autores e conceitos dominantes que buscam definir o novo tempo, mesmo que se tente criticá-la. Ou seja, ficar restrito dentro de uma literatura específica, que corresponde à filiação exclusiva a partes do campo acadêmico, tornadas bem claras, por exemplo, nos grupos de trabalhos dos congressos acadêmicos. Isso é a citada fragmentação do conhecimento, percebida por Pierre Bourdieu (2001) e adaptada por Jessé Souza (2006) em sua crítica ao pensamento dominante brasileiro, ou seja, ao nosso nacionalismo metodológico.

No segundo caso, não se tornar um mero ideólogo, filiado a igrejinhas pseudo-críticas e pseudo-esquerdistas significa compreender que todo grande autor tem algo importante a dizer sobre o seu tempo. Isso é um princípio científico básico e se explica objetivamente pelo poder de influência de um grande autor, o que em si já é um dado que deve ser investigado. Como melhor exemplo neste ponto, considero a obra de Ulrich Beck, autor alemão vivo mais influente de nosso tempo. Seu poder tem que ter um porquê. Apenas isso já nos obriga a enfrentar a obra do autor. É claro que toda pesquisa de doutorado precisa fazer escolhas. Ele é o autor mais utilizado e mais criticado em minha tese, mas não apenas pelo dado em si de seu poder, ou seja, pela pergunta acerca do porquê da influência de sua obra, mas também por tratar especificamente dos temas que eu decidi estudar em meu doutorado.

No fundo, estou tratando aqui de um mesmo movimento: não ser cientificista e não ser ideólogo são dois lados da mesma moeda de uma escolha que acredita na objetividade do conhecimento. Neste sentido, não existem autores revolucionários e conservadores, ainda que possamos ter nossas opiniões. Por exemplo, eu considero conservadores, por motivos pessoais, todos os autores que serão enfrentados nesta tese. Por outro lado, o princípio científico me permite admitir que eles enfrentaram e propuseram análises e soluções acerca do nosso espírito da época, no geral, e acerca do tema do trabalho, que investigo aqui, em particular. Logo, é objetivo meu enfrentamento a eles, independente de minha opinião.

Em meio a várias confusões teóricas e grandes autores que muitas vezes se ignoram simplesmente por fidelidade ao nacionalismo metodológico, podemos arriscar dizer que existe uma linguagem dominante em nosso tempo, talvez desde os anos 80: trata-se da combinação “fim-pós”. Como nunca antes, a ciência social mundial dominante já declarou, de um lado, vários “fins” e, de outro, vários “pós”. No primeiro caso, trata-se de perspectivas como as do fim da história, fim da sociedade de classes, fim das sociedades do trabalho, fim das grandes narrativas, fim da capacidade de crítica da sociologia, fim das sociedades nacionais, fim do socialismo real, fim do capitalismo é até mesmo o fim do humano. Esta declaração sociológica do apocalipse é bem sintomática para a discussão que encaminharemos nesta tese.

Por outro lado, muitas vezes dizendo a mesma coisa com outros nomes, temos também a onda “pós”: pós-nacional, pós-moderno, pós-tradicional, pós-industrial, pós-colonial, e por aí vai. Trata-se de uma época sem definição, na qual o conceito de globalização, ainda capenga, parece dar conta da lacuna de uma definição mais precisa e específica sobre o espírito da época.

Quanto ao fim da história, poucas vezes escutei algo tão vago e infrutífero sociologicamente. A ideologia do fim das classes sociais será enfrentada no capítulo 6 da tese. A outra ideologia, sua irmã, a do fim das sociedades do trabalho, será enfrentada ao longo da tese e articulada a falácia do fim das classes sociais. Quanto ao fim das grandes narrativas, temos uma meia-verdade. A fragmentação do conhecimento em estudos de caso, inclusive em “estudos de caso nacionais”, outro nome que poderíamos oferecer para o nacionalismo metodológico, é algo que se confirma e deve ser superado. Quanto ao fim da capacidade de crítica da sociologia, como para Boltanski (2005), me soa como desistência da própria sociologia em relação à disposição crítica. A nebulosidade da nova sociedade mundial confunde, não permite ver em que medida ainda existem Estados-nacionais, e então se “joga a toalha” e se diz que o capitalismo engoliu todas as críticas.

Concordamos com o fim das sociedades nacionais, e em seu lugar procuraremos apresentar uma idéia de uma sociedade mundial e, além disso, uma sociedade mundial do trabalho e da classe. O fim do socialismo real é um dado parcial, se este termo se referir ao fim da guerra fria com a abertura da Rússia como economia capitalista. Em vários cantos do mundo existem pequenas formas de socialismo que a sociologia não tem tido fôlego ou vontade de investigar. Falar em fim do capitalismo é algo curioso. Peter Druker acredita que a sociedade do conhecimento não é capitalismo. Curioso mesmo. Esta ainda é uma sociedade que reproduz a lógica marxista de exploração-distribuição-investimento, apenas com um papel do conhecimento especializado ganhando força maior. Isso é muito pouco para declarar o fim do capitalismo. Quanto ao fim do humano, aí já é demais. Uma das ondas das teorias da “sociedade da informação” é a de que vivemos na era virtual, e de que as manipulações científicas podem transformar cientistas em deuses. Ainda estamos longe disso. Por mais que as máquinas substituam paulatinamente a mão de obra humana, por exemplo, basta caminhar alguns minutos em qualquer grande cidade do mundo para ver que o que move a vida ainda é a ação humana, através do trabalho. Aqui, a ficção científica dos filmes de Arnold Schwarzneger já ganha espaço dentro da sociologia.

A perspectiva “pós” é a mesma patinação teórica em outros termos, salvas algumas exceções, das declarações do fim do mundo teórico. Concordamos com o pós-nacional, e ao longo da tese deixaremos claro o porquê. A instauração sem precedentes do mercado-auto regulado, através de atores transnacionais, torna cada vez mais difícil falar em sociedades ou em identidades nacionais. Quanto ao pós-moderno, este me parece uma aberração do mesmo

nível da perspectiva pós-capitalista. Grandes autores, muitas vezes, por oportunidade midiática, procuram inventar o novo, como se vivêssemos algo totalmente diferente do que nossos pais viveram. Esta tese procura mostrar que ainda somos “como nossos pais”, porém com algumas modificações fundamentais nas formas de reprodução material e nas formas de vida simbólicas.

O pós-moderno é uma das principais ondas intelectuais do momento. Zygmunt Bauman é seu principal representante, mas a onda muitas vezes é reproduzida explicitamente, mesmo por teóricos marxistas, como David Harvey (2005), e outras vezes de forma implícita. A modernidade líquida de Bauman (2000) parece esquecer que as formas de reprodução da vida social são sólidas, ainda que modificadas, como veremos, pelas mudanças sociais na lógica mundial do trabalho contemporânea. Ainda que a idéia central do autor seja a fluidez das relações contemporâneas, não há nada de “líquido” na nova dominação internacional do capital financeiro, a não ser a “liquidez” de seus lucros. Ademais, falar em pós-moderno exigiria provar que vivemos em uma sociedade *totalmente* diferente daquela percebida por Max Weber (1905), na qual a racionalização do mundo e a dominação da natureza sem limites, bem como o abandono das trajetórias individuais nas costas dos próprios indivíduos, são coisas do passado. O esboço de uma teoria da nova sociedade mundial do trabalho, nesta tese, mostrará que tais traços da modernidade são hoje globalizados e radicalizados, porém, não superados. Logo, sem chance falar em uma era *totalmente* nova.

Quanto ao pós-tradicional, perspectiva de Habermas (1998), me parece também pouco produtiva sociologicamente, ainda que seja praticamente sinônimo de pós-nacional. O trabalho clássico do weberiano Reinhard Bendix (1996 [1964]) já tematizara que a dicotomia tradicional-moderno nada mais é do que uma das principais invenções teóricas e políticas do moderno, assim como se tenta agora fazer a mesma coisa, se inventando o pós-moderno. Sem contar o tom sofisticadamente evolucionista do pós-tradicional. Não por acaso, a teoria de Habermas como um todo, em sua busca da superação do materialismo histórico, com sua teoria da ação comunicativa, se torna o pai desnaturado do alarde apocalíptico do fim das sociedades do trabalho e da classe.

Quanto ao pós-industrial, declarado desde Daniel Bell (Bell apud Bittlingmayer, 2005), cânone da teoria da modernização americana, este sim nos interessa, pois seu teor evolucionista precisa ser criticado e, como mostraremos ao longo da tese, não faz sentido falar nem em pós-industrial nem em qualquer outra era definida apenas por uma das formas de produção capitalista, pois elas sempre conviveram hierarquizadas na história do capitalismo. As

modificações e efeitos radicalizados em termos de desigualdade social mundial desta hierarquia é outro dos pontos centrais enfrentados ao longo da tese.

Por fim, o pós-colonial¹ tem algo a dizer, pois contribui para a compreensão na mudança de forças no jogo político-econômico internacional. Sua contribuição crítica seria maior, não fosse o detalhe de resvalar para a teoria do multiculturalismo, cujo teor relativista é a face oculta das teorias da nova ordem mundial e da nova ordem multipolar. Seria a teoria da mudança cultural, no mundo da vida, que confirmaria as mudanças econômicas e políticas, ignorando que toda mudança na verdade é antes de tudo social. Uma olhada na obra de Stuart Hall (1992) pode confirmar esta perspectiva.

Olhando bem, o caos teórico dominante em nosso tempo nem sempre é tão incoerente assim. Semanticamente, se observarmos pequenas diferenças em certas teorias, veremos que elas compõem uma divisão do trabalho acadêmica, implícita e articulada ao novo tipo de dominação do capital financeiro criticado nesta tese. Um pequeno exemplo: não estariam as teorias do *multiculturalismo*, da nova ordem *multipolar* e de outra velha conhecida de nossa academia brasileira, a teoria das modernidades *múltiplas* (Eisenstadt, 2002) dizendo a mesma coisa? Assim, a onda “multi” é outra das viseiras ideológicas e políticas que impedem a tematização da nova forma de dominação do capital financeiro que se impõe na nova sociedade do trabalho mundial.

Diante deste panorama geral, podemos agora apresentar o objetivo central desta tese, bem como sua localização dentro do caos teórico dominante. Não pretendemos usar os conceitos de sistema, nova ordem ou globalização, como centrais para a busca de definição do espírito da época. O conceito de sistema é um dos mais dominantes de nosso tempo. Falamos nele sem pensar. Falamos em sistema capitalista como uma definição já eternizada. Niklas Luhmann (1995) é o principal autor do conceito, mas não tem uma teoria sobre a sociedade mundial contemporânea. Por outro lado, Wallerstein (1976), uma espécie de Luhmann de esquerda, que considero mais crítico, pela vantagem de viver a sociedade mundial e de seu conceito de economia-mundo, que nos auxiliará ao longo da tese, também tem uma teoria dos sistemas, mas que também não será enfrentada “sistematicamente”.

¹ Stuart Hall e Frantz Fanon talvez sejam os principais representantes desta perspectiva.

Quanto ao conceito de globalização, utilizado por milhões de autores, de diversas formas, também não será o mais preciso para os nossos objetivos. Ulrich Beck é um dos autores que utiliza e tenta criticar o conceito e que será enfrentado nos capítulos 2 e 4. Muito menos nos guiaremos pelo conceito de nova ordem, talvez mais midiático do que sociológico. Precisamos de uma nova idéia de sociedade, mundial, e o objetivo central desta tese é apresentar um esboço de uma nova sociedade mundial do trabalho, e não de qualquer outra coisa. Por que falar simplesmente em sociedade, não mais nacional, mas sim falar em uma sociedade mundial?

Para os clássicos da sociologia, a idéia de sociedade é a mais fundamental e por isso mesmo a mais difícil de compreender e a que mais se transforma em senso comum. Pode-se chamar qualquer grupo de relações humanas de sociedade. Entretanto, a idéia sociológica de sociedade pressupõe que todas as pessoas estão de alguma maneira interligadas em formas de vida objetivas. Para Marx, o conflito conectava as pessoas, as transformavam em uma sociedade. Para Durkheim (2008), a divisão do trabalho social conecta as pessoas objetivamente, para além de suas vontades pessoais. Para Max Weber (1999), as formas de dominação, diferentes ao longo da história, sempre conectaram as pessoas. Assim, queremos continuar com o conceito de sociedade.

Por que falar em uma sociedade mundial? A meia verdade das teses da sociedade da informação (CASTELLS, 2010) e da sociedade do conhecimento pode nos ajudar neste aspecto. Grande parte da população mundial está conectada online (CASTELLS, 2010). Isto significa relações sociais, ou seja, vida em sociedade. Além disso, vivemos uma economia global e uma divisão do trabalho internacional, o que atualiza a idéia de sociedade dos clássicos da sociologia. Não existe ação humana, privada ou no trabalho, que não seja de alguma forma influenciada pela ação do capital financeiro internacional. Todas as pessoas do mundo estão conectadas a um mercado mundial, ou sofrendo um processo de não pertencimento a ele. Logo, trata-se de uma sociedade mundial.

Por que falar em uma sociedade mundial *do trabalho*? Este é o ponto mais importante da tese e por isso será agora brevemente apresentado na forma como será enfrentado em cada capítulo da tese. Minha proposta teórica para a contribuição a um novo paradigma de uma nova sociedade mundial do trabalho se divide em seis aspectos, que serão apresentados em forma de capítulos, e se reforça com dados empíricos, qualitativos e quantitativos, sendo os primeiros apresentados no sexto capítulo e os segundos no sétimo.

1 – a idéia de uma nova sociedade mundial do trabalho precisa de uma nova perspectiva epistemológica, que não se restrinja à tradicional metodologia das histórias nacionais, predominante no século XX. Esta tentativa será enfrentada no capítulo 1 da tese, a partir da crítica ao nacionalismo metodológico, realizada por Ulrich Beck (2008), e de uma adaptação de seu conceito de “cosmopolitismo metodológico”. O próprio Ulrich Beck será criticado por reproduzir, desde sua principal teoria, a da “sociedade do risco” (1986), o mesmo nacionalismo metodológico que tentou criticar, direcionado principalmente à sociologia da desigualdade dominante no século XX.

2 – Se estamos falando em uma nova sociedade mundial, do trabalho, precisaremos admitir e apresentar algumas mudanças sociais nas formas de produção e reprodução do trabalho contemporâneo, o que será realizado no capítulo 2. Os autores enfrentados para este objetivo serão: Claus Offe (1994), por seu conhecido questionamento sobre o fim da categoria trabalho como chave central para a sociologia contemporânea; André Gorz (2004), por sua análise sobre a transição do Fordismo para o Pós-Fordismo e por sua proposta de substituição da idéia de sociedade do trabalho pela idéia de sociedade do conhecimento ou do “imaterial” (2005); Ulrich Beck (1986, 2007), por seu enfrentamento direto ao tema do trabalho incluindo a periferia do capitalismo em seu raciocínio e a tematização do advento global do trabalho precário e informal.

3 – Se quisermos sustentar uma idéia de sociedade do trabalho, precisaremos enfrentar seus inimigos, ou seja, as propostas contemporâneas que se apresentam como tentativas de novos paradigmas alternativos ao de sociedade do trabalho. No capítulo 3, veremos como a teoria da sociedade do conhecimento é uma destas principais tentativas, talvez a mais poderosa. Para tanto, esboçamos a crítica a Claus Offe e principalmente a André Gorz, bem como a Nico Stehr (1994), atualizador de Daniel Bell, na Alemanha, nos anos 90. Por fim, refletiremos sobre a idéia de uma economia do conhecimento, a partir da recuperação deste conceito, na obra de Bourdieu, por Uwe Bittlingmayer (2005), meu co-orientador alemão, na tentativa de criticar a teoria da sociedade do conhecimento.

4 – Uma nova teoria mundial do trabalho precisa rever a relação centro-periferia, e considero este o ponto alto da tese. Durante o século XX, a teoria dominante foi a de que o capitalismo estabeleceu uma hierarquia entre Estados-nacionais, centrais e periféricos, o que sempre se explicou pelas histórias nacionais, por diferenças culturais, e pela perspectiva do século XX enquanto efeito do colonialismo e imperialismo do século XIX. Hoje, duas meias-

verdades, como faces da mesma moeda conceitual, política e midiática, se apresentam como dado empírico que nos obriga a uma atualização, para além do nacionalismo metodológico, da teoria da divisão internacional do trabalho. A primeira é o advento das economias emergentes, que para Wallerstein (1976) seriam os sistemas semi-periféricos. A segunda é o fim do pleno emprego em países do Lado A da Europa, como Alemanha e França. Para tanto, a obra de Ulrich Beck é a mais emblemática, pois sua tese da “Brasilização do Ocidente”, criticada no capítulo 4, apresenta a ambigüidade de, ao mesmo tempo, tentar tematizar uma nova sociedade mundial do trabalho, através do advento do trabalho informal na Europa como ponto de partida, ao mesmo tempo em que atualiza o culturalismo e nacionalismo metodológico que mantém a hierarquia conceitual entre centro e periferia.

5 – Uma teoria mundial sobre o trabalho precisa enfrentar o problema da desigualdade mundial, bem como apresentar uma possibilidade de análise de como esta desigualdade se reproduz por critérios transnacionais. No capítulo 5, recuperaremos a crítica de Robert Castel ao conceito de exclusão, geralmente articulado de forma imprecisa ao de globalização, bem como sua contra-proposta, com o conceito de desfiliação social. Esta parte da tese nos permitirá articular a meia-verdade fundamental a ser criticada nesta tese: as economias emergentes não são motivo de celebração, por um lado, e a crise europeia também não é tão grande quanto a mídia e a ciência oficial nos apresentam. A importância deste ponto reside também no fato de que a relação centro-periferia precisa ser revista, mas não abandonada, uma vez que o desemprego e o trabalho precário são fenômenos conjunturais e novos no centro do capitalismo, enquanto que sempre foram estruturais em sua periferia. Nesta tese, no geral, capitalismo e sociedade do trabalho e das classes voltam a ser sinônimos.

6 – A nova teoria mundial do trabalho precisa rearticular os temas do trabalho e da classe, fragmentados por questões de poder no campo acadêmico. Esta rearticulação significa que capitalismo, sociedade do trabalho e sociedade de classes são sinônimos. Para este objetivo, o capítulo 6 é dedicado ao tema das classes e busca uma recuperação de sua centralidade, perdida tanto na teoria dominante do centro quanto da periferia. O material empírico da pesquisa intitulada “Os batalhadores brasileiros”, coordenada por Jessé Souza em todo o Brasil e na qual tomei parte será parcialmente mobilizado e articulado ao esboço de uma nova teoria do trabalho mundial. Em complemento, além de criticar assassinos explícitos e implícitos da teoria de classes, o capítulo também mobiliza uma pesquisa empírica que realizei em minha estadia de doutorado em Freiburg, em 2011, com brasileiros de classe média doutorandos na

Alemanha. Estes dois materiais empíricos, do Brasil e da Alemanha, compõem a metodologia qualitativa da tese e contribuem para mostrar que uma nova teoria de classes transnacional é fundamental para a construção de uma nova teoria mundial do trabalho.

Por fim, no capítulo 7, serão apresentados dados numéricos, extraídos das sociologias da classe, da estratificação e da desigualdade brasileiras, na forma de um panorama geral da mudança social do trabalho no Brasil contemporâneo. Estes serão compreendidos como efeitos das mudanças sociais na sociedade do trabalho mundial e da reconfiguração de forças políticas e econômicas entre o centro e a periferia do capitalismo contemporâneo. Este capítulo final apresenta a metodologia quantitativa de minha tese, que muito contribui para o reforço do argumento geral de que vivemos em uma nova sociedade mundial do trabalho e da classe, na qual a desigualdade social foi radicalizada pela atual dominação sem precedentes do capitalismo financeiro transnacional.

Uma última palavra: a busca pelo espírito da época exige uma decisão que vai ficar clara ao leitor, na medida em que for identificando os autores escolhidos pela tese para serem enfrentados: em alguma medida, é preciso matar os clássicos da sociologia. O que isso significa? Os clássicos definiram o espírito de *sua* época e naturalmente lançaram luzes sobre a modernidade, como uma nova era, e sobre o modo de produção capitalista, como o funcionamento desta era. Agora, os autores aqui enfrentados estão vivos (exceto Gorz, mas que morreu há pouco, e viveu a transição para o Pós-Fordismo), presenciando as mudanças sociais da nova sociedade do trabalho e, espero conseguir mostrar isso, atualizando os clássicos. Em outros termos, seria impossível definir a mudança social global contemporânea apenas com Marx, Weber e Durkheim (ou Sombart e Simmel). Por outro lado, eles estão reencarnados nos autores vivos aqui debatidos, do contrário, não seriam os clássicos.

Em alguma medida, podemos dizer que André Gorz é um novo Marx. Ele é o grande autor que tentou atualizar a teoria do valor, mas não a partir do trabalho, e sim a partir do conhecimento. Além disso, ousou esboçar uma ontologia do imaterial em lugar da até então imbatível ontologia do material, de Marx. Castel, reproduzindo claramente a tradição francesa, seria a reencarnação de Durkheim, preocupado com a coesão social, mas presenciando a precariedade que seu antepassado não viu. Também seria um “avatar” de Foucault, pela impressionante reconstrução histórica das formas de desfiliação social e de delinqüência que variaram desde os tempos dos clássicos até agora. Ulrich Beck é um caso específico, seria a reencarnação de Max Weber, pois sua tese da sociedade do risco nada mais é do que a

tematização da radicalização do racionalismo da dominação da natureza. Ele tematiza o limite que Weber previu. Claus Offe também pode ser considerado um neto de Weber, pois a preocupação com a racionalização do capitalismo, vista pelo avô, agora é atualizada diante da queda do *Welfare State*, não vivido por seu antepassado.

Esta pequena digressão, que tomei a liberdade de fazer, servirá a apenas um objetivo: mostrar como o nacionalismo metodológico existe, ou seja, como os autores de vanguarda contemporâneos reproduzem em grande parte, para pensar o presente, várias categorias analíticas de seus antepassados em seu pensamento social nacional. O que todos herdam dos mortos: a tentativa de definir o presente e prever o futuro. Com isso os mortos se eternizam, se reencarnam, só que, nesta tese, esta reencarnação não permitirá nenhum nacionalismo metodológico. Talvez Marx tenha sido o único clássico que escapou do nacionalismo metodológico. Pelo contrário, em seu livro de juventude *A ideologia alemã* (2007, edição recente), ele faz talvez o mais belo acerto de contas da história, com sua própria tradição nacional. Em alguma medida, faremos o mesmo com a tradição sociológica do século XX, ironicamente de predominância marxista, sobre a sociologia do trabalho. Agora, creio estarmos prontos para a leitura do capítulo 1.

CAPÍTULO 1 – PARA ALÉM DO NACIONALISMO METODOLÓGICO

Este capítulo apresenta ao mesmo tempo uma discussão teórica e epistemológica. O pressuposto é que uma teoria contemporânea sobre o trabalho não pode mais se restringir aos marcos cognitivos e epistemológicos do nacionalismo metodológico. O principal autor a guiar esta discussão é Ulrich Beck. Desde os anos 90, ele vem procurando desconstruir os limites empíricos e teóricos do que vem definindo como nacionalismo metodológico. Com esta ideia ele procura criticar os limites cognitivos, políticos, teóricos e empíricos de toda a sociologia da desigualdade dominante. Recuperaremos aqui seu pensamento de modo a apontar uma ambigüidade específica: ao mesmo tempo em que se apresenta como potencial crítico para toda a sociologia da desigualdade, e assim contribui para a possibilidade do desenvolvimento crítico deste campo específico da sociologia, ele também apresenta limites políticos e ideológicos que

permitem questionar se ele mesmo consegue escapar do que vem chamando de nacionalismo metodológico.

Uma teoria geral sobre o trabalho não deixa de ser uma teoria sobre a desigualdade. Também pode ser uma contribuição decisiva para uma nova teoria geral de classes. Os três temas na verdade só se separam devido à alocação dos campos de poder e das áreas de pesquisa específicas dentro do sistema acadêmico. Assim percebia Pierre Bourdieu (2001) a fragmentação do conhecimento acadêmico como um dos principais empecilhos a uma compreensão abrangente dos fenômenos sociais. Um dos principais motivos que fazem de Ulrich Beck merecedor de atenção em sua obra é que, em alguma medida, ainda que de forma esparsa ao longo de livros diferentes, ele procurou refletir sobre as principais mudanças sociais no mundo contemporâneo debatendo com os três temas: o trabalho, a classe e a desigualdade. Sua crítica ao nacionalismo metodológico, dirigida mais especificamente ao campo específico em torno da sociologia da desigualdade, também pressupõe uma nova agenda de pesquisa para os temas do trabalho e da classe com perspectivas novas e não mais restritas às dimensões institucionais, políticas e econômicas dos Estados nacionais.

Desde seu primeiro livro de grande influência, *Risikogesellschaft* (1986) Ulrich Beck vem criticando os padrões específicos da análise de classe com o desenvolvimento da ideia de um individualismo radicalizado, no período contemporâneo do capitalismo que ele designa como “modernidade reflexiva” e “segunda modernidade”. A modernidade reflexiva é aquela que reflete sobre seus próprios pressupostos, marcada por um desdobramento tecnológico e científico que subjugou a natureza até o seu limite. Este é um ponto fundamental que diferencia a atual fase do capitalismo, a segunda modernidade, da sua fase anterior, que ele e muitos outros definem como “sociedade industrial”. A sociedade industrial foi marcada fundamentalmente pela produção de necessidades. A modernidade reflexiva é marcada principalmente pela produção de riscos, devido ao desdobramento sem limites do racionalismo de dominação da natureza analisado por Max Weber. Por isso ele define o mundo contemporâneo como “sociedade de risco”.

A crítica ao nacionalismo metodológico deve ser situada dentro deste panorama geral da obra de Ulrich Beck, pois tudo o que ele produziu depois é desdobramento da ideia de sociedade de risco, e que hoje ele intitula já como sociedade mundial de risco. Esta tese não nega o dado evidente da produção de necessidades e de desigualdades no capitalismo. Pelo contrário, procura ir além. A produção de necessidades e de desigualdades continua, porém

atrelada e subjugada à produção de risco. A produção de necessidades durante o período industrial sempre foi produção de risco, porém risco mais para os necessitados. Hoje a produção de risco é global e ameaça também a Europa, berço da realização social mais perfeita da história do capitalismo, o *Welfare State*, e que agora não existe mais, pelo menos não mais de forma perfeita em países como a Alemanha e a França. A chegada do trabalho informal e da precariedade como situação individual cada vez mais previsível e possível para uma parcela cada vez maior da população destes países, considerados até então como centro do capitalismo, fez com que boa parte da literatura dominante passasse a questionar a inquestionável situação de bem-estar social.

Também a questão do trabalho foi enfrentada por Ulrich Beck desde o *Risikogesellschaft*. Ele dedicou neste livro um capítulo sobre as alterações estruturais na atividade de trabalho remunerado na Alemanha. Posteriormente, em livro intitulado *Schöne neue Arbeitswelt* (Admirável novo mundo do trabalho, 2007) a questão foi desenvolvida a partir da provocante tese da “Brasilização do Ocidente”. O ponto de partida fundamental é a constatação da chegada massiva do trabalho informal e precário na Europa e especialmente na Alemanha. Como outros intelectuais do centro do poder acadêmico, a questão inquietante passa a ser sobre o que está acontecendo no centro do capitalismo mundial, ou seja, o que deu errado na produção mundial do capitalismo. A tese é inquietante e se apresenta como um bom ponto de partida para qualquer discussão que busque desenvolver uma nova teoria contemporânea do trabalho. A virtude inicial desta tese é trazer a periferia para o debate. A brasilização do Ocidente significa a chegada do trabalho informal e precário na Europa. Desde o momento em que o fenômeno social novo da precariedade se torna visível na Europa e se torna tema sistemático dos intelectuais europeus, ele naturalmente deixa de ser tema e preocupação específica apenas de intelectuais da periferia que tradicionalmente sempre precisaram se preocupar com suas desigualdades internas. O tema agora passa a ser parte, dentre outros, de um “cosmopolitismo metodológico” esboçado ao longo de alguns livros por Ulrich Beck.

A constatação da precariedade e do trabalho informal foi um passo decisivo do autor no desenvolvimento da crítica ao nacionalismo metodológico, pois esta se direciona principalmente a sociologia da desigualdade dominante, com suas categorias cognitivas e dados estatísticos nacionais, dentre os quais o trabalho sempre foi um tema central. Ulrich Beck não trata estes temas de forma sistemática e articulados, ainda que possamos perceber aqui sua relação. A crítica ao tema específico da sociologia da desigualdade é desenvolvida em artigos

posteriores e no livro *Die Neuvermessung der Ungleichheit unter den Menschen* (A nova medida de desigualdade entre as pessoas, 2008). É nele que se desenvolve mais precisamente a crítica ao nacionalismo metodológico. Ela é um passo decisivo para uma nova teoria mundial sobre o trabalho, que considere a nova sociedade do trabalho como um fenômeno mundial contemporâneo de características inéditas na história da humanidade.

O tema da desigualdade é metodologicamente mais amplo do que o tema do trabalho e o tema das classes sociais. Toda sociologia do trabalho dominante durante todo o século XX não constatou outra coisa senão a desigualdade. Com a sociologia das classes sociais, seja qual for o método ou orientação ideológica em jogo, não foi diferente. A constatação da desigualdade de classes no capitalismo é pilar de qualquer sociologia crítica. A busca de contribuição a uma nova teoria do trabalho, mundial, para além dos marcos do nacionalismo metodológico, operada por esta tese, significa indiretamente a busca de contribuição a uma nova teoria da desigualdade social contemporânea. Não por acaso Ulrich Beck identifica a sociologia da desigualdade como o principal alvo da crítica do nacionalismo metodológico. Por este motivo, recuperaremos agora seu argumento no livro *Die Neuvermessung der Ungleichheit unter den Menschen* (2008) no qual ele sistematiza a crítica à sociologia da desigualdade dominante no século XX.

1.1 A DESIGUALDADE PARA ALÉM DOS ESTADOS-NACIONAIS

O ponto de partida de sua reconstrução é a revisão da própria ideia fundamental de desigualdade. Se as pessoas são naturalmente iguais, então a desigualdade é algo mutável, ou seja, os privilegiados de hoje podem ser os prejudicados de amanhã. Politicamente falando, toda desigualdade é em princípio mutável, inclusive através do direito. Todas as pessoas são iguais, em princípio, mas a igualdade não existe, por exemplo, em dados contextos sociais, para negros, judeus ou mulheres, dentre outros, e ela termina, sobretudo, se configurando nas fronteiras dos Estados nacionais (BECK, 2008, p. 8)

Em conclusão, existe uma nítida separação entre sociedade e natureza, a partir da qual Ulrich Beck procura a reconstrução da diferença entre desigualdades sociais e desigualdades naturais. No início do século 21 nós vivemos uma mudança de época renovada. De acordo com sua tese da modernização reflexiva, este é o momento no qual a ordem social mundial moderna começa a se tornar objeto da consciência pública (Idem, p. 9). Esta constatação é muito

importante para uma nova teoria do trabalho contemporânea, não restrita aos marcos do nacionalismo metodológico. Ela pode ser confirmada não apenas no pensamento do autor, mas também se observarmos o tema na mídia e esfera pública contemporânea. Todos os grandes jornais e revistas da atualidade possuem, por exemplo, uma seção chamada “mundo”. Nestas seções, são cada vez mais frequentes as matérias sobre questões sociais relacionadas aos temas da “globalização”, do “mundo sem fronteiras”, ou seja, de uma nova ordem social, e uma nova ordem social que é global. O dado empírico fundamental que se apresenta é que, antes mesmo da constatação científica, a própria consciência pública, o próprio imaginário social, apresenta uma dimensão nova e inevitável, fora da qual se torna cada vez mais inimaginável a tematização das questões sociais contemporâneas: trata-se da dimensão global da reprodução social contemporânea. Esta é uma das características fundamentais da “segunda modernidade” de Ulrich Beck.

A nova percepção da desigualdade na dimensão global é um aspecto fundamental da crítica ao nacionalismo metodológico. Beck procura argumentar acerca da necessidade de se repensar os marcos metodológicos e cognitivos da desigualdade também a partir de uma nova percepção da igualdade social na consciência pública global. Para ele, a igualdade social se torna hoje uma expectativa global. A tese central neste ponto é a seguinte:

“As desigualdades sociais não se tornam problema, ou seja, tema de conflito, por que os ricos se tornam cada vez mais ricos e os pobres cada vez mais pobres, mas apenas quando as normas de igualdade reconhecidas e as expectativas de igualdade – direitos humanos – se ampliam. Quem deseja entender a realidade política da desigualdade social precisa se perguntar sobre a história da igualdade social” (BECK, 2008, p. 11).

A crítica ao nacionalismo metodológico pressupõe que todas as pessoas são ao mesmo tempo iguais e desiguais dentro da circunscrição das fronteiras nacionais. Para Beck, as fronteiras nacionais se realizam como um “divisor de águas da percepção”: elas politizam as desigualdades sociais para dentro e ao mesmo tempo as produzem, estabilizam e legitimam para fora (Idem, p. 11). Este ponto é fundamental para a argumentação desta tese. Uma teoria contemporânea do trabalho, que procure estabelecer os novos fundamentos, as novas formas de reprodução, ou seja, o que há de novo na sociedade do trabalho contemporânea, que procure compreendê-la como um fenômeno social global, não pode desconsiderar esta operação bifronte das fronteiras nacionais. Conforme mostra Beck em outro livro, *Was ist Globalisierung?* (1997), os Estados e as fronteiras nacionais contemporâneos passam por um

processo constante e irreversível de derrocada diante do sistema econômico mundial. Os agentes financeiros internacionais, a dominação financeira sem limites do mercado, não mais se restringe ou coincide com Estados nacionais específicos, não necessariamente, ainda que provavelmente, o que exigiria estudo, estes agentes se encontrem em maioria no Atlântico Norte. A teoria mundial do trabalho contemporâneo precisa considerar que esta dominação radicaliza desigualdades historicamente produzidas na periferia do capitalismo e que os Estados nacionais, principalmente ainda os periféricos, continuam sendo uma poderosa instituição cuja ação contra as desigualdades é tanto possível quanto necessária.

A operação bifronte, ambivalente, das fronteiras nacionais, levanta a questão fundamental da nova configuração centro e periferia no capitalismo contemporâneo. A crítica ao nacionalismo metodológico permite uma nova tematização da dicotomia centro-periferia. A dominação financeira internacional não necessariamente coincide mais com a dominação de alguns países sobre outros. A ambivalência da nova ordem mundial, entretanto, significa que o produto diferencial, as realizações diferenciais do capitalismo durante o século XX ainda podem ser vistos nitidamente, como, por exemplo, nos dados do próprio Ulrich Beck:

“A desigualdade entre pobres e ricos na sociedade mundial assume a forma de uma taça de champagne. “As 900 milhões de pessoas privilegiadas pela graça do nascimento ocidental, correspondem 86 por cento do consumo mundial, 58 por cento da energia mundial e 79 por cento dos ganhos e rendimentos mundiais, bem como 74 por cento de todas as ligações telefônicas. Ao um quinto mais pobre, 1,2 bilhão da população mundial, correspondem 1,3 por cento do consumo global, 4 por cento da energia e 1,5 por cento das ligações telefônicas” (BECK, 2008, p. 12).

Os dados são fundamentais no argumento do autor, que a partir deles retoma a questão da legitimação da desigualdade, como pensada por Max Weber. Como pode ser possível que os pobres dominados aceitem esta situação? Qual é o pensamento legitimador que garante a aceitação da pobreza global e da exclusão operados pela desigualdade da sociedade mundial, na qual metade da população – a maioria crianças – passa fome? (Idem, p. 12) O que faz esta ordenação da desigualdade *global* legítima e estável? Como é possível que as sociedades europeias ricas organizem seus próprios operosos e dispendiosos sistemas de transferência em cima da pobreza nacional de outros, enquanto uma grande parte da população mundial diariamente é ameaçada pela fome?

A resposta de Ulrich Beck é incisiva: “O princípio do mérito (*Leistungsprinzip*) legitima a desigualdade *nacional* enquanto que o princípio do Estado nacional (*nationalstaatsprinzip*) legitima a desigualdade *global*” (Idem, p. 13). Como os dois princípios se operam em suas funções específicas e de forma articulada? Em primeiro lugar, as fronteiras nacionais operam uma cisão entre uma desigualdade politicamente relevante e uma desigualdade politicamente irrelevante. No Brasil, por exemplo, a desigualdade “racial” sempre foi mais relevante do que a desigualdade de classe e a desigualdade de gênero. Pensando com Ulrich Beck, o Estado nacional brasileiro teria tido uma função fundamental nesta operação, inclusive financiando pesquisas, uma vez que a integração nacional sempre dependeu do mito das três raças. A desigualdade de classe com isso permaneceu opaca, o que opera uma função fundamental na manutenção da desigualdade social brasileira, na qual o princípio do mérito se opera de forma radical, como mostra Jessé Souza (2003).

Muito menos a desigualdade de gênero é tematizada, pois devido a radical desigualdade de classe e de desempenho, muitas mulheres pobres no Brasil em grande medida ainda são forçadas a prestar serviços sexuais explícitos ou implícitos, bem como a casar com homens de classes ou frações de classes superiores as suas, de modo a melhorar de vida. Estas situações de classe e gênero, como no caso brasileiro, são escondidas ou distorcidas pelo nacionalismo metodológico, que em nosso caso favoreceu na ciência, até pouco tempo, o que talvez esteja agora entrando em mudança, os estudos raciais em detrimento dos estudos de classe e gênero. No Brasil, a questão racial foi, durante todo o século XX, fundida a questão nacional - daí a força do “pensamento social brasileiro” - a principal questão social, ou seja, como diria Beck, a “desigualdade politicamente relevante”.

Continuando com o argumento do autor, o olhar nacional “se livra” do olhar sobre a pobreza do mundo. Ele com isso opera uma dupla exclusão: ele exclui os excluídos. Este é o pensamento operado pela sociologia da desigualdade, se ela considerar desigualdade como sinônimo de desigualdade nacional, irrefletidamente. Ulrich Beck nos permite pensar, por exemplo, que o olhar nacional exclui os excluídos quando ele não enxerga que a atual produção e reprodução da desigualdade mundial se opera na dimensão da dominação financeira internacional, cujo um dos principais efeitos é o aumento da precarização do trabalho e conseqüentemente das condições de vida para grande parte da população na periferia. Aqui a dupla exclusão significa uma “precarização conjuntural”, operada pela lógica específica do sistema econômico financeiro mundial na periferia, que radicaliza a já existente “precarização

estrutural” histórica dos países periféricos. A articulação dos dois fenômenos é um dos principais passos de uma busca por uma nova teoria mundial do trabalho, que tematize as reais desigualdades da nova sociedade do trabalho mundial. Também significa realizar uma teoria do trabalho para além dos marcos institucionais e cognitivos do nacionalismo metodológico.

Em segundo lugar: por não existir uma competência estatal global e uma correspondente instância de observação as desigualdades globais se fragmentam em cerca de 200 ilhas de desigualdades nacionais. Isso conduz Ulrich Beck a um terceiro princípio, com o qual é possível pensar as desigualdades entre países, regiões e Estados como politicamente incomparáveis. No geral, o paradoxo reside naquilo que o olhar nacional mais bloqueia: “Quanto mais as normas de igualdade se espalham mundialmente, mais se desata o fundamento da legitimação do olhar institucionalizado das desigualdades globais” (Idem, p. 15).

Para a crítica ao nacionalismo metodológico a desigualdade social não pode mais ser demarcada no espaço nacional-estatal. Assim descreve o autor a tese central neste ponto:

“A percepção da desigualdade social no cotidiano, na política e na ciência descansa sobre um quadro mundial, no qual se colocam as fronteiras territoriais, políticas, econômicas e culturais. Apesar disso, na prática, porém, o mundo se torna sempre conectado. Fronteiras territoriais, estatais, econômicas, sociais e culturais continuam a existir, mas elas não coexistem mais! Esta boa e comprovada medida empírica de interpenetração e interação para além das fronteiras nacionais é o que força uma nova medida da desigualdade social” (BECK, 2008, p. 16).

Este trecho explicita bem em qual dimensão imaginária e empírica a teoria da desigualdade social deve ser colocada. Para ele, o quadro mundial da desigualdade social descansa sobre o princípio da nacionalidade e sobre a condição estatal. Este raciocínio conduz Ulrich Beck a se perguntar sobre questões de “primeira ordem” e questões de “segunda ordem”, entre as quais o pensamento crítico deve se decidir. As questões de primeira ordem (Was-Fragen) tematizam *o que* é desigual na desigualdade social. As questões de segunda ordem (Wer-Fragen) tematizam *quem* é desigual. As questões de primeira ordem se ocupam do compartilhamento material de chances e obrigações, recursos e riscos, bem como salário, formação, posse, etc. Elas pressupõem a resposta sobre questões de segunda ordem não levantadas, ou seja: quem é desigual? Qual unidade antecede as desigualdades sociais? Qual é o espaço medido, no qual as questões de primeira ordem são levantadas para então poderem ser respondidas política e sociologicamente?

Trata-se aqui da congruência entre Status político (comunidade nacional, passaporte) e Status sócio-econômico (posição na hierarquia da desigualdade nacional-estatal) que implicitamente até hoje permanece pressuposto na análise da desigualdade. Este paradigma, que não refletidamente sustenta em uma só unidade analítica os Status político e sócio-econômico, é o que Ulrich Beck denomina como “nacionalismo metodológico” (BECK, 2008, p. 18). O olhar da ciência social, quando restrito pelo nacionalismo metodológico, não pode ver que a ligação entre nacionalidade e territorialidade processa a posição social de indivíduos e grupos em um parâmetro mundial e esta é propriamente a dimensão da desigualdade. O nacionalismo metodológico descansa sobre uma dupla medida de congruência: de um lado a congruência entre fronteiras territoriais, políticas, econômicas, sociais e culturais; de outro, a congruência entre a perspectiva dos atores e a perspectiva de observação da ciência social. Para Ulrich Beck, entretanto, o recorte histórico caminha exatamente na direção contrária: fronteiras territoriais, estatais, econômicas e sociais existem, mas não coexistem mais (Idem, p. 19).

Deste modo, a necessária mudança de perspectiva pode ser construída, para ele, sobre três pontos de vista:

- As classes sociais são apenas uma das formas históricas de desigualdade;
- O Estado nacional é apenas um dos espaços históricos de significado;
- O fim da sociedade de classes nacional não significa o fim da desigualdade social.

Estes três aspectos da mudança social contemporânea levam Ulrich Beck a perceber que nós vivemos hoje a emancipação dos interesses econômicos em relação aos laços nacionais e suas instituições de controle. Isso significa a separação entre dominação e política (Idem, p. 20). Em correspondência, a dominação se torna reproduzida em poderes difusos, como no *cyberspace* e em mercados e capitais móveis, enquanto que por outro lado repousa sobre indivíduos rebaixados, que passam a ter que lidar sozinhos com os crescentes riscos sociais. Este seria o principal efeito social, para Beck, da mudança social marcada pelo mundo globalizado, na qual a dominação econômica se torna irreversível pela política tradicional das instituições dos Estados nacionais. Em outras palavras, a nova sociedade do trabalho mundial, como perseguida por esta tese, é marcada predominantemente por uma dominação e uma desigualdade radicalizada por formas de reprodução supra-nacionais.

Outra pergunta fundamental levantada por Ulrich Beck, e produtiva para a teoria contemporânea do trabalho mundial, questiona: onde e através de que se tornam determinadas, em um mundo no qual as fronteiras nacionais, pelo menos para o capital e as informações, se tornam ultrapassadas e vencidas, as posições no sistema da desigualdade social? A precarização sem precedentes do novo mundo do trabalho, conforme perseguida nos capítulos posteriores, é uma das respostas a esta pergunta. Para ele, porém, um dos importantes fatores de influência neste aspecto, decisivo para a definição das posições na hierarquia da desigualdade na era global, são as possibilidades ou chances de interação e mobilidade para além das fronteiras nacionais. Neste escopo pertencem fatores de toda natureza, como passaportes, títulos de formação, língua, dinheiro, ou seja, capitais culturais, sociais e econômicos. Quem e por que possui tais capitais, bem como a possível nova relação entre eles é um dos pontos a ser perseguidos por uma nova teoria do trabalho. A tese da sociedade do conhecimento, por exemplo, uma das pretendentes a substituir a ideia de sociedade do trabalho, como veremos adiante, sugere que o capital cultural se torna cada vez mais poderoso diante do econômico. A perspectiva de que vivemos, porém, em uma dominação financeira sem precedentes sugere outra direção para a nova sociedade mundial do trabalho.

De um lado, Beck identifica, como fenômenos empíricos da nova sociedade mundial alguns atores que ele define como “transnacionalizadores ativos”: uma elite global, uma grande parte das gerações jovens (é claro que está falando dos filhos da classe média mundial, cosmopolita), e os imigrantes. De outro lado, ele vê uma nova tensão no crescente “meio” social mundial, ou seja, as classes médias, nos quais a transnacionalização opera um processo de passividade: estes se tornam ameaçados em seus padrões de vida e passam a vindicar a defesa do Estado. Aqui ele está nitidamente vendo apenas uma realidade europeia, problema este que pode se encontrar ao longo de toda a obra do autor, ainda que tematize questões fundamentais sobre a nova ordem mundial. No capítulo sobre as novas classes médias veremos que a realidade em países como o Brasil, para estas classes, é bem diferente. Estes são otimistas e surgem como elementos ativos da nova sociedade do trabalho mundial, esperando do Estado mais incentivo do que proteção.

CAPÍTULO 2 – O QUE HOUE COM A SOCIEDADE DO TRABALHO?

O objetivo deste capítulo é apresentar um panorama geral de algumas mudanças sociais na configuração e na lógica do trabalho no capitalismo contemporâneo. Estas serão guiadas principalmente pelas obras dos sociólogos Claus Offe e Ulrich Beck, e pela obra do filósofo André Gorz. A escolha dos autores se deve tanto por sua influência acadêmica, quanto pela especificidade e o valor de suas análises. Existe um consenso hoje em boa parte da literatura acadêmica sobre o tema do trabalho, de que vivemos em um sistema de trabalho mundial modificado. A literatura varia entre os anos 70 e 80 como marco histórico para o início da mudança e o advento de um mundo novo. Dois dados se apresentam, como veremos, como fundamentais para a compreensão da mudança. O primeiro é o advento da tecnologia como fator intermediário ou predominante da produção de forma sistemática e inédita na história. Veremos ele aqui na tese do “imaterial” de André Gorz, e o retomaremos, melhor analisado, no capítulo 3, sobre a “sociedade do conhecimento”. O segundo é o advento do setor de serviços como força produtiva crescente e da informalização das relações capitalistas. O significado do advento da tecnologia pode ser visto na forma como a dominação financeira internacional

contemporânea toma força política sem precedentes. O significado da informalização do capitalismo pode ser compreendido se pensarmos como ele é fundamental para a precarização e legitimação sem precedentes das relações de exploração do trabalho, tornando a ação e eficácia do capital ainda mais invisível do que antes.

O questionamento sobre o fim da sociedade do trabalho possui um marco histórico específico na Europa: a fragmentação do Estado de bem estar social. Quando a precarização e a informalidade, bem como a sistematização dos processos de exclusão, começam a se tornar realidade visível em países como Alemanha e França, o tema se torna pauta do dia na academia. Uma discussão a partir das obras de Claus Offe e André Gorz, no Brasil, pode ser observada em torno de uma polaridade que se tornou falsa e estéril para o pensamento crítico. Trata-se da discussão em torno do fim da sociedade do trabalho. O principal crítico destes autores no Brasil é Ricardo Antunes. Seu marxismo desatualizado da teoria do valor se restringe a dizer que ainda vivemos numa sociedade do trabalho. A revisão da obra destes autores, entretanto, permite ver que algumas mudanças concretas na configuração e na lógica do trabalho se operaram nas últimas décadas. Este capítulo procurará ir para além da simples dicotomia “trabalho - não trabalho” e esboçar a interpretação de uma nova sociedade do trabalho, ou de uma sociedade do trabalho renovada, com padrões de produção e reprodução modificados. Neste sentido, os “conservadores” criticados pelo marxismo tradicional parecem ter bastante a dizer, o que não significa que precisemos seguir fielmente suas interpretações finais acerca do atual momento do capitalismo.

Claus Offe publicou, nos anos 80, uma crítica a centralidade do conceito de trabalho, que ficou bastante conhecida no Brasil. Esta crítica significa ao mesmo tempo uma interpretação sobre o fim da sociedade de classes e apresenta a necessidade de uma nova interpretação para as sociedades capitalistas contemporâneas. Esta compreensão geral do tema é muito semelhante às interpretações de Ulrich Beck, em seu “Sociedade de risco”, e de André Gorz, ao longo de vários livros, nos quais esboçou a ideia de “sociedade do conhecimento”, ou sociedade do “imaterial”. O ponto em comum é que trabalho e classe não são mais categorias centrais para a sociologia. Os três autores acabam apresentando alternativas teóricas e ideológicas em relação ao que se convencionou chamar, anteriormente, e com atestado de óbito entre os anos 70 e 80, de “sociedade industrial”, que supostamente se compreendida pela centralidade dos dois principais conceitos em xeque aqui. Uma nova teoria do trabalho contemporânea precisa rever esta discussão, sem se resumir a aceitar as alternativas dos autores,

que acabaram por proclamar uma sociedade diferente, pós-sociedade do trabalho. Não se pode se furtar, entretanto, de algumas interpretações apresentadas pelos mesmos.

2.1 QUAL RACIONALIDADE? – CLAUS OFFE

Claus Offe inicia sua crítica com uma questão fundamental, da qual não apenas a sociologia do trabalho, mas também a sociologia das classes e da desigualdade não pode mais fugir: “ainda podemos preservar a preocupação *materialista* original dos clássicos da sociologia?” (OFFE, 1989). A questão se apresenta a partir de observações empíricas sobre algumas subdivisões observáveis na esfera do trabalho, na Europa dos anos 80. Uma heterogeneidade empírica de situações de trabalho, evidente na periferia do capitalismo desde sempre, agora se torna tema de questionamento intelectual e político no centro. Várias situações particulares de trabalho em termos de venda, qualificação, manutenção de emprego, reconhecimento e visibilidade, bem como possibilidades de autonomia e comunicação, tornam-se cada vez mais evidentes aos olhos do intelectual alemão.

Em outros termos, trata-se aqui da fragmentação do pleno emprego, ou seja, da chegada na Europa de um dos principais produtos negativos do capitalismo, uma das suas principais realizações negativas, que sempre existiu na periferia. O novo e ameaçador dado empírico leva então ao questionamento sobre se o trabalho agora teria se tornado “abstrato”, se restringindo apenas a uma categoria estatística descritiva, perdendo sua força analítica para explicar estruturas, conflitos e ações sociais (Idem). O fato de ser um “empregado” nas sociedades europeias, despedidas do Estado de bem estar, agora se apresenta como menos significativo. O trabalho parece não mais atribuir sentido a vida social como antes. Uma diferenciação interna ao trabalho assalariado erode agora a sua identidade.

A investigação do autor identifica, nos anos 70, quatro fraturas específicas na lógica do trabalho assalariado. A primeira delas é uma distinção entre mercado primário e secundário, bem como entre mercado interno e externo. A interpretação funcionalista aqui percebe um capitalismo cindido em suas formas de produção e circulação. A segunda fratura se remete a produção de bens e serviços fora do modelo institucional formal. Os dados empíricos evocados são o surgimento crescente de famílias como unidades produtivas domésticas e o advento de economias subterrâneas, semi-legais ou criminosas. Mais uma vez, fatos surpreendentes do

“admirável novo mundo do trabalho”, como mais tarde batizou Ulrich Beck, são realidades sociais antigas das economias periféricas. A terceira fratura, percebida pelo marxismo (principalmente de E. O. Wright) é a cisão vertical no trabalho assalariado e o conseqüente crescimento de posições de classes “intermediárias” ou “heterogêneas” (WRIGHT apud OFFE, 1989). Por fim, os sociólogos do trabalho diferenciaram formas de trabalho “produtivas” e “de serviços”.

O que Claus Offe está percebendo, com estes quatro pontos, é a chegada da informalização do capitalismo, bem como de sua conseqüente precariedade econômica e social, no centro do sistema. Para ele, a divisão entre trabalho “produtivo” e de “serviços” tornou-se a base das explicações macro-sociológicas da emergente “sociedade de serviços pós-industrial”, como batizada já nos anos cinquenta por Daniel Bell. O critério explicador do setor secundário, por exemplo, perde clareza relativa quando o trabalho se torna reflexivo, como na maior parte do setor terciário de serviços. A esta altura, toda a força e ambigüidade do pensamento do autor já se faz evidente. É fato que não se pode mais fugir da realidade empírica do advento do setor de serviços. O problema para a sociologia é o que fazer com ele. A separação fundamental entre setores “produtivos” e de serviços, que se tornam aqui sinônimo de “reflexivos” já apresenta a primeira grande dificuldade ideológica do autor.

Para ele, o trabalho “reflexivo” em serviços seria o processador e mantenedor do próprio trabalho. Neste ponto, o dado empírico da diferença entre atividades formais e informais se transforma na hierarquia entre os setores de trabalho crescentes na Europa, ou seja, os “reflexivos”, que mais tarde tomam cada vez mais o corpo de consultores que reproduzem poder nas esferas estabelecidas do mercado, e os demais setores produtivos do sistema capitalista. A hierarquia entre mente e corpo, atividades de concepção e reprodução, se esconde aqui e se fortalece, através da análise funcionalista que distingue setores “produtivos” e “serviços”, que seriam os “reflexivos”. Este é um dos pontos ideológicos centrais da teoria da sociedade do conhecimento, mais desenvolvida por André Gorz, e que reproduz também a hierarquia entre o centro e a periferia do capitalismo, considerando que esta até hoje ainda é predominantemente marcada pela informalidade e pelos “serviços”.

Para Offe, as atividades de serviços se diferem em dois aspectos: primeiro, a heterogeneidade dos casos, que ele vê como sinônimo de “incerteza”. Por isso, a função da produção técnica que relaciona *inputs* e *outputs* não pode ser utilizada, no caso dos serviços, como critério de controle de desempenho adequado do trabalho. Em segundo, o trabalho em

serviços seria ausente de “critério de eficiência econômica”. Isto por que o resultado de serviços não seria “lucro” monetário, mas “utilidades” concretas. A conclusão do autor neste ponto é que a esfera dos serviços se tornou um “corpo estranho”, funcionalmente necessário, não absolutamente “liberado” da racionalidade formal econômica, mas limitado externamente por ela. Aqui, a análise funcionalista de Offe apresenta vários problemas. O setor de serviços é interpretado como a pior parte do sistema capitalista. Seu advento significa uma decadência do sistema. Sua interpretação enquanto parte inferior, não racional, deixa claro o teor ideológico, pois o setor de serviços e informal é predominante na periferia e não no centro. Com isso, se reproduz sutilmente a ideia de que a “racionalidade” predominante nos setores estabelecidos do sistema mundial é superior aos demais, aos setores “outsiders” da economia emergente que agora ameaçam tomar o mundo. Este medo fica ainda mais explícito na tese da “brasilização do Ocidente”, de Ulrich Beck, que criticaremos adiante.

Indo adiante, Claus Offe, considera que o crescimento do setor de serviços pode ser interpretado como “problemas de segunda ordem” e “custo de complexidade”, acumulados com mobilização do trabalho assalariado. Em outras palavras, estes problemas requerem um controle, para se preservar a ordem na sociedade racional-formal. Ele considera ainda o setor de serviços como uma racionalidade “substantiva” de base normativa, reprimida pelo trabalho produtivo, que re-emerge para garantir institucionalmente uma existência social através de um tipo especial de trabalho.

Esta cisão entre dois tipos de racionalidade, operada pelo autor, desconsidera um dado universal do capitalismo. Na análise de Robert Castel, que veremos adiante nesta tese, recuperamos a ideia de “zona de vulnerabilidade” do capitalismo, ou seja, a dimensão da economia informal que sempre existiu e sempre foi motor do capitalismo, na qual uma espécie de ação econômica específica, improvisada, uma espécie de racionalidade universal da ação capitalista, sempre se opera. A formalização de ações e setores capitalistas, como mostra o caso clássico das máfias, tão bem retratados no cinema e que renderam, não por acaso, ao filme “O Poderoso Chefão” de Franz Ford Coppola, todos os recordes do cinema, são um traço universal do capitalismo, desde sempre. A economia e a ação informal são no fundo o próprio “espírito escondido do capitalismo”. Um olhar atento nas obras de Max Weber e de seu contemporâneo Werner Sombart pode confirmar este princípio.

Offe considera ainda que a ambivalência e independência do terceiro setor garante e padroniza pré-condições e fronteiras do trabalho produtivo ao qual ele não pertence. Ele seria

o “vigia e regulador” de Marx. Mais uma vez, o sociólogo não vê que, ao invés de ser seu contrário, sua “contra-estrutura”, como diriam os antropólogos, o setor informal nada mais é do que a própria alma do capitalismo, que com o tempo se materializa na condição de setores formais e atividades estabelecidas. Politicamente, admitir isso significaria admitir que o jogo de forças econômicas internacional está mudando em favor de economias emergentes como a brasileira. Esta admissão muitas vezes é feita de forma ambígua, caráter este típico de toda ideologia, como no caso emblemático da tese da “brasilização do Ocidente”, que vê no Brasil o futuro da humanidade com o advento do trabalho informal. O que está em jogo, entretanto, é exatamente em que medida a admissão do problema não significa a antecipação ideológica do pensamento dominante, que parece sempre estar tematizando todas as questões importantes de seu tempo e por isso mesmo permanece como tal.

A “nova classe, constituída pelo setor de serviços, para ele, questiona a sociedade do trabalho (produtivo) e seus critérios de racionalidade em favor de medidas de valor substantivas, qualitativas e humanas. Aqui o autor apresenta sua ambigüidade, quando procura ser crítico e admitir o lado positivo. Ele já admitiu que o terceiro setor não escapa totalmente da racionalidade formal. Mas parece certo que não é totalmente regulado como o trabalho produtivo tradicional. O problema analítico aqui continua sendo a separação e a hierarquização entre duas racionalidades, bem como a distinção entre seus respectivos critérios, sem a conexão interna entre elas, que constitui um traço universal do capitalismo.

Continuando sua tentativa de análise crítica, Offe acredita que a divisão entre “produtores” e “produtores de produção”, nas sociedades “pós-industriais” enfraquece a unidade estrutural do trabalho social e desafia padrões de racionalidade. O autor tem o crédito de tematizar a “nova classe” e sua indispensabilidade funcional. Percebe também a ambigüidade sociologicamente explicável no conceito de trabalho. Além disso, tematiza os ambíguos e contraditórios critérios de racionalidade, cristalizados na relação entre a “produção eficiente” e a “manutenção efetiva da ordem”. A pergunta aqui, entretanto, deve ser: em que medida distinguir “produtores” e “produtores da produção” critica mais do que reproduz uma hierarquia, típica do pensamento ocidental, entre formas de trabalho materiais e não materiais, bem como entre as dimensões materiais e não materiais da produção? O autor identifica os diferentes segmentos, sem tematizar, entretanto, como os “produtores de produção” se tornam cada vez mais poderosos no capitalismo “pós-industrial”. Como mostra a discussão sobre a sociedade do conhecimento, os produtores da produção se tornam cada vez mais os consultores,

classe esta cujo título acadêmico específico confere *status* e dinheiro em círculos restritos de produção e poder.²

O suposto enfraquecimento do trabalho social pode significar, sob outro ponto de vista, a afirmação de formas distintas de trabalho e a competição das mesmas com as formas de trabalho ditas tradicionais. Em outros termos, a informalidade disputa diretamente com os vínculos formais dinheiro e poder. Este outro ponto de vista pode ser sugerido a partir do material empírico que guiou o livro “Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora?” (SOUZA; ET. ALL, 2010), no qual se evidencia a força de uma nova ação econômica de trabalhadores informais, pequenos empreendedores e autônomos que, muitas vezes sem apoio estatal ou institucional algum, se estabeleceram no mercado de trabalho. Um padrão de racionalidade alternativo se apresenta aqui, como concorrente, e não como deteriorante do sistema capitalista. Em outro plano, uma economia como a brasileira, marcada hoje quase em 70 % pela informalidade,³ concorre com economias estabelecidas, marcadas ainda hoje pelos vínculos formais de trabalho.

A segunda parte da análise de Claus Offe dedica-se ao “declínio da ética do trabalho”. Com ela ele acredita tematizar um segundo conjunto de dúvidas sobre a centralidade do trabalho. Isto inclui (1) a avaliação subjetiva do trabalho entre a população trabalhadora; (2) a significação do trabalho para o modo de vida e a consciência; (3) a orientação e os motivos para o trabalho. Com isso, a descentralização do trabalho assalariado conduz a um afastamento das biografias individuais, ponto este com o qual concorda também Ulrich Beck, André Gorz e Robert Castel. A inspiração da análise neste ponto vem de Dahrendorf, referência respeitada no tema: “o trabalho constituía o poder irradiador da vida, aglutinando todos os aspectos de sua construção social” (DAHRENDORF apud OFFE, 1989).

Aqui, nos deparamos com uma segunda etapa do pensamento do autor. Trata-se da dimensão do “mundo da vida”, ou seja, a relação entre as mudanças na estrutura do trabalho e os efeitos na vida pessoal. Nela, podemos ver com ainda maior clareza a ambigüidade do autor, que por ora flutua em uma análise de tipo funcionalista, como na distinção entre os segmentos tradicionais da produção, nos quais predomina a racionalidade dominante, e os segmentos emergentes, informais, nos quais predomina a racionalidade “substantiva”. Agora, o autor

² Ver Nico Stehr (1994) e Uwe Bittlingmayer (2005).

³ Conforme Márcio Pochmann, em entrevista.

começa a reproduzir a percepção habermasiana de mundo, dividindo a análise entre os sistemas e o mundo da vida. A mudança no sistema produtivo, ou seja, a perda de centralidade e de capacidade de atribuição de sentido pelo trabalho, seria sentida no mundo da vida com a perda das biografias individuais ligadas ao trabalho. Isso abre margem para a discussão europeia posterior, que busca o sentido da vida em outras formas de ação políticas, como nos movimentos sociais de classe média.

Este desencaixe sistêmico ignora, mais uma vez, um dado evidente na realidade periférica. Sem algum trabalho considerado digno pelos padrões estabelecidos em uma sociedade meritocrática, nenhuma pessoa pode ter sentido na vida, e esta perda de sentido, esta “desfiliação”, como diria Castel, só reafirma a necessidade de se repensar, com categorias novas, a centralidade do trabalho na vida contemporânea, e não o contrário, ou seja, perde-la e buscar a centralidade da reprodução social em outro lugar. Mais uma vez, a análise que se apresenta como universal, inclusive em sua recepção por boa parte da literatura na periferia, mostra seus limites especificamente europeus. Uma nova teoria do trabalho mundial precisa enfrentar estas ambigüidades do pensamento dominante europeu a partir dos dados empíricos da periferia. A própria inserção autodidata dos batalhadores brasileiros, por exemplo, ou seja, sua “filiação” ao mercado de trabalho, muitas vezes por caminhos alternativos ao caminho estabelecido do mérito, definido pela posse de capitais culturais oficiais ou pelo poder econômico, é prova viva disso.

Na linguagem do autor, a perda da centralidade no nível da integração social se opera com o trabalho sancionado como um dever, enquanto que na integração sistêmica, como necessidade. A desintegração da ideia de trabalho como dever humano ético, para ele, logo, se daria em três pontos: primeiro, a erosão de tradições culturais religiosas e leigas; segundo, o crescimento do hedonismo no consumo; terceiro, o trabalho só funciona em condições de reconhecimento moral. Por outro ângulo, isto significa para ele a “taylorização” eliminando o “fator humano” e a racionalização degradando e desqualificando o trabalho humano e enfraquecendo o “orgulho do produtor” e o reconhecimento social. Com isso seria possível questionar o prognóstico weberiano de que “uma conduta de vida racional baseada na ideia de vocação” define a vida.

O ponto central aqui é a chegada do trabalho precário na Europa. Com ela, a teoria dominante passa a abandonar a ideia de trabalho percebendo este como caminho necessário para a integração social. Trata-se, entretanto, da ideia específica de trabalho assalariado, restrita

a um tipo de sociedade nacional específica, vivida apenas na Europa. Se agora a taylorização desqualifica o valor humano no centro do capitalismo, o que dizer do valor humano daqueles que sempre realizaram trabalho braçal na periferia? Em contrapartida, o que dizer da ascensão autodidata dos batalhadores brasileiros, bem como em outros lugares do mundo, China, Índia, África do Sul, cujo trabalho informal atribui diretamente reconhecimento social nestas sociedades, marcadas por profunda desigualdade social estrutural? A realidade parece ser a de que não é o trabalho que perde sua capacidade de atribuição de sentido e reconhecimento, ou seja, seu sentido universal no capitalismo, mas sim as sociedades europeias que começam a perder o privilégio histórico no qual o trabalho sempre garantiu dignidade e reconhecimento generalizados para toda a população.

Claus Offe questiona a possibilidade de se interpretar o contexto de vida como um todo em torno da centralidade do trabalho. Entretanto, tal diagnóstico remete-se a um lugar do trabalho assalariado apenas, sendo que nem este chegou a garantir integração social perfeita em nenhuma sociedade. Logo, a ligação entre trabalho e contexto total de vida não se questiona por este caminho.

A redução do tempo de trabalho, para Offe, contribui para que o trabalho se torne uma preocupação “dentre outras” e se relativize sua função na identidade pessoal e social. Recorre ainda a estudos de psicologia econômica para dizer que crescimento individual e aumento de renda não aumentam o bem-estar e a satisfação coletiva. Em complemento, a sociologia industrial, em sua leitura, sugere um hiato entre não-utilidade do trabalho e declínio da satisfação intrínseca.

O autor ressalta também, em seu argumento, a substituição da demanda por “direito ao trabalho” pela demanda por “direito ao trabalho útil e significativo”. Na periferia do capitalismo, esta sempre foi a demanda primária das políticas de trabalho, desde Getúlio Vargas. Compreende o “empregado” como “carona” do *Welfare State* e está preocupado com a “remoralização” das atitudes em relação ao trabalho. A sociedade do trabalho, em Offe, podemos dizer, apresenta-se no geral como sinônimo de sociedade salarial, bem como o trabalho digno como sinônimo de emprego e de vínculo formal. A sociedade do trabalho, e isso podemos dizer em relação também a André Gorz, Ulrich Beck e Robert Castel, é compreendida implicitamente como sinônimo de sociedade europeia e como sinônimo de *Welfare State*, considerando este como a principal realização histórica e social do capitalismo e como conseqüente norte inquestionável para todas as sociedades ocidentais.

Pensando de dentro do *Welfare State*, ou logo após sua ruptura histórica, intelectuais como Offe só podem ver a sociedade do trabalho como sociedade do salário e da seguridade. Por isso, o terceiro setor incomoda, enquanto realidade empírica e enquanto questão política, teórica e social. Falar de uma sociedade do trabalho olhando da periferia precisa tematizar suas condições de dignidade. Em outras palavras, uma sociedade como a brasileira, cuja economia informal hoje é o carro chefe, não seria uma sociedade do trabalho na perspectiva da teoria social dominante na Europa sobre o tema. Por isso, é a partir desta teoria que deve surgir uma nova tentativa de construção de uma teoria social do trabalho para o mundo contemporâneo. Esta pode mostrar as lacunas do pensamento dominante, muitas vezes comprado sem crítica pela sociologia do trabalho brasileira, a partir dos dados empíricos da periferia.

Ele chega a esboçar uma crítica da adaptação individual ao mercado, típica de defensores do *Welfare State*. A disposição para adaptação no mercado estaria empiricamente distribuída de forma paradoxal. Os aspectos paradoxais do mercado geram desemprego estrutural e sub-culturas de “economia informal” e “subterrâneas”. Os membros de tais subculturas seriam hostis a valores e normas legais da “sociedade do trabalho”, associados a “cultura do desemprego” subproletária, ou seja, “uma não-classe de não-trabalhadores” (GORZ apud OFFE, 1989). Neste ponto, o preconceito quase explícito da teoria dominante pode ser debatido. Falar em culturas diferentes dentro de um sistema, usando o termo cultura de forma desacoplada de qualquer fenômeno histórico, significa atribuir a estas supostas culturas inferiores e alternativas uma ação que justifica sua própria condição de precariedade. O fenômeno é percebido como se estas pessoas simplesmente não quisessem fazer parte da “cultura legítima” do sistema meritocrático do trabalho.

Não por acaso, o autor se remete, como referência empírica de seu argumento, a emergência, na Alemanha Ocidental, de uma “sociedade dividida”, marcada por um núcleo produtivo e uma periferia crescente de pobres sustentados. Em outros termos, fala de setores cruciais versus “pessoal não-qualificado e permanentemente desempregado ou irregularmente empregado” (BRANDT apud OFFE, 1989). A mesma distinção “qualitativa” pode ser facilmente aplicada na compreensão da diferença “histórica” entre centro e periferia do capitalismo, considerando o dado de que nestas os últimos são a maioria, ainda que estejam em mudança e sejam hoje algumas delas, como o Brasil, consideradas “emergentes”. Tais dados evidentes para o autor são suficientes para se falar em “crise da sociedade do trabalho” e perda da relevância subjetiva e do potencial de organização da esfera do trabalho.

Se tais dados fossem suficientes para a análise da crise, bastaria olhar para a periferia e seria razoável constatar então que a história do capitalismo é sinônimo de crise e desintegração social a partir da centralidade objetiva do trabalho. É neste aspecto fundamental que o nacionalismo metodológico opera uma invisibilidade das realizações diferenciais do capitalismo nos países até aqui considerados centrais e periféricos. A informalização e a precariedade são a face negra do *Welfare State*, mantidas na periferia, em termos práticos, por uma economia mundial, como percebeu Wallerstein (1976), e escondidas na teoria pelo nacionalismo metodológico dominante na sociologia da desigualdade, a qual inclui toda a sociologia do trabalho e da classe.

Buscando a crítica, Offe compreende a sociedade do *Welfare* excluindo crescentes porções de força de trabalho social da participação na esfera do trabalho assalariado, e não tendo a mesma sociedade recursos culturais ou sanções econômicas necessárias para estabilizar a centralidade subjetiva da orientação para o trabalho, a realização e os salários através de regras culturais ou da coerção silenciosa dos processos de mercado.

A diferença entre trabalho social e trabalho produtivo, ou assalariado, mais uma vez, reproduz a hierarquia entre ocupações válidas e inválidas, o que em outros termos significa dignas e indignas. A própria teoria dominante atribui, desta maneira, reconhecimento social apenas ao trabalho dito produtivo e assalariado. Isso significa desconsiderar um fato fundamental em toda a lógica da reprodução social moderna, a saber, que toda atividade considerada como trabalho no senso comum, informal ou formal, contribui de alguma maneira para a vida social, ainda que sejam evidentes o reconhecimento e a remuneração diferenciais, reforçados aqui pela teoria dominante que, como diria Ulrich Beck (1997), “exclui os excluídos”.

O apelo teórico e ideológico a “recursos culturais”, em contrapartida, apenas legitima e naturaliza a distinção ontológica fundamental entre o trabalho informal e o produtivo. Quando o trabalho informal e precário chega ao centro do capitalismo, a teoria o transforma em cultura inferior e alternativa, o que, em medida maior, já se apresenta como o germe da tese da “brasilização do Ocidente”, que com isso atribui a todos os países cuja economia é predominantemente informal e por consequência precária uma característica cultural inferior à racionalidade dominante do trabalho produtivo, cuja autoria histórica é evocada pelos europeus, e principalmente pelos alemães.

Não por acaso, o autor percebe o trabalho objetivamente deslocado do *status* de fato da vida, central e auto-evidente, como evolução objetiva, contrária a valores oficiais e padrões de legitimação social, trabalho este agora privado do papel subjetivo como força motivadora central na atividade dos trabalhadores. Mais uma vez, apenas o trabalho assalariado é visto como atribuidor de sentido a vida.

Como conclusão, Claus Offe parte da interpretação do fim da sociedade do trabalho para uma revisão da teoria da estrutura e do conflito. Ele considera o fim da sociedade do trabalho, em resumo, em dois pontos. Primeiro, “a consciência social não seria mais constituída como consciência de classe”. O problema aqui reside no fato de que a variedade empírica do trabalho, como ele mesmo percebeu, não nega a classe como elemento estrutural da reprodução social. Ela torna a classe mais opaca aos olhos do senso comum. A obra de Jessé Souza, desde seu livro *A invisibilidade da desigualdade brasileira* (2006), sugere este ponto em contrapartida, bem como as pesquisas empíricas sobre a ralé brasileira e os batalhadores brasileiros, que geraram livros de mesmo nome (SOUZA, 2009, 2010).

A obra de Pierre Bourdieu, principalmente seu livro *A distinção* (2007), mostra com pesquisa empírica de grande fôlego como a consciência de classe, bem como os padrões de reprodução de classe são parte da cultura legítima dominante do capitalismo contemporâneo. Uma luta de classes simbólica, através da busca e permanência permanente por capitais culturais e econômicos são ainda a marca da cultura legítima burguesa. O próprio fenômeno contemporâneo do surgimento das novas classes médias, principalmente nas economias emergentes, é prova viva de que a consciência de classe só desapareceu para aqueles que associam sociedade do trabalho a ideia restritiva de trabalho produtivo e assalariado.

“A cultura cognitiva não mais se relaciona com o desenvolvimento das forças produtivas”. Este é o segundo ponto ao qual Offe resume o fim da sociedade do trabalho. O problema deste ponto é que a própria diversidade de ocupações deve ser tematizada como fonte de obrigações morais e de identidade, o que não pode ser desconsiderado na formação de qualquer “cultura cognitiva”. Novamente, o cognitivo aqui é associado a ideia fundamental de trabalho assalariado e de racionalidade formal, reproduzindo a hierarquia entre trabalho produtivo e serviços.

Não por acaso, ele propõe Habermas como solução analítica, na crítica deste a “dominação epistemológica do trabalho” no marxismo. Com isso, faz alusão a crescente

referência a “modos de vida” e “vida cotidiana” no lugar dos estudos sobre “modos de produção”. Também aponta para a transição do paradigma da “distribuição” para o de “forma de vida”. A argumentação do autor se apóia também no pressuposto de que a sociedade pós-industrial vive uma transição constante da dominância dos “valores materialistas” para os “pós-materialistas”, como são os casos das questões ambientais e de direito.

No geral, Offe acredita que as dimensões do trabalho e da produção são bem conhecidas, diante daquelas da “forma de vida”. Parece que seu veredicto foi profético, pois hoje se trata exatamente do contrário. Os estudos sobre o “mundo da vida”, sacralizando talvez Habermas como o pensador vivo mais influente da contemporaneidade, são dominantes na academia. A devida síntese, necessária por uma nova teoria do trabalho que não abandone a sua centralidade, mas que também não se restrinja a reprodução estéril de nenhum dos dois pólos de análise, é o que ainda permanece a ser feito.

Offe encerra tentando criticar dicotomias como “materialista” versus “pós-materialista” e “industrial” versus “pós-industrial” enquanto classificações *ad hoc*, não integradas em teorias da dinâmica da mudança social. A tentativa de crítica aqui é importante. Entretanto, ela não faz sentido e não alcança o objetivo quando reproduz a hierarquia entre trabalho produtivo e serviços, ou seja, trabalho formal e informal, racionalidade formal e substantiva, setores estabelecidos da economia e setores *outsiders*, ou seja, o terceiro setor, e por fim, em dimensão maior, indiretamente, e de forma ainda mais complexa, entre economias centrais e economias periféricas.

2.2 IMATERIAL OU INFORMAL? – ANDRÉ GORZ

O segundo autor a ser analisado neste capítulo é André Gorz. Gorz é austríaco e fez carreira na França. Diferente de Offe, dedicou vários livros ao tema do fim da sociedade do trabalho e do advento de uma “sociedade do conhecimento” ou de uma sociedade do “imaterial”. Ele ficou conhecido por seu livro *Adeus ao proletariado* (1982). Nos anos 90, publicou *Misérias do presente, riqueza do possível* (2004) e *O imaterial* (2005). Em *misérias do presente*, podemos encontrar a análise de Gorz sobre o que ele chama de “últimos avatares (encarnações) do trabalho”. O primeiro ponto fundamental de interesse para esta tese na obra do autor é sua análise do “pós-fordismo”.

Gorz compreende que o crescimento fordista nos deixa duas opções: primeiro, a conquista de porções suplementares do mercado; segundo, a renovação da produção e da obsolescência dos produtos. Assim como em Offe, observaremos aqui a ambigüidade do autor. Ele apresenta no geral uma importante análise, pautada em pesquisas empíricas, sobre as mudanças sociais do sistema de trabalho em seu tempo. Também podemos observar que sua análise trata de uma narrativa nacional especificamente européia. Dos autores analisados, apenas Ulrich Beck, que analisaremos mais tarde, traz a periferia do sistema mundial do trabalho para o debate. A mudança social em foco, na parte da obra de Gorz, que analisaremos, trata do processo de transição do sistema de produção fordista para o sistema de produção pós-fordista. Em vários aspectos, inclusive em termos de período histórico, esta mudança é sinônimo do processo de transição da “sociedade industrial”, definida por Ulrich Beck, para a sociedade pós-industrial. Ao longo da discussão podemos perceber que a sociedade industrial também é sinônimo de sociedade salarial, como definiram Claus Offe e Robert Castel. Logo, pós-fordismo, pós-industrial e sociedade do conhecimento também são sinônimos. O ponto importante é que, guardadas as divergências conceituais de autores que, ao mesmo tempo, perceberam fenômenos sociais semelhantes e deram a eles nomes diferentes, existe uma percepção em comum. Ela consiste no fato de que vivemos uma suposta mudança totalmente nova no capitalismo, no sistema de trabalho e na estrutura de classes. Todos os autores analisados aqui estão convictos disso.

Voltando a Gorz, podemos dizer que ele tem uma tese sobre o processo de esgotamento do Fordismo. O que aconteceu com o sistema que até então dava conta da produção, reprodução e atribuição de sentido à vida, pelo menos na Europa? Uma das vantagens da obra de Gorz, importante para esta tese e para a busca por uma nova teoria do trabalho, é perceber mudanças práticas que impediram o sistema de continuar funcionando. Uma delas é o surgimento de mercados “virgens” em países “emergentes” impondo uma ruptura com o Fordismo. Aqui, Gorz percebe a periferia em sua análise, mas apenas de passagem e de “fora”. A mudança social, o problema que incomoda, lida diretamente com a fragmentação e perda de capacidade de reprodução social de um modo de produção que existiu de fato, enquanto sociedade nacional, e deu certo, apenas em países europeus, ou seja, o Fordismo.

Para Gorz, o crescimento agora deve ser qualitativo e imaterial, não o contrário, como no Fordismo. Este sistema teria chegado, para ele, a um limite de incapacidade de produção e circulação de mercadorias materiais, bem como do conseqüente reinvestimento derivado da

comercialização das mesmas. Os estoques físicos começaram a encher os galpões das fábricas e a gerar prejuízos e incapacidade de auto-superação empresarial. Logo, surge a necessidade do sistema se reinventar. O que produzir, para não ocupar estantes e recuperar a capacidade de venda e reinvestimentos? Para Gorz, a grande saída do capital, sua grande reinvenção, o que permitiu sua auto-superação e o desenvolvimento de uma capacidade ainda maior e mais perfeita de dominação social do trabalhador e de roubo da sua subjetividade foi a criação de mercadorias “imateriais”. A concepção e a capacidade de venda de sonhos. A lata de chocolate que vende mais pela beleza do que pela qualidade do produto. O discurso sobre o chocolate que inventa sua beleza.

O novo tipo de mercadoria exige um novo tipo de trabalho e uma nova capacidade de trabalho. Trata-se do trabalho de concepção, de criação, de invenção do valor do produto, valor que é de uso e é simbólico, valor emocional, que atribui sentido a vida. Agora, os produtos se impõem por “imagem, novidade e valor simbólico” (GORZ, 2004). Os mercados saturados exigem diversidade de gostos e modas. As empresas passam a criar versatilidade e inconsistência. Logo, o novo tipo de trabalho, cada vez mais valorizado, exige um novo perfil de trabalhador. A nova lógica empresarial deixa claro que agora só ficam no emprego os que trabalham e pensam. O velho trabalhador precisa se renovar, ou perde lugar para o novo. Por outro lado, a classe trabalhadora européia parece estar finalmente conquistando aquilo pelo que sempre lutou diante do capital: a recuperação de sua autonomia, de sua subjetividade, que o capital havia desde sempre lhe roubado. Para Gorz, entretanto, o capital tinha uma carta na manga, que só o velho Marx havia previsto, em seus *Grundrisse* (SILVA, 2008), e ela é exatamente o segredo, a chave para a compreensão da suposta sociedade do conhecimento: ele convidou a classe trabalhadora para sentar do outro lado da mesa e participar da concepção do seu trabalho.

Uma nova teoria mundial sobre o trabalho precisa conectar esta mudança na concepção do trabalho com a fragmentação da classe trabalhadora, como também percebeu Offe, e o processo analisado mais a frente por Gorz de “precarização em cascata”. Neste ponto, a lógica da mudança percebida por Gorz se resume a uma narrativa européia, nos limites de seu nacionalismo metodológico. Ela pode e deve, entretanto, ser aplicada a totalidade do sistema capitalista contemporâneo, com a qual poderemos perceber uma “precarização conjuntural”, contemporânea, fruto da “sociedade do conhecimento”, operando um processo de dupla face e

conjugado: uma precarização inédita no centro e uma precarização radicalizada na periferia, cuja marca histórica sempre foi uma “precarização estrutural”, poderíamos dizer.

Na análise de Gorz, uma fala de Ohno, o dono do Toyotismo, se tornou emblemática: “o que fazer para elevar a produtividade quando as quantidades que se devem produzir não aumentam?” O Toyotismo, conhecido substituto do Fordismo, opera uma inversão fundamental nesta direção, explorando o potencial rebelde do Fordismo como virtude do trabalhador. Para Gorz, trata-se da mobilização total do trabalhador em lugar da repressão dominadora. Em outros termos, vivemos agora o advento inevitável de uma era de “cooperação produtiva” (GORZ, 2004), como percebeu também Richard Sennett (2006). Para Benjamin Coriat (CORIAT apud GORZ, 2004) o novo operário agora se transforma em “fabricante, tecnólogo e administrador”. Este critério pode ser utilizado também para pensar a realidade do batalhador brasileiro contemporâneo. Este também é dono de si, autônomo e auto-didata, com a diferença de não ter nenhum vínculo formal, salvo alguns poucos casos, como os profissionais do telemarketing, que trabalham em uma espécie de formalidade precária. Contrário à concepção formulada a partir de uma narrativa de sociedades europeias, na qual se encontram vinculados o novo operário do imaterial e a capacidade, bem como a necessidade, de concepção e criação, a ação inventiva do batalhador brasileiro, sobrevivendo na zona de vulnerabilidade estrutural do capitalismo periférico, se apresenta como um traço universal básico do capitalismo.⁴

Gorz define ainda o atual operário como polivalente, multifuncional e “comunicativo”. Com isso, compreende o trabalho da produção não mais como imediato, mas como fruto do trabalho imaterial, intelectual, do próprio operário. Problemático aqui é que, a busca pelo vetor da produção de valor assim abandona a tematização do lugar do trabalho braçal, por exemplo, na reprodução social. A constatação de uma nova fonte moral e normativa, como parece o caso, pode assim se transformar numa “ontologia do imaterial”⁵ em lugar de uma “ontologia do material” marxista.

No geral, o argumento central de André Gorz é que o conhecimento se torna a “força produtiva imediata” (GORZ, 2004, 2005) na sociedade pós-fordista, ou, como ele mesmo define, na “sociedade do conhecimento” contemporânea. O conhecimento assim se torna, pelo

⁴ Ver Maciel, Fabrício. “A aventura inventiva dos batalhadores”. In: Souza, Jessé. *Para compreender o Nordeste hoje*. Belo Horizonte: UFMG, 2012, no prelo.

⁵ Ver Gorz, André. “O imaterial: conhecimento, valor e capital”. São Paulo: Annablume, 2005.

menos na literatura, um critério normativo objetivo e incontornável. Atualmente, é de fato difícil negar a centralidade e a força crescente do conhecimento especializado e tecnológico na reprodução da sociedade do trabalho atual. Se pensarmos no conhecimento acadêmico e especializado, no crescente valor e exigência de níveis de qualificação cada vez mais altos, para uma boa inserção no mercado de trabalho, podemos identificar um valor analítico inevitável nesta tese. Não se pode mais fugir do tema. Um breve olhar na mídia contemporânea, nos números sobre a educação no Brasil e nos números sobre a educação na Alemanha, como mostra Ulrich Beck (1986), por exemplo, permite ver que o debate é incontornável.

Por outro lado, é preciso aqui levantar uma distinção importante, antes de continuarmos com o argumento do autor. Um fato dificilmente contestável é a força e a objetividade do conhecimento tecnológico nas sociedades contemporâneas. Outro fato, totalmente diferente e cujas consequências políticas podem ser perigosas tanto para a teoria social quanto para a ação política e seu discurso na esfera pública, é, a partir do aparente dado da centralidade do conhecimento, definir toda a sociedade contemporânea e sua lógica enquanto “sociedades do conhecimento”. Uma nova teoria sobre a nova sociedade do trabalho precisa sem dúvida enfrentar o dado, sem comprá-lo acriticamente, entretanto, de modo a perceber em que medida ele ajuda a redefinir as sociedades atuais, mas não pode se tornar o único ou o principal critério dominante de definição. Vejamos com Gorz leva em frente seu argumento.

A definição das sociedades do conhecimento precisa, sobretudo, justificar o fim das sociedades do trabalho. O caminho fundamental para tanto é provar que, estruturalmente, tais sociedades não são mais regidas pela centralidade do trabalho, mas sim pela centralidade do conhecimento. Para tanto, os dois conceitos precisam ser esclarecidos e historicizados, ou seja, é preciso compreender em quais contextos e o que tais conceitos significam. Podemos dizer que André Gorz desconstrói a centralidade do trabalho tentando provar sua perda de eficácia na tarefa de reproduzir e atribuir sentido a vida social. Algumas mudanças práticas precisam ser constatadas nesta direção. Não é outra coisa o que o autor tenta fazer com a análise do suposto processo de transição do Fordismo para o pós-fordismo.

Para Gorz, a definição do Fordismo pode ser resumida como um sistema “centralmente hetero-organizado”.⁶ Isso define, em outras palavras, a estrutura de trabalho e emprego do trabalho assalariado, cujo desmoronamento histórico, na Europa, é lamentado por todos os

⁶ Outra referência importante neste ponto é a obra de David Harvey, “A condição pós-moderna” (2005).

autores analisados aqui. No Fordismo, a relação de hierarquia na produção é clara, ou seja, é visível e bem definido quem organiza e idealiza e, de outro lado, quem obedece e reproduz. Ou seja, quem produz a produção e quem obedece e reproduz. Esta relação é definida pelo vínculo do trabalho formal, tendo as leis trabalhistas e a remuneração como mediadores diretos e objetivos da relação de produção. Em contrapartida, com a fragmentação desta estrutura social através do esgotamento prático do sistema, ou seja, a incapacidade de auto-superação de lucros através da produção de mercadorias materiais, segundo Gorz, temos o advento do Pós-Fordismo. Para ele, este seria definido exatamente pelo contrário, a saber, um sistema cuja característica central é ser “auto-organizador descentrado”.⁷

No Pós-Fordismo, sinônimo aqui de sociedade do conhecimento, “modernidade reflexiva” para Ulrich Beck (1986) e “novo capitalismo” para Richard Sennett (2006), o vínculo formal de trabalho assalariado está para sempre quebrado e tende a desaparecer. Em seu lugar surgem as pequenas unidades produtivas de Claus Offe, ou seja, o advento do sistema de trabalho informal, cujas atividades concretas são quase sempre sinônimo de precariedade. Por isso o sistema seria auto-organizador e descentrado, pois a relação tradicional patrão-empregado é paulatinamente substituída por milhões de pequenos “autônomos”, cuja ação econômica passa a ser, numericamente ao menos, a maior e mais importante para a reprodução social.

A descentralização produtiva e social, definida geralmente pelo marxismo como “reestruturação produtiva”, é analisada por André Gorz com referências empíricas. Uma delas, emblemática para esta análise e os objetivos deste texto, é o caso da fábrica da Volvo em Udevalla, na Suécia (GORZ, 2004). Ali temos um caso emblemático de como a classe trabalhadora europeia tradicional negocia com o capital e se apresenta como ator fundamental de sua própria autonomia, o que gerou consequências sociais irremediáveis.

Para Gorz, as exigências dos sindicatos, símbolo da demanda existencial da classe trabalhadora e efeito da insatisfação dos mesmos com o sistema, pode ser bem resumida em “levar os operários a refletir sobre seu próprio trabalho” e “interrogar-se sobre a concepção do produto e dos equipamentos” (GORZ, 2004). Com isso, a busca por liberdade, da classe trabalhadora, levou a consecução de critérios de “flexibilidade escolhida”, ou seja, a entrega maior da subjetividade ao capital. Com o tempo, a classe trabalhadora conseguiu o que queria,

⁷ Referência importante neste ponto é a obra de Richard Sennett, “A corrosão do caráter” (2006).

ou seja, sentar do outro lado da mesa e tornar-se também produtora da produção e não mais apenas reprodutora alienada e subserviente. Ela passa a conceber o trabalho, a pensar o trabalho, se torna trabalhadora reflexiva. Entretanto, haveria um preço. A entrega ao trabalho se torna mais intensa, exaustiva, alienante e não recompensante. Agora considerado autônomo, parceiro, livre, dono de iniciativa, o trabalhador precisa se exaurir e dedicar mais tempo à empresa, que ele agora enxerga também como sua. Do outro lado, o dono do capital também o vê como parceiro, e assim consegue legitimar a diminuição crescente dos contratos formais e dos direitos de proteção do trabalhador.

Em princípio, a relação com o trabalho parecia agora superar a alienação, velha inimiga e tragédia existencial da classe oprimida pelo trabalho. Gorz resume em três aspectos as condições necessárias e agora conquistadas para a mudança e o alcance da liberdade subjetiva, almejada historicamente pelas classes trabalhadoras europeias:

1 – Auto-organização: os trabalhadores agora se tornam sujeitos da cooperação produtiva;

2 – Geração de faculdades e competência: esta conquista pessoal e subjetiva poderia então ser usada como autonomia;

3 – Objetivação do trabalho em produto reconhecido como sentido e fim de sua própria atividade.

Um dos dados mais intrigantes que guiam a análise de Gorz vem exatamente da Suíça, centro quase intacto do capitalismo, que agora não é mais o mesmo: desemprego 1,8% em 1990, 7% em 1992, 10% em 1994 (GORZ, 2004). Diante dos três pontos elencados acima, estes dados parecem sugerir que algo saiu errado na luta histórica dos trabalhadores pela recuperação de sua subjetividade. E está certo. Para um país periférico tais dados não seriam motivo de alarde. Para a rica realidade histórica europeia, entretanto, eles são uma sinalização clara de que algo vai mal na sociedade mundial do trabalho. O caso de Udewalla infelizmente não é uma realidade isolada, mas reflexo de um fenômeno muito maior, que ultrapassa os portões da fábrica. Trata-se da nova informalização, flexibilização e precarização do capitalismo. A velha realidade periférica, produto de um sistema econômico mundial, como diria Wallerstein, agora se torna questão política e social relevante, no centro, quando dados desta natureza apontam que o leme da situação foi perdido. A conclusão de Gorz é que “a globalização e o desemprego permitiram ao capital exercer de novo seu poder sem divisão. Era a função que devia cumprir” (GORZ,

2004). A carta na manga do capital foi entregar ao trabalhador todo o seu destino, tudo o que ele queria, toda a sua autonomia e subjetividade. O que o trabalhador não sabia é que com isso perderia toda a sua segurança.

Gorz percebe esta transição do Fordismo para o pós-fordismo como um processo de “submissão”. Existe aqui um drama fundamental, como descrito por Coriat (CORIAT apud GORZ, 2004) cuja marca principal é a ambigüidade, que podemos observar aqui, de modo a ver seu potencial analítico para a compreensão dos problemas da periferia e para uma nova compreensão da relação entre centro e periferia do capitalismo, bem como para a compreensão da uma nova sociedade mundial do trabalho. Ou seja, apenas a superação das relações capitalistas permitiu realizar o potencial libertador do Pós-Taylorismo. Esta interpretação sugere uma mudança nas relações de força econômica entre economias até então dominantes, como a Alemanha, e economias emergentes como o Brasil. Enquanto no centro do capitalismo a informalização e flexibilização proporcionou a “desfiliação social”, como veremos a frente com Castel, de porções significativas da sociedade em medida inédita, na periferia ela tem proporcionado a ascensão de novas classes “médias”, como mostra o estudo empírico sobre os “batalhadores brasileiros” (SOUZA; ET. ALL, 2010).

Seguindo na análise européia de Gorz, outro dado visível é que as empresas passam agora a contratar jovens sem experiência e sem passado sindical, de modo a moldá-los e a fornecê-los, em troca da chance de inserção inicial no mercado, uma “*corporate identity*” (GORZ, 2004). Com isso, o jovem trabalhador encontra na “cultura da empresa” e no “patriotismo empresarial” um substituto de pertença à sociedade global e um refúgio contra o sentimento de insegurança. Para Gorz, a empresa Pós-Taylorista oferece uma espécie de “segurança monástica”: ela pede renúncia de tudo e oferece em troca o privilégio de ser parte de uma “grande família”, ou seja, se oferece como o principal laço social do trabalhador.

Com isso o trabalhador passa a viver um novo tipo de controle: uma espécie de ostracismo na pressão conformista e totalitária do grupo, agora sob o rótulo da “fábrica integrada”. No novo contexto, não há mais “negociação”, ela é desnecessária, na medida em que o “bem comum” já está pressuposto e com isso todos os problemas são analisados consensualmente, ou seja, já é pressuposto que todos vão ganhar juntos. No geral, Gorz considera a mudança em foco como um regresso diante do Fordismo: o Toyotismo teria substituído as relações modernas por relações pré-modernas. Está em jogo a perda das relações fixas definidoras do trabalho assalariado, e a metáfora da volta do passado pode ser confirmada

pela análise de Robert Castel, mais adiante, sobre a transição da sociedade pré-capitalista e pré-salarial para a sociedade salarial.

No Fordismo, para Gorz, o trabalhador realiza as tarefas sem concordar, no Toyotismo, do contrário, realiza concordando, com a diferença fundamental de que no primeiro o resultado não é imputável à pessoa. Agora o imperativo da “competitividade” ocupa espaços pessoais que a empresa devia ceder. Como diria Paolo Virno (VIRNO apud GORZ, 2004) “nada é mais pobre do que ver sua relação com o outro e seu poder de linguagem reduzidos ao trabalho assalariado”. Aqui vemos um drama fundamental típico do Fordismo. Em contrapartida, porém, a submissão consentida e induzida pelo discurso da cooperação aprofunda o drama pessoal do trabalhador, colocando-o em servidão absoluta, própria da “cooperação produtiva”. Como bem definiu Lazzarato (LAZZARATO apud GORZ, 2004), os sujeitos agora se comunicam em relação pré-determinada, na forma e no conteúdo. Para ele, “o sujeito é uma simples estação de codificação e decodificação. A relação de comunicação deve eliminar o que constitui precisamente sua especificidade”.

Os conceitos de flexibilidade e cooperação foram também analisados por Richard Sennett em seu “Corrosão do caráter” (2006). A mudança em jogo, redirecionando as sociedades contemporâneas na direção de um “novo capitalismo”, como ele define, tem caráter bem semelhante ao advento do Pós-Fordismo em Gorz. O cuidado necessário, entretanto, com a teoria da flexibilidade, precisa levar em conta em que medida ela tematiza mudanças práticas e de sentido nas relações de trabalho contemporâneas e em que medida ela se torna ideologia, reproduzindo e legitimando na esfera pública e no senso comum contemporâneo, já tomado por este ideal, a lógica empresarial e sua dominação implícita ainda mais eficaz.

Outro ponto que merece atenção na teoria da flexibilidade, que em outros termos significa a percepção do processo de informalização do capitalismo, se referindo, entretanto, a dimensões estabelecidas da produção, enquanto que o termo informalização é usado geralmente para analisar setores precários, é a sua ambigüidade. Se de um lado a flexibilidade pode significar precarização no centro, de outro lado, em um processo conjugado – afinal vivemos em uma sociedade mundial do trabalho – a informalidade pode significar a ascensão e melhora econômica e social de classes populares na periferia do capitalismo. Em outra dimensão analítica, o apelo ao conceito de flexibilidade em autores como Gorz e Sennett, em boa medida, remete-se a decadência político-econômica de países até então considerados centrais no capitalismo, enquanto que a ideia de informalidade, geralmente remetida a fenômenos sociais

negativos, pode remeter-se a ascensão de economias “emergentes” e a uma mudança concreta na relação de forças políticas e econômicas do capitalismo contemporâneo.

Outro aspecto fundamental da análise de Gorz é a ideia de autonomia e direção de si. Diante das mudanças apresentadas, a autonomia se torna heteronomia, devido aos limites que o capital agora impõe, como nunca, ao trabalho vivo. Gorz recorre também a teóricos da “intelectualidade de massa” para tematizar trabalhadores desempregados. Paolo Virno (VIRNO apud GORZ, 2004), por exemplo, percebe que o novo sistema de trabalho subjuga toda a “intelectualidade de massa”, transformando todos os indivíduos em desempregados em potencial. Este novo risco social generalizado, novo pelo menos na Europa, tema este tornado conhecido com a obra de Ulrich Beck, é também tratado por Robert Castel, como veremos, com sua análise sobre o processo de desfiliação social contemporâneo na França e a compreensão do advento de uma zona de vulnerabilidade crescente e permanente no mesmo contexto.

Aqui Gorz procura, em sua tentativa mais crítica, mostrar que a nova linha de produção produz, ela mesma, as condições sociais e culturais que permitem ao domínio do capital ainda mais força sobre a autonomia do trabalho vivo. Como percebeu Touraine (GORZ, 2004), na “sociedade programada” – praticamente sinônimo de “sociedade do conhecimento” e “sociedade da informação” – a frente do conflito está em todas as partes e sua radicalização se encontra em terreno cultural (educação, formação, cidade, ócios, modos de vida). A condição de sua radicalização, porém, encontra-se no terreno do trabalho. Para Lazzarato (LAZZARATO apud GORZ, 2004), a perda da autonomia é sinônimo de “prostituição ao capital”. Para Gorz, a condição dos prestadores de serviço é o cúmulo da venda de si, sendo estes verdadeiras “mercadorias que trabalham” ou, como disse Wright Mills, sua condição subjetiva deveria ser situada em um “mercado de personalidade” (MILLS apud GORZ, 2004).

Aqui devemos fazer um parêntese importante. Não resta dúvida que a crítica à perda da autonomia, ou a radicalização da não autonomia, como é o caso da obra de André Gorz, é um dos critérios permanentes de toda a sociologia que se pretenda “crítica”. Esta tradição é fundada em Marx e seria difícil sustentar algum argumento contra ela. Em Frankfurt, por exemplo, escola herdeira oficial da teoria “crítica” e da crítica a autonomia, Axel Honneth (2006) voltou a falar em perda da autonomia no trabalho. A crítica de Gorz, entretanto, não deve ser restrita a análise da Europa, pois assim permaneceria apenas na dimensão do lamento *Pós-Welfare State*. Se associarmos os conceitos de informalização e flexibilidade a condições de trabalho

permanentes na periferia, por exemplo, podemos dizer que nesta dimensão do capitalismo jamais houve autonomia para a maior parte da população.

Seguindo com o argumento do autor, vivemos agora a experiência de um “trabalho que anula o trabalho”. O Pós-Fordismo produz uma elite trabalhadora ao mesmo tempo em que produz o desemprego. A “utilidade social” desta elite não pode ser apreciada da perspectiva do valor de uso de sua produção ou do “serviço oferecido aos usuários”. Em outros termos, o trabalho “imaterial” privilegiado no pós-fordismo reduz o volume de emprego, bem como a massa de salários distribuídos, além de gerar cotas jamais alcançadas de taxas de exploração. A dominação do trabalho imaterial tende assim a reduzir a 2% a população ativa que assegura a totalidade da produção material.

Gorz percebe aqui uma mudança fundamental na transição para as sociedades pós-fordistas. O trabalho imaterial, que significa o oposto do trabalho braçal é o domínio da tecnologia e da concepção dos produtos e da produção. Gorz percebe uma hierarquia importante, que produz maior desigualdade, dominação radical e precarização. Entretanto, é preciso dizer quem são os “imateriais”. Como sugere a tese da sociedade do conhecimento, estudada por Nico Stehr (1994), estas pessoas são a “classe do conhecimento”, ou seja, todos aqueles que trabalham com ciência e tecnologia. Esta classe ganha cada vez mais poder e dinheiro no topo da produção. O que André Gorz e nenhum dos outros autores aqui percebem é que existe uma hierarquia entre o trabalho “imaterial” - termo este que deve ser tratado com distanciamento, pelo teor altamente ideológico – e o trabalho “braçal”, daqueles que obedecem, e esta hierarquia *não se restringe a sociedades nacionais específicas*. A hierarquia social implícita da sociedade mundial do trabalho contemporânea é *internacional*.

Aqui, o princípio da crítica ao nacionalismo metodológico deve ser aplicado. A análise de Gorz percebe a radicalização da hierarquia social do trabalho e a conseqüente precarização dos trabalhadores que não conseguem acompanhar os novos padrões de qualificação, determinados pela ciência e pela tecnologia. Ele a percebe, entretanto, apenas dentro da sociedade francesa. A mesma lógica deve ser aplicada ao espaço social metodológico da sociedade do trabalho mundial. Ainda que tenhamos, nas sociedades “emergentes”, a ascensão de novas classes “médias”, como sugere o já citado livro dos Batalhadores (SOUZA, ETT. ALL, 2010), em contrapartida temos a permanência de uma “ralé estrutural” (SOUZA, ETT. ALL, 2009) na periferia do capitalismo. Sua produção é hoje fruto de uma sociedade mundial do trabalho. A condição de precariedade é uma realidade ainda em florescimento nos países do

Atlântico Norte. Na periferia, ela é estrutural e permanente. Logo, a pergunta é simples: onde estão, em número e em força política, simbólica e econômica, a maioria dos trabalhadores “imateriais”? A resposta é simples: eles ainda se encontram no Atlântico Norte.

Outro aspecto da mudança social estudada por Gorz é o que ele define como “metamorfoses do salariado”. Neste aspecto, o pós-fordismo transforma mais a natureza do laço salarial do que do trabalho. É claro que existem transformações na natureza prática e no significado do trabalho. Entretanto, o importante neste ponto é a compreensão do que processo que André Gorz compreende como uma “terceirização em cascata”, o que é sinônimo de “precarização em cascata”. Para tanto, ele analisa um processo de pirâmide de produção toyotista, no qual a terceirização do trabalho em sub contratistas baixa o nível de salário de cima para baixo. Com isso as “firmas mães” externalizam tarefas especializadas, que são pagas a menor preço. A dependência da mãe induz assim a flexibilidade de horários e de contratos na base.

Esta lógica, se utilizado o princípio da crítica ao nacionalismo metodológico, pode e deve ser aplicada na análise da relação entre as dimensões estabelecidas do capitalismo, identificadas por Claus Offe como uma racionalidade formal, e seus entornos informais e precários. Gorz está mostrando, com dados empíricos, o funcionamento da pirâmide econômica contemporânea do capital, na qual existe um centro do conhecimento que dita a produção, precarizando o trabalho manual na base. Pensando para além do nacionalismo metodológico, do próprio Gorz, é preciso tematizar a hierarquia mundial implícita do trabalho, escondida nas categorias cognitivas do nacionalismo metodológico, como percebe Ulrich Beck, ou, como percebe Wallerstein, o sistema econômico mundial escondido nos Estados nacionais.

Com a terceirização em cascata, a mão de obra se divide em duas categorias: um núcleo central de assalariados permanentes, de um lado, e a massa de trabalhadores periféricos, precários e flexíveis, de outro. Com o Toyotismo, o capitalismo se livra dos encargos, ou seja, da regulação estatal. Aos precários se unem “externos”, prestadores de serviço “independentes” sem direitos trabalhistas. Para o fortalecimento de seu argumento, Gorz mobiliza alguns dados do trabalho precário e terceirizado no centro: em 1994, os ditos “novos empregos”, somavam 95% na Grã Bretanha e 80% na França. Outro dado decisivo para sua interpretação é que a adaptação ocidental do Toyotismo exige metade de todo investimento para a manutenção do mesmo nível de produção do Fordismo. Ou seja, o capital descobriu a fórmula histórica da auto-superação e economizou. O preço: a precarização institucionalizada, generalizada e ampliada

em todo o mundo. A identificação de condições de precariedade no centro, assim, é apenas a ponta do iceberg da precarização radicalizada em todo o capitalismo e principalmente em sua periferia.

Outro dado, vindo do Atlântico Norte: desde 1993 as 500 maiores firmas americanas não empregam mais que 10% de assalariados permanentes e de tempo completo. A lógica dominante aqui é definida por Gorz como “Pós-Salariado”: a flexibilização e externalização do trabalho convertem a remuneração em objeto de negociação. Ou seja, trata-se da volta da relação capitalista mais pura, sem intermédio institucional, ou seja, regulação estatal. Esta relação “pré-salarial” pode ser melhor compreendida a partir da obra de Robert Castel, como veremos. Coerente com sua análise, o próprio Castel, diante da constatação da institucionalização da precariedade, propõe como solução o desenvolvimento e o fortalecimento do direito do trabalho.⁸

O quadro geral da análise do autor pode ser resumido no advento de uma polaridade sem precedentes na história da Europa: a condição de emprego, decadente, de um lado, e a condição de trabalho temporário, de outro. O independente começa a ser visto como “auto-empregado” na visão dos britânicos, por exemplo. Segundo Gorz, a imagem do trabalhador “por sua conta”, “seu próprio patrão”, seduz jovens britânicos hoje, desejando receber segundo suas capacidades e mérito. Nesta lógica, porém, só alcança êxito a “elite do saber”, menos de 1% dos ativos: consultores, advogados de negócios, especialistas em informática e *experts* de alto nível. Neste contexto onde a condição de “autônomo” significa nadar com os tubarões, se salvam aqueles com reputação de competências excepcionais, o que significa a institucionalização e radicalização da meritocracia e do individualismo, como podemos ver também nas obras de Ulrich Beck e Robert Castel.

“Quanto menos trabalho para todos, mais a dureza para cada um” (GORZ, 2004). Assim resume o autor emblematicamente a nova condição de trabalho francesa e europeia. “O trabalho independente é a forma mais visível da tendência de abolição do assalariado”. A frase também define bem o mundo pós-fordista. No contexto da obra do autor podemos ver seu tom explicitamente negativo. E de fato o é, se pensada apenas a realidade européia. A flexibilização e informalização do capitalismo apresenta, entretanto, efeitos ambíguos na periferia. A mesma

⁸ Castel propõe esta solução em artigos recentes, posteriores ao seu livro clássico “Metamorfoses da questão social”, na coletânea “Die Krise der Arbeit” (Hamburg: Hamburger Edition, 2011).

informalização que otimiza a precarização estrutural vivida pela ralé brasileira permite a ascensão social dos batalhadores brasileiros. A informalização do capitalismo, assim, favorece a periferia na virada do jogo político e econômico internacional.

Na narrativa do ocaso da vida social de André Gorz, o capital teria destruído dois séculos de luta. A negociação coletiva agora se torna individual (o que enfraquece e isola o trabalhador diante do capital). Os salários convencionais se tornam individualizados (o que significa aumento da meritocracia e fragmentação interna dos trabalhadores que precisam disputar entre si e cada vez mais diretamente com o colega mais próximo). Por fim, a relação salarial passa da condição de direito para a condição comercial. (isso significa fim da proteção jurídica do trabalho, a negociação está no plano do mercado e quem domina este são os donos do capital já estabelecido antes do trabalhador).

Vivemos agora o domínio de leis impessoais e anônimas do mercado, irresistíveis a indivíduos dispersos competindo entre si. Em outras palavras, dito de modo simples, o capital fragmenta a sociedade. A tendência agora, que parece ter chegado para ficar, é a do fim do trabalho abstrato: em geral, separável da pessoa, que qualifica indivíduos sociais e úteis em geral. O direito do trabalho agora não mais assegura a pertença social antes da pertença empresarial. A função emancipadora do assalariado desaparece a olhos nus, no sentido de sua relação com as relações de sujeição da sociedade tradicional. O capitalismo apresenta agora como dado novo, pelo menos na Europa, a sua face “Dom Corleone”, tradicional e pessoalizada.

O efeito social generalizado do fenômeno de transição para o Pós-Fordismo é que agora “somos todos precários” (GORZ, 2004). “Saímos da sociedade do trabalho sem substituí-la por outra. Cada um de nós tem consciência de sua condição de *precário em potencial*, e não de *trabalhador em potencial*, o que significa ausência de consciência coletiva”. Ora, o que dizer da aplicação desta análise, correta para a Europa, ao caso da realidade social e histórica da periferia do capitalismo? A impressão é que tais teóricos jamais conheceram a periferia. Ulrich Beck conheceu o Brasil, e apavorado com os vendedores ambulantes lançou a famosa tese da brasilização do Ocidente. Bem, o ponto importante para a análise aqui é outro.

O precário em potencial sempre existiu no capitalismo. A reconstrução do advento da sociedade salarial de Castel, por exemplo, mostra como mesmo antes da sociedade salarial já existiam os precários, vagabundos vagantes sem vínculos fixos no capitalismo comercial. Voltando a nossa época, os precários em potencial sempre foram maioria massiva nos países

da periferia. Na realidade, a divisão entre precários e trabalhadores em potencial se define muito mais por condições estabelecidas de classe, cujos padrões simbólicos e objetivos de produção e reprodução não se resumem a características “culturais”, como o nacionalismo metodológico dominante sempre impôs enquanto análise. O ponto frutífero para minha análise, entretanto, é que este incômodo intelectual que identifica a precariedade em potencial no centro, a partir de uma realidade que de fato sem impõe, no centro, é um dado empírico fundamental que exige a reconstrução de uma teoria crítica sobre a sociedade do trabalho atual.

Como solução, André Gorz propõe a desconexão do trabalho ao direito a ter direitos. Nem direito a ingresso social, nem cidadania plena, nem identidade podem centrar-se na ocupação de um emprego e depender dele. O trabalho, enquanto o que “nos fazem fazer”, deve perder seu lugar central na consciência. Gorz encerra com o diagnóstico de que a sociedade européia vive agora uma heteronomia precária e insegura e por isso acaba buscando, em livros posteriores, uma “ontologia do imaterial”⁹ em lugar da “ontologia do trabalho” marxista que dominou as interpretações sobre a sociedade industrial fordista agora em extinção.

Na conclusão geral de Gorz, podemos dizer que não existe possibilidade de uma restauração da sociedade do trabalho. Sua obra é ambígua e por isso mesmo importante para a interpretação do capitalismo contemporâneo exatamente por que ele identifica alguns fundamentos principais da nova sociedade, o seu Pós-Fordismo, sinônimo de sociedade do conhecimento. Em apresentação intitulada “*Welches Wissen? Welsche Gesellschaft?*” (Qual conhecimento? Qual sociedade?), no congresso “*Gut zu Wissen*”, (trata-se de um trocadilho, “É bom saber”) da Heinrich –Boell – Stiftung, em 2001, ele chega a falar em “capitalismo do conhecimento”. Este seria marcado por uma fase de transição, na qual mais de um modo de produção coexistem. Esta afirmação deixa claro a redução européia de seu olhar, pois a convivência de modos de produção distintos é traço universal do capitalismo, como pode ser visto nas obras de Max Weber, Robert Castel, Mangabeira Unger, David Harvey e na recente pesquisa sobre os batalhadores brasileiros no Brasil.

Apenas a narrativa européia do *Welfare State* como divisor de águas pode perceber o Fordismo como centro do mundo e, conseqüentemente, todas as mudanças sociais contemporâneas girando em torno de seu desmoronamento histórico. Por outro lado, a ambigüidade do pensamento europeu em foco levanta pontos fundamentais que devem ser

⁹ Ver Gorz, André. *O Imaterial: conhecimento, valor e capital*. São Paulo: Annablume, 2005.

usados contra ele mesmo, de modo a mostrar uma outra sociedade do trabalho vinda da periferia, ou como se diz hoje, das sociedades “emergentes”. No ponto em questão, os modos de produção distintos ao da racionalidade formal predominante na Alemanha ou na França podem ser vistos na economia popular dos batalhadores brasileiros, motor atual do crescimento econômico do Brasil.

Para Gorz, todo tipo de saber é incorporado como mercadoria no processo de comercialização. Com isso, a transformação de saber em capital e seu aproveitamento é um processo contraditório (GORZ, 2001). O que precisa ser explorado aqui é que a radicalização desta relação se opera na periferia do capitalismo, sendo ainda administrada em seu centro, onde se encontram a maioria dos “donos do saber”, já identificados por muitos intelectuais como parte considerável de uma “elite global”, como já perceberam Ulrich Beck, Richard Münch Manuel Castells e outros.

Em sua melhor tentativa crítica, André Gorz percebe com precisão que a sociedade como um todo é quem cria o saber específico das empresas, com o qual o incomensurável capital-saber social e cultural se completa. No que a valorização do capital-saber das empresas tem sido sempre arbitrário. Também a ideia de capital-saber se apresenta em toda a sua ambigüidade. Ao mesmo tempo em que ela tematiza a nova condição de adaptação necessária ao trabalhador, diante dos novos padrões de qualificação exigidos por um mercado de trabalho cada vez mais competitivo, ela reproduz a linguagem e a lógica da racionalidade formal do Atlântico norte, na qual capital e saber se fundem na perspectiva do bem comum. O próprio Gorz já mostrou que a precariedade crescente é o “Calcanhar de Aquiles” desta perspectiva.

2.3 RISCO? PARA QUEM? – ULRICH BECK

Também Ulrich Beck, já em seu “*Risikogesellschaft*” (1986) se preocupava com a “despadronização do trabalho assalariado” como um dos pilares da mudança social mundial contemporânea, bem como sendo um dos pontos chave para a interpretação e a intervenção política prática em prol de um mundo melhor. Para ele, o significado do trabalho assalariado para a vida das pessoas na sociedade industrial se liga nitidamente ou não no trabalho em si mesmo, em sua fundamentação. Este significado se encontra ao menos no fato de que a força

de trabalho como base da segurança existencial é indispensável para a condução da vida individual (BECK, 1986). Cabe notar que, como veremos na crítica a sua tese da brasilização do Ocidente, mesmo a narrativa europeia mais conservadora não pode fugir do fato objetivo da centralidade do trabalho enquanto condicionador de uma posição digna e ontologicamente segura em qualquer sociedade moderna.

Sendo mais enfático, Beck argumenta que emprego (*Erwerbsarbeit*) e profissão (*Beruf*) se tornaram o “eixo da condução da vida” na época industrial (Beck, 1986, p. 20). Ao lado da família, eles pintam o quadro bipolar de um sistema coordenado, no qual a vida nesta época se fixa. Diante da pergunta objetiva e inevitável que toma de assalto qualquer indivíduo moderno: “O que você é?”, ninguém responde com seu hobby, mas sim com sua profissão ou seu lugar na hierarquia objetiva das posições de trabalho. Em uma sociedade na qual a vida se alinha pela profissão, a resposta à pergunta acima precisa se remeter a informações como salário, *status*, habilidades linguísticas, interesses possíveis e contatos sociais, dados estes fundamentais para a inserção digna como ser produtivo no que se compreendeu aqui como sociedade do trabalho.

“Instabilidade interior”. Nada menos era oferecido pela segurança ontológica ancorada no trabalho assalariado. No geral, uma profissão garantia *experiências sociais fundamentais*. A profissão é um lugar, no qual a realidade social, compartilhada, em primeira mão, poderíamos dizer, pode ser experienciada (Idem). A afirmação não passa da tese durkheimiana, de como o trabalho é o elo moral fundamental entre os indivíduos, atualizada na linguagem da sociedade industrial. Ao lado da família, a profissão teve sua segurança e sua função preenchidas.

A sociedade industrial, tendo a vida esquematizada pelo trabalho, em suas felicidades ou tristezas, com seu conceito de mérito, seu direito social e sua desigualdade, sua balança de poder, sua política e cultura, se formou como uma “sociedade do trabalho remunerado”. Entretanto, o mundo dos sonhos europeu ruiu. A análise do autor nos conduz de um sistema de ocupações plenamente preenchidas e padronizadas para um sistema de “sub-ocupações flexível e plural” (Beck, 1986, p. 222). O dado gritante preocupa o autor: de um nível de desemprego entre 2 e 4%, a Alemanha ultrapassa a linha dos dois milhões. O advento das tecnologias da informação e da produção automatizada não foi capaz de conter o fenômeno. Pelo contrário, o estudo de André Gorz nos diz: eles são a gênese do problema.

Em conclusão, Beck pode dizer que, com as tecnologias da informação e também com os impulsos de modernização sociais, uma espécie de “mudança constitucional” das ocupações

foi introduzida. Uma nítida concorrência entre continuidade e cisão do desenvolvimento das ocupações no geral abre espaço para uma perspectiva de constatação empírica em ambas as direções no futuro. Com a tese da brasilização do Ocidente ele tenderá mais tarde a apostar na hipótese negativa. Como Sennett, ele percebe os novos contextos de cooperação em serviços como ao menos uma parte da solução, como formas de trabalho descentrais, de lugar difuso, independente de lugar, em suas tendências de organização. Elas são, entretanto, impotentes diante do advento da precariedade e da insegurança individual, como notam Sennett e Castel.

O contexto entre trabalho social e processos de produção se torna frouxo, no que a autonomia, o que significa cooperação direta em um “lugar de trabalho comum”, significa flexibilidade em sentido negativo. Com isso muda o sistema de ocupações nitidamente em sua forma visível. No lugar do que outrora fora *seguro*, no espaço das fábricas onde o contexto de trabalho era seguro, surge uma “organização de serviços insegura” (Beck, 1986, p. 225). Em suma, trata-se do advento da “privatização dos riscos de saúde e psíquicos do trabalho”. Esta é a era das sub-ocupações descentralizadas, em massa.

Em complemento, Ulrich Beck nota que certas dicotomias são desafiadas pela nova realidade empírica. Os até então antitéticos conceitos, como trabalho formal e informal, ocupações e desemprego, se transformam no futuro em um novo sistema de formas flexíveis, plurais e inseguras de sub-ocupações (Beck, 1986, p. 228). Esta é a realidade vivida na periferia do capitalismo, que tematizaremos com a ideia de “Zona de instabilidade” de Castel e com o material empírico dos “batalhadores brasileiros”. A verdadeira face do capitalismo, sua informalidade e instabilidade econômica, mostra agora ao centro apenas uma parte de seus efeitos sociais perversos e incontroláveis, de forma “conjuntural”, enquanto sempre foram “estruturais” na periferia do capitalismo (SOUZA, 2003).

Também em seu livro “Liberdade ou capitalismo” (2003), Ulrich Beck apresenta a mesma perspectiva pessimista do olhar europeu. Ele concorda ali com o fim da sociedade de “pleno emprego”, em seu sentido clássico. O que significaria “pleno emprego?” A resposta do autor: trabalho “normal”, como base da existência material. O fim desta realidade, para ele, como para a teoria da sociedade do conhecimento encontra na tecnologia da informação um elemento revolucionário da forma clássica do trabalho. Neste movimento a flexibilização, já citada aqui, estudada por Sennett e pelo próprio Beck em capítulo de seu *Risikogesellschaft* (1986) dedicado a “Despadronização do trabalho” significa o trabalho “desmembrado em dimensões temporais, espaciais e contratuais” (Idem). Consequência direta: uma zona crescente

entre trabalho informal e desemprego, que mais tarde ele chamará de *Grauzone* (zona cinzenta) e que Castel desenvolve com a ideia de zona de vulnerabilidade ou instabilidade, perene ao capitalismo.

Para Beck, existe um “regime de risco” no centro do sistema laboral. Realidade esta antiga da periferia, agora é percebida pelo europeu como uma “economia política da insegurança”, como um efeito dominó. A flexibilidade para ele também significa a transferência de riscos do Estado e da sociedade aos indivíduos, sendo esta uma das bases de sua interpretação sobre o individualismo radicalizado de nosso tempo, com a qual concorda Robert Castel, como veremos.

Como saída, Ulrich Beck acredita que os governos devem fomentar a produção de maior valor e que gere maiores salários. A esta altura o autor nos coloca diante de uma “dialética rara”: quanto mais elevados os custos salariais, mais o empresário procura introduzir máquinas e empregar menos. Trata-se de uma grande mudança infra-estrutural e tecnológica: mais máquinas, menos emprego humano no centro, inchaço da precariedade para a periferia, migração para o centro do trabalho precarizado. Após ler Ulrich Beck, poderíamos arriscar dizer que o problema do trabalho do centro é muito mais uma ideologia para esconder o “ciclo de precarização mundial”, do que uma preocupação genuína com o problema do trabalho no mundo.

Por outro lado, ele concorda que a importância do trabalho como criação de valor diminuiu. (Parece natural ao pensamento europeu a coincidência entre trabalho, cidadania e dignidade). Ele parte do fato de que os salários são cada vez menores na renda nacional. (Na verdade a Alemanha está perdendo relativamente em sua economia diante de economias emergentes, das quais a China é vista como o grande inimigo, daí o fato incômodo). Também aparece como elemento explicativo o setor de serviços, pois com ele o capitalismo se reorganiza no centro e lamenta a falsa crise do trabalho. Diante da crise, que para o europeu soa mais do que econômica, mas social, surge a incisiva pergunta de Beck: “como harmonizar novamente Estado, cidadão e trabalho?” (Idem). Ou seja, como trazer de volta *The gold Age* do Estado de Bem estar?

Para tanto, Ulrich Beck, sempre formulador de soluções, propõe alguns pontos: primeiro, *não confundir modernização com privatização*. Ou seja, só agora o centro começa a sentir os efeitos sociais do neoliberalismo. Para ele, o sucateamento do Estado e a trindade da

desregulação, liberalização e privatização desprotegeu a Alemanha do terrorismo. Neste texto, o influente intelectual alemão, inclusive para sua própria esfera pública nacional, deixa transparecer seu nacionalismo intelectual. Aqui Beck busca soluções práticas apenas para a Alemanha. Para ele, as imagens de Nova York assustam a união européia: um país (não o mundo) pode suicidar-se por excesso de neoliberalismo. A realidade é que a produção mundial do liberalismo não pôde prever os efeitos sobre a segurança do centro. Agora isso apavora o pensamento europeu e gera a tese do fim da sociedade do trabalho.

Ele acredita na volta da força do Estado, evocada nos EUA e na Europa. Também se deveria abrir mais espaços na dimensão laboral para a participação e o compromisso civil dos cidadãos. A pergunta incisiva aqui é a seguinte: como organizarmos a educação, a ciência, os serviços sociais, para obter mais agilidade e capacidade de renovação dos serviços públicos? A pergunta na periferia seria mais simples e objetiva: como garantir emprego para toda a população? Felizmente, a emergência de uma economia informal produtiva tem colaborado positivamente nesta direção, permitindo à boa parte da população a filiação social sem a ajuda do Estado e do mercado (ver caso dos batalhadores brasileiros, SOUZA; ET. ALL, 2010).

O segundo ponto de Ulrich Beck trata de uma “inversão irônico-histórica”: antes, liberdade x socialismo, agora, capitalismo x liberdade. A liberdade para ele está ligada a condição de segurança econômica, política e social garantida pelo Welfare. Aqui, poderíamos também ironicamente dizer que a grande inversão irônico-histórica, ou a “grande transformação”, a qual ele mesmo e Castel se referem, como sendo a segunda na história do capitalismo moderno, depois daquela famosa analisada por Polanyi é que a precariedade chega ao centro e a possibilidade de sua superação se opera neste exato momento na periferia.

Em sua segunda solução, o autor da sociedade do risco acredita que o Estado deve se harmonizar com igualdade e liberdade. Como confirmação de sua assertiva, bastou a ele recorrer ao artigo número 1 da Lei Fundamental Alemã: “a dignidade da pessoa trabalhadora é inviolável”. Infelizmente, a história contingente e imprevisível do capitalismo agora mostra que não. Por fim, ele se questiona como evitar o *dumping* salarial, e as atividades empresariais parasitárias...

O terceiro ponto de solução de Ulrich Beck é a imigração como antídoto para o envelhecimento da sociedade. Este argumento pseudo universal justifica o subemprego imigrante e confirma seu próprio nacionalismo metodológico, que ele mesmo tentou criticar. O

sonho europeu aqui é a reconstrução do Estado da liberdade e da democracia, ou seja, o retorno da grande realização positiva do capitalismo em sua história de desigualdade transnacional ao longo do século XX, século da sociedade industrial que estabeleceu a seguridade social, a dignidade e a qualidade de vida dos países do Atlântico Norte.

CAPÍTULO 3 – EXISTE UMA SOCIEDADE DO CONHECIMENTO?

Vivemos uma época na qual o tom do panorama político e econômico mundial é o de celebração da mudança. Como nunca antes o Brasil desponta, na mídia mundial, ao lado de nações como China e Índia, dentre as mais promissoras “potências emergentes”. Já se fala que o futuro do capitalismo e da humanidade pode ser visto a partir destas nações. Um influente sociólogo alemão já anunciou profeticamente o perigo da “Brazilização do Ocidente”.¹⁰ Nas ciências sociais dominantes no mundo, presenciamos o anúncio profético de vários “Fins”. São eles o fim das sociedades de classe, fim do socialismo real, fim das grandes narrativas, fim das

¹⁰ Ver Ulrich Beck, “The brave new world of work”, 2000.

ideologias, fim das estruturas rígidas de estratificação e dominação social, fim das interpretações macro-estruturais, fim da ordem mundial bipolar, fim da hegemonia dos grandes centros políticos e econômicos, fim da polarização centro-periferia e o fim das sociedades “do trabalho”.

O mesmo tipo de alarde apocalíptico parece guiar a definição atual de uma época “Pós”. Os paradigmas dominantes na ciência social mundial e os discursos dominantes na esfera pública mundial são marcados pela indefinição como definição. Vivemos uma época sobre a qual a melhor coisa que temos para falar é que temos muito pouco para se falar. Já se anunciou o pós-moderno, o pós-nacional, o pós-colonial, o pós-social e até o pós-humano. Em meio a toda esta nova doutrina de uma “era de transição”, poucas perspectivas têm realmente algo a dizer. Entretanto, o mais importante é que a combinação “Fim-Pós” já se tornou o discurso dominante de nossa época sobre ela mesma. O filósofo francês André Gorz (2004) esboçou o parecer de que “saímos de uma sociedade do trabalho e não colocamos nada em seu lugar”. No geral, parece que podemos aplicar a mesma lógica: saímos de uma idéia de sociedade moderna e nacional, ou até mesmo de uma idéia de sociedade, no caso de teorias mais radicais, para não colocarmos nada bem definido em seu lugar. Ao mesmo tempo, apenas se esboça, mas não se desenvolve, a idéia de uma sociedade mundial.

Este panorama geral sugere, ao mesmo tempo, um novo mundo no qual as estruturas e as relações sociais são mais opacas, fluidas, obtusas, complexas e menos rígidas, hierarquizadas e verticalizadas. Trata-se da horizontalidade da vida no horizonte das ideias. A idéia geral de um mundo mais complexo, na ciência, parece encontrar uma afinidade direta com a ideia de um mundo mais democrático, na economia, na política e na vida social. O tom geral de nosso tempo é de esperança. Esta é a época de um negro no poder da nação mais rica do mundo, e de uma mulher sucedendo um brasileiro nordestino, no governo brasileiro, no momento de virada do Cone Sul do mundo no tabuleiro das forças econômicas e políticas internacionais. Esta é a era dos acordos, dos tapinhas nas costas, e não da guerra no sentido mais tradicional, ainda que estas permaneçam ocorrendo pontualmente no mundo inteiro. Na mídia mundial, os apertos de mãos são mais evidentes do que os apertos de gatilhos. O anúncio de uma “nova ordem multipolar”, que já completa duas décadas, é incisivo na sugestão de uma descentralização geral do poder no mundo. Seu novo senso comum já parece esboçado na mídia mundial e endossado pela ciência social dominante: trata-se de uma “nova ordem multicultural”. Trata-se da época na qual o Brasil da desigualdade e do carnaval se anuncia como “Brasil, um país para todos”.

O discurso de uma época sobre si mesma nunca é uma mentira total, uma distorção completa, uma “falsa consciência”. Ele tem uma razão de ser. Reflete a edição de uma realidade. Uma edição é uma generalização de uma realidade parcial como se fosse uma realidade total. É uma simplificação da realidade. O discurso de uma época sobre si mesma é sempre uma meia-verdade. É sempre ambíguo. Enfatiza e exagera uma parte, esquece e omite outra. O discurso contemporâneo que interessa especialmente a este texto é o da “sociedade do conhecimento”. Ele parece parte indispensável do cânone central de ideias que definem as mudanças de nosso tempo, o fim de uma era e um pós que ainda não se define muito bem.

3.1 DO TRABALHO AO CONHECIMENTO?

A ideia de sociedade do conhecimento é uma das tentativas dominantes de redefinição das sociedades ocidentais contemporâneas. Há pelo menos três décadas, uma constatação básica parece se generalizar nas ciências sociais dominantes. As “sociedades do trabalho”, no sentido compreendido desde Marx, teriam entrado em profundo colapso, se observadas algumas mudanças concretas em suas formas materiais de produção e reprodução. Tais mudanças exigiriam assim uma revisão analítica na lógica e no significado destas sociedades. Nos anos 80, um artigo emblemático de um sociólogo alemão, Claus Offe, sintetizava bem a questão intrigante deste novo tempo: o trabalho ainda é uma categoria sociológica chave?¹¹ A ideia de trabalho criticada é aquela diretamente vinculada à primazia da esfera da produção na reprodução social. O dado mobilizado por este autor para fundamentar este questionamento incisivo, e que parece ter chegado para ficar, é o advento inevitável do “setor de serviços”. Este seria um efeito estrutural e funcional do inchaço da lógica Fordista do capitalismo industrial. Este setor reproduziria apenas parcialmente a lógica econômica e as relações de dominação na dimensão da produção. Ele significa ao mesmo tempo uma fragmentação da classe trabalhadora tradicional e de seu vínculo com a produção e o advento crescente de economias paralelas, informais, periféricas e ilegais. Tais mudanças levam o autor à definição de um “capitalismo desorganizado”¹².

¹¹ Ver Offe, “Capitalismo desorganizado”, Brasiliense, 1994.

¹² Offe, *ibidem*.

Este parece ter sido um passo fundamental no caminho de transição de um paradigma da “sociedade do trabalho” para um paradigma da “sociedade do não-trabalho”, e não para o de uma sociedade da não centralidade do trabalho, como sugeria Offe. O diagnóstico de Offe naquela época, de que o “mundo da produção” era mais estudado do que o “mundo da vida”, parece ter sido profético. Ele apontava para a necessidade de se compreender o papel de outras esferas da vida como movimentos sociais e identidades na atribuição de sentido da vida moderna, uma vez que o trabalho perdera, com as referidas mudanças, a sua centralidade nesta função vital. Três décadas depois, o “mundo da vida” parece ter virado o jogo no paradigma intelectual e no discurso político. A importante idéia inicial de se refletir sobre a não centralidade (afinal, nenhum conceito resolve a realidade sozinho) acabou se desdobrando em um efeito perverso, em uma falsa polarização entre a perspectiva de uma sociedade do trabalho que acabou e a de uma sociedade do não trabalho. A categoria de “sociedade do trabalho” foi reduzida pela ciência social dominante a um uso residual, ou a um uso central apenas no campo específico, tradicionalmente marxista, da “sociologia do trabalho”. A falsa polarização simplifica as mudanças vividas pelo capitalismo nas últimas décadas, sugerindo o advento de um “novo” capitalismo¹³, o que é diferente de se compreender o processo histórico de um capitalismo, eu diria, “re-organizado”.

Neste caminho de transição para um novo paradigma intelectual e um novo discurso político, outro passo decisivo é a vasta obra de André Gorz.¹⁴ Sua frase emblemática, “saímos de uma sociedade do trabalho para não colocarmos nada em seu lugar”, resume bem os posicionamentos nem sempre explícitos, na ciência social dominante, em torno da referida polaridade. Sua obra é emblemática porque é ambígua. Ambígua como as mudanças *para* e o correspondente paradigma *de* uma “sociedade do conhecimento”. De um lado da polaridade está um marxismo específico, ortodoxo na manutenção do esquema conceitual carro-chefe da teoria do valor e das relações sociais a ela vinculadas. No Brasil, o maior exemplo desta perspectiva é Ricardo Antunes. Este marxismo tem um lugar garantido no campo da ciência social moderna, exerce a função no campo de que há possibilidade para todo tipo de crítica. Entretanto, sua influência parece menor do que a do outro pólo, aquele da tentativa de

¹³ Esta linguagem surge em autores influentes como Richard Sennett (2006) e Axel Honneth (2006).

¹⁴ Vasta literatura existe sobre os temas do terceiro setor, da sociedade do conhecimento e do fim das sociedades do trabalho. Entretanto, as obras referidas neste texto parecem as mais significativas em sua influência política e em seu potencial analítico.

redefinição do que seriam as sociedades pós “sociedades do trabalho”. Neste pólo a figura de André Gorz é central, pois sua ambigüidade ao mesmo tempo corrobora o abandono da idéia de fim da sociedade do trabalho e contribui incisivamente para a compreensão das mudanças efetivas pelas quais passa o capitalismo nas últimas décadas.

Desde seus trabalhos seminais nos anos 80¹⁵, Gorz esboça uma perspectiva que ao mesmo tempo transborda e complementa a de Offe. Seu resgate é importante para a compreensão do germe da idéia de “sociedade do conhecimento” a partir da idéia de fim da sociedade do trabalho. Além do advento do setor de serviços, percebido por Offe, mas analisado mais decantadamente por Gorz¹⁶, este último articula este dado levantado pelo primeiro com outro dado igualmente fundamental, que não desenvolve isolado do advento do setor de serviços: trata-se do advento crescente da tecnologia e do conhecimento especializado como força produtiva central na reprodução das sociedades contemporâneas. Em torno da ideia de força produtiva “imaterial”¹⁷, Gorz caracteriza esta nova força produtiva e busca tematizar as mudanças estruturais que permitem seu advento. O fim da sociedade do trabalho, no sentido marxista original, consiste para Gorz no fato histórico de que o Capital teria operado uma cartada decisiva na histórica luta de classes entre a burguesia e o operariado organizado. Ele está analisando a trajetória específica de sociedades européias, mas a lógica do raciocínio pode ser apropriada para os interesses deste texto. Desde o século XIX, a classe trabalhadora européia adquiriu várias conquistas diante do capital, encarnado na burguesia e na posse dos meios de produção. Vasta literatura há sobre o tema. Sabemos que a classe trabalhadora tradicional adquiriu na Europa sua dignidade ao longo do século XX, através da garantia de direitos básicos envolvendo salário, segurança no trabalho e tempo livre. Mas ela queria mais. A classe trabalhadora almejava autenticidade, e vinha acumulando pequenas vitórias diante do capital. Garantida a dignidade, faltava a realização no trabalho. A classe trabalhadora quis participar da concepção de seu trabalho, da realização plena da utopia marxista, para além da mera realização do trabalho. Queria de volta o que o capital havia lhe roubado. Sua autonomia, sua liberdade de criação e criatividade humana. Sentou à mesa para negociar com o capital. Eis aqui a percepção fundamental de Gorz: o capital tinha uma “carta na manga”, que a classe trabalhadora não

¹⁵ A obra seminal no debate é seu livro “Adeus ao proletariado” (1982).

¹⁶ Ver principalmente o capítulo 2 de seu livro “Misérias do presente, riqueza do possível” (2004), para este ponto.

¹⁷ Ver o já citado “Misérias do presente” e principalmente seu livro “O imaterial” (2005).

previu. Ele a aceitou para compor o outro lado da mesa e participar das decisões, das concepções e da realização plena do trabalho.

A análise de Gorz é importante neste aspecto porque ele identifica uma mudança estrutural específica no capitalismo do século XX, sem a qual seria impossível a negociação que traiu e enganou a classe trabalhadora: o Fordismo alcançara seu limite estrutural e funcional. O capitalismo precisava se re-inventar. Simplificando seu argumento: a produção de mercadorias em massa conduzida pelo capitalismo fordista industrial chegou a um limite de auto-superação que não podia gerar mais lucros. Os estoques significam prejuízo. O capital precisava explorar uma nova modalidade de mercadorias que não ocupassem os galpões das fábricas, que circulasse mais rapidamente, que mantivesse a lógica de lucro sobre lucro. Esta mercadoria só podia ser imaterial, ou seja, a venda de sonhos, a venda de significado. O desenvolvimento de um valor de uso imaterial. Mais sentido e menos matéria.¹⁸ O mais irônico é que o “velho barbudo” já havia avisado sobre a “carta na manga” do capital. Parece que ninguém escutou. Gorz (2004) ressalta que Marx já havia analisado nos seus *Grundrisse* a possibilidade e a lógica de valorização do conhecimento pelo capital (SILVA, 2008).

A exigência de valorização de uma dimensão específica da produção, que não pode abandonar a produção material, mas passa a subjugar-la ainda mais, além de um tipo específico de mercadoria, exige também um tipo específico de consumidor e de trabalhador. Fora da fábrica, o consumidor precisa acreditar no valor imaterial das mercadorias que ele mesmo pode ajudar a conceber, se dentro da fábrica ele apresentar as capacidades de produtor material e imaterial. Aqui a classe trabalhadora é cindida ao meio e perde muito de sua força de organização política, pois os engodos aos interesses econômicos e culturais que agora o capitalismo oferece aos seus membros, individualmente, é mais imediato e objetivo do que qualquer interesse coletivo. A última conquista da classe trabalhadora é a entrega total de sua subjetividade ao capital, como percebe Gorz. Ele ajuda a compreender como o capitalismo se re-estrutura, pela dupla necessidade funcional e de produção de significado. A produção de significado passa a funcionar produzindo o significado da produção.

A ênfase de Gorz na força produtiva central do conhecimento imaterial acaba não refazendo uma teoria da sociedade do trabalho, no sentido de rever o significado prático deste,

¹⁸ A vasta literatura sobre indústria cultural e sobre sociedade do consumo, ainda que esta última idéia seja recheada de ambigüidade, pode ser esclarecedora neste ponto.

mas sim realiza uma teoria do fim da sociedade do trabalho, colocando em seu lugar uma sociedade “do imaterial”. A perspectiva é ao mesmo tempo ambígua e produtiva, pois ele opera duas revisões analíticas que podem ser úteis aos objetivos deste texto, ou seja, a crítica ao paradigma da “sociedade do conhecimento” dominante na ciência social contemporânea e ao seu correspondente discurso na esfera pública. As duas revisões retomam e articulam os dois dados empíricos mencionados acima, desde Offe e do próprio Gorz: o advento do setor de serviços e do conhecimento tecnológico e especializado. Gorz vincula o desenvolvimento dos dois fatores, por exemplo, a partir do caso empírico de uma fábrica de ponta da Volvo em Uddevalla, na Suécia. O esgotamento prático do Fordismo e o conseqüente advento do pós-fordismo, seja em sua versão taylorista ou toiotista, é exemplar não apenas da fragmentação da classe trabalhadora tradicional, mas também da fragmentação do mercado de produção e consumo em fatias heterogêneas, com o que concorda Offe. A economia produtiva fora da fábrica, para além do Fordismo, que sempre existiu em escala maior na periferia do capitalismo, agora é um dado crescente na Europa.

O esgotamento da produção Fordista se opera articulado a valorização de parte da classe trabalhadora, que por disposições específicas se qualifica mais que seus companheiros de fábrica, mordendo a isca oferecida pela promessa de realização pessoal no trabalho através da autonomia na concepção das mercadorias. Gorz mostra que esta fração passa por isso a ser melhor recompensada pelo capital. Ou seja, quem melhor consegue fazer o jogo é automaticamente mais valorizado e reconhecido. Em contrapartida, um enxugamento prático se opera nas grandes fábricas, gerando altos níveis de desemprego, mesmo nos países tops do capitalismo, como a Suécia.¹⁹ O dado do advento tecnológico entra aqui operando uma automação e maquinização que dispensa boa parte da mão de obra humana, ou seja, exatamente aquela que não se qualificou mais. Para onde vão estas pessoas?

O desemprego ou a realocação em dimensões inferiores do mercado de trabalho são os dois possíveis no horizonte. O horizonte de perspectivas da classe trabalhadora, agora mais heterogênea, é crescentemente verticalizado. Sua precarização se opera em dois níveis: o fracionamento na classe e a conseqüente realocação diferencial, de um lado, e o fracionamento das dimensões produtivas do mercado em fatias hierarquicamente articuladas, de outro. Gorz está mostrando a realocação precária dos que não se qualificam a partir dos critérios da

¹⁹ Ver o dado de Gorz (2004).

produção imaterial, através de um processo de “terceirização em cascata”. Os mais qualificados permanecem na empresa “mãe”, enquanto os demais são terceirizados ou sub-terceirizados. Esta diferenciação funcional isenta o capital dos custos de produção com a seguridade do trabalho, transferindo estes crescentemente ao trabalhador, que agora se percebe e passa a ser tratado como “colaborador” ou “parceiro” de produção. O advento de contratos de trabalho flexíveis e da economia informal absorve assim as forças humanas dispensadas pelos setores estabelecidos da produção, que se tornam ainda mais fechados e valorizados.

A dupla fragmentação mencionada, a do mercado e a da classe, permite a Gorz operar uma importante distinção analítica entre conhecimento e saber. O “conhecimento” é o tipo de saber historicamente e institucionalmente formalizado, reconhecido e valorizado. Este é o que se torna força produtiva central na sociedade do conhecimento. O saber em sentido mais amplo é toda a capacidade criativa e produtiva fora do conhecimento institucionalizado e legitimado. Esta distinção pode ser usada para definir todo saber social prático, da experiência, da vida, da escola da vida. Este nem sempre é reconhecido pelo mercado ou pelo Estado, e a hipótese levantada pelo estudo da sociedade do conhecimento é que passa a ser ainda menos valorizado, enquanto ferramenta prática daqueles que ocupam um degrau inferior na hierarquia social do trabalho contemporâneo. Como veremos nos capítulos posteriores, o conhecimento, com C maiúsculo, formal, conferido pelos diplomas do Estado, ainda é marca da classe média tradicional, enquanto que o saber popular, mais amplo e alternativo, é uma das principais características da nova classe trabalhadora.

A compreensão das mudanças na estrutura econômica e na dimensão dos saberes, entretanto, leva Gorz a abandonar a ideia de sociedade do trabalho. Seu esclarecimento poderia ser usado para uma renovada ideia de sociedade do trabalho, mas ironicamente não é o que acontece com o próprio autor. Ele também é traído pela ideia do imaterial, e em livros recentes chega a esboçar uma ontologia do imaterial,²⁰ em lugar da ontologia do trabalho que de fato precisava ser desconstruída. Na verdade, Gorz queria ser o novo Marx. Procurou atualizar, talvez como nenhum outro, a teoria do valor marxista, diante dos dados empíricos que Marx não viveu. O ponto importante, entretanto, é que nem os autores mais críticos conseguem escapar da idéia do advento de uma sociedade de bases práticas e de sentido totalmente novos. Por isso a ideia do fim da sociedade do trabalho é o paradigma dominante atualmente.

²⁰ Principalmente em seu livro “O Imaterial” (2005).

Uma hipótese alternativa seria a reconstrução do que é a sociedade do trabalho contemporânea, se considerarmos que o “mundo da produção” não desapareceu e sem esta dimensão da vida não existe nenhuma outra. Esta hipótese exigiria o enfrentamento de equívocos e lacunas deixados pela tentativa de compreensão da “sociedade do conhecimento”, sem desconsiderar a capacidade parcial de interpretação que tal perspectiva apresenta. A principal lacuna no paradigma da sociedade do conhecimento é que não existe a periferia do capitalismo em sua noção geral de sociedade. Mesmo os autores mais críticos como Gorz traçam uma narrativa específica de sociedades européias. Em nenhum momento se enfrenta uma questão básica para o funcionamento geral do capitalismo: para onde vai a dimensão da produção precarizada com a reestruturação tecnológica das sociedades contemporâneas? Onde e por quem é operado o trabalho braçal que precisa existir - e que agora tudo indica ser ainda mais desvalorizado - para que a sociedade mundial do trabalho continue a se reproduzir e se legitimar? Buscaremos as respostas ao longo da tese.

3.2 PARADIGMAS ALTERNATIVOS AO TRABALHO

Vários autores procuraram interpretar algumas mudanças vividas pelo capitalismo das últimas quatro décadas. A ideia tradicionalmente marxista, de uma sociedade regida e significada pelo trabalho, pareceu não mais suficiente diante da complexidade de um mundo modificado. Neste, o conhecimento disputa com o trabalho o lugar de força produtiva central. A pergunta em aberto, ainda hoje, é no sentido de como definir o suposto mundo pós-sociedades do trabalho. Várias definições hoje se apresentam como alternativas, muitas vezes derivadas de debates paralelos e nomeando diferencialmente fenômenos semelhantes. Vejamos agora brevemente algumas delas e procuremos identificar alguns traços gerais, de modo a perseguir provisoriamente uma nova definição para a nova sociedade mundial.

Para Peter Drucker, por exemplo, ao longo de inúmeros livros, autor este sacralizado na teoria moderna das organizações, a ideia de sociedade do conhecimento se apresenta como contrária e substituta da própria ideia de capitalismo (DRUCKER, 1994). Existe para ele uma história e uma civilização mundiais, não mais ocidentais, porém “ocidentalizadas”. A “Declaração de Direitos dos Combatentes”, que forneceu dinheiro para os soldados americanos no pós-guerra cursarem Universidade, se apresenta para ele como um fato simbólico que teria

fundado a “sociedade do conhecimento”. Drucker compreende as sociedades pós-capitalistas como sociedades das organizações. A afirmação de que o capitalismo terminou é bastante forte para os interesses deste texto. Para aceitá-la precisaríamos rever uma teoria econômica que comprovasse o advento de estruturas totalmente novas nas sociedades atuais.

Em contrapartida, podemos perseguir a hipótese de um capitalismo modificado, pois este parece ser o caminho aberto por alguns dos autores contemporâneos mais influentes. Allain Touraine (2007), por exemplo, destaca um interessante ponto na obra de Manuel Castells. Não há para este um determinismo tecnológico na “sociedade da informação”, compartilhando com Castells desta definição, que muitas vezes se confunde com a de sociedade do conhecimento. Isto seria um ponto positivo neste suposto novo tipo de sociedade. Ele percebe também a globalização como uma forma radical de capitalismo, na qual a economia se separa das instituições políticas e sociais, não podendo mais ser por estas controlada, com o que concorda Ulrich Beck, como vimos. Sociedade da informação e globalização são dois termos que disputam a definição do mundo atual, e nem sempre funcionam juntos de forma muito clara. Por enquanto, quanto ao segundo, podemos aceitar o argumento de um capitalismo mais radicalizado e de uma economia sem freios.

Castells (2010 [1996]) define o advento de uma “sociedade de redes” a partir de mudanças conjuntas em termos sociais, econômicos, políticos e culturais. Para ele, uma nova economia emergiu em grande escala no último quartel do século XX. Ela é informacional, por que a produtividade e a competitividade de seus agentes dependem da capacidade de produzir, gerar e aplicar suficientemente informações baseadas no conhecimento especializado e tecnológico. Ela também é global, por que as atividades centrais de produção, consumo e circulação, bem como seus componentes, são organizadas em escala global, através de conexões em rede entre agentes econômicos. Ela é uma rede, por que, sob novas condições históricas, a produtividade e a competição ocorrem em uma rede global de interação entre redes de negócios. Assim, a emergência de um novo paradigma tecnológico organizado em torno de novas, mais poderosas e mais flexíveis tecnologias da informação tornam possível que a informação por si mesma seja o produto do processo produtivo. Castells com isso esboça uma relação entre a dimensão funcional do novo sistema econômico e os novos elementos necessários para sua compreensão. Assim, podemos entender que a informação seria o motor da história da nova sociedade de redes.

Outra tentativa de paradigma hoje, que às vezes se confunde com a ideia de sociedade da informação, é a já citada ideia de “sociedade do conhecimento”, o que seria um pouco diferente. Desde pelo menos os anos 70, vários autores procuraram analisar um conjunto de mudanças nas dimensões da produção e da reprodução da vida nas sociedades ocidentais modernas a partir deste termo. Dois dados empíricos atuais parecem centrais nesta avaliação. Um deles é o surgimento e crescimento sem precedentes do chamado “setor de serviços”. O outro é o advento, em velocidade inédita na história, do conhecimento tecnológico e especializado.

Claus Offe (1994) identifica o advento do setor de serviços como um dado empírico que impõe a necessidade de se repensar a validade e atualidade de alguns conceitos centrais até então, originados do paradigma materialista clássico. O principal deles é o próprio conceito de “trabalho”, que guia a análise deste autor. Também conceitos como “classe social”, “sociedades industriais” e “sociedades do trabalho” passam a ter sua eficácia analítica seriamente questionada, por sua vinculação histórica à lógica da centralidade da dimensão da produção material na reprodução social.

No diagnóstico de Offe, o setor de serviços se caracteriza como efeito de algumas fraturas na lógica do trabalho assalariado. Este sofre uma diferenciação interna desde o Fordismo, erodindo sua identidade e abrindo espaço para uma heterogeneidade empírica de situações particulares de trabalho. O dado objetivo do crescimento do setor de serviços, que quase se confunde com o “terceiro setor”, parece diretamente articulado com o dado do advento crescente do conhecimento tecnológico e especializado, para a tentativa de definição dos padrões de reprodução e de significado das sociedades ocidentais contemporâneas. Vasta literatura há sobre o tema e várias perspectivas esboçam tentativas de definição, para as quais estes dois fatos novos parecem inevitáveis. Aqui já percebemos um debate paralelo, mas que pode ser esclarecedor, se pensarmos que as alterações na lógica do trabalho significam alterações em toda a estrutura social contemporânea.

Em Richard Sennett (2006) e Axel Honneth (2006), por exemplo, tais fatos vistos por Offe parecem fundamentais em torno da ideia de “flexibilidade”, que se torna uma realidade normativa e ideológica, cujos danos objetivos para a identidade pessoal já apresentariam efeitos evidentes em torno de um individualismo radicalizado na atualidade. Isso os leva a concordarem sobre o conceito de um “novo capitalismo”, no qual predominam os imperativos de “flexibilidade” e “adaptabilidade”.

Também Boltanski e Chiapello (2005) notam, no contexto atual que definem como marcado por um “novo espírito do capitalismo”, a necessidade de um novo tipo de comportamento individual, que precisa ser legitimado por uma ideologia igualmente nova, a qual justifica o compromisso com o capitalismo modificado. No geral, o que parece lugar comum em todas estas perspectivas é que vivemos em uma época na qual as estruturas rígidas de uma sociedade de classes, na qual o trabalho operaria um papel normativo central, foram seriamente alteradas. Nesta perspectiva, o advento do terceiro setor e do conhecimento tecnológico e especializado sempre são considerados em alguma medida, e a partir disso a viabilidade analítica de categorias como classe e trabalho fica relativizada.

A obra de Claus Offe contribuiu decisivamente, pelo menos no Brasil, para uma dessas tentativas centrais de re-definição das sociedades ocidentais nos últimos trinta anos. A ideia de que o trabalho não é mais a força produtiva e reprodutiva central, bem como fonte de significado, abre a questão sobre quais dados concretos poderiam elucidar como tais sociedades se reproduzem e se percebem agora. A questão sobre qual tipo de trabalho é mais valorizado e importante também é levantada, diante da lacuna deixada pelo arcabouço teórico anterior, baseado principalmente no marxismo clássico, que ainda percebia “sociedades modernas ocidentais” como sinônimo de “sociedades do trabalho”. Esta hipótese se apresenta agora, para todas as perspectivas mencionadas, como de difícil sustentação.

Uma literatura brasileira também enfrentou em parte esta discussão. Ricardo Antunes (2010), nos mostra que, na China, com quase 1 bilhão de trabalhadores ativos, 26 milhões de ex-trabalhadores rurais que estavam trabalhando nas indústrias das cidades acabam de perder seus empregos e não têm como encontrar trabalho no campo. Em um viés marxista tradicional, Antunes parte de uma crítica a Habermas, Offe e Gorz, para reafirmar a centralidade contemporânea do trabalho. Com este interesse, ele tem analisado algumas das principais consequências negativas das atuais mudanças no mercado de trabalho mundial, bem como na vida do que ele define como a “classe que vive do trabalho”.

Segundo Iram Jácome Rodrigues (2002) outra importante referência da sociologia do trabalho brasileira, um dos aspectos das atuais transformações, sendo este ao mesmo tempo causa e consequência, é o chamado processo de globalização, o que para ele é sinônimo de internacionalização da economia. Como exemplo, ele nota que as empresas transnacionais, de 7 mil em 1970 passam, em meados dos anos 90, para aproximadamente 37 mil, com cerca de 150 mil coligadas em todo o mundo. Este dado confirma o processo econômico que Gorz

(2004), definiu como “terceirização em cascata”. Estas empresas em 1970 empregavam 70 milhões de trabalhadores diretos que produziam um terço do total dos bens e serviços do mundo. De outra parte, para 2/3 da força de trabalho mundial, "emprego ainda significa emprego rural nos campos, geralmente, de suas regiões" (CASTELLS apud RODRIGUES, 2002).

Atualizando estes dados, na leitura de Rodrigues, Castells observa uma globalização da produção de bens e serviços que funciona em torno de "53 mil empresas multinacionais e suas 415 mil empresas auxiliares. Essas redes empregam apenas cerca de 200 milhões de trabalhadores (dos quase 3 bilhões de pessoas que trabalham para viver em todo o planeta), porém tais redes geram 30% do produto bruto global e dois terços do comércio mundial" (CASTELLS apud RODRIGUES, 2002). Esse dado para ele apresenta a dimensão das profundas transformações na produção, nas relações de trabalho e na organização sindical do mundo contemporâneo. Para ele a questão mais geral do processo de globalização afetou, sobremaneira, o mundo do trabalho, nos últimos anos. Em meados dos anos 70, 2/3 dos trabalhadores viviam em países onde a ligação com os mercados internacionais era muito fraca; no final da década de 90 menos de 10% estavam, em parte, desconectados do mercado mundial (MUNCK apud RODRIGUES, 2002).

Rodrigues nota ainda como Ulrich Beck observa que os países capitalistas desenvolvidos estariam vivendo um processo de “brasilização”. Isto é, as mudanças no mundo do trabalho estariam trazendo, para as pessoas, insegurança e precarização das condições de trabalho. Na Alemanha, por exemplo, tem havido uma diminuição preocupante do trabalho em tempo integral que, de resto, expressa uma tendência nas economias ocidentais desenvolvidas. Nos anos 60, o percentual das pessoas em ocupações consideradas precárias representava apenas 10% do total da mão-de-obra; nos anos 70 esse contingente chegou a 25% e no final dos 90 a 30% (BECK apud RODRIGUES, 2002).

Em perspectiva contrária, Josué Pereira da Silva (2008) estudioso de André Gorz no Brasil, recorre a Dahrendorf (autor este que é importante referência no tema das sociedades pós-industriais, ao lado de Daniel Bell), a Habermas e principalmente a Gorz para questionar a centralidade do trabalho e a definição das sociedades atuais a partir do próprio conceito de trabalho, relacionando-o as noções de cidadania e reconhecimento. Inclusive, vale aqui um breve parêntese sobre Habermas, autor este que talvez seja o pensador vivo mais influente do mundo. Ele é o primeiro assassino de Marx, o primeiro a tentar substituí-lo, pois com sua

sofisticada teoria da ação comunicativa é um dos primeiros a declarar a morte do trabalho. Sua obra perpassa implicitamente toda uma literatura sobre o trabalho. Em Claus Offe, por exemplo, é a dicotomia entre sistema (mundo da produção) e mundo da vida que põe o trabalho na berlinda, sendo o mundo da vida a proposta final de paradigma.

Certas coisas muito curiosas às vezes acontecem no pensamento acadêmico. Na própria sociologia do trabalho brasileira, marcadamente marxista, o espírito de Habermas, inimigo explícito de nosso maior ícone, Ricardo Antunes, ainda paira sub-repticiamente na teoria. Afinal, um dos principais termos desta sociologia é que eles estudam o “mundo do trabalho”. Isso nada mais é do que o sistema de Habermas, contrário ao seu “mundo da vida”. Enfim, ironias acadêmicas...²¹ A teoria da ação comunicativa nada mais é senão a mãe de todo o pensamento dominante alemão, denominado por alguns como estudos do mundo da vida e por outros como estudos dos movimentos sociais. Como todo nacionalismo metodológico, eles não poderiam deixar de ter seu mentor, explícito ou não.

Voltando a Silva (2008) ele cita um forte trecho de Dahrendorf, que sintetiza bem a questão:

"Numa sociedade típica da OCDE hoje, 20% das pessoas têm idade abaixo da idade em que podem entrar no mercado de trabalho; outros 20% estão aposentados. Do restante, 10% passam seu tempo em instituições educacionais. (Algumas dessas estimativas são consideradas por baixo.) Dos 50% remanescentes, alguns não estão procurando um emprego remunerado e outros, por uma razão ou outra, são incapazes de fazê-lo; não é implausível a avaliação de que ambos os grupos juntos abranjam cerca de 15%. Outros 10% podem estar desempregados. Isso deixa 25% da população. Estes 25% despendem cerca da metade dos dias do ano no trabalho, e, nesses dias, seus empregos requerem sua presença por cerca da metade de suas horas acordadas. Estamos ainda de fato vivendo numa sociedade do trabalho?" (DAHRENDORF apud SILVA, 2008).

A princípio o trecho parece deixar claro que o trabalho não estrutura mais as sociedades contemporâneas. Entretanto, é plausível pensar também no significado que o trabalho possui atualmente, e não apenas na quantidade de energia despendida em trabalho no mundo inteiro. Ademais, estes dados são europeus, o que deixa de fora da análise a maior parte da força produtiva mundial, que ainda se encontra na periferia do capitalismo, em países como o Brasil,

²¹ Para ver o primeiro atestado de óbito do trabalho, ver o livro de juventude de Habermas, *Para a reconstrução do materialismo histórico*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

ainda que este seja hoje uma economia emergente. Cabe lembrar que o trecho é um dos mais emblemáticos no sentido de compreender sociedade do trabalho com pleno emprego, ou seja, a realidade do *Welfare State*.

Diante do exposto, prestemos um pouco mais de atenção a perspectiva da ideia de sociedade do conhecimento. Talvez o primeiro a pensar nesta direção tenha sido Daniel Bell, nos anos 60, com a perspectiva do que ele definiu como sociedades pós-industriais. Nesta direção, Nico Stehr, na Alemanha, nos anos 90, retoma o tema com a pergunta sobre os limites e as possibilidades de uma suposta sociedade do conhecimento. A questão central de sua análise é a compreensão do conhecimento (com C maiúsculo, não aquele da economia popular dos batalhadores) como força produtiva central nas sociedades contemporâneas. Stehr identifica esta questão central acerca do *Status* do conhecimento nas sociedades modernas. Ele retoma uma velha questão no pensamento ocidental, ou seja, a dicotomia entre um saber especializado e um saber cotidiano. Este interesse parte de alguns dados mais ou menos evidentes e de um quase consenso na literatura contemporânea sobre um aumento cada vez mais veloz do poder do conhecimento especializado nas sociedades contemporâneas.

A partir de Bell e Richta (BELL & RICHTA apud STEHR, 1994), por exemplo, o conhecimento pode ser entendido como princípio axial tanto da estrutura social industrial quando da pós-industrial. Entretanto, nesta última o conhecimento se torna cada vez mais uma *Black Box*, tornando-se cada vez mais enigmático entender, nos termos de Stehr, “o que o conhecimento realmente é” (Idem, 1994). Um passo importante para tanto seria buscar o conceito de conhecimento diretamente relacionado a ação econômica atual. Como vivemos em estruturas profundamente alteradas, parece produtivo identificar novas formas, possíveis novas classes e atores sociais que representem na prática o novo sentido da vida econômica e seus paradoxos. Para tanto, Stehr levanta a questão do advento de uma nova “classe do conhecimento” contemporânea, prestadora de “serviços intelectuais”. Aqui, a hipótese a ser investigada pode ser vista em ocupações como especialistas, consultores e conselheiros contemporâneos, cujo poder de influência no Estado e no mercado é crescente, bem como no “mundo da vida”, na medida em que os serviços personalizados destes profissionais se tornam uma realidade cada vez maior, em termos de auto-ajuda ou, só para ironizar, poderíamos falar em *spirituals personal trainers*.

Para Stehr, a fronteira do poder do conhecimento científico é crescente hoje em termos inéditos, o que nos sugere a necessidade de um conceito sociológico sobre o saber atual, em

sentido mais amplo. Em seus termos, *Die Logik der Theorie wird zur Logik der Gesellschaft* (A lógica da teoria se transforma na lógica da sociedade) (STEHR, 1994). Esta frase sintetiza bem o referido poder científico. O conhecimento é assim compreendido como uma “capacidade para ação social”. No geral, Stehr define o saber como um “fenômeno universal antropológico” e como uma “grandeza antropológica constante”. Para ele, em resumo *in der modernen Gesellschaft ist Wissen Grundlage und Motor der fortschreitenden Modernisierung als Extensionsprozess* (Na sociedade moderna, o conhecimento é base fundamental e motor da modernização progressiva como um processo de extensão) (Idem, 1994). A partir desta concepção mais geral de saber ele compreende especificamente a ciência, atualmente, como uma força produtiva imediata. Isto significa que a ciência é ao mesmo tempo produção de saber e produção social.

Dentro desta concepção contemporânea da ciência, ele levanta a hipótese do advento de uma nova “classe do conhecimento” e de sua atuação como influente elemento na reprodução da economia atual. Perseguiremos esta hipótese em capítulo posterior da tese, a partir de entrevistas em profundidade realizadas com brasileiros que fazem atualmente doutorado na Alemanha. A interessante hipótese de Stehr, sobre o surgimento de uma classe “intelectual” específica, sugere um aumento objetivo do poder de atividades como especialistas, conselheiros e consultores. Neste contexto, o saber especializado e acadêmico em boa medida pode atender a demandas inéditas no mercado de trabalho “intelectual” que ele mesmo pode criar. Nesta direção, o conhecimento se torna para ele um objeto fundamental de poder. Ele analisa ainda que o conhecimento se torna, atualmente, uma capacidade específica para ação. Sua ação é especialmente influente exatamente por mediar a ação alheia, em medida crescente, definindo exatamente a ação alheia tanto dentro quanto fora das empresas.

No geral, Stehr compreende o desenvolvimento da sociedade do conhecimento como dependente de transformações básicas na estrutura econômica das sociedades modernas. Um ponto fundamental nesta mudança é a alteração do pré-requisito para a produção de mercadorias e de serviços. O conhecimento especializado seria agora o pré-requisito. Também importa compreender como esta produção crescente em sentido novo gera resultados muitas vezes já previstos, bem como seu significado e consequências na vida política e social. Este novo desenvolvimento abandona uma economia materialmente controlada e orientada na direção de uma economia simbólica, ou, como ele define, de uma “economia fundida pelo conhecimento” (Idem, 1994). Nesta, o conhecimento se opera em grande medida tacitamente nas relações de

mercado. Stehr no fundo recupera, buscando uma atualização, a compreensão de Daniel Bell acerca das sociedades pós-industriais, que seriam aqui sinônimo de sociedades do conhecimento.

Stehr se apresenta então como uma renovação da perspectiva da sociedade do conhecimento, olhando para seus possíveis atores concretos. Nesta direção, Bell em 1979, segundo Stehr, já havia definido que, nestas sociedades, não funciona mais uma teoria do valor do trabalho, mas em contrapartida é necessário uma teoria do valor do conhecimento. Por isso, Stehr apresenta a necessidade de se investigar possíveis grupos profissionais cuja atividade está imediatamente baseada no saber especializado. Em termos simples, ele define tais grupos como “*wissensfundierter Berufe*” (profissões fundidas pelo conhecimento). Ele mostra que Daniel Bell já sugerira a necessidade de pensar neste contexto em uma “nova classe”. Para ele, esta suposta nova classe de intelectuais é política e organizada. Daí a necessidade de se pensar em suas relações com o mercado e a sociedade como um todo, bem como em entender seu significado social e sua atividade profissional como força produtiva imediata da reprodução social contemporânea.

Neste contexto, o conhecimento pode ser compreendido como conhecimento exclusivo e especial, ligado a campos específicos de poder e operado por uma classe do conhecimento que se apresenta como uma nova elite social. É preciso observar a atuação desta classe em sua relação com todas as esferas econômicas do mundo contemporâneo. Por exemplo, os especialistas atuam hoje como conselheiros para pequenos problemas cotidianos. Um especialista pode ser contratado para fornecer seu conhecimento, reconhecido como legítimo, para um gerente de uma grande empresa, mas na verdade esta ajuda não é apenas profissional, mas sim pessoal, bem como o contato pode ser também pessoal antes que profissional. Pode haver uma relação de confiança pessoal mais importante do que o reconhecimento do conhecimento em jogo, ainda que este seja condição indispensável para a relação. Por isso, a influência social dos especialistas é inédita, podendo também ser pensada em relação com a construção de desigualdades sócio-intelectuais.

No geral, resguardando o perigo de reproduzir a ideologia empresarial do conhecimento e de fortalecer o poder dos grandes consultores e *Managers* articulados em círculos transnacionais restritos de poder, a teoria de Stehr nos ajuda a identificar um novo estamento científico-tecnológico, financiado pela elite global de Ulrich Beck e assim compondo a fração de baixo desta elite, na qual o capital financeiro se alia ao conhecimento científico e tecnológico

de ponta na nova dominação social da nova sociedade mundial do trabalho, precarizando o restante da produção, como vimos com o próprio André Gorz, um dos ícones da teoria da sociedade do conhecimento, curiosamente ignorado pelo nacionalismo metodológico alemão.

3.3 UMA ECONOMIA DO CONHECIMENTO?

Em seu livro *Wissensgesellschaft als Wille und Vorstellung* (A sociedade do conhecimento como vontade e representação) Uwe Bittlingmayer (2005), a partir de apropriação da obra de Pierre Bourdieu para o tema da sociedade do conhecimento, procura apresentar uma perspectiva mais crítica. Uma “economia do conhecimento”, em sua perspectiva, poderia ser uma melhor tentativa de paradigma em lugar da ideia de sociedade do conhecimento. Uma economia do conhecimento precisaria articular ação, mercado fracionado, reestruturação do mercado de trabalho, significado dos *experts*, o papel do sindicato nas sociedades do conhecimento, a problemática da propriedade imaterial, desenvolvimento técnico e tecnológico, bem como as mudanças de circunstâncias do campo científico diante da economia e da mídia (BITTLINGMAYER, 2005).

Para ele, o diagnóstico do conhecimento essencializa certas condições sociais, tendências e desenvolvimentos. O desenvolvimento tecnológico se torna a “Grandeza supra-social” de nosso tempo, diante do que seria preciso outra teoria do capitalismo. Ele procura buscar nas condições atuais o fortalecimento duradouro do saber básico da população, em contraposição ao conhecimento com C maiúsculo. Também busca investigar a ascensão da economia do conhecimento na perspectiva das lutas sociais. Assim, ele identifica um “problema de medida” na economia do conhecimento (Idem).

O ponto central a ser enfrentado é que, na aceleração econômica, tão em voga atualmente enquanto discurso, o conhecimento avança como força produtiva imediata. Em alguns aspectos, o autor procura criticar, mas ainda não consegue escapar da linguagem da teoria da sociedade do conhecimento, influenciado por leituras como Daniel Bell e Nico Stehr, e com isso acaba sendo ambíguo em alguns aspectos, o que não desmerece sua tentativa de contribuição crítica a partir da ideia de economia do conhecimento, de influencia bourdiesiana.

Outro ponto importante para Bittlingmayer é a “globalização da economia do conhecimento” (Idem). Nela, o rótulo da sociedade do conhecimento é o discurso da internacionalização da economia, com o que concordaria Ulrich Beck em seu já citado livro sobre a Globalização. O dado, por exemplo, da busca crescente, pelos Estados nacionais, por trabalhadores mais qualificados, no contexto do discurso de abertura, deve ser, para o autor, considerado uma busca de uma “economia do conhecimento” (Ibidem). Aqui, Bittlingmayer também parece não escapar de um certo europeísmo e do nacionalismo metodológico alemão, cuja nação vive agora esta realidade, bem diferente do que ocorre no Brasil contemporâneo e em outros países “emergentes”, nos quais ainda sobra mão de obra.

Em sua melhor tentativa crítica, Bittlingmayer (Idem) é incisivo ao afirmar que a “dominância do conhecimento virtual precisa ser relativizada”. Em outras palavras, isso poderia significar que o saber alternativo da nova classe trabalhadora, por exemplo, é uma força produtiva concorrente e rebelde diante do conhecimento com C maiúsculo evocado como principal força produtiva da suposta sociedade do conhecimento. O autor concordaria, ao afirmar que a desvalorização do “saber da experiência” na economia do conhecimento é um dado visível hoje. Nesta direção, a experiência do trabalho se torna menos valorizada do que o rápido saber tecnológico.

Ponto muito importante da análise: o autor conecta a diminuição do significado da experiência no campo econômico com a internacionalização da produção (Idem). Inovação: esta é a “ideia esponja”, em sua perspectiva, que desconsidera a desvalorização da experiência no trabalho, aqui se referindo mais a realidade analisada por Gorz, na qual jovens inovadores tomam lugar, por exemplo, de empregados experientes em grandes empresas, que custam para estas muito dinheiro para sua manutenção. Com este ponto, seria importante, para uma nova teoria do trabalho global, articular o discurso da inovação empresarial e do terceiro setor com o fato de a inovação dos batalhadores na periferia, por exemplo, não ser reconhecida como tal, ainda que os confira objetivamente filiação ao mercado e dignidade pessoal, bem como segurança material básica.

“A economia do conhecimento deve ser compreendida como uma grandeza ambivalente da economia popular”. Assim resume o autor seu argumento. A ideia de economia popular, existente desde os textos clássicos de Werner Sombart, como será trabalhado em capítulo posterior, articulada com a zona de vulnerabilidade de Robert Castel, é um ponto central para tematizar a economia alternativa que hoje enfrenta a racionalidade perfeita e desfeita, com a

queda do Welfare Europeu, como me parece. A economia do conhecimento, como compreendida aqui, pode ser sinônimo da economia popular da nova classe trabalhadora mundial.

Bittlingmayer concorda ainda que o Estado, e isso é consenso entre os autores aqui estudados, amenizava as contradições do Fordismo com compensações na esfera do trabalho. A contradição da produção do conhecimento, para ele, se encontra na relação direta entre saber, auto construção e política de pesquisa, na dita sociedade do conhecimento. É preciso também tematizar a discrepância do Estado entre a proclamação oficial do diagnóstico da sociedade do conhecimento com a reação política e a busca por regulação (Idem). Em outros termos, como resume Ulrich Beck, vivemos a era na qual os Estados sucumbem diante das forças objetivas dos agentes do mercado e da ciência, do capital financeiro internacional. Esta submissão de saber e poder diante da política do capital financeiro é o que, em grande parte, justifica a ideologia da sociedade do conhecimento.

A estratégia política identificada por Bittlingmayer é a utilização de saberes individuais de acordo com suas possibilidades. Enquanto os Estados enfraquecidos não dão conta da tarefa, a economia popular do batalhador periférico continua crescendo e desafiando a definição oficial do capitalismo europeu que dominou a ciência durante um século, conforme minha perspectiva.

Em resumo, o autor critica a “economia baseada no conhecimento” e propõe uma economia do conhecimento que articule as condições diferenciais do saber individual e suas valorizações diferenciais na atual sociedade do “conhecimento” (Idem). Com isso, a economia do conhecimento exige uma atuação incisiva e diferencial do Estado na educação. Nesta direção, ele identifica uma tendência regressiva na política educacional nos últimos anos, pensando aqui precisamente a Alemanha (Idem).

A esta altura, a discussão nos permite uma reflexão: a inovação dos batalhadores brasileiros se apresenta para o mundo como social, e não como tecnológica. Ela é a negação viva da falácia da sociedade do conhecimento, apresentando filiação social através de um saber e uma economia popular alternativos. O que está em jogo aqui é um traço universal do capitalismo, percebido por seus melhores intérpretes, como Max Weber, Sombart e Castel: a reprodução do mercado e seus efeitos são imprevisíveis. Na ausência neoliberal do Estado, ou em sua composição explícita com o capital financeiro internacional, que apenas beneficia as classes sociais historicamente integradas e privilegiadas, a economia popular sobrevive com

força própria. Um dos traços inovadores e intrigantes da globalização é exatamente isso: a força da economia informal significa uma reviravolta no jogo econômico e político internacional, que ameaça o privilégio histórico do Atlântico Norte e que talvez aponte, como pensa Mangabeira Unger (2008) para o futuro do capitalismo, com o que concordaria Ulrich Beck, com a diferença de que este é pessimista, diferente de Unger. Se tudo isso fosse mera falácia, os autores *status quo* analisados aqui não estariam tão preocupados com a informalização do capitalismo e com seus efeitos imprevisíveis, o que significa perder o domínio político e econômico sobre a definição do futuro. Em suma, não estariam tão preocupados com a “brasilização do Ocidente”.

CAPÍTULO 4 – O QUE É “BRASILIZAÇÃO DO OCIDENTE”? UMA CRÍTICA A ULRICH BECK

Nenhum autor norte-americano ou europeu pode ser crítico para a periferia do capitalismo se não apresentar uma ideia básica de uma sociedade mundial do trabalho. O nacionalismo metodológico, que restringe a análise da sociedade mundial à análise de sociedades nacionais, é o grande inimigo teórico e político da maioria das tentativas críticas da ciência social dominante no centro do pensamento contemporâneo (EUA e Europa). Uma característica central do nacionalismo metodológico é que as análises nacionais, com as quais podemos aprender sobre parte da reprodução e sentido da vida contemporânea, geralmente se generalizam como explicando a totalidade do capitalismo. O nacionalismo metodológico passivo do Brasil por vezes reproduz teorias nacionais do centro como se fossem teorias mundiais do capitalismo.

O melhor exemplo vindo dos Estados Unidos é Richard Sennett. Sua crítica ao advento da “flexibilidade” como prática e como ideologia no que chama de “novo capitalismo” (2006) reflete uma preocupação tipicamente americana. A preocupação com os danos individuais e identitários definidos por ele como “corrosão do caráter” reflete bem o sofrimento de uma sociedade de massa, rica e de consumo intenso. Reproduz a tradição de pensamento sobre o indivíduo “sozinho na multidão”, desde autores como Robert Bellah. Este tipo de crítica nos ensina apenas sobre parte pequena da reprodução social da sociedade do trabalho na periferia. Trata de questões de “autenticidade” e não de “dignidade”, como diria Charles Taylor (1997).

O problema primário da periferia é a generalização da dignidade para todos.²² Como dignidade, podemos compreender a condição de indivíduo produtivo e consumista, sendo estas as duas chaves que permitem a uma pessoa a introdução no mercado de trabalho e o escape da condição de inválido, ou, como diria Castel, de “sobrante”, em resumo, o que Jessé Souza (2009) chama de “ralé”.

Nossa principal influência no tema do trabalho, entretanto, não vem dos Estados Unidos. Ela é européia. São autores europeus que declaram o fim da sociedade do trabalho. A reconstrução da narrativa européia que deságua no manifesto eurocêntrico da “sociedade do conhecimento”, por exemplo, pode contribuir para a compreensão de como reproduzimos no Brasil um paradigma do centro do capitalismo como se fosse um paradigma universal. Ou seja, como e por que uma narrativa da trajetória do capitalismo e da classe trabalhadora européia se transforma em uma narrativa universal das sociedades contemporâneas, que ignora a precarização constante que a periferia do capitalismo sempre sofreu e sua precarização atualizada com o paradigma da sociedade do conhecimento.

A sociedade do conhecimento não é uma mentira completa. Os dados do advento do setor de serviços e do valor diferencial do conhecimento tecnológico e especializado são realidades visíveis em qualquer sociedade capitalista contemporânea. Sua configuração específica na periferia, entretanto, é ofuscada pela edição operada pelo paradigma da sociedade do conhecimento. Mesmo na Europa ele já opera uma edição interna. Como nota Uwe Bittlingmayer (2005) no caso alemão, a partir da compreensão bourdiesiana que articula as condições objetivas dos discursos na ciência e na esfera pública, este paradigma generaliza a realidade de uma parte da sociedade, aquela vivida caricaturalmente pelos *managers*, problema este também cometido por Sennett, ainda que procure criticar os danos do advento da flexibilidade, como critério normativo e como ideologia para todas as frações da sociedade.

A mesma edição interna a uma sociedade européia se generaliza em outra dimensão. O centro do capitalismo europeu generaliza sua auto-compreensão enquanto “sociedades do conhecimento” para a periferia do capitalismo, ignorando a dimensão do trabalho braçal e da economia informal que predomina nesta e que é indispensável para a reprodução do capitalismo contemporâneo enquanto uma sociedade do trabalho mundial, dominada pelo capital financeiro

²² A reconstrução para a periferia, a partir de Charles Taylor, dos conceitos de autenticidade e dignidade vem sendo feita por Jessé Souza desde 2003.

poderoso acima de qualquer força política. Um breve esboço da gênese da ideia do fim da sociedade do trabalho aponta para uma frustração das sociedades europeias com relação a sua grande realização histórica: o alcance do Estado de bem-estar social. O olhar dos pensadores europeus mais influentes nunca escapa totalmente desta narrativa de seu nacionalismo metodológico. A ciência alemã e a francesa são aliadas internas neste ponto na dominação do Atlântico Norte sobre a periferia do capitalismo, na parte que cabe a ciência dentro do que Bourdieu (2001) chamaria de “circuito de legitimação” do mundo moderno, no qual o Estado e a escola também desempenham papéis centrais. Mesmo os franceses mais críticos como André Gorz²³ e Robert Castel não escapam da narrativa europeia, na qual o *Welfare State* é um divisor de águas, o verdadeiro dado histórico que marca nesta literatura a busca por definição de um mundo novo, ainda que o último explique criticamente o que foi a utopia realizada naquele momento histórico. Muito menos o fazem os alemães que inventam e reproduzem claramente o paradigma do conhecimento, como Claus Offe e Ulrich Beck, que muitas vezes fala de temas europeus contemporâneos como se fossem universais. Este pensador influente atual não podia ter deixado de falar sobre a questão do trabalho contemporâneo. Sua perspectiva merece atenção por simbolizar emblematicamente todo o particularismo eurocêntrico e culturalista que paira sobre o pensamento europeu Pós-*Welfare*.²⁴

O ponto de partida para uma crítica ao eurocentrismo da ideia de fim da sociedade do trabalho e advento da sociedade do conhecimento pode ser a articulação entre as “realizações positivas” da sociedade do trabalho mundial durante o século XX e suas “realizações negativas”. A verdade sobre o “mundo do trabalho” atual, como curtem dizer os marxistas ortodoxos atuais, não se explicita sem a re-conexão destas realizações diferenciais que o pensamento do centro insiste em esquecer. Esta re-conexão, fundamental para a crítica ao particularismo europeu pseudo-universalista que edita para fora sua própria história moderna como se fosse a história inteira do capitalismo, precisa de uma ideia que vincule o ápice das sociedades europeias com o fracasso da periferia, escondido atualmente na meia-verdade das “economias emergentes”. A ideia de uma “economia-mundo” enquanto sistema, de Immanuel Wallerstein (1976), pode colaborar neste ponto, mas naturalmente não resolve nada isoladamente. Pode ser útil no sentido de explicitar a totalidade do espaço de ação do

²³ Gorz é austríaco, mas seu pensamento público e sua carreira se desenvolvem na França.

²⁴ A tradição alemã monta a ideia de sociedade do conhecimento desde Adorno e Horkheimer (Ver Bittlingmayer, 2005) passando por Darhendorf e Habermas (Ver Silva, 2008).

capitalismo enquanto sistema produtivo, pelo menos durante o século XX, no qual podemos esboçar uma narrativa européia que se apresenta como universal e posteriormente uma narrativa brasileira sem a adesão a paradigmas europeus para sua própria interpretação.

A ideia de um sistema econômico mundial é necessária para que a tentativa de crítica e de esboço de uma teoria da sociedade do trabalho mundial contemporânea a partir da periferia também não se resuma a um nacionalismo metodológico. Este só seria ideológico, pois seria uma visão da periferia sobre si mesma que não tematizaria os paradigmas que escondem a “dupla precarização” do trabalho em um país como o Brasil.²⁵ Wallerstein percebe como uma das principais bases de reprodução e legitimação da “economia-mundo” o papel que os Estados nacionais, enquanto sistemas menores que o econômico-mundial, exercem na opacidade do primeiro. A questão fundamental deste autor é: como uma lógica econômica específica se mantém já há 500 anos no mundo, sem ruir, desmoronar ou se fragmentar? A diferença entre os antigos impérios e o sistema econômico mundial contemporâneo é que os primeiros tinham uma sede local e visível, que podia ser atacada fisicamente. O inimigo dos dominados tinha face e endereço. Revoltas locais eram possíveis e por isso os impérios sempre se rachavam em domínios menores. Na economia-mundo moderna, a dominação não tem face nem endereço. O domínio é tecnológico e descentrado, como mostra também André Gorz (2004) em contexto específico menor. O papel geográfico e político dos Estados nacionais é incisivo para esta invisibilidade da dominação moderna, pois ele faz parecer que as realizações positivas e negativas do capitalismo são questões nacionais e não mundiais.

É claro que nos limites institucionais dos Estados nacionais estes podem e devem fazer política por suas questões sociais internas. Enfrentar questões sociais internas ao Estado nacional é uma atitude corajosa e digna que um estadista pode e deve assumir em um país periférico de desigualdade estrutural. Mesmo no centro, intelectuais como Castel já estão atuando nesta direção, procurando oferecer ao Estado sugestões práticas contra a desfiliação social. Um governo assim está enfrentando questões que não foram criadas por ele, e muito menos pelo povo. Trata-se de questões criadas pela sociedade do trabalho mundial. A ciência social da periferia só pode ser crítica se enfrentar a gênese de tais questões. Perceber o capitalismo como uma totalidade escondida nos Estados nacionais contribui para que se veja

²⁵ Trata-se da precarização histórica, estrutural, que um país periférico como o nosso sempre sofreu, e da precarização contemporânea, conjuntural, que radicaliza a primeira em todas as crises pontuais sofridas pelo capitalismo mundial.

como os Estados periféricos precisam assumir problemas sociais crônicos que eles não criaram. Uma teoria crítica do trabalho desde a periferia, para mostrar a limitação da aplicação da ideia de uma sociedade do conhecimento entre nós, deve mostrar as realizações para dentro do centro do sistema econômico mundial e para fora dele, ou seja, as realizações positivas para o centro e negativas para a periferia. E mais: os dois tipos de realizações não se operam isoladamente, mas só fazem sentido se pensados juntos.

A ciência social, que ainda é nacional, pode operar para explicitar ou esconder as realizações econômicas e políticas de seu tempo. A própria atuação da ciência faz parte de tais realizações. Na história moderna, não há legitimação sem ela.²⁶ O primeiro passo para que a ciência da periferia sobre o trabalho seja autêntica e independente é romper com paradigmas centrais que generalizam a narrativa européia como ocidental e como mundial. O paradigma do fim da sociedade do trabalho vem se atualizando na Europa, e naturalmente tomando novas roupagens. O exemplo mais emblemático é o já citado Ulrich Beck. Um de seus livros rapidamente traduzidos para o inglês e publicado em uma das melhores editoras²⁷ sob o impactante título “*The brave new world of work*” é sintomático do tipo de pseudo-crítica conservadora que se opera sobre o tema. É nele que se lança a tese da “brasilização” do Ocidente. A partir dela podemos desdobrar o novelo ideológico e culturalista que esconde a verdade sobre a falácia atual do fim da sociedade do trabalho e do advento da sociedade do conhecimento. Seguindo a trilha do pensamento de Ulrich Beck podemos ver também os fatos contemporâneos que contribuem para o anúncio apocalíptico do fim da sociedade do trabalho desde a Europa.

A tese de Beck aparentemente tem uma virtude e uma novidade: inclui a periferia no tema do trabalho. A ideia do advento do setor de serviços é retomada com uma intenção crítica. O diagnóstico é realizado a partir do dado recente na Europa, que obrigatoriamente incomoda a todos os seus intelectuais mais influentes: o advento veloz do trabalho informal e precarizado. O interessante é que, na reconstrução pseudo-crítica e assumidamente profética de Beck este problema incômodo para um europeu que desconhece as mazelas que a sociedade mundial do trabalho opera na sua periferia tem uma origem clara: ele vem do Brasil. É claro que ele não está dizendo que o Brasil inventou isso. Ele esteve aqui nos anos 90 e ficou apavorado com a

²⁶ Como Jessé Souza vem mostrando. Ver Souza, 2009.

²⁷ Blackwell Publishers.

dimensão do trabalho informal. A partir disso passou a prever o futuro do capitalismo nesta direção. Numa inversão ideológica de quem está no centro do poder da ciência social mundial, o produto histórico de mais de um século do sistema econômico mundial se torna a causa do incômodo existencial e político no centro. Quando o capitalismo começa a mostrar ao centro uma ponta do iceberg de precariedade que ele operou e manteve sistematicamente na periferia, os intelectuais do poder no centro se apressam para achar um culpado e declarar o fim da sociedade do trabalho. Esse desespero intelectual europeu só faz sentido hoje se reconstruirmos brevemente a narrativa européia sobre as sociedades do trabalho. Ela é não-linear em um aspecto específico. O anúncio profético do fim da sociedade do trabalho tem data e contexto exato: ele é a resposta intelectual européia ao mundo diante do fracasso de sua grande utopia, a realização do *Welfare State*. Ao mesmo tempo, é uma cartada ideológica estratégica, nem sempre explícita e assumida, para refazer o sistema de legitimação da dominação do agora ameaçado centro do capitalismo.

O *Welfare* foi o ápice da realização positiva do capitalismo no século XX. A utopia que se realizou e simbolizou a meta final de todas as “sociedades do trabalho”. O significado do *Welfare* é o de uma sociedade perfeita, pois concilia as realizações positivas do mundo moderno em suas três dimensões: na economia, na política e na vida social. Na economia, significa empregabilidade e renda para toda a população. Na política, significa democracia plena e participativa com cidadãos ativos. Na vida social, significa segurança física e seguridade social.²⁸ A narrativa européia da sociedade do trabalho só fez sentido para os europeus enquanto isso funcionou para eles. As sociedades do trabalho nesta narrativa sempre aparecem como sociedades nacionais e não como uma sociedade mundial do trabalho, como a velha tese marxista da divisão internacional do trabalho sempre insistiu em enfatizar. Neste aspecto, capitalismo e sociedade mundial do trabalho são sinônimos. Quando este sistema total falha em sua lógica mundial, ou seja, de expurgar para a periferia suas realizações negativas enquanto condição necessária para suas realizações positivas no centro, o centro vai tentar dizer que ele agora é “outra coisa”. Esta outra coisa é a sociedade do conhecimento que continua realizando a mesma entropia centro-periferia com dados concretos e meias-verdades novas.

É interessante a forma como a ciência social periférica colonizada compra os paradigmas centrais sem nenhuma crítica, como se estes já estivessem explicando o “*brave new*

²⁸ Tomo esta excelente explicação de Robert Castel em seu grandioso livro “From manual workers to wage laborers”. New Jersey: Transaction Publishers, 2003.

world’ de Beck e bastassem ser apenas aplicados. Esta recepção nem sempre é explícita. Esta leitura da sociedade do conhecimento não é muito defendida, pelo menos diretamente, na sociologia do trabalho brasileira. Esta ainda é marcadamente marxista, no sentido mais ortodoxo da teoria do valor. Por isso ela é o empecilho mais evidente e mais fraco de uma teoria crítica do trabalho desde a periferia. É no campo específico da chamada “teoria social” no Brasil onde o paradigma da sociedade do conhecimento é inteiramente comprado e reproduzido. Um exemplo impressionante desta recepção distorcida e colonizada é achar que a ideia de brasilização do Ocidente significa um elogio e a tematização de uma virada no jogo centro-periferia. Uma das maiores ondas pseudo-críticas no Brasil hoje é o discurso da nova ordem mundial “descentrada” ou sua versão “Caetano Veloso” da nova “desordem” mundial.

A nova “desordem” que para nós parece vitória para os europeus significa “perigo”.²⁹ Não por acaso Offe chamou de capitalismo “desorganizado” o que na verdade é uma reorganização da produção e de seu sistema de legitimação na ciência e na política contemporâneas. O rótulo pseudo-crítico de brasilização do Ocidente vem do medo intelectual europeu. Medo do perigo crescente de que todas as realizações negativas que o sistema mundial do trabalho jogou historicamente para debaixo do tapete ideológico europeu (ou seja, a periferia) agora leve a cabo o já iniciado processo de destruição das realizações positivas do capitalismo que sempre foram vistas como realizações nacionais, e principalmente de nações europeias.³⁰ Falar do medo europeu não significa necessariamente dizer que estamos oferecendo alguma ameaça da periferia. Pelo contrário. O medo europeu, explícito em Beck,³¹ um dos mais influentes pensadores alemães hoje, é na verdade uma antecipação do sistema de legitimação dominante diante de mudanças que de fato assolam o mundo atual, visando a auto-proteção dos Estados nacionais que historicamente levaram vantagem com as realizações diferenciais da sociedade mundial do trabalho.³² Suas preocupações sociais e suas propostas políticas deixam isso muito claro, e estão explicitando algo que é consenso no pensamento

²⁹ Não é outra coisa que dizem sociólogos influentes como Giddens e Beck com a amplamente aceita idéia de “sociedade de risco”.

³⁰ Os Estados Unidos realizaram a sociedade do trabalho e seus imperialismos por outro caminho, mas nunca puderam evocar o orgulho de um Estado de Bem-Estar.

³¹ Em textos de jornal ele fala diretamente ao povo alemão e assume a superioridade das instituições europeias e a necessidade de defendê-las.

³² Não por acaso Beck é autor de um texto intitulado “A sociedade civil e seus inimigos”. In: BECK, Ulrich. “Liberdade ou capitalismo” (2003).

Europeu contemporâneo. A questão explícita é unânime: “o que fazer com a sociedade do trabalho contemporânea?” A questão nem sempre explícita é: “agora que ela está falhando em suas realizações positivas para nós europeus”.

No pensamento europeu Pós-*Welfare*, dois inimigos estão constantemente no centro da preocupação e eles vêm da periferia. Isso é explícito em Beck. O diagnóstico do capitalismo desorganizado e a preocupação em consertar o mundo do trabalho incluem a necessidade de lidar com eles. Um inimigo é passivo e o outro é ativo. Um é o imigrante trabalhador e o outro é o terrorista. Ambos condicionam a preocupação com a cidadania europeia e com a reformulação de suas instituições políticas. A chegada crescente do primeiro contribui para o manifesto pseudo-crítico da brasilização do Ocidente. O segundo leva Beck e muitos outros a sugerirem sutilmente o fortalecimento dos Estados europeus. As realizações negativas da sociedade mundial do trabalho tomaram dimensões que levam agora o seu centro a necessidade de refazer sua economia e sua política. O feitiço começa a virar contra o feiticeiro e este agora já tenta apresentar um contra-feitiço: o manifesto do fim da sociedade do trabalho. Este novo feitiço é poderoso exatamente por sua nebulosidade inebriante: “saímos da sociedade do trabalho para não por nada em seu lugar” (Gorz); “o capitalismo está desorganizado” (Offe); “o que fazer com o problema do trabalho (mas só na Europa)?” (Beck).

As preocupações de Ulrich Beck sobre o que fazer com o problema do trabalho na Europa são interessantes para se pensar em como se monta a narrativa europeia Pós-*Welfare State* e como a narrativa do trabalho na periferia precisa apresentar outra peculiaridade. A breve reconstrução aqui desta tese de Beck sobre o admirável novo mundo do trabalho, no sentido de “espantoso” novo mundo, e espantoso principalmente para o europeu³³, é importante para que fique claro como o início das realizações negativas do capitalismo em seu centro logo se tornam questões de preocupação quando ameaçam a dignidade nacional³⁴ conquistada historicamente apenas em sua vinculação com a indignidade generalizada na periferia. O que é um problema estrutural e sempre foi naturalizado na periferia do capitalismo logo se torna motivo de alarde no centro, quando se apresenta ainda que de forma residual (não podemos especular que se

³³ O título original parece irônico: “Schöne neue Arbeitswelt” (2007).

³⁴ Jessé enfrenta a questão da generalização da dignidade desde seu “Modernização Seletiva” (2000). Ver especialmente sobre a periferia o seu “A construção social da subcidadania” (2003).

torne estrutural, como já se faz atualmente. Quem tenta fazer previsões são mega-pensadores como Beck).

A lista de preocupações com a organização do trabalho na Europa apresenta questões de ordem “secundária”, e não questões de ordem “primária” como as da periferia. Tomando apenas um exemplo da lista do próprio Beck, ele coloca como questão básica que cada trabalhador tenha uma refeição no trabalho. A questão básica na periferia é anterior: que cada pessoa simplesmente tenha trabalho. As questões de “vida ou morte”, como diria Bourdieu (2001), da periferia ainda precisam ter no horizonte político a dignidade para toda a população. As do centro já estão transformando questões de “autenticidade”, de realização pessoal - apenas possíveis de se imaginar quando a dignidade pelo trabalho está garantida para toda a população - em questões de dignidade. As preocupações de Beck sobre o novo mundo do trabalho, para se defender da “brasilização” criada pelo mesmo sistema mundial que só beneficiou o velho mundo, sugerem a criação de uma sociedade civil com cidadãos ativos e participativos, como se estes fossem garantir por si mesmos uma estabilidade no mundo do trabalho europeu que na verdade já está garantida e agora é administrada, dentre outros meios, pelo discurso parcial da “sociedade do conhecimento”. Até aqui temos um breve panorama geral do pensamento mais recente de Beck. Agora podemos entrar mais decantadamente na tese da brasilização, de modo a mostrar seus apontamentos teóricos e limites ideológicos.

4.1 BRASILIZAÇÃO OU NOVA OCIDENTALIZAÇÃO?

Em seu livro “*Schöne neue Arbeitswelt*” (O belo novo mundo do trabalho, 2007), Ulrich Beck identifica, logo de início, uma similaridade inédita das condições de trabalho entre os chamados primeiro e terceiro mundo. A precarização estrutural do trabalho no centro é um de seus principais pontos de partida. Procuraremos tematizar aqui como um traço universal do capitalismo se transforma, em sua tentativa de trazer a periferia para o debate, em um pensamento nacionalista metodológico, que ele mesmo tentou criticar. Em termos simples, como a informalidade do capitalismo, traço universal deste, como visto nos filmes de máfia e na obra de Castel, é tematizada como uma outra forma de capitalismo, não europeia, brasileira, sul-americana, periférica, e por isso mesmo “culturalista”.

Este lado B do capitalismo, que agora compete economicamente de forma inédita na história com a racionalidade perfeita evocada para si pelos europeus, esta racionalidade alternativa, sub-reptícia, desafiadora, quase subversiva, como em Claus Offe, agora surge como o inimigo da racionalidade organizada que todos os autores aqui atribuem a Europa do Welfare. Esta economia popular, como percebeu Sombart há cem anos, agora não pode mais ser evitada pelo pensamento dominante sobre o capitalismo, o trabalho, a classe e a desigualdade, temas estes sempre separados por questões políticas e acadêmicas, mas que autores do porte de Beck têm a virtude de reunir. Infelizmente, seu culturalismo europeísta é ao mesmo tempo o melhor ponto de partida e o maior inimigo de uma verdadeira teoria crítica para uma nova sociedade do trabalho mundial. Daí a necessidade de com ele debatermos.

Ele organiza seu argumento a partir de uma “economia política da insegurança”. Esta percebe o Brasil como um país semi-industrializado no qual a maioria das pessoas vive em condições precárias. Aparência crítica: perceber as mazelas do capitalismo fora da Europa. Preocupação real: elas estão crescendo na Alemanha. Chamar o Brasil de semi-industrializado, se pudermos arriscar aqui uma breve interpretação, significa desmerecer a força da economia informal, predominante neste, segundo dados apresentados no capítulo 7 da tese, o setor de serviços segura a economia brasileira hoje. Aqui começamos a perceber uma guerra entre formas de produção que convivem no capitalismo mundial e suas correspondentes interpretações. Já vimos, como em Mangabeira Unger (2008) e em Castel, que o esquema evolutivo de sociedade comercial, industrial e tecnológica é meramente analítico e limitado. Os três modos de produção sempre coexistiram no capitalismo. Na história do século XX, cada um deles predominou, ainda que em mudança, em países específicos, causando isso uma confusão analítica, como na teoria da modernização americana dos anos 50, da qual inclusive surge a tese da sociedade do conhecimento, com Daniel Bell.

Até aqui, a dimensão tecnológica da produção guiou o capitalismo. Agora, o medo de teóricos como Beck parece refazer a ideologia do domínio do conhecimento do C maiúsculo. Na verdade, podemos levantar outra hipótese. Este novo canto da sereia, que é sinônimo de fim das sociedades do trabalho para Offe e Gorz, na verdade pode ser uma defesa do Atlântico Norte contra o advento da força das economias informais. Sua racionalidade perfeita, formal, não tem mais garantida a vitória no jogo sempre contingente e imprevisível do capital. Como em Max Weber, o capitalismo é contingente e imprevisível. Sua reprodução durante o Fordismo europeu gerou um refluxo que agora se torna explícito como nunca antes na história: a dimensão

tecnológica e “intelectual” precisa das dimensões industriais e comerciais para sua sobrevivência. Daí a luta ideológica que se trava agora com o novo alarde apocalíptico europeu emblematicamente representado por Ulrich Beck, melhor do que nenhum outro, com a tese da Brasilização.

Beck mantém a semântica da dominação da teoria da modernização, com ar crítico, pois reproduz a escala do desenvolvimento industrial como definidor de maior ou menor precariedade. É preciso aqui fazer um pequeno esclarecimento. A dicotomia formal-informal é posta hoje na berlinda, bem como a dicotomia centro-periferia, central para a análise desta tese. A predominância da economia informal no Brasil não significa necessariamente predominância da precariedade, por exemplo, do contrário não seríamos uma economia emergente. O Setor de serviços é uma economia informal e também possui sua própria hierarquia interna. Os consultores são prestadores de serviço altamente qualificados. Os pequenos donos de firmas de limpeza também são prestadores de serviço, porém, batalhadores, pequenos empreendedores, geralmente com pouca ou nenhuma qualificação formal. O setor de serviços funciona em cascata, como percebe Gorz, tendo assim dimensões qualificadas e desqualificadas de produção e mão de obra.

Para Beck, existem alguns pontos que uma política econômica da insegurança, na sociedade de risco mundial, precisa teorizar:

1 – um novo jogo de poder para além das forças políticas fixadas territorialmente (governos, parlamentos, uniões comerciais); e não fixadas, ou seja, “jogos econômicos fixados não territorialmente” (capital, finanças e comércio). Aqui, já vemos que ele reforça o livre mercado do capital financeiro que tentou criticar, como em seu livro sobre a Globalização. (*Was ist Globalisierung?*, 2007).

2 – Aparente dilema: ter alto desemprego com nível de pobreza de crescimento regulado (Europa); Aceitar pobreza espetacular por um pouco menos de desemprego (Eua), ou seja, mais emprego, mais pobreza. Aqui, o teórico que queria pensar a periferia sequer se lembra que pobreza é algo estrutural do capitalismo e localizado na periferia.

3 – Pessoas são cada vez mais substituídas por tecnologias vivas. O ponto pode auxiliar a compreensão das economias periféricas. Ataca principalmente a classe média. Trata-se do fim da sociedade do trabalho pela tecnologia no lugar do trabalho pago. O problema na periferia é

mais básico: um grande número de pessoas sempre estiveram fora da condição de cidadãos produtivos.

4 – Um efeito dominó. Todos os pilares do Welfare estão em colapso, ou seja, pleno emprego, pensões garantidas e altas taxas de renda. Dados da economia brasileira mostram que isso vem aumentando entre nós. Aqui precisamos precisar a ambigüidade constitutiva do capitalismo e a especificidade contemporânea desta ambigüidade. De um lado, o efeito dominó é iniciado pelas economias emergentes, reagindo no jogo internacional usando contra o Atlântico norte suas próprias armas, uma vez que este sempre precisou investir capitais fora de seu espaço geográfico e político. A ascensão dos “batalhadores”, da nova classe trabalhadora, cuja fração de cima hoje, no Brasil, já vivem quase com as mesmas condições de qualidade de vida da classe média, é o principal símbolo e dado empírico da reação periférica e um dado positivo da contingência do capitalismo contemporâneo. Por outro lado, não se pode esquecer que uma parte da sociedade, a ralé brasileira ou africana, por exemplo, permanece intacta no movimento de “efeito elevador”, como diria o próprio Beck (1986, 1997), apartada da condição de ser produtivo e consumista.

5 – A flexibilidade do mercado de trabalho se torna um “mantra político”. Aqui seria interessante um confronto entre os conceitos de flexibilidade e informalidade. Criticar a flexibilidade, como em Sennett, já virou politicamente correto. É como se fosse a grande crítica ao capitalismo contemporâneo. Por outro lado, podemos arriscar outra hipótese. Não seria a tese da flexibilidade também um novo canto da sereia do Atlântico norte, no qual a ciência dominante pratica seu papel no circuito de legitimação da desigualdade mundial, que no fundo quer atacar a força do setor de serviços e da informalidade? Afinal, existem dois tipos de informalidade, a precária e a qualificada. Hoje, a informalidade qualificada, cujos grandes representantes são os grandes consultores, portadores de alto capital cultural e membros de pequenas redes de poder internacionais, crescem cada vez mais como uma nova elite global. Talvez o conceito de flexibilidade seja muito mais uma defesa contra esta nova força econômica mundial do que uma crítica a mazelas pessoais do novo capitalismo, como em Beck e Sennett. Sem contar o pior: não contribuí em nada para a tematização, como Beck sugere, da flexibilidade, pois uma verdadeira crítica da flexibilidade deveria tematizar a flexibilidade precária, ou seja, o trabalho, formal ou informal, desqualificado, predominante na periferia da sociedade mundial do trabalho.

Conseqüência prevista pelo autor, previsível: “desregulação” e “flexibilização” levam a riscos incalculáveis para indivíduos e sociedades. Correto. Interessante notar que a maioria da população de países como o Brasil, sem falar de toda a África, em suma, a periferia da então agora ultrapassada sociedade industrial, sempre foram sociedades de risco, sempre viveram em riscos incalculáveis. Sempre foram a “zona de vulnerabilidade” do capitalismo. A grande novidade da sociedade do trabalho mundial contemporânea é que a zona de vulnerabilidade agora inclui parte das populações dos países do Atlântico Norte.

O tema da insegurança é central para uma nova teoria do trabalho mundial. O que é insegurança? Desde os anos 80, com seu livro “A sociedade do risco”, Ulrich Beck considera como insegurança algo mais do que a insegurança material produzida no século XX, para a periferia. Insegurança seria também a produção de catástrofes naturais. Pensando bem, as sociedades periféricas sempre viveram uma “economia da insegurança”, como define o autor. E isso em todos os aspectos imagináveis. Insegurança social e física. Sem contar insegurança moral, baixa auto-estima na hierarquia social do trabalho, para a maioria da população. A ascensão dos batalhadores, sejam brasileiros, africanos, chineses, são hoje o único efeito positivo da economia da insegurança, que na realidade é um produto da sociedade do trabalho mundial, de suas crises e seus refluxos de capital, e não problema intrínseco das sociedades periféricas.

Seguindo a análise, Beck considera que hoje os indivíduos são encorajados a ser uma espécie de “*Me & Co*”, semelhante à análise de Richard Sennett. A ambivalência, nesta nova situação, é a regra. Há agora um considerável número de pessoas que vivem flutuando entre categorias de pobreza e riqueza. Como sempre, a análise parece universal, mas trata de uma realidade nova na Europa, e isso em parte da Europa, se lembrarmos que o continente também tem seu lado A e seu lado B. Os países que não se envolveram em guerras, diretamente, como Suíça e Dinamarca, não sofrem nenhum efeito das tão faladas crises contemporâneas do capitalismo. Eles são o lado A da Europa. Se há de fato problema social crônico em países europeus, hoje, eles podem ser vistos em países como Espanha e Grécia. É fato que a precarização está chegando à Alemanha e na França, mas o medo e o alarde apocalíptico dos autores analisados aqui aumentam o problema para muito além do que ele realmente é, se comparados com seus próprios vizinhos europeus pobres. Comparar com América Latina seria até brincadeira e não científico.

Uma “estrutura social da ambivalência”. Assim define Beck a nova realidade do trabalho vista por ele principalmente em seu país. Esta economia política da ambivalência produz, segundo o autor, não uma cultura do “*Neither-Nor*”, como existiu na sociedade de classes burguesa do passado, mas sim uma cultura do “*Both-and*”. Trata-se de pólos não muito bem definidos, difusos em um novo tipo de “*Wealth-aspect/poverty-aspect*” (BECK, 2007). Esta indefinição e confusão de fato começa a surgir no centro do capitalismo, ou seja, uma mobilidade social, cujo movimento para baixo é o que preocupa, e que agora é de fato mundial, não mais periférica, ainda que continue sendo muito maior na periferia. Sem contar que sua produção na periferia continua, cuja imobilidade social da “ralé brasileira” (SOUZA, ET. ALL, 2009), por exemplo, é prova empírica e seu maior símbolo focal.

A indefinição e confusão de lugares sociais na hierarquia social e moral do trabalho é o que define a nova zona de vulnerabilidade mundial, não mais periférica, e que Beck define como “Zona cinzenta” (1997). A nova precariedade mundial, neste aspecto, significa, poderíamos dizer, uma “precarização conjuntural” no centro do capitalismo e a radicalização de uma “precarização estrutural”, em sua periferia, na qual esta característica universal do capitalismo sempre foi histórica e definidora de toda a sociedade.

Ponto comum entre os autores analisados: perceber que a sociedade (deles) se torna mais difusa e opaca em sua estratificação. Mas isso não pode ser usado para não se tematizar a desigualdade. A origem deste raciocínio europeu é o medo da pobreza recente chegando a seus países. A conseqüente fragmentação social é um fenômeno igualmente novo que agora apavora o intelectual europeu. Cabe ressaltar que todos os perigos que eles sofrem agora são constitutivos da formação do capitalismo periférico e parecem, nesta leitura do centro, novidades que definiriam uma nova sociedade mundial do trabalho, como em Beck, ou do conhecimento, como em Gorz.

Qual é a lista dos “novos” riscos sociais? Fragmentação social, individualismo, inconsciência e inconsistência de classe, democracia e cidadania fracas, baixo nível de bem-estar social. Pelo simples fato de tais problemas não serem novos na periferia, e pela possibilidade de estarmos vivendo uma melhora relativa em tais aspectos sociais, é que a teoria social da periferia, uma nova teoria do trabalho, não pode comprar a tese do fim do trabalho, por seu evidente eurocentrismo.

No geral, o pensamento europeu analisado aqui considera que o fim da sociedade do trabalho e da classe significa uma conseqüência precarizante do desenvolvimento do capitalismo mundial, agora que os efeitos negativos de um refluxo do capitalismo, imprevisível e contingente, começa a afetar o seu centro. A tese da brasilização do Ocidente, para ser crítica, precisaria ser também uma tese da “brasilização da brasilização”, ou da “brasilização da África”, por exemplo. Tirando a ascensão dos batalhadores e a permanência das classes médias e altas no Brasil, ainda temos a ralé brasileira intacta em sua condição de exclusão ou, como adaptando Castel, de não-filiação social.

Para a periferia, a “brasilização da brasilização” significa o aumento quantitativo de problemas qualitativos que fazem parte de toda a história da periferia do capitalismo. A brasilização do Ocidente é uma tese culturalista, por que sugere que a economia informal faz parte da cultura dos países periféricos quando, por exemplo, Ulrich Beck diz que a cultura alemã está mudando com o aumento do trabalho informal. Um traço universal do capitalismo, ou seja, uma cultura de produção de desigualdade, se torna nesta direção característica de sociedades específicas, periféricas. Como fica bem claro em Claus Offe, que neste ponto é o melhor exemplo, a cultura alemã seria sinônimo de racionalidade formal e de Bem estar social.

O novo canto da sereia do fim da sociedade do trabalho, ou de seu desmoronamento, é produto da chegada, ao centro, das realizações negativas do capitalismo, que sempre foram mundiais, sempre foram produto de uma economia-mundo, como percebeu Wallerstein. A sociedade industrial já era, para este autor, uma economia-mundo. Grande problema da tese do fim ou da modificação das sociedades do trabalho: definir sociedade do trabalho apenas por suas realizações positivas. Sociedade do trabalho para estes autores é sinônimo de *Welfare State*. Tentando matar dois coelhos de uma só vez, esta tese não reconhece as economias nacionais, cuja informalidade e precariedade são os traços predominantes, como sociedades do trabalho e por outro lado, no mesmo movimento teórico, desconhece teórica e politicamente a sociedade mundial do trabalho.

Ambigüidade constitutiva de Ulrich Beck: ele mesmo tematiza uma economia mundial contemporânea dominada pelo capital financeiro, principalmente em seu livro sobre a globalização, e por outro lado estabelece uma distinção, como Offe, típica do nacionalismo metodológico alemão que ele mesmo critica, entre economias formais e informais, o que reforça e reconstrói a hierarquia entre elas. Por isso culturalismo: por não perceber, como Wallerstein, que os Estados nacionais são sub-sistemas que escondem a economia mundial. Agora em seu

outro livro, sobre a brasilização do Ocidente, Ulrich Beck é um falso crítico, ambíguo, ainda que possamos com ele muito aprender e que seja o único a tematizar sistematicamente a periferia dentro do pensamento dominante alemão.

A ideologia de reconstrução do poder do centro, ameaçado pelas economias emergentes, informais, está implícita em uma ideia abstrata das “realizações do moderno”. Não teríamos, na periferia, realizado o Welfare por questões culturais, por falta de instituições ou valores (no que em nossa sociologia os EUA sempre foram o contraponto), seríamos uma cultura e civilização incompatíveis com os padrões do centro, da racionalidade formal.³⁵ Neste aspecto, podemos dizer que Ulrich Beck é uma espécie de Roberto DaMatta europeu, cuja análise relativista associa formas de economia com formas de cultura. O efeito prático desta desconsideração da universalidade da produção de desigualdade do capitalismo, como em Marx, Weber e Sombart, é a atribuição dos problemas sociais das economias periféricas aos seus respectivos Estados nacionais. Assim, se esconde a ação do mercado e se culpa o Estado por ausência ou incapacidade. Pior ainda: se culpa a cultura, algo imutável para tais autores e se atribui aos povos afetados pela precariedade estrutural da sociedade do trabalho mundial a autoria de seus problemas sociais.

Por não tematizar a produção da informalidade e da precariedade como frutos de uma sociedade mundial do trabalho, ao mesmo tempo em que procura ser crítico dos novos problemas do trabalho, olhando para a Europa e simplesmente dizendo que ela agora se brasiliza, Ulrich Beck é o principal atualizador, pelo menos na Alemanha, de um culturalismo e de um discurso científico que busca reforçar o centro e defender-se da força econômica das economias emergentes. Trata-se de uma negação do refluxo do capitalismo, contingente e imprevisível, exatamente por parecer crítico ao trazer a periferia para o debate.

Confirmando este argumento nas palavras do próprio Ulrich Beck: para ele, o capitalismo global *dissolveu os valores da sociedade do trabalho* e com isso rompeu um laço histórico entre capitalismo, Estado de bem-estar e democracia (BECK, 2007). Aqui estamos diante do ápice da falsa crítica, explicitamente. Tal laço perfeito nunca existiu fora das

³⁵ Neste ponto, cabe ver a crítica de Souza ao que chama de “sociologia da inautenticidade” brasileira, na qual seríamos o “outro” do ocidente, cuja cultura inferior, do não trabalho, do jeitinho, da malandragem, teria desenvolvido um capitalismo a brasileira de desenvolvimento específico, o que Souza trata como um “relativismo teórico” que desconsidera os padrões universais de reprodução do capitalismo, percebidos por Max Weber (SOUZA, 2000)

sociedades perfeitas do Welfare. A narrativa e a análise específica de sociedades europeias se apresenta aqui como universal. Em suma: na tese do fim da sociedade do trabalho, como em Offe e Gorz, ou de sua precarização, como em Beck, não existe de fato a análise de uma periferia estrutural como traço inerente e universal do capitalismo. Nos dois primeiros isso é explícito. Em Ulrich Beck, é bem mais sutil e exatamente por isso mais influente, devido a sua própria “ambigüidade constitutiva”.

Nas palavras do autor, em um de seus momentos mais críticos: “um capitalismo propriedade-ganho, que almeja nada mais do que lucro, excluindo de sua consideração, empregados, Estado de bem estar e democracia, é um capitalismo que se rende a sua própria legitimação” (BECK, 2007, p. 4). Correto. Só faltou dizer que isso sempre existiu fora de seu país. Quando Ulrich Beck procura analisar a reificação da legitimação capitalista, ele acaba mostrando como a sociedade mundial do trabalho realizou historicamente, durante a dita “sociedade industrial”, a utopia da convergência entre economia, bem-estar social e democracia apenas em seu centro, ou seja, sua “realização positiva”, poderíamos dizer. A lacuna, que transforma a tentativa crítica em discurso conservador do centro, é não perceber a conexão histórica de tal realização positiva com suas realizações negativas na periferia.

Com o advento das economias emergentes, nas quais as novas classes trabalhadoras apresentam força econômica exatamente a partir de economias populares informais, esta balança entre centro e periferia, e também entre as realizações positivas e negativas da sociedade do trabalho mundial, começa a mudar. Logo, é preciso uma renovação teórica, vinda do centro, que pareça tematizar a nova sociedade do trabalho, o “*brave new world of work*” de Ulrich Beck. A legitimação do capitalismo, se considerada sua totalidade, não pode ser restrita ao *Welfare State*, mas se ancora em todas as suas realizações, positivas e negativas. O culturalismo opera aqui uma função central: as economias precárias, que agora reagem por um refluxo contingente da operação do capital financeiro internacional, ou seja, as economias periféricas, das quais algumas são emergentes, devem a si mesmas seus próprios problemas.

Para ficar claro: os teóricos europeus analisados definem a sociedade do trabalho por sua utopia, e não por suas realizações concretas no mundo inteiro, durante a dita “sociedade industrial”, e agora radicalizada com a dominação do capitalismo financeiro. Ironicamente, o que o centro do capitalismo financeiro não previu é exatamente um princípio básico da economia: tudo tem um preço. O que isso significa? O investimento exploratório nos países periféricos, a busca por mão de obra barata, espaço, facilidade de impostos, etc, pode dinamizar

as economias periféricas. A grande prova e ao mesmo tempo esperança de uma sociedade do trabalho mundial melhor reside exatamente na ambiguidade do capital. Ele precisa fomentar para ganhar. Neste aspecto, Karl Marx continua sendo o principal clássico da sociologia. Quanto à legitimação do fenômeno, voltamos a Max Weber, como vem percebendo desde seu livro “A modernização seletiva”, Jessé Souza (2000).

A utopia da realização positiva do capitalismo foi quase perfeita, na prática, no *Welfare State*, ou seja, o ápice das realizações econômicas (pleno emprego, renda razoável), políticas (democracia) e sociais (segurança física, seguridade social, dignidade). Quando a utopia falha, ou seja, não se coincidem mais, historicamente, o sucesso nas três dimensões, declara-se o fim da sociedade do trabalho. O fim ou a precarização da sociedade do trabalho, significa, na verdade, o fim do *Welfare State* e o início de uma alteração de forças no jogo econômico contingente e imprevisível da sociedade do trabalho mundial.

Fato curioso no autor: ele culpa a utopia neoliberal da flexibilidade, como explicação da brasilização do Ocidente, como se ela fosse outra coisa, senão apenas o desdobramento da mesma lógica que criou e legitimou o *Welfare* à custa da precariedade estrutural fora do Atlântico Norte. No fim das contas, a tese do fim da sociedade do trabalho é um saudosismo do *Welfare State*, realização total do potencial do capitalismo, mas apenas em parte do sistema. A sociedade do trabalho mundial, neste aspecto, poderíamos dizer, significou até aqui a realização total do potencial capitalista para o centro, conectada com sua realização parcial na periferia. Daí a força de todas as teorias do desenvolvimento: como hoje, mas em escala menor, as economias periféricas sempre viveram alguma parte do progresso econômico e social, o que torna fácil legitimar, antes com o liberalismo e agora com o neoliberalismo, que basta continuar no mesmo caminho para se alcançar a realização plena do maior potencial moderno, ou seja, o *Welfare*.

O culturalismo da tese da Brasilização do Ocidente e da tese do fim da sociedade do trabalho reside, assim, no fato de que a utopia, escondida nos Estados nacionais, como diria Wallerstein, sugere que a realização é da parte, das economias nacionais, de cada cultura, e não um efeito do que a sociedade mundial do trabalho opera diferencialmente em cada parte. A realidade escondida e legitimada por este culturalismo, particularista e pseudo-universal, é que o Estado político, atrelado a cultura nacional, não é a instituição central que opera a vitória do centro sobre a periferia. O sistema econômico mundial é o principal ator, que esconde suas

realizações diferenciais na autonomia relativa de suas sedes locais, ou seja, os Estados-nacionais, como diria Wallerstein.

Outro ápice da tentativa crítica, porém explicitamente europeísta, de Ulrich Beck: “o que rouba a legitimidade do capitalismo tecnologicamente avançado não é que ele enfraquece as barreiras nacionais e produz mais com menos trabalho, mas principalmente que ele bloqueia iniciativas políticas para um novo modelo social europeu e um contrato social” (BECK, 2007, p. 4). Enquanto o novo capitalismo bloqueia iniciativas políticas, sua ambigüidade desbloqueia, e até fomenta, iniciativas econômicas populares. É o caso dos batalhadores, da nova classe trabalhadora, predominante na periferia, mas já presente no centro, como o fenômeno das imigrações, que também inquietam os teóricos europeus. Esta nova classe é o principal suporte humano da sociedade do trabalho mundial, globalizada.

Como saída, não por acaso citando Gorz, Beck propõe, como antítese para a sociedade do trabalho, uma “sociedade civil ativa aqui e agora, a expansão de uma sociedade política dos indivíduos, uma democracia civil na Europa, ao mesmo tempo, local e transnacional” (BECK, 2007). Tal sociedade de cidadãos ativos encontraria e desenvolveria questões para os desafios da “segunda modernidade - individualização, globalização, queda do emprego e crise ecológica”. (BECK, 2007, p. 5). Dado importante: tal preocupação, que ele inclusive propaga em jornais na sociedade alemã, é uma confirmação de que vivemos em uma sociedade do trabalho mundial e modificada, com um refluxo de forças econômicas não previsto pela “sociedade industrial”.

Dado curioso, em contrapartida: só se pode pensar em uma sociedade civil ativa quando os problemas da produção estão resolvidos. Isso indica uma falsa crise do trabalho em um país como a Alemanha, no qual a ralé é em grande parte imigrante e mesmo assim a qualidade de vida como um todo é muito superior ao que vivemos no Brasil, tratando-se de infra-estrutura, preço de mercadorias e segurança pública, só para dar alguns exemplos. Com isso, a tese da brasilização do Ocidente se apresenta como um dado de uma mudança na sociedade do trabalho mundial, pois de fato há um aumento de pobreza na Europa, mas por outro lado se apresenta como um exagero, um alarde apocalíptico do nacionalismo metodológico alemão.

De imediato, dois problemas surgem diante do alarde apocalíptico da “brasilização”:

Problema 1 – Ainda que Ulrich Beck estivesse totalmente correto, não poderíamos comprar este novo paradigma, de uma esfera de ação na sociedade civil, supostamente independente da

dimensão da produção, pois esta proposta só faz sentido na Europa. Nossas questões primárias ainda são questões de dignidade. Entretanto, como já dito, o debate com Beck é preciso por que é a tese que mais se aproxima, com todos os problemas já vistos até aqui, de um esboço de teoria sobre uma nova sociedade mundial do trabalho. Por isso, é preciso partir dos pontos por ela levantados sem reproduzir seu europeísmo e nacionalismo metodológico. Só para lembrar, o principal ponto é o advento, no centro, do trabalho flexível e informal, bem como da precariedade, o que em Castel é tematizado como uma “zona de vulnerabilidade”, dentro da qual pessoas flutuam constantemente na hierarquia social do trabalho.

Problema 2 – A tese da crise da sociedade do trabalho, ou de seu fim, tira o foco do problema da produção mundial e assim legitima a fase atual do capitalismo financeiro globalizado em sua dominação cada vez mais opaca. Em outros termos, podemos dizer que o mantra cantado em torno do fim da sociedade do trabalho é uma das principais ideologias, senão a maior, que justificam a atual “nova ordem multipolar”, ao lado de teses como a do “multiculturalismo”. O alarde desesperado da chegada da precariedade no centro aumenta o problema de sociedades nacionais europeias e justifica o senso comum mundial de estarmos vivendo em uma ordem mais democrática, pós-bipolar, na qual o poder é “descentrado”, obscurecendo e legitimando a qualidade de vida superior da maioria da população, ainda hoje, dos países do Atlântico Norte. Por isso, a dicotomia centro-periferia hoje está na berlinda teórica, mas ainda não pode ser abandonada.

Ulrich Beck propõe ainda uma soberania por experiência política de liberdade em rede de trabalho de atividades auto-organizadas. Proposta ambígua. De um lado, busca a “autenticidade”, a auto-realização coletiva, possível apenas em sociedades com dignidade no trabalho generalizada. Além disso, a ideia de redes de trabalho é uma das falácias do novo capitalismo, em outros termos, trata-se da flexibilidade que ele mesmo tenta criticar, bem como Sennett. Por outro lado, já temos no Brasil a experiência de redes, como mostrou a pesquisa sobre os batalhadores brasileiros (SOUZA, ET. ALL., 2010), na qual encontramos, por exemplo, no interior do Rio Grande do Sul, sendo este apenas um exemplo dentre muitos outros, cooperativas de pequenos produtores que de fato são alternativas para o trabalho precário e funcionam como ajuda mútua.

No geral, a questão da sociedade do trabalho precarizada, para o autor, é reduzida a sociedades nacionais europeias, e não a tematização de um novo mundo precarizado, no qual a precariedade estrutural da periferia é radicalizada. Quanto a sua proposta política, que ele ao

longo de vários livros define como subpolítica, de ação da sociedade civil, esta apresenta bastante semelhança com a proposta de Offe com o paradigma do “mundo da vida”. Esta busca se opera diante de supostas faltas no dito “mundo do trabalho”, dicotomia esta bem complicada, pois quem precisa trabalhar 14 horas por dia, por exemplo, como os nossos batalhadores, ou quem muitas vezes nem trabalha, como a ralé, que entra e sai o tempo todo na zona de vulnerabilidade, não tem tempo nem interesse em tomar parte em movimentos sociais do “mundo da vida” ou da “sociedade civil”.

Movimento teórico ambíguo: tentativa de inclusão da periferia numa análise totalizante do capitalismo, de um lado; de outro, uma falácia do não-trabalho que esconde os efeitos do capitalismo na periferia, criando uma falsa crise no centro do capitalismo, o que também esconde as vantagens sociais históricas relacionadas à dimensão da produção, ou seja, a dignidade nacional das economias centrais.³⁶ Em outros termos, a proposta intelectual de resolver problemas de liberdade pessoal só faz sentido a partir deste patamar de vantagens garantidas e naturalizadas, que é sempre implícito na obra do autor. Logo, a proposta de solução do autor desmorona toda sua crítica, uma vez que ela é nitidamente inaplicável a realidade periférica, sem contar que talvez nem no centro o seja.

A autenticidade, como realização da liberdade, só faz sentido quando a dignidade está garantida. No entanto, por uma questão de auto-legitimação do imaginário e do poder europeu, pois sua vantagem histórica na sociedade do trabalho mundial de outra maneira seria explicitada, a busca por uma sociedade civil ativa precisa parecer uma questão de dignidade para estas nações. Assim, questões de ordem secundária se tornam questões de ordem primária.

No geral, cria-se uma tese que generaliza para o mundo um “problema europeu”, menos importante, ao menos do ponto de vista da dignidade, que as questões sociais, as questões de vida ou morte, como diria Bourdieu (2001), em sociedades periféricas, o que se opera em duas dimensões articuladas:

- 1 – para fora, renovando a legitimação da dominação do Atlântico Norte;
- 2 – para dentro, legitimando a busca pela autenticidade própria, traço fundamental de todo nacionalismo metodológico.

³⁶ Para entender melhor a generalização da dignidade em sociedades centrais, ver “A modernização seletiva” (SOUZA: Ed. UnB, 2000).

Deste modo, a autenticidade, a auto-realização, de nações historicamente vencedoras, se torna uma questão de reprodução social, numa teoria que pretende dar conta do “admirável novo mundo do trabalho”. Ainda assim, como o autor se propõe a analisar a sociedade mundial como um todo – afinal, ele não tirou da cartola o trabalho informal, mas o viu no Brasil quando nos visitou nos anos 90 – e apresenta sugestões práticas para os novos problemas do trabalho, não podemos nos furtar de enfrentá-las. Logo, cabe aqui uma comparação entre suas sugestões e nossos problemas.

Ulrich Beck apresenta quatro pontos centrais para uma “divisão do trabalho em uma sociedade multi-ativa”. Seriam eles:

1 – diminuir as horas de trabalhadores “*full-time*”. Se isso acontece no centro, e se vivemos em um sistema de produção mundial, logo, elas aumentarão, formalmente ou não, em outro lugar, ou seja, na periferia.

2 – Cada trabalhador deve ter uma alimentação. Na periferia, a questão seria mais básica: que cada pessoa simplesmente tivesse trabalho. O que o próprio Ulrich Beck apenas ventila é desenvolvido por Castel pelo caminho prático, através do Estado, da ampliação do direito ao trabalho.

3 – Trabalho de parentes e o cuidado de crianças, ou seja, trabalho doméstico, devem ter o mesmo reconhecimento de um “*civil labour*”, bem como arte, cultura e política. Este princípio também pode ser pensado para a periferia. Entretanto, nossa questão mais básica é que todo trabalho braçal deveria ser considerado digno, ou seja, precisaríamos escapar de uma hierarquia social e moral do trabalho, que valoriza atividades consideradas intelectuais e desvaloriza aquelas consideradas corporais.³⁷

4 – O envolvimento simultâneo em trabalho pago e trabalho civil pressupõe a redistribuição de tarefas familiares entre homens e mulheres. Na periferia, a desigualdade de gênero é bem maior, mesmo entre as pessoas inseridas no mercado de trabalho. De todo modo, o princípio é universalmente válido.

No geral, ele sugere que novas formas inseguras de trabalho pago sejam convertidas em direito ao trabalho múltiplo, direito a descontinuidade, a escolha das horas de trabalho, a

³⁷ Para melhor entendimento deste ponto, ver: MACIEL, Fabrício. “Todo trabalho é digno?” In: Souza, Jessé (org.) “A invisibilidade da desigualdade brasileira”. Belo Horizonte: EdUFMG, 2006.

soberania além do tempo de trabalho, em acordos negociados coletivamente. Outro princípio universalmente aplicável, ainda que na periferia a tarefa do Estado, nesta direção, seja gigantescamente maior. Entretanto, o princípio pode e já falhou historicamente, como vimos com André Gorz, quando analisa a negociação da classe trabalhadora européia diante do capital. Trata-se de um princípio frágil, mas não descartável. O resultado seria a geração de novos espaços livres na coordenação pessoal entre o trabalho, a vida pessoal e a atividade política.

Vantagem de Ulrich Beck (e de Castel, como ainda veremos) diante dos demais: ele não desistiu da sociedade do trabalho, ainda que sua análise se pretenda universal, mas na prática seja particularista, totalmente escravizada por seu nacionalismo metodológico e por seu eurocentrismo metodológico. Enquanto Claus Offe apenas “cutuca a cobra com vara curta”, como se diz no ditado popular brasileiro, questionando o fim da centralidade da categoria trabalho e se reduzindo a mostrar a inferioridade da informalização, por um lado, e André Gorz, ainda que apresente interpretações brilhantes acerca da transição para o pós-fordismo, mas por fim abandona a ideia de sociedade do trabalho e idealiza uma ontologia do imaterial, por outro, Ulrich Beck consegue manter os pés no chão e pensar em medidas práticas, cujas algumas são até universalmente aplicáveis.

Quando fala em “trabalho civil”, ele está tratando de algo semelhante ao que Bourdieu (1977) chamou de “trabalho social” quando analisou a Argélia dos anos 60. Trata-se de uma categoria delicada, de formas de trabalho não remuneradas, como aprendizes que trabalham apenas pela experiência, pessoas que prestam serviços sociais voluntários e, o mais complicado, pessoas que trabalham “só por trabalhar”. O que é isso? Exemplo: uma senhora de 70 anos que fica parada no centro de uma grande cidade vendendo chicletes que ninguém compra. Quase um pedido de esmolas velado. Mas, ela pode dizer que está trabalhando, que não é vagabunda. Neste aspecto, o problema na periferia é estrutural, e residual no centro, pois a ralé, quando trabalha, faz os chamados “bicos” em nosso senso comum, vigiando carros, por exemplo, no que quase nada ganham, mas trabalham. Este problema crônico e gigantesco deveria ser enfrentado com a tentativa do direito ao trabalho generalizando o reconhecimento formal de todas as atividades laborais, ou seja, incluir o reconhecimento do “trabalho social”.

Esta tarefa, que de imediato nos faz pensar no papel do Estado, muitas vezes é cumprida pela contingência do mercado, como é o caso dos batalhadores que conseguem se filiar ao mercado informal ou de prestação de serviços, muitas vezes por sorte, mas geralmente por esforço próprio, confirmando o princípio ambíguo da meritocracia moderna. Isso não significa

que o mercado age quando o Estado falha. Seria melhor dizer que as pessoas “se viram”, como se diz em nosso senso comum, na ausência de condições objetivas socialmente constituídas, ou na debilidade das mesmas.

A utopia de Ulrich Beck: que os três princípios, o de liberdade, o de segurança e o de responsabilidade, sejam ajustados e reafirmados. Para tanto, ele se pergunta: como podem os limites do crescimento se converter em toleráveis formas de vida e trabalho? (Ou seja, desenvolvimento social, não econômico, questão que nunca deixou os intelectuais críticos da periferia dormirem direito).

Sua conclusão: a antítese da sociedade do trabalho não seria a falácia do tempo livre ou da sociedade do lazer, o que permaneceria negativamente aprisionando-nos ao “imperialismo valorativo do trabalho” (BECK, 2007). A verdadeira antítese seria uma nova sociedade civil política, auto-ativa, auto-consciente, “*do it yourself culture*”, tentando, desenvolvendo e implementando um novo e denso conceito do “político” (Idem). Aqui, paramos no plano da utopia, distante mesmo da realidade européia, que dirá da realidade periférica, o que desqualifica sua tentativa de analisar o novo mundo do trabalho.

“Nós precisamos de estruturas conceituais para identificar novas realidades em sua especificidade, mais do que pensar como as anomalias podem ser varridas para baixo do tapete da normalidade” (BECK, 2007, p. 8). Dois pontos interessantes a partir desta fala: primeiro, o “tapete da normalidade” do centro, na prática, sempre foi o trabalho braçal da periferia. Segundo, a ação inventiva dos batalhadores, no mundo inteiro, é uma nova realidade já identificada e que parece fugir aos olhos do autor da brasilização do Ocidente, mais preocupado com a chegada da precariedade em seu país e em seu continente.

Em suma, a proposta de uma antítese a sociedade do trabalho é a ideia de uma sociedade civil mundial e pós-nacional. O problema é que uma antítese teórica não pode se furtar dos problemas do presente. Para tanto é preciso olhar para a periferia, uma vez que é lá onde residem estruturalmente os problemas do trabalho e de sua ausência, e não fugir da realidade com conceitos novos e vagos. Se tivesse realmente consciência da totalidade e da dimensão radical do problema do trabalho na periferia da sociedade do trabalho mundial, o autor talvez pensasse duas vezes antes de dizer que presenciamos hoje uma brasilização do Ocidente e da Europa. Ironicamente, a tentativa crítica e semântica acaba sendo um trocadilho para esconder, com argumentos novos, problemas velhos, tematizados a muito tempo de forma um pouco diferente.

A brasilização do Ocidente, na verdade, é a tese que melhor inverte, esconde e legitima uma velha conhecida de todos nós: a Ocidentalização do mundo.

4.2 BRASILIZAÇÃO OU NOVA LEGITIMAÇÃO DA EUROPA?

Reforçando seu argumento, Beck dedica, no mesmo livro já citado, *Schöne neue Arbeitswelt* (2007), um capítulo específico ao fenômeno da brasilização da Europa. O capítulo se intitula *Tausend prekaere Arbeitswelten oder Warum Europas Zukunft der Arbeit in Brasilien besichtigt werden kann*. (Mil mundos do trabalho precário ou por que o futuro do trabalho na Europa pode ser visto no Brasil). O título “mil mundos do trabalho precário” já confirma de imediato sua perspectiva culturalista e relativista. A sociedade mundial do trabalho não é vista como um só sistema que gerou, ao mesmo tempo, articuladamente, suas duas dimensões universais, para além dos Estados nacionais: a racionalidade formal, predominante historicamente no Atlântico Norte, e a economia informal, predominante na periferia.

A linguagem do autor sugere que agora a Alemanha estaria se tornando um dos mil mundos precários do trabalho, ou seja, é como se cada sociedade nacional fosse uma sociedade do trabalho independente das outras e com características próprias. Em outros termos, Beck conseguiu desenvolver uma sociologia do trabalho culturalista. Isto é bem explícito em Claus Offe. Para ele racionalidade formal é sinônimo de cultura alemã. Para Beck, em outros termos, quando fala em economia da insegurança, trata-se da mesma perspectiva do nacionalismo metodológico alemão. Economia da segurança e racionalidade formal seriam sinônimos. Quando Beck se pergunta, no mesmo livro, se a Alemanha agora está se tornando um mundo do trabalho precário e um *do it yourself*, cuja marca é a insegurança ontológica de todos os indivíduos, ele deixa bem claro tal perspectiva. Ele chega a dizer que a Alemanha *agora* está se tornando uma cultura da insegurança e da informalidade.

No texto específico sobre a brasilização da Europa, encontramos nada menos do que o reforço da mesma tese com argumentos um pouco diferentes. Ele considera que a brasilização seria a prova da incapacidade de generalização da sociedade do trabalho ocidental (2007). Este trecho é bem interessante. Como sempre, ambíguo. Ao mesmo tempo em que constata um fato verídico, de fato nós não viramos, com o tempo, uma Alemanha, como a teoria do

desenvolvimento sugerira, ele deixa claro aqui seu eurocentrismo e culturalismo. O traço fundamental da dominação histórica do Atlântico Norte durante a sociedade industrial foi exatamente esta tentativa de expansão de seus padrões de desenvolvimento para as outras nações. Quando isso não acontece, recorre-se imediatamente ao argumento culturalista. Os outros teriam outras formas de vida e por isso capitalismo distintos, o que torna opaca a sociedade do trabalho mundial. É exatamente o que ele está fazendo agora.

O argumento, entretanto, é parcialmente correto. Não houve uma generalização das sociedades do trabalho em modelo europeu, mas houve uma generalização parcial, ou seja, a reprodução de padrões universais da economia capitalista necessária em qualquer lugar onde esta se reproduza. O grande problema aqui continua sendo o culturalismo. Beck não pode ver que não houve generalização das sociedades do Welfare, pois no fundo é disso que se trata, como gostariam os alemães, exatamente por não perceber de fato uma sociedade do trabalho mundial, contrária aos “mil mundos do trabalho”. Isto também é um relativismo, pois atribui a cada cultura a reprodução de seu próprio sistema de trabalho.³⁸

Logo, resta ao autor cometer dois erros, um teórico e o outro ideológico, no mesmo movimento: primeiro, o ideológico, lamentar a não generalização, o que significa eternização e legitimação de dominação, da dimensão formal do capitalismo. O outro, ainda pior, teórico, demonstra falta de informação. Trata-se de considerar a brasilização como um efeito residual, que acontece “apenas” por que não se generalizou a dimensão formal do capitalismo. Uma interpretação mais consistente deveria considerar que as dimensões formais e informais da sociedade do trabalho mundial sempre foram faces da mesma moeda, e que agora vivemos uma época na qual a segunda ganha força econômica, talvez inédita na história, em números, e demonstra a contingência e imprevisibilidade do futuro do capitalismo. Quanto a este futuro, Beck já aposta no domínio do trabalho informal, demonstrando sua tentativa crítica e o típico medo de sociedades que vivem uma época pós-perfeita do capitalismo, ou seja, o saudosismo do *Welfare*.

Confirmação explícita do culturalismo e nacionalismo metodológico alemão do autor: ele chega a falar que existe uma “longa tradição de trabalho informal na América do Sul”. Tradição é um conceito batata-quente. Remetemo-nos a ele sempre quando queremos falar de

³⁸ Para uma melhor compreensão da crítica ao relativismo ver: SOUZA, Jessé. “A construção social da subcidadania”, 2003.

algo estabelecido, imutável, quiçá eterno. É o nome charmoso da cultura. A associação entre padrões econômicos e o termo tradição é a principal negação de uma economia mundial supra nacional, como percebe Wallerstein (1976) e como Marx já havia dito, com sua conhecida frase de que o capital não tem nacionalidade. O erro teórico e a inversão ideológica operados aqui consistem no seguinte fato: não existe uma longa tradição, ou cultura, do trabalho informal na América do Sul; existe uma única cultura capitalista universal, que produziu a racionalidade formal e a informal, articuladas, gerando Bem-estar no Atlântico norte e precariedade no cone sul do mundo.

Outra fala emblemática de Ulrich Beck, sobre a brasilização da Europa: “o setor informal muda não só a compreensão do trabalho, mas também a compreensão da falta do trabalho” (BECK, 2007). Mais uma vez, erro teórico e teor ideológico, sempre duas faces da mesma moeda de troca intelectual de seu culturalismo. Apenas um culturalismo relativista, que não percebe uma lógica e um sistema universal, como nos ensinaram todos os clássicos da sociologia, pode remeter-se a mais de uma “compreensão do trabalho”. O trabalho, no mundo moderno, bem como sua ausência, dimensões estas que só se compreendem articuladas, possui uma só lógica, pautada por uma hierarquia social e moral entre ocupações consideradas “nobres” e outras consideradas “vulgares”, como percebeu Pierre Bourdieu.³⁹

Erro teórico: o setor informal não pode mudar a compreensão da falta do trabalho, pois ele em grande parte *preenche* a lacuna da falta do trabalho, ele é a sua compreensão prática e histórica, como no caso dos batalhadores brasileiros. Inversão ideológica: o que Ulrich Beck chama aqui de mudança da compreensão do trabalho nada mais é do que a lamúria e o alarde apocalíptico, em outros termos, do fim do Welfare, na versão de sua precarização, pertencente a Beck. O que muda, na realidade, são as condições de trabalho em países na Alemanha, não mais garantidas com seguridade para toda a população. Deste modo, a brasilização da Europa não passa de um reforço a tese da brasilização do Ocidente, colaborando para a inversão ideológica e a ignorância teórica e empírica que renova o sistema de legitimação do Atlântico Norte, diante da atual maior aparência da informalidade do capitalismo em todo o mundo. Esta aparência, que também é uma meia-verdade e que significa perda relativa de poder do centro, é o principal incômodo empírico e político para a teoria social dominante do trabalho, pondo o

³⁹ Ver seu livro “A distinção” (Editora Zouk, em português, 2007).

dedo na ferida da Ocidentalização do mundo, aberta pelas mudanças sociais da sociedade do trabalho mundial nas últimas décadas.

CAPÍTULO 5 – ROBERT CASTEL E A NOVA VULNERABILIDADE MUNDIAL

Desde seu clássico livro, *As metamorfoses da questão social* (1998, em português), Robert Castel ficou conhecido principalmente por seu conceito de “desfiliação social”. Com ele, através de uma longa e importante genealogia do significado do trabalho assalariado, desde os tempos do que chama de capitalismo pré-industrial, o autor procura analisar um fenômeno universal no capitalismo: a produção social e a permanência legitimada socialmente de “sobrantes”, ou seja, pessoas que sempre estiveram fora dos padrões de tudo o que é considerado trabalho digno e legítimo. Estes padrões de definição do trabalho socialmente útil e reconhecido variam na história do capitalismo. Por isso, a genealogia de Castel procura tematizar os sobrantes da sociedade pré-industrial, numa genealogia que também é europeia, e depois passa a analisar as transformações e a institucionalização de tais padrões com o advento do que chama de “sociedade salarial”, ou seja, a forma como ele batizou a tradicionalmente conhecida “sociedade industrial”.

Os sobrantes da sociedade pré-industrial eram vagabundos de toda forma, errantes, bêbados, mendigos, mas também trabalhadores autônomos que não conseguiam se inserir nas formas de trabalho que, naquela época, passaram a ser reconhecidas pelo Estado como honestas e legítimas. O melhor exemplo são as corporações de artesãos, reconhecidas pelo Estado pelo interesse de seu apoio político, e alguns camponeses organizados que eram aliados políticos, em contrapartida, de uma burguesia econômica ascendente das cidades. Fora estes, encontramos os desfiliaados “pré-modernos”. O conceito de desfiliação social, que Castel contrapõe, como veremos adiante, ao conceito de exclusão, dominante nos anos 90, e geralmente articulado ao conceito de globalização, é fundamental para tematizarmos o ponto central deste capítulo: o advento contemporâneo de uma “zona de vulnerabilidade” (conceito também de Castel) mundial, na sociedade do trabalho mundial contemporânea.

O entendimento desta nova e crescente “zona cinzenta”, ou seja, fluida, de difícil definição, em movimento, como percebem Castel e Beck, é fundamental para uma nova tematização da dicotomia centro-periferia, de modo a nos perguntarmos em que medida ela ainda é válida conceitualmente e em que medida qualquer alteração de sua realidade empírica pode se tornar ideologia legitimadora da nova sociedade mundial do trabalho. Este último parece ser o caso das obras de Offe, Gorz e Beck, que analisamos acima, ainda que tenhamos aprendido bastante com eles acerca dos novos padrões de reprodução mundial do trabalho.

A obra de Castel, incluindo artigos posteriores ao seu clássico livro, que também discutiremos aqui, apresenta uma semelhança e uma diferença fundamentais diante dos demais autores analisados. A semelhança: Castel também constrói sua análise a partir de uma narrativa, pensando mais no caso francês, “*Pós-Welfare State*”. O motivo: a queda do bem estar social da parte rica da Europa é o grande dado empírico que motiva toda a análise sobre trabalho, classe e desigualdade na literatura dominante. A diferença: Castel coloca a “questão social” como ponto de partida desta narrativa, na qual os conceitos de desfiliação social e de zona de vulnerabilidade são fundamentais. Talvez pelo histórico de maior desigualdade e consequentes movimentos e conflitos sociais na França, teve Castel uma motivação maior para uma análise mais crítica da questão social, que agora emerge em dimensões sem precedentes no Lado A da Europa.

Para avançar no argumento acerca da utilidade da obra de Castel, como contribuição a uma nova teoria mundial do trabalho, esclareceremos melhor adiante os conceitos de desfiliação social, que ele contrapõe ao de exclusão, e de “questão social”, para então chegarmos ao conceito de “zona de vulnerabilidade”. Veremos também como o advento de sua crítica se articula ao pressuposto de um mundo globalizado, o que se torna outro ponto de semelhança entre Castel e Ulrich Beck. Esta perspectiva é importante para a tentativa de se pensar em uma sociedade do trabalho não restrita às categorias do nacionalismo metodológico.

Dois pontos introdutórios importantes. Primeiro: Desde seu livro *Metamorfoses*, Castel nunca foi considerado um teórico do trabalho, pelo menos no Brasil mas, curiosamente, um teórico da exclusão, termo que na verdade ele recusa, se olharmos a produção acadêmica brasileira a partir dele. O subtítulo de *Metamorfoses da questão social* é nada mais do que: “*uma crônica do salário*”. Isso já indica que ele na verdade é um analista Pós-Welfare da mudança social contemporânea, o que significa, nos termos dele, o fim da sociedade salarial, com o advento de uma nova questão social, modificada, metamorfoseada, como ele diria, o que

significa a questão dos sobrantes e inválidos. Isso nada mais é do que uma pura e fina teoria sobre o trabalho. São as mudanças nas formas de filiação e não filiação ao trabalho útil e produtivo que o conduzem a identificar a questão social como a mais importante da sociedade *Pós-Welfare*.

Uma contribuição decisiva de Castel, neste ponto, é que a produção e legitimação de formas universais de filiação e desfiliação no mercado de trabalho considerado útil e digno é um traço universal do capitalismo. Este traço universal se modifica em formas históricas, e sua comparação entre as sociedades pré-industriais e as sociedades salariais, com recorrência a registros históricos, deixa claro tais mudanças deste traço universal. A identificação deste traço fundamental da sociedade do trabalho, seja qual for sua configuração histórica, nos ajuda a esclarecer duas dimensões fundamentais da reprodução do capitalismo e da desigualdade.

A primeira dimensão: com ela podemos desconstruir qualquer ideia de desenvolvimentismo e evolucionismo, que hierarquiza sociedades nacionais e com isso torna opaca a nova divisão internacional do trabalho, fundamental para a reprodução e renovação constante, na história do capitalismo, de uma sociedade do trabalho mundial e desigual. Este movimento analítico só é possível porque a identificação da universalidade de formas de filiação e desfiliação desmonta a ficção evolucionista e etapista que esconde outro dado também universal e fundamental para a compreensão do capitalismo como um todo, por um lado, e de suas transformações históricas, por outro: trata-se do convívio entre as formas de capitalismo comercial, industrial e financeiro. Este ponto foi percebido por autores como o próprio Castel, Mangabeira Unger (2008) e David Harvey (2005). A segunda dimensão: sem etapismo e desenvolvimentismo enfrentamos de uma só vez dois inimigos teóricos de uma nova teoria mundial sobre o trabalho: a hierarquia social entre ocupações nobres e vulgares (BOURDIEU, 2007), articulada a hierarquia entre Estados nacionais produtivos e improdutivos, legitimados por grande parte das teorias do trabalho e da desigualdade dominantes.

O segundo ponto introdutório importante trata de nosso nacionalismo metodológico brasileiro. Como acontece com todo grande autor, a recepção brasileira sempre se guia por nossos interesses internos. Como Bourdieu (2001) percebia, toda questão intelectual é precedida por uma questão política. A questão social sempre foi clara para os brasileiros, bem como para nossa academia, ainda que o senso comum e suas interpretações acadêmicas estejam em grande parte equivocadas. Por isso, o conceito de desfiliação social se torna o mais conhecido entre nós e seu uso se restringe a estudos de caso, como a análise de moradores de

rua, por exemplo. A articulação deste importante conceito com a ideia de zona de vulnerabilidade nos permitirá a tentativa de fugir deste nosso nacionalismo metodológico e assim contribuir para o esboço de uma nova teoria social sobre o trabalho em sua configuração mundial contemporânea.

5.1 EXCLUSÃO OU DESFILIAÇÃO SOCIAL?

“A exclusão vem se impondo pouco a pouco como um *mot-valise* para definir todas as modalidades de miséria do mundo: o desempregado de longa duração, o jovem da periferia, o sem domicílio fixo, etc. são *excluídos*”. Assim inicia Castel sua crítica ao conceito de exclusão, em artigo intitulado “As armadilhas da exclusão” (CASTEL, 2004). Com isso, ele procura mostrar que a questão da exclusão se transforma na “questão social” por excelência, o que para ele são coisas bem distintas. Para ele, o uso impreciso do termo exclusão, nesta direção, é sintomático, isto é, oculta e traduz, ao mesmo tempo, o estado atual da questão social (CASTEL, 2004, p. 18). Para desconstruir a confusão e imprecisão teoria em questão, Castel elenca oito pontos de análise, cuja didática nos ajudará a entender a validade do conceito de filiação social, em contrapartida ao de exclusão, e sua posterior articulação a ideia de zona de vulnerabilidade, de modo a escapar do nacionalismo metodológico, pois esta última trata de uma realidade empírica transnacional, e assim contribuir para uma nova teoria mundial do trabalho.

1 – A primeira razão para se desconfiar do termo exclusão seria exatamente a “heterogeneidade de seus usos”. “Ela designa um número imenso de situações diferentes, encobrendo a especificidade de cada uma. Ou seja, a exclusão não é uma noção analítica”. (Idem, p. 18). Tal problema gera uma série de erros teóricos e políticos, dentre os quais “falar em termos de exclusão é rotular com uma qualificação puramente negativa que designa a falta, sem dizer no que ela consiste nem de onde provém” (CASTEL, 2004, p. 21). Ótimo ponto. É exatamente dizer de onde vem a falta, ou seja, articular a gênese dos problemas sociais, umas das principais deficiências de toda análise sobre desigualdade. Castel tenta identificar no problema do desemprego francês contemporâneo, por exemplo, a queda do Bem estar social como gênese, ou seja, “de onde vem o problema”, bem como faz Jessé Souza com a questão social central do Brasil, ou seja, a permanência intacta na história brasileira de uma “ralé estrutural” (SOUZA, 2003, 2006, 2009). Como diria Bourdieu (2001), ex-mestre de Castel, o

problema aqui reside, em outros termos, em se confundir os efeitos dos problemas sociais com suas causas.

Para Castel, presenciamos uma repetição da “ladainha da ausência”, com o que se oculta analisar positivamente no quê consiste a ausência. A razão de fundo aqui seria que “os traços constitutivos essenciais das situações de *exclusão* não se encontram nas situações em si mesmas” (CASTEL, 2004, p. 21) A mesma lógica analítica pode ser aplicada na construção de uma teoria mundial do trabalho. Ainda que o termo exclusão seja articulado, em vasta literatura, ao termo globalização, seu uso pouco colabora para o entendimento da reprodução mundial da desigualdade, se usado da forma negativa, como falta, sem análises de gênese, como critica Castel. Em contrapartida, vejamos como o conceito de desfiliação social pode contribuir para o esclarecimento do advento de uma nova zona de vulnerabilidade social, que não se restringe mais a periferia do capitalismo, ainda que seja maior numericamente e mais grave analiticamente na periferia. Sem contar sua radicalização contemporânea, sua precarização conjuntural.

2 – A segunda razão, a principal para Castel, para se desconfiar da noção de exclusão, é que ela conduz a autonomização de situações-limite que só têm sentido quando situadas em um processo. A exclusão se opera efetivamente apenas pelo estado de todos os que se encontram fora dos circuitos vivos das trocas sociais (Idem, p. 22). Para ele, pessoas que sempre estiveram à margem da sociedade, que nunca entraram nos circuitos habituais do trabalho e da sociabilidade ordinária, vivem entre si e se reproduzem de geração em geração, como percebe Jessé Souza no caso de nossa ralé (SOUZA, ET. ALL, 2009).

Na maioria dos casos, como identifica Castel, a exclusão nomeia atualmente situações que traduzem uma *degradação* relacionada a um posicionamento anterior, ou seja, uma “desfiliação” de alguma condição existencial mais segura, o que pressupõe naturalmente a desfiliação do mercado de trabalho reconhecido como útil. A degradação é o mesmo que aconteceu com a ralé brasileira, analisada por Souza (2009). Continuando com Castel, “os excluídos” povoam a *zona mais periférica*, caracterizada pela perda do trabalho e pelo isolamento social. Ponto essencial para o autor: *hoje é impossível traçar fronteiras nítidas entre essas zonas*. “Na maior parte dos casos, o *excluído* é de fato um *desfiliado* cuja trajetória é feita de uma série de rupturas em relação a estados de equilíbrio anteriores mais ou menos estáveis, ou instáveis” (CASTEL, 2004, p. 24).

O caminho para a articulação entre os desfiliaados e a inédita zona de vulnerabilidade mundial está aberto: a ideia de zonas periféricas, um tanto quanto vaga, talvez inspirada na teoria do espaço social de Bourdieu, é a mesma a que Castel se referiu em seu clássico livro como zona de vulnerabilidade ou zona de instabilidade, e que em artigo recente ele define como “zona cinzenta”, semelhante a Ulrich Beck, mas com análise que falta a este. Como também traça uma perspectiva européia, nacionalista metodológico francês, o autor só está preocupado com o dado empírico de sua nação, coincidente com uma Alemanha ou EUA. Ele trata da desfiliação, pessoas que vagam nesta área indefinida do espaço social, marcada pelo trabalho precário ou simplesmente pelo desemprego. A novidade da sociedade do trabalho mundial contemporânea é a reprodução universal de novas classes trabalhadoras, traço universal do capitalismo, mas que precisa aqui ser trabalhado em sua peculiaridade na era da globalização. O fenômeno dos “batalhadores” é uma filiação, em alguns casos, e uma re-filiação, em outros, ao mercado de trabalho produtivo, tendo como consequência o alcance da dignidade, que nem mesmo os mais críticos como Castel se preocuparam em ver. Presos em seu nacionalismo metodológico.

3 – Focalizar a atenção sobre a exclusão apresentaria o risco de funcionar como uma armadilha, tanto para a reflexão como para a ação. Para a reflexão, economiza-se a necessidade de se interrogar sobre as dinâmicas sociais globais que são responsáveis pelos desequilíbrios atuais, diz o autor. Trata-se de análises setoriais, abandonando-se com isso a ambição de recolocá-las a partir dos mecanismos atuais de reprodução da sociedade. “O que está em questão é reconstruir o *continuum* de posições que ligam os *in* e os *out*, e compreender a lógica a partir da qual os *in* produzem os *out*.” (CASTEL, 2004, p. 25).

Três questões importantes, a partir de seu terceiro tópico: (1) a interrogação sobre as dinâmicas sociais globais está correta. Ela é um dos interesses centrais desta tese. Como uma sociedade do trabalho globalizada possui mecanismos de produção, e reprodução e legitimação de desigualdades. Esta é a única maneira de se estudar a desigualdade social hoje de forma totalizante e não fragmentada, seja esta fragmentação em estudos de casos isolados, seja ela na dimensão cognitiva e política do nacionalismo metodológico, como procura criticar, mas também o faz, Ulrich Beck, como vimos.

(2) A teoria de Castel apresenta um leve erro teórico, que não isenta sua tentativa crítica: não existem os *in que produzem os out*. Uma olhada no clássico *Estabelecidos e outsiders* de Elias (2000) e no *Distinção* de Bourdieu (2007) nos sugere algo mais complexo: não são atores

sociais que produzem desigualdade, mas sua atuação reproduz padrões de estigmatização e padrões simbólicos de performance de desigualdades intersubjetivamente estabelecidas no tempo e no espaço. Para esta tese, tal perspectiva é válida, desde que pensada na dimensão do “cosmopolitismo metodológico”, sugerido e fragilmente praticado por Ulrich Beck.

(3) Ainda que apresente certas falhas como esta, a teoria da desfiliação de Robert Castel apresenta duas interessantes virtudes, só compreendidas se relacionadas: ele ao mesmo tempo realiza um esboço sociológico da hierarquia moral do trabalho, como vista na perspectiva filosófica de Charles Taylor (1997), que define a diferença entre dignidade e autenticidade,⁴⁰ e da teoria do biopoder de Foucault (2001), autor este que certamente é uma das grandes influências de Castel, visto isso principalmente na preocupação com os sobrantes de toda sorte, o que incluem delinquentes que vagam entre categorias de drogados, doentes, vagabundos e desempregados. A reconstrução histórica também parece ser uma das virtudes que Castel herda de Michel Foucault.

Fechando o terceiro ponto de Castel, preocupado com o que chama de “dissociação social”, o autor considera a dificuldade da tarefa e a exigência de se tentar controlar a relação entre a lógica econômica e a coesão social, no que também podemos sentir uma leve influência durkheimiana, típica de seu nacionalismo metodológico, e isso antes que se chegue a situações de ruptura que representam “a exclusão”. A preocupação do autor, de acabar com a vulnerabilidade de massa e manter a integração social, é válida e crítica. Seria perfeita, porém, se pensasse a totalidade da sociedade do trabalho mundial contemporânea, daí a única superioridade, ainda que débil, de Ulrich Beck.

Falar em vulnerabilidade de massa e perda de integração social não seria nenhuma novidade na periferia do capitalismo. O interesse de escutar o que este autor tem a dizer é outro: sua análise e posição política representa, ao lado dos demais aqui analisados, o grande dado empírico de que a sociedade mundial do trabalho vive um refluxo das forças econômicas do capitalismo, e por isso estabelece novos lugares sociais, alterando a hierarquia do trabalho tanto na periferia quanto no centro. Na primeira, há o crescimento relativo das novas classes trabalhadoras, enquanto que na segunda, o aumento crescente da vulnerabilidade confirma que

⁴⁰ A dignidade é a condição de reconhecimento alcançada pela posse de um trabalho minimamente seguro. A Autenticidade é a busca de identidade e realização pessoal, possível apenas depois do alcance da dignidade. Ver MACIEL, Fabrício. “Todo trabalho é digno?” In: Souza, Jessé. A invisibilidade da desigualdade brasileira. Belo Horizonte: UfmG, 2006.

esta alteração de forças econômicas e posições sociais entre centro e periferia são a grande mudança da sociedade mundial do trabalho contemporânea.

4 – Castel é enfático ao dizer que sua análise não é uma crítica a políticas de inserção social. Reconhece o mérito destas, de não se resignar ao abandono definitivo novas populações colocadas pela crise em situação de “inutilidade social”. Entretanto, sua perspectiva é a de que não se deve ter a ingenuidade de acreditar que pequenas equipes locais, ainda que numerosas, sejam capazes de resolver problemas profissionais, culturais e sociais dos excluídos. Ele entende que o destino dos “excluídos” se define essencialmente antes que ele se fragilize, ou seja, trata-se dos mecanismos sociais meritocráticos que definem a filiação ou a desfiliação social. Acredita que, se nada de mais profundo for feito, a “luta contra a exclusão” corre o risco de se reduzir a um pronto socorro social, ou seja, intervenções pontuais, paliativas, para apenas reparar as rupturas do tecido social.

O tema das políticas sociais é fundamental, principalmente para a periferia. Políticas específicas sobre o trabalho, melhor ainda. Vasta literatura há sobre o tema, e pessoas empenhadas nesta direção. Voltamos à função do Estado, reduzido em força diante da força internacional do capital financeiro. Castel está, ao longo de sua obra, preocupado com propostas práticas, bem como vimos em Ulrich Beck. Enquanto este aposta mais numa subpolítica internacional, em atores sociais e movimentos sociais que enfrentem os problemas sociais independentemente do Estado, sem desprezar este, Castel pensa mais no Estado prático, no Estado Social, em uma tentativa de recuperação de capacidade, não do que foi o Welfare, mas do que se pode fazer em termos reais diante do advento da precariedade. Ele aposta na ampliação do direito ao trabalho. No Brasil, o tema é ainda mais complicado. Talvez eles pudessem aprender com a gente. A política social bifronte do Estado brasileiro, para a ralé e para os batalhadores, tem algo a ensinar. Se por um lado, as políticas de transferência de renda ajudam, ainda que pontualmente, como nota Castel, a situação crônica da ralé, as políticas de fomento ao pequeno crédito, para o batalhador, por outro lado, auxiliam parte dos batalhadores em seu crescimento relativo, diante da ambigüidade e do refluxo de capitais da nova sociedade mundial do trabalho. Em outros termos, ironicamente, de desigualdade e seu enfrentamento, por experiência, nós entendemos mais do que os europeus.

5 – O pensamento da exclusão e a luta contra a “exclusão” correspondem a um tipo clássico de focalização da ação social: delimitar zonas de intervenção que podem dar lugar a atividades de reparação (CASTEL, 2004, p. 29). Eis o novo problema europeu, identificado

neste ponto do autor: países como a França desconhecem o *perfil próprio* desses novos públicos e sua diferença irreduzível em relação ao público da clientela clássica da ação social, como no passado de bem estar social. Esta se caracterizava por um déficit pessoal que a tornou inapta a seguir o regime comum (deficiência, desequilíbrio psicológico, “desadaptação social”).

Hoje, porém, a maior parte da população francesa com problemas de desfiliação não é de inválidos, deficientes ou “casos sociais” específicos. Eis outro dado fundamental para a tematização da reconfiguração da nova sociedade mundial do trabalho, enquanto efeitos sociais das mudanças de força econômicas que vimos tematizando até aqui. Há vinte anos, as pessoas que hoje solicitam uma atenção particular teriam sido integradas por si mesmas a ordem do trabalho e teriam levado uma vida comum. Para Castel, o dado novo no centro assim se resume: elas se tornaram *inválidas pela conjuntura*. É a transformação recente das regras do jogo social e econômico que as marginalizou.

Jacques Donzelot chamou estas pessoas, na verdade aptas a trabalhar, mas sem vaga no mercado produtivo francês, de “normais inúteis”, nome equivalente ao que Castel chama de “sobrantes” (DONZELOT apud CASTEL, 2004). Este novo drama europeu decorre, para ele, de novas exigências da competitividade e da concorrência, da redução das oportunidades de emprego, fazendo com que não haja mais lugar para todos na sociedade pós *Welfare State*. Mais uma vez, é preciso repetir o mantra empírico de que os normais inúteis sempre foram estruturantes da economia periférica.

Mas, Castel acerta um importante alvo: a transformação recente das regras do jogo social e econômico que marginaliza pessoas. A lacuna de sua narrativa européia aqui se assemelha a de autores como Offe e Gorz: falta a periferia na análise. Desta vez, não falta tematizar a precariedade da periferia, mas sim o outro dado novo, ou seja, a ascensão de novas classes trabalhadoras com maior inserção econômica e social, bem como poder de consumo. Mais uma vez, como diria o velho Marx, o capital não tem nacionalidade, e a contingência e imprevisibilidade de sua ação social pode surpreender nações e classes historicamente privilegiadas. A metáfora do jogo é ótima: como nos filmes de máfia, os vencedores precisam jogar para manter os privilégios, com armas que, se trazida a metáfora para a vida real, se alteram historicamente.

A arma das novas classes trabalhadoras na periferia tem sido um saber alternativo, uma racionalidade substantiva, como definiu Offe, que agora mostra sua força de captação de

capitais. Se a política social não funciona, podemos dizer que as forças imprevisíveis e inconfiáveis do mercado não páram. Mas, vamos com calma. Estamos tratando aqui apenas de mudanças de status social de frações de classes específicas dentro de nações centrais e periféricas. O capitalismo vive de mudanças e permanências. A lógica simples que os europeus aqui analisados não vêem, apenas Gorz e Beck percebem, mas não tematizam suficientemente, é que se alguém está empobrecendo no centro, dito de modo bem simples, a vida de alguns historicamente prejudicados está melhorando do outro lado da moeda do jogo de forças internacional. Esta pequena vitória da periferia, entretanto, não pode esquecer a produção e reprodução histórica da ralé estrutural em todo o cone sul do mundo, e muito menos de sua precarização radicalizada com a globalização, enquanto traço central da nova sociedade mundial do trabalho.

6 – As medidas tomadas para lutar contra a exclusão *tomam o lugar* das políticas sociais mais gerais, com finalidades preventivas e não somente reparadoras, que teriam por objetivo controlar *sobretudo* os fatores de dissociação social. Para Castel, parece mais fácil e realista intervir sobre os efeitos de um disfuncionamento social do que controlar os processos que o acionam, porque a tomada de responsabilidade desses efeitos pode se efetuar sobre um modo *técnico*, enquanto que o controle do processo exige um tratamento *político* (CASTEL, 2004, p. 32).

A análise seria perfeita, não fosse seu grande inimigo: o nacionalismo metodológico. Parece que a França, com tantos recursos, ainda tem dificuldade em enfrentar sua nova desigualdade. Como sociólogo, o autor quer enfrentar as causas, o processo, e não parar nos efeitos como totalidade do problema. Como política social nacional, já nos referimos ao caso brasileiro na última década. Como análise, o tratamento político exigiria a união de forças internacionais. Como para Ulrich Beck (2007), não temos um Estado nacional global, mas sim instituições como o Banco central americano, o FMI e OMC, que ocupam seu lugar. Beck aposta numa subpolítica, que na prática acaba sendo política identitária de classe média, para enfrentar a debilidade dos Estados nacionais, diante do domínio sem freio do capital financeiro internacional e de seus evidentes efeitos sociais, como na França. Deste, modo Castel percebe a dimensão global do problema do trabalho, mas em sua proposta política permanece em seu nacionalismo intelectual e político.

Em outra tentativa crítica, Castel pensa que, como em outros momentos históricos, presenciamos um *mesmo deslocamento do centro à periferia* que se opera quando hoje se reduz

a questão social à questão da exclusão. Este raciocínio, se ampliado para a dimensão do cosmopolitismo metodológico, não como Ulrich Beck mas, criticamente, pensando a sociedade mundial do trabalho, nos ajuda a ver que toda teoria e pensamento midiático, por exemplo, que sempre falou das desigualdades na periferia, fala sempre de exclusão, sem articular os processos, o que exigiria o conceito de desfiliação. Com isso, se desloca a questão para a periferia no sentido de jamais se esclarecer que uma economia-mundo, incluindo seu centro, é a dimensão na qual deve se pensar a gênese da produção e da reprodução de qualquer forma de desigualdade, na qual o trabalho permanece sendo o elemento filiado, re-filiado e desfiliado, tanto ao mercado, enquanto fonte de segurança material, quanto a vida social, enquanto fonte de dignidade e reconhecimento.

Esta perspectiva deslocada notada pelo autor detém-se nos efeitos mais visíveis da “crise” e, para ele, esta não é uma crise pontual (pensando aqui nos anos 90 e não na famosa crise de 2008 para cá), mas um processo geral de desestabilização da condição salarial. A desagregação das proteções foi progressivamente ligada ao trabalho, o que explica a retomada da vulnerabilidade de massas e, no final do percurso, da “exclusão”. Alcançamos um ponto alto da obra de Castel, fundamental para esta tese. O assunto da crise é um dos mais importantes na mídia, na ciência e no senso comum da nova sociedade mundial do trabalho. A análise de Castel é perfeita, mas para quem? Para países como França e Alemanha, afetados pelo refluxo de capitais da sociedade globalizada. Este ponto é fundamental. A crise econômica permanente que afeta os europeus significa diminuição relativa no crescimento econômico e aumento de problemas sociais. No Brasil, sentimos às vezes os efeitos de crises pontuais, diferentes do estado permanente de crise a que se refere Castel. Nas crises pontuais, como em 2008, nosso PIB apresenta diminuição de crescimento relativo. Mas, o outro lado da moeda vem exatamente do Lado B do capitalismo, que nada tem a ver com a crise permanente de não recuperação do Welfare europeu, a não ser um ponto: é a sua outra face, uma vez que a economia informal cresce na periferia independente de bolsas de valores, estouros, bolhas e etc. Trata-se da reviravolta do capitalismo “re-organizado”.

Para entender o que é a verdadeira questão social hoje, não sendo aquela dos excluídos de toda categoria, sem tematização de seus correspondentes processos de desfiliação social, Castel faz uma comparação. Na sociedade pré-salarial, a maior parte dos trabalhadores eram condenados a uma precariedade permanente e a uma insegurança cotidiana, pela ausência de um mercado de trabalho organizado. Os mais vulneráveis dos vulneráveis oscilavam entre a

mendicância e a vagabundagem e se tornaram o alvo central do que correspondia, naquela época, ao que chamamos hoje de políticas sociais. Na verdade, Castel está querendo dizer algo fundamental para a compreensão da sociedade mundial do trabalho Pós-*Welfare*: a desfiliação social, ou seja, saída sem previsão de volta, do mercado de trabalho produtivo e reconhecido, de pessoas que sempre viveram em segurança, isso no caso do lado A da Europa, composto por países ricos, é a grande questão social contemporânea para eles.

O fato inédito e inquietante: sempre existiram sobrantes no capitalismo. Entretanto, sobrantes de colarinho branco e pasta na mão, isso sim, pode ser considerado um tiro pela culatra do “novo capitalismo” financeiro globalizado. Por outro lado, os sobrantes sempre foram estruturais na periferia, como mostra a teoria e a pesquisa empírica da ralé. O que não significa, pelo contrário, que nós agora também não tenhamos nossos sobrantes de colarinho branco.

7 – Assim, um pouco mais de rigor se impõe ao uso do termo exclusão. Não que se precise proscrevê-lo totalmente, mas é preciso se perguntar sob que condições o seu emprego é legítimo. Curiosamente, em seu eterno retorno ao passado pré-salarial, que muito nos ensina, Castel faz uma outra interessante comparação: as sociedades escravagistas repousam sobre a exclusão, pois mantêm a parte laboriosa de sua população numa posição de alteridade total, de ausência completa de direitos e de reconhecimento social (CASTEL, 2004, p. 37).

Se sua genial percepção da desfiliação social não estivesse restrita a seu nacionalismo metodológico francês, orgulhoso de seu socialismo político e de suas políticas sociais de vanguarda, nosso sociólogo ao menos se lembraria que economias periféricas, hoje, conectadas a globalização pelo capital financeiro, também produzem sobrantes da mesma natureza. A condição de sobrantes estruturais, que ele identifica no passado, está bem aqui, no presente da globalização, do outro lado do mundo, e ainda não foi percebida como tal pela teoria social e do trabalho dominante por que o fenômeno da precarização ainda é conjuntural no centro do capitalismo.

O problema para eles está apenas começando. A mera preocupação com a ponta do iceberg da nova precariedade mundial, como pauta do dia destes autores, entretanto, é um dado fundamental para se tematizar a renovação da relação centro-periferia e da reconfiguração de uma nova divisão do trabalho internacional, na qual a qualidade de vida europeia ainda não

pode ser comparada, nem de longe, com as condições de vida que predominam entre as classes populares de países como Brasil, Índia e China.

Diante da precariedade conjuntural da França, Castel chega a falar em “subcidadania”, velha componente da sociedade brasileira, tematizada por Jessé Souza (2003, 2006). Considera a partir disso que a exclusão, se o termo for usado com a busca de sua gênese, não é nem arbitrária nem acidental. Ela emana de uma ordem de razões proclamadas. Ele ousa dizer que ela é “justificada”, se entendermos com isso que ela repousa sobre julgamentos e passa por procedimentos cuja legitimidade é atestada e socialmente reconhecida (CASTEL, 2004, p. 41). A exclusão, por fim, é sempre o desfecho de procedimentos oficiais e representa um verdadeiro *status*. É uma forma de “discriminação negativa”, que obedece a regras estritas de construção.

Por ser um teórico da periferia, com olhar crítico, Jessé Souza desenvolveu a mesma lógica, a partir do dado empírico de nossa ralé estrutural, que podemos chamar de não-filiados, nunca-filiados, ao invés de desfiliados, conceito especialmente europeu, em seu livro *A construção social da subcidadania* (2003). Os dois autores percebem a mesma lógica, porém a partir de suas respectivas realidades nacionais. Logo, aprendemos mais sobre subcidadania com o segundo. O próximo passo, a partir destas perspectivas nacionais, é a tematização da não-filiação (ralé), desfiliação (trabalhador qualificado europeu, mas que também pode ser visto na classe média tradicional da periferia) e re-filiação, ou simplesmente filiação, dependendo do caso empírico (batalhadores em todo mundo, mas principalmente na periferia das nações emergentes) que, articulados, apresentam o quadro atual do que a sociedade mundial do trabalho produz e reproduz em termos de inserção social, reconhecimento e valor humano. Esta tese procura contribuir nesta direção.

8 – Por fim, o termo exclusão, seja na mídia, na política ou na sociologia, não enfrenta a principal questão social, para o autor: trata-se da vulnerabilidade criada pela degradação das relações de trabalho e das proteções correlatas, ou seja, trata-se da “crise da sociedade salarial” (CASTEL, 2004, p. 42).⁴¹ Melhor falar, então, em precarização, vulnerabilização e marginalização, mas não no conceito estático de exclusão. Com isso, pode se observar uma multiplicação de categorias da população que sofrem de um *déficit de integração* com relação

⁴¹ Trata-se, em parte, do mesmo canto da sereia e alarde apocalíptico dos demais: “fim da sociedade do trabalho (Offe); “saímos da sociedade do trabalho para não colocarmos nada em seu lugar” (Gorz), “O ocidente está se brasilizando” (Beck). Entretanto, veremos a frente que Castel, bem como Beck, mas melhor, não abandona a ideia de sociedade do trabalho, tenta resgatá-la e reconstruí-la com teoria e política eficiente.

ao trabalho, à moradia, à educação, à cultura, etc., e, portanto, pode-se dizer que estão *ameaçadas de exclusão*.

Cabe ressaltar aqui uma superioridade de Castel diante dos demais: sua perspectiva de desfiliação social articula trabalho, mudanças de posições sociais, o que significa mudanças na estrutura de classe, mudanças econômicas concretas, e soluções políticas. Reconhecemos que Ulrich Beck procurou fazer o mesmo. Entretanto, sua obsessão contra o advento do trabalho informal e precário faz com que sua articulação entre estas dimensões da sociedade contemporânea se torne frágil e imprecisa, e que sua proposta política, ainda que interessante, de uma subpolítica transnacional, seja vaga e de difícil visualização em curto e médio prazo.

Como Castel está pensando em políticas de trabalho concretas, ele identifica uma dificuldade teórica importante: há uma margem estreita entre as medidas específicas que visam a ajudar públicos em dificuldade e sua instalação em sistemas de categorização que lhes atribuem um *status* de cidadãos de segunda classe. Sorte dos europeus: este tipo de pensamento teórico e político só é possível em uma nação que vive hoje a desfiliação, e não a não-filiação histórica de frações imensas da sociedade, como o caso brasileiro. Política social no Brasil exige energia especial do Estado, enfrentando todos os interesses empresariais e político-meritocráticos que a governabilidade impõe.

Por fim, é preciso a identificação de uma “discriminação positiva”, ou seja, a identificação dos desfiliaados sem o estigma da exclusão, o que seria uma “discriminação negativa”. Não se pode chamar de exclusão qualquer disfunção social, mas se deve distinguir cuidadosamente os processos de exclusão do conjunto dos componentes que constituem, hoje, “a questão social na sua globalidade” (CASTEL, 2004). Interessante que ele sempre toca na questão da globalidade, mas apenas retoricamente, pois toda a narrativa se remete ao processo de aumento do desemprego e condições de precariedade da sociedade francesa, tendo como gênese a queda do *Welfare*. Neste ponto, Ulrich Beck (1986, 1997, 2007) é melhor, pois em meio a certa confusão teórica e ideológica, ele identifica a gênese da queda do *Welfare* no advento da força do capital financeiro internacional diante do poder político, jurídico e organizacional das extintas “sociedades industriais”, que Castel chama de “salariais”.

Concluindo, o autor ressalta que é preciso se lembrar que a “luta contra a exclusão” é levada também e, sobretudo, pelo modo *preventivo*, ou seja, no esforço em intervir, sobretudo, em fatores de desregulação da sociedade salarial, no coração mesmo dos processos da produção

e da distribuição das riquezas sociais. Vejamos no próximo tópico como o entendimento das transformações da questão social nos permite identificar a fragilização do trabalho como principal pauta política e intelectual do dia, bem como tal tarefa pode auxiliar na identificação da questão social global, para além do nacionalismo metodológico francês, exigida pela tentativa de construção de uma nova teoria do trabalho mundial.

5.2 A NOVA QUESTÃO SOCIAL GLOBAL

Entendendo o conceito de desfiliação social, podemos agora conectá-lo aos interesses desta tese: a identificação da nova questão social, mas não apenas francesa, e sim global. Em artigo onde analisa as transformações contemporâneas do que chama de questão social, Castel (2004b) identifica na dimensão da globalização, bem como Ulrich Beck, o novo espaço teórico e político no qual os problemas do trabalho contemporâneo devem ser pensados, ainda que Castel esteja mais preocupado com o caso específico francês.

Para começar, o autor propõe uma análise semelhante à de Karl Polanyi sobre o início do capitalismo industrial, ou seja, perceber que as sociedades atuais de confrontam com um novo desafio, que podemos chamar de globalização: a mundialização da economia e o retorno forçado do mercado auto-regulado, estando à competitividade e a concorrência aguerridas, ao mesmo tempo, no seio de cada Estado e entre os Estados (CASTEL, 2004b, p 236). O referido texto é fruto de uma palestra que o autor conferiu no Brasil, na PUC/SP, nos anos 90, de modo que o motivou a se referir, ainda que pontualmente, aos problemas da América Latina.

Em comparação, a partir de sua análise *Pós-Welfare*, Castel considera que as sociedades como as da Europa Ocidental (Lado A) conseguiram de se defender melhor dos problemas gerados na sociedade industrial e que explodem com o mundo globalizado. Isto porque as pressões externas foram mais fracas e, principalmente, porque construíram defesas mais sólidas contra o mercado, proteções e direitos que estão enraizados há longo tempo (Idem, p. 237) Parecer parcialmente correto. Sim, eles se protegeram. Com esta análise, entretanto, ele atribui aos Estados a responsabilidade pelo sucesso ou pela derrota internos e ameniza a ação transnacional da economia mundial já antes da globalização.

Por outro lado, considera que a América Latina não atingiu essa mesma sistematização e, com isso, se degrada mais rapidamente. Admite ser incontestável a situação de gravidade da periferia, mas considera que a diferença é muito mais de grau do que de natureza (Idem). A descrição da diferença está correta, porém estacionada nos efeitos da economia-mundo de Wallerstein. Entretanto, seu ponto positivo aqui é perceber que se trata de uma diferença de grau. Isso já é muito para um teórico europeu. É um pensamento anti-culturalista, eu diria. Não se resume a associar formas de economia distintas com diferenças culturais, como acaba fazendo Ulrich Beck, sendo este um dos traços mais emblemáticos da nova ideologia do trabalho no Atlântico Norte.

Para identificarmos a questão social global da sociedade mundial do trabalho, precisamos aqui de alguns passos fundamentais. Primeiro, deixar o autor apresentar claramente sua definição de questão social:

“é como uma aporia fundamental, uma dificuldade central, a partir da qual uma sociedade se interroga sobre sua coesão e tenta conjurar o risco de sua fratura. É, em resumo, um desafio que questiona a capacidade de uma sociedade de existir como um todo, como um conjunto ligado por relações de interdependência” (CASTEL, 2004b, p. 238).

Definida a questão social, devemos agora pensá-la na dimensão analítica do cosmopolitismo metodológico, ou seja, na imaginação de uma sociedade mundial do trabalho. Por que não falarmos em “economia-mundo”, como conceito central, ou em “sistema mundial”, para este objetivo? Por que falar simplesmente em uma “sociedade mundial”? Aqui vale um importante parêntese. Para os clássicos da sociologia, a ideia de sociedade é a mais fundamental e ao mesmo tempo a mais difícil. A moderna idéia de sociedade pressupõe indivíduos interligados em todos os aspectos de suas vidas. Acostumamo-nos a dividir analiticamente o mundo entre as dimensões da economia, da política, da vida social, e da cultura.

Seguindo este caminho, já vimos que vivemos em uma economia globalizada pelo capital financeiro, na qual toda ação econômica em qualquer pequena cidade do mundo é direta ou indiretamente afetada pelo capital financeiro. Na dimensão política, basta lembrarmos das agências internacionais do Atlântico Norte, que definem o rumo da economia mundial e mantêm o Cone Sul do mundo em desprivilegio, ainda que este apresente atualmente seu contra-ataque político-econômico. Na dimensão da vida social, a mais complicada, cabe pensarmos que

hoje temos uma elite global que não restringe seu cotidiano a lugares físicos e uma classe média crescente que viaja constantemente em todo o globo. Sem contar as redes sociais virtuais, que conectam pessoas em todo o mundo. Logo, somos uma sociedade mundial. É a partir dela, então, fugindo do nacionalismo metodológico, que devemos tentar identificar sua grande questão social central, que impede sua coesão social, ou, em termos menos durkheimianos, impede a reprodução e legitimação de uma sociedade do trabalho mundial mais igualitária.

Sem rodeios, o autor é incisivo. Qual é a nova questão social, diferente daquela dos mendigos e doentes mentais da sociedade pré-salarial, que assola o mundo globalizado? “A nova questão social hoje parece ser o questionamento da função integradora do trabalho na sociedade” (Idem, p. 239). O ponto é analiticamente frutífero e ambíguo. Ainda mantém um forte teor de narrativa européia. Pensar no fim do poder de integração do trabalho é pensar o trabalho na forma como Claus Offe emblematicamente o definiu, ou seja, o trabalho regular da racionalidade formal, predominante na Europa rica do século XX. Aqui precisamos não perder a força da ideia central de Castel, de identificar a principal e nova questão social do mundo contemporâneo, sem se restringir ao seu nacionalismo metodológico.⁴²

A tematização da transformação da questão social antiga, pré-sociedade salarial, que a solucionou com o Welfare, é realizada por Castel a partir de três pontos fundamentais, com os quais debateremos agora. A nova questão social na Europa é o advento da precariedade e da vulnerabilidade, derivados do aumento do desemprego. Já está ficando chato repetir que estas são estruturais em países periféricos como o Brasil. Mas, como o autor identifica a nova questão social como uma questão de trabalho, e a situa, ainda que vagamente, na dimensão analítica da globalização, podemos com ele dialogar e debater. Aqui, seguiremos brevemente sua análise da transição do capitalismo pré-salarial para o salarial, pois com ela ele consegue definir o sentido e a função do emprego e da seguridade social, agora abalados na Europa, e neste ponto semelhante a todos os demais.

1 – No advento da sociedade salarial, sinônimo de sociedade industrial, ou seja, o século XX europeu, houve um importante *processo de transformação do trabalho em emprego*, em emprego protegido ou emprego com *status* (Idem, p. 241). Isto parece ao autor ter sido a grande inovação que se desenvolveu a partir do fim do século XIX, conduzindo a uma forma de

⁴² A mesma lógica crítica, de identificar a questão social central, no caso brasileiro, foi realizada por Jessé Souza ao tematizar o abandono político e teórico da ralé brasileira (SOUZA, 2003, 2006, 2009).

compromisso social, termo este caríssimo ao Welfare, como se dizia no início dos anos 70. Aqui, começamos a ver como Castel é o principal definidor do Estado de bem estar social, ainda que os alemães talvez tenham um orgulho ainda maior deste passado de glória.

A crítica: para Castel, temos a tendência de esquecer, pelo menos na França, a que ponto o trabalho, e em particular o trabalho assalariado, foi sempre uma condição, ao mesmo tempo, íntima e miserável, indispensável, sem dúvida, mas também miserável e indigna (Idem, p. 241). Com isso, Castel se apresenta como o primeiro a analisar e criticar, ainda que também seja saudosista, a sociedade do *Welfare*. Cabe lembrar que há vários níveis de trabalhadores assalariados. André Gorz analisou, como vimos, o processo de “terceirização e precarização em cascata”, e Claus Offe percebeu uma dupla fragmentação, a do mercado e a da classe trabalhadora, com o advento do terceiro setor. Aqui, Castel se refere mais ao trabalhador assalariado de baixo, e não àqueles de colarinho branco aos quais parece se referir Richard Sennett com sua análise da flexibilidade. Castel assim trai seus conterrâneos europeus ao mostrar pelo menos um dos “calcanhares de Aquiles” do *Welfare*.

Curioso: toda a mídia da segunda metade do século vinte procurou mostrar os calcanhares de Aquiles do socialismo real. Agora, com Castel, podemos ver que a melhor realização positiva do capitalismo em sua história também não foi tão perfeita assim. Sua deterioração, entretanto, é o tema central para uma nova teoria do trabalho mundial, que encontra do outro lado da moeda do jogo imprevisto do capitalismo a “pedra no sapato” das economias dominantes: trata-se das economias emergentes.

Seguindo criticamente, o autor se pergunta: o que é um assalariado? O salariado é sempre pensado a partir do salariado operário, quer dizer, da condição social mais ingrata, penosa e desprezada. Uma sociedade salarial, entretanto, é uma sociedade na qual a maioria dos sujeitos sociais tem sua inserção social relacionada ao lugar que ocupam no salariado, ou seja, não somente sua renda mas, também, seu *status*, sua proteção, sua identidade. Podemos dizer que a sociedade salarial inventou um novo tipo de seguridade diretamente ligada ao trabalho, e não somente à propriedade e ao patrimônio (Idem, 243). Esta seria a grande diferença e singularidade das sociedades ricas do século vinte.

O passo adiante do trabalho na sociedade salarial: é exatamente da condição anterior de trabalho sem proteção que nasceu o novo *status* do trabalho na sociedade salarial. O salariado se consolidou e se dignificou, e mais, passou mesmo a ter um papel atrativo, em torno do qual

o conjunto da sociedade moderna se organizou. Se pensadas dimensões qualificadas de trabalho assalariado, como viu Bourdieu em seu livro *The State Nobility* (1989), o salariado pode ser até mesmo fonte de renda confortável e mesmo de posições de prestígio e poder. Como todos os outros, Castel está preocupado com o futuro. Seguridade social é sinônimo de controle do futuro, uma vez que ela garante a estabilidade do presente. O que não impede, num ímpeto crítico do autor, que uma sociedade salarial seja uma sociedade fortemente hierarquizada (Idem, p. 245).

Pelo menos, o que já é muito em comparação com as realizações negativas da sociedade mundial do trabalho na periferia, em uma sociedade salarial cada indivíduo, mesmo aqueles nas posições mais baixas da hierarquia social e moral do trabalho, desfruta de um mínimo de garantias e direitos. Trata-se da generalização da dignidade a que se refere Souza (2000). Em resumo, o *Welfare* é o ponto final da trajetória ascendente da sociedade salarial, na qual predominaram a crença no progresso social e no ideal social-democrata.

2 – A segunda questão enfrentada por Castel, para compreender a nova questão social de nosso tempo, *é como essa configuração da sociedade salarial*, marcada por proteção, direito do trabalho e seguridade social, vem sendo condicionada pelos processos de internacionalização do mercado e de mundialização, intenção compartilhada com Ulrich Beck. A flexibilidade, também para ele, é a palavra-chave que traduz todas as exigências da nova sociedade do trabalho.

O autor identifica dois tipos de flexibilidade, úteis a nossa análise: primeiro, presenciamos uma “flexibilidade interna” (CASTEL, 2004b, 247) às empresas, que impõe adaptabilidade da mão de obra a situações novas e que expulsa dos melhores empregos os que não são capazes de se prestar às novas regras do jogo. Análise semelhante ao processo de “terceirização e precarização em cascata” de Gorz, cuja perfeição analítica, de ambos, se concretizaria, não fosse a ausência de um pequeno detalhe: faltou dizer que o elo mais fraco da nova divisão do trabalho orgânica globalizada estoura na periferia, reino do trabalho braçal.

A “flexibilidade externa”, articulada à primeira, é aquela que conduz as grandes empresas a subcontratar de terceiros uma parte das tarefas da empresa mas, em geral, sob condições mais precárias, menos protegidas e com menos direitos. Trata-se da terceirização, como em Offe, e da terceirização precária, como em Gorz. Podemos utilizar esta análise para o Brasil. Entretanto, ela é incompleta e precisa ser adaptada. Também sofremos este processo por

aqui, mas a lacuna da narrativa e da análise europeia sobre o fenômeno da terceirização é exatamente sua ambigüidade. Eles estão tematizando um lado negativo. Porém, a terceirização é um dos principais elementos da ascensão da nova classe trabalhadora, fenômeno este mais importante para nós do que para eles. A questão das proteções sociais e dos direitos vinculados ao trabalho formal é um ponto precioso a todos os autores aqui: como diz Castel (Idem, p. 248), foram eles que fizeram com que o trabalho não fosse apenas uma retribuição pontual de tarefas, mas sim o vínculo fundamental a direitos e proteções institucionais.

Dado empírico fundamental identificado por Castel, que nos ajuda a tematizar a nova configuração de forças entre o centro e a periferia: hoje, (isso em 1997) aproximadamente 70% das novas admissões na França se fazem sob formas “atípicas” (ou seja, a “racionalidade substantiva” de Claus Offe), quer dizer, contratos de tempo determinado, contratos de interinos, tempo parcial, diferentes formas de empregabilidade, o que quer dizer, na verdade, que:

“Em médio prazo, nesse ritmo, em 10 anos talvez, a instabilidade do emprego vai substituir a estabilidade do emprego como regime dominante da organização do trabalho. Em minha opinião este é, sem dúvida, o desafio mais grave que se apresenta hoje. Talvez mais grave que o desemprego (...). Mas creio que a precarização do trabalho seja talvez mais importante ainda, pois é ela que alimenta o desemprego e que faz com que essa situação do trabalho, tornando-se cada vez mais frágil, force as pessoas a se encontrarem numa condição de vulnerabilidade” (CASTEL, 2004, p. 250).

Castel está consciente de que o processo de precarização do trabalho afeta de forma desigual as diferentes categorias sociais (ou seja, as classes populares aumentam na França, com mais pessoas a cada ano descendo para a zona de vulnerabilidade e se somando aos que nela sempre viveram). A profecia de Castel se cumpre, pois ele mesmo nos apresenta um novo dado, em artigo mais recente: 76% dos franceses, em 2009, considerados por Castel os mais pessimistas da Europa, acredita que o futuro de seus filhos será pior do que a vida que hoje levam (CASTEL, 2001).

O outro lado da moeda, metáfora esta que pode aqui assumir a literalidade de se referir à mudança do dinheiro entre mãos, nações e classes, elemento articulador do mundo, está na periferia: segundo a pesquisa que gerou o livro “Os batalhadores brasileiros” (SOUZA, ET. ALL, 2010), a maioria massiva desta nova classe trabalhadora, quase 100%, acredita e aposta em um futuro melhor para os filhos. Na prática, a maioria deles paga uma faculdade para pelo

menos um dos filhos, com dinheiro em grande parte oriundo da economia do improvisado, informal, e quem ainda não o faz apresenta planos concretos ou no mínimo o sonho de fazê-lo. A meia-verdade neste aspecto, ou seja, o lado positivo da teoria da “sociedade do conhecimento”, mostra aqui sua face periférica, o saber e a economia populares investindo em formação, qualificação e capacitação dos filhos, visando para eles um futuro fora da “zona de vulnerabilidade”.

Em sua superioridade crítica diante dos demais, Castel toca no ponto. Ele se refere ao debate de que esta situação nova não é totalmente negativa, e que particularmente, podemos estar vivendo uma “re-individualização das relações de trabalho” e que as antigas formas de organização coletiva do trabalho taylorista estão sendo ultrapassadas. Como efeito, a relação salarial se individualiza e com isso alguns podem se mobilizar, vender-se, em um mercado de trabalho cada vez mais competitivo (CASTEL, 2004, p. 251).

Uma constatação que finalmente parece perceber a periferia: não é todo mundo que perde no novo jogo, mas é preciso pensar que, aqueles que “se viram” na nova situação mundial são os que podem mobilizar recursos, capitais, que têm melhor formação e que podem se sair melhor e, algumas vezes, muito bem, em um capitalismo cada vez mais competitivo.

“Mas outros, e temo que sejam os mais numerosos, encontram-se perdidos, quer dizer, desmembrados dos conjuntos coletivos, das regulações coletivas de proteção e de direito do trabalho. Passam, então, a ser indivíduos isolados de seus antigos pertencimentos coletivos, livres sim, mas sem vínculos, sem socorro, um pouco como os proletários do início da industrialização, que eram *livres*, ou seja, podiam estabelecer livremente seus contratos de trabalho, mas que, no entanto, pagaram muito caro por essa liberdade” (CASTEL, 2004, p. 252).

No auge de seu ímpeto crítico, o autor permanece escravizado pelo nacionalismo metodológico francês, percebido na ausência de um elo analítico entre a trajetória de ascensão, permanência e queda do Welfare, ou seja, a realização positiva da sociedade do trabalho no lado A da Europa, e sua realização negativa na periferia. A obra de Florestan Fernandes, *A integração do negro na sociedade de classes*, resgatada por Souza (FERNANDES apud SOUZA, 2003), já nos mostrava que, desde o início do século XX, no Brasil pós-escravocrata, a não-filiação social é uma realidade para grande parte da população, os antepassados da ralé atual, ainda em sua maioria negra.

Individualismo para Castel, bem como para Beck, é um conceito sofisticado, pena que restrito ao europeísmo metodológico. Diferente da ideia de individualismo, talvez predominante nos Estados Unidos, daquela figura solitária e triste, da pessoa “sozinha na multidão”, o passo crítico dos europeus significa perceber que individualismo é sinônimo de desfiliação do mercado de trabalho produtivo. A centralidade do valor prático e moral do trabalho, assim, torna a vida pessoal dos sobrantes individualizada, isolada, uma vez que, para compor qualquer meio social, inclusive o familiar, é preciso estar integrado ao mercado de trabalho, “ser alguém na vida”, e esta realidade é totalmente verdadeira entre as classes populares, e não necessariamente na classe média tradicional, que hoje vive desemprego, mas possui patrimônio para enfrentar os tempos de dificuldade, além de conseguir viver de aparência a partir de herança e patrimônios familiares acumulados.

Nas famílias pobres, em qualquer lugar do mundo, mas numericamente maior na periferia, a ausência de patrimônio familiar significa isolamento, quando não se consegue filiar-se ao mercado e se tem em mãos apenas a vontade de trabalhar. Como disse Bourdieu (1977), em trabalho de juventude no qual analisou os “sobrantes” na Argélia dos anos 60, “são hordas capazes de fazer tudo, exatamente por não saberem fazer nada”. Voltando a Castel, ele teme que as transformações em curso estejam impelindo um número crescente de pessoas a uma espécie de “individualismo negativo”, por carência, ao perderem rapidamente o suporte de uma condição salarial que acaba levando a perda de possibilidade de controlar o futuro (CASTEL, 2004, p. 252).

Muito interessante esta questão da individualização pela desfiliação do trabalho. Ulrich Beck apresenta semelhante pensamento. Temos ainda hoje em nosso senso comum brasileiro a ideia do europeu, e do rico brasileiro, como pessoas frias e egoístas, isoladas em seus condomínios de luxo e vivendo no medo, correndo risco de perderem com a violência urbana seus bens materiais. Isso é o individualismo em nosso senso comum. Parece que esse olhar para o outro, compartilhado quase que por unanimidade pelas classes populares no Brasil, opera um efeito de opacidade de um outro individualismo, concreto, que nada tem a ver com o que as pessoas pensam sobre si mesmas, mas sim com as condições objetivas que as levam ao isolamento pela incapacidade de inserção digna no mercado. A liberdade e o individualismo negativo de Castel sempre foram estruturais na periferia do capitalismo. Dai, talvez, o senso comum do individualista frio e egoísta, das pessoas que tem dinheiro, ser tão forte entre nós, para esconder a verdadeira dor das classes populares.

No caso da ralé, o individualismo da ausência do dinheiro significa fatos concretos, como filhos que roubam dinheiro de mães batalhadoras, para comprar droga, ou simplesmente para dar comida a um filho bastardo (SOUZA, 2009). Para também não sermos “periferistas metodológicos”, cabe lembrar que esta realidade já existe, quantitativamente menor, mas qualitativamente igual, no lado B da Europa, como na Espanha e na Grécia, hoje, e mesmo em seu lado A, em cidades como Paris ou Berlim, em medida crescente. Entretanto, ela é a história da maioria da população na periferia. Em linguagem durkheimiana, forte em Castel, integração pelo trabalho seria uma piada na maioria dos países da África.

Por outro lado, e neste ponto acertou Max Weber ao perceber a contingência de necessidade de reformulação permanente do capitalismo, os batalhadores brasileiros se filiam ao mercado e mantêm o mesmo senso comum sobre o individualismo, fogem do isolamento e do individualismo negativo de Castel, mas sem querer ser o individualista egoísta do senso comum brasileiro, atribuído aos ricos, como vimos na já citada pesquisa (SOUZA, 2010).

Castel apresenta, ainda, três constatações que caracterizariam três planos de cristalização importantes da questão social, pelo menos como vistos na França.

1 – a *desestabilização dos estáveis*. Por exemplo, operários de indústrias que, depois dos 40 anos, são considerados velhos para serem “reciclados” e perdem o emprego para jovens qualificados já nos novos padrões da flexibilidade. Castel se pergunta o que será deles; O ponto é válido para a análise também de nossa classe média (não queremos aqui fazer apologia aos pobres e esquecer que a precariedade é generalizada, porém em níveis distinto entre as classes que uma sociologia crítica não pode ignorar).

2 – a *instalação da precariedade*. O autor admite ser uma realidade muito bem conhecida no Brasil, porém fenômeno relativamente novo na Europa. É o que ele chama de “cultura do aleatório”, pessoas que vivem o dia-a-dia da instabilidade e da imprevisibilidade. Estas pessoas, frequentemente jovens, vagam hoje, na França, entre desemprego, trabalho temporário e ajuda social. O autor trata aqui do advento dos *sobrantes*. Pessoas que não têm lugar na sociedade, que não são integrados, e talvez não sejam integráveis no sentido forte da palavra a ela atribuído, por exemplo, por Durkheim, ou seja, estar integrado é estar inserido em relações de utilidade social, relações de interdependência com o conjunto da sociedade.⁴³ (CASTEL, 2004, p. 255).

⁴³ É difícil não perceber a semelhança analítica, em termos de reconstrução histórica da gênese da principal questão social nacional, entre a grande obra de Castel, seu *Metamorfoses da Questão social* (1998), e o livro de

Detalhe importante da análise: os sobrantes não são explorados. São como a ralé brasileira. Na sociedade industrial, o sobrate já era dispensável. Agora, identificamos uma condição social de subcidadania, ainda pior, de individualismo negativo radicalizado. Para Castel, os sobrantes são inúteis, assim como a ralé para Souza, inúteis ao mundo como se costumava falar dos vagabundos nas sociedades pré-industriais, pois não encontram um lugar na sociedade produtiva, com um mínimo de estabilidade. “São pessoas, poder-se-ia dizer, que foram invalidadas pela nova conjuntura econômica e social dos últimos 20 anos”. (CASTEL, 2004, p. 255). Em suma, são indivíduos completamente atomizados, rejeitados de circuitos que lhes poderiam atribuir utilidade e reconhecimento social.

Podemos pensar aqui em exemplos. No Brasil, vemos nas ruas grupos de desempregados, geralmente homens velhos, que bebem o dia inteiro e encontram ali seu único milieus social, apartados de qualquer vínculo familiar, geralmente rejeitados pela família, estigmatizados como vagabundos, mas na verdade sem condições de trabalhar. Na Alemanha, grupos muito semelhantes podem ser vistos nas estações de metrô das grandes cidades. Os sobrantes, que no Brasil são diretamente originados da ralé, mas que na França ou Alemanha, podem também ser decadentes sociais, estão lá, em uma integração paralela e vivendo de migalhas. Aumentam a cada dia. Na Alemanha, o Estado ainda tem dinheiro para manter uma renda mínima para eles, pois a situação é conjuntural. No Brasil, isso é impossível, são muitos, inúmeros, estruturais, realmente abandonados, e em muitos casos não envolvidos com as drogas ou crime. Apenas sobrantes.

É interessante que já temos políticas para resgatar dependentes químicos, especialmente moradores de rua usuários de Crack, nas grandes cidades brasileiras. Os sobrantes, a ralé, entretanto, permanecem carentes de resgate. Este deveria ser a geração de empregos e o reconhecimento de atividades consideradas improdutivas. Temos o “Bolsa Família”, mas muitas vezes ele não abrange estes vagantes das ruas, homens e mulheres, já emocionalmente degradados e sem condições de enfrentar a burocracia mínima para o recebimento das políticas sociais. E como o nome mesmo diz, Trata-se de bolsa família e não de “bolsa sobrantes”.

Jessé Souza sobre o Brasil, *A construção social da subcidadania* (2003). Ambos identificam, com influências teóricas e linguagens distintas, um mesmo fenômeno, estrutural na periferia e conjuntural no centro: a grande questão social de uma sociedade moderna meritocrática é a produção constante de pessoas que vivem fora da condição de indivíduo produtivo e consumidor. O sobrate francês equivale à ralé brasileira, em termos de análise qualitativa.

Neste ponto, a percepção de Castel é uma contribuição decisiva para a formulação de políticas sociais. Ele percebeu, na França, que o sistema de ajuda social contemporâneo apenas reforma e legitima a meritocracia, pois exige dos sobrantes, que se encontram em tal condição exatamente por limitações pessoais que impediram o ingresso no mercado de trabalho, a mesma disposição e capacidade de disciplina que precisariam para serem empregados. O paradoxo criticado incisivamente por Castel é exatamente este: o amparo social exige do sobrante a mesma capacidade meritocrática que o integraria ao mercado, se ele a tivesse⁴⁴.

A falta de compreensão social compartilhada pelos integrados no mercado, de que tais indivíduos são vagabundos, e não vítimas de um processo de não-filiação ou de desfiliação social impedem até o Estado de formular políticas específicas para eles. No livro da ralé, foi identificado algo semelhante, ou seja, como a condição do catador de lixo é ambígua, uma linha tênue entre a delinquência e a dignidade, pois a atividade é exercida tanto por homens e mulheres “limpos”, que têm família, quanto por indivíduos entregues principalmente ao álcool.

A situação do catador de lixo é extrema, mas o caso dos lavadores de carro também pode apresentar situações semelhantes, pois esta categoria de trabalhadores possui vários níveis, desde o guardador de carro de luxo, em áreas nobres das grandes cidades, até o lavador de carro em espaços sociais mais desvalorizados, que são vistos praticamente como pedintes, ou seja, exercem o que já tratamos aqui como trabalho social.⁴⁵ Tais atividades podem ser vistas tanto na França como no Brasil. Entretanto, elas ainda conformam uma situação estrutural no Brasil e conjuntural na França, ainda que se trate de uma realidade mundial em mudança, com muitos filhos da ralé ascendendo socialmente e compondo uma nova classe trabalhadora, os batalhadores, e por outro lado, a desfiliação crescente na Europa. Por isso, a dicotomia centro-periferia está posta na berlinda, mas ainda não pode ser abandonada.

3 – Olhando para o futuro (outra semelhança com Ulrich Beck), Castel elenca quatro pontos de análise, que ele caracteriza como possíveis eventualidades e que podem ser antecipadas pela teoria e pela política. A primeira delas, o que para ele seria o pior cenário, é *a continuidade da*

⁴⁴ Novamente, ver o texto sobre a radicalização da precariedade na citada coletânea *Die Krise der Arbeit*.

⁴⁵ Neste ponto, ver MACIEL, Fabrício; GRILLO, André. “O trabalho que (in) dignifica o homem”. In: SOUZA, Jessé. *A ralé brasileira, quem é e como vive*. BH: UFMG, 2009.

ruptura entre trabalho e proteção, a re-mercantilização completa do trabalho e o triunfo completo do mercado. Já vivemos em uma sociedade de mercado, mas a radicalização da situação, e aqui podemos ampliar a análise para a ordem mundial é quando a “sociedade se torna mercado”, inteiramente dominada por suas leis, o que significaria o triunfo da Globalização. Para Ulrich Beck, isso já aconteceu (1997, 2007). Para Jessé Souza (2003), o triunfo do mercado sempre foi a realidade da periferia, sendo o antônimo do Estado de Bem Estar social. Para fugirmos do nacionalismo metodológico, precisamos agora, com tais contribuições, pensar no domínio irrestrito do mercado e nos sobrantes enquanto efeito social, para além dos marcos nacionais, como uma realidade que significa a principal mudança e característica de nosso tempo.

Castel teme que a profecia de Karl Polanyi se cumpra de fato em nosso tempo. Trata-se do domínio do mercado auto-regulado, que Polanyi identificou como marca inauguradora da sociedade industrial, mas que nunca se consumou de fato, pois as sociedades industriais eram sinônimo de Estados-nacionais. Ainda havia alguma defesa por parte dos Estados e das sociedades. Ao longo do século XX, as formas de solidariedade social vão se enfraquecendo, cedendo lugar ao advento do individualismo negativo, cujo ápice ocorre agora na era pós-fordista ou pós-salarial. Com a ausência ou enfraquecimento do Estado, o que nos resta não é nada positivo: a anomia generalizada do mercado (CASTEL, 2004, p. 257). O que isso significa? O mercado anômico não comporta nenhum dos elementos necessários à coesão social, do contrário, funciona pela concorrência, “não faz sociedade”.

No ápice de sua superioridade crítica diante dos demais autores analisados, Castel chega a perceber, nos anos 90, o outro lado da moeda, ou seja, o que acontece e pode acontecer na periferia. Agora, a coesão das sociedades pós-salariais europeias possuem uma fragilidade, pois sua coesão depende em grande parte das proteções de outrora.

“Talvez essa situação seja menos grave em países como o Brasil, que me parece criam mais situações de tipo informal – solidariedades por proximidade – as quais poderiam oferecer proteções fora do mercado. Este é, sem dúvida, um ponto a ser discutido” (CASTEL, 2004, p. 258).

De fato. Contrário ao pessimismo de Ulrich Beck, que vê a informalidade mais como ameaça a Europa, Castel distingue minimamente as trajetórias centrais e periféricas, vendo a

informalidade com alguma positividade. O autor pode estar sendo apenas politicamente correto, pois estava dando uma palestra no Brasil. Independente de sua intenção, a discussão deve ser feita. O debate sobre os “emergentes”, a “classe C”, ou seja, a ascensão dos batalhadores, da nova classe trabalhadora brasileira, é o debate que o autor, nos anos 90, ainda não tinha como ver. A maior parte dos batalhadores, mesmo em sua fração de cima, empreendedora, impõe-se através da economia informal. Apenas com uma surpresa, uma diferença: a ação inventiva do batalhador, contrariando as leis do mercado, na verdade agindo dentro de sua ambigüidade constitutiva, surge dentro do próprio mercado, e não fora dele, como imaginou Castel, provavelmente pensando em movimentos sociais, tese esta menina dos olhos de quase todo pensador europeu, ou em redes de economia solidária, que na verdade também não funcionam desconectadas do mercado enquanto entidade dominante do mundo moderno.

Uma segunda eventualidade a ser antecipada, seguindo com a tentativa de propostas concretas, seria *tentar controlar*, na margem, *o processo de desagregação da sociedade salarial*, o que vem sendo feito na França desde o início dos anos 80 e que pode ser chamado de “tratamento social do desemprego”, ou de “políticas de inserção”. Para o autor, uma sociedade que apresenta taxas entre 10 e 15% de desempregados é uma sociedade doente (Idem, p. 259). Como fizemos com Ulrich Beck, diante de suas propostas práticas para resolver o problema do trabalho no centro, confrontaremos também Robert Castel com a realidade da periferia, adaptando suas propostas e contrapondo a elas nossos dilemas, frutos da sociedade mundial do trabalho.

Neste primeiro ponto, no caso periférico, a sociedade do trabalho mundial sempre gerou “sociedades doentes”. Na verdade, fugindo do nacionalismo metodológico, a sociedade mundial como um todo deveria ser considerada doente, pelas suas realizações negativas históricas fora do Atlântico Norte. Também podemos pensar, no Brasil, em controlar o processo de desagregação. Entretanto, mais grave do que ele, como “questão de vida ou morte” maior, como diria Bourdieu (2001), temos a tarefa contrária, a de fomentar a “agregação”. Logo, enfrentamos aqui o problema da desigualdade estrutural radicalizada pela conjuntural, enquanto que eles precisam enfrentar apenas este último.

As políticas de transferência de renda e de fomento de crédito a pequenos comerciantes, que se comprovem como aptos para administrar o dinheiro, tem sido o carro chefe bifronte que vem sendo adotado no Brasil na última década. Para não cairmos na falácia da morte completa dos Estados, podemos nos lembrar que a ele ainda cabe e existe margem de ação na direção

desta política social bifronte, que na prática se direciona a ralé e aos batalhadores. Dois inimigos são enfrentados pelo Estado enfraquecido, porém reaquescido por alguns estadistas do mundo fora do Atlântico Norte: o primeiro é externo, ou seja, a força sem precedentes do capital financeiro internacional, aliado a um estamento científico-tecnológico que contribui para a dominação dos países ricos possuidores das maiores divisas.

O segundo é interno, ou seja, forças políticas conservadoras totalmente compostas ao capital financeiro, que consideram a questão social uma questão de meritocracia, transformando e atualizando em ideologia a realidade percebida por Castel como individualismo negativo e por Souza como subcidadania, termo com o qual Castel concorda e que é totalmente diferente do *underclass* da academia americana, mais definido por posições de renda.

Terceira eventualidade ou tentativa de resposta: o nó da questão social atual pode ser interpretado como um *enfraquecimento do suporte salarial* (Idem, p. 260). Este fenômeno também ocorre na periferia, mas ele se remete mais a uma realidade de classe média. Como estamos pensando em uma sociedade do trabalho mundial, em um cosmopolitismo metodológico da sociedade do trabalho, devemos identificar semelhanças e diferenças entre o centro e a periferia. A realidade da desfiliação e da flexibilidade, que afeta grande parcela das camadas médias do Atlântico Norte, também afeta nossa classe média, cujos filhos agora precisam competir, de forma inédita, com os filhos da nova classe trabalhadora, como, por exemplo, no ingresso nas boas universidades, o que conseqüentemente assegura bons empregos e condições estáveis de vida.

Nossa contrapartida, quase não vista no Atlântico Norte, talvez um pouco mais nos Estados Unidos e na Europa lado B, do que na Europa lado A, é o *fortalecimento do não suporte salarial*, ou seja, a ascensão dos batalhadores, em grande parte pela economia informal. Uma espécie de “carta na manga” da periferia surpreende agora o mundo, mas naturalmente não deve ser motivo de muita celebração, mas sim de análise das mudanças que vivemos na nova sociedade mundial do trabalho. Esta carta na manga é fruto da contingência do capitalismo e do refluxo de capitais, nem sempre previsível e controlável pelo estamento econômico-administrativo internacional, cuja folha de pagamento não é pequena.

Castel percebe o fenômeno da informalidade, bem como Ulrich Beck, com a superioridade de enfrentá-lo. Ulrich Beck também propôs soluções concretas, como vimos.

Todavia, suas saídas são eivadas pelo eurocentrismo e representam como ninguém o medo europeu de se “brasilizar”.

“Num país como a França, vemos se desenvolver uma espécie de mercado paralelo de trabalho, abaixo do trabalho protegido, o que chamamos de SMIC⁴⁶. São pequenas atividades subpagas e subprotegidas e que vão no sentido da remercantilização (...) Você quer um trabalho? Bom, eu tenho uma parede que deve ser construída, que deve lhe ocupar uns quatro dias, eu posso lhe pagar um pouco, e só. Isso não tem nada a ver com proteção social, direito do trabalho, etc.” (CASTEL, 2004, p.261)

Uma velha conhecida da periferia: a condição de “autônomo” (evocada quase sempre no Brasil e considerada categoria de trabalho pelo IBGE, por desempregados que sentem vergonha de assumir a condição de sobrate e precisam prestar contas morais à família e aos amigos, enfim, se justificar diante da sociedade), que Castel entende como liberdade negativa, finalmente é tematizada no centro, quando o problema de fato surge. Agora, no mundo pós-colonial, Castel identifica o advento da mesma realidade estudada por seu mestre Bourdieu na Argélia, antiga colônia francesa, quando percebeu o trabalho social, fictício, sem remuneração, e a ralé, que definiu como hordas dispostas a tudo fazerem por nada saberem fazer (BOURDIEU, 1977). A diferença entre centro e periferia é a mesma já dita em relação ao Brasil: na Europa, desfiliação, na Argélia, tratava-se também de uma não-filiação massiva da população escravizada ao colonialismo. Ironia do destino: o capital não tem amigos, a não ser a sua própria lógica irracional de reprodução.

A quarta e última perspectiva de Castel diz respeito exatamente ao discurso do fim do trabalho. Ele admite que de fato exista uma diminuição do tempo de trabalho socialmente útil. A ideia de que a tecnologia diminui a necessidade de trabalho humano, ou seja, tese central da sociedade do conhecimento, leva ao discurso sobre o tempo livre. Poderíamos acrescentar que este discurso é um elemento fundamental na legitimação da flexibilidade da classe média. ‘Se você diminuiu sua renda e padrão de consumo, pense no tempo livre para a família e a natureza, bem como cuidados pessoais, etc’. A essência desta ideologia é: quanto mais nos liberarmos da

⁴⁶ Salário mínimo interprofissional de crescimento que substituiu o salário mínimo interprofissional garantido (SMIG) e que continua sendo uma denominação corrente. Trata-se de um piso mínimo (por hora) de remuneração de um assalariado.

obsessão do trabalho, mais livres seremos.⁴⁷ Castel mereceu um capítulo nesta tese, dentre outros motivos, exatamente por não concordar com este discurso.

“Creio que poderíamos dizer que, no discurso e na utopia sobre a ultrapassagem e a substituição do trabalho faltam realizações convincentes, práticas e capazes de fundar essa nova cidadania social, falada por alguns (...). Parece-me que a saída da civilização do trabalho é uma hipótese razoável, nenhuma formação social é eterna, mas sair da civilização do trabalho seria uma verdadeira revolução cultural, pois, há pelo menos dois séculos, toda a nossa organização social gravita em torno do trabalho (...). Pode ser que daqui a dez ou vinte anos inventemos alguma outra coisa que não o trabalho para construir uma identidade social. Porém, é no hoje que precisamos pensar, e a situação está apodrecendo”. (CASTEL, 2004, p. 263).

Não é preciso dizer contra quem vai esta crítica teórica e este posicionamento político: ela afeta incisivamente, em pontos específicos, todos os outros autores analisados nesta tese, ou seja, o pensamento dominante Pós-*Welfare*, sinônimo de globalização e de nova ordem mundial e multipolar.

Contra Claus Offe: todas as evidências empíricas do fenômeno da desfiliação social europeia, que significa desfiliação de uma condição de seguridade ligada ao trabalho, desmonta facilmente a colocação de Offe, de que a categoria trabalho estaria na berlinda da teoria social contemporânea, perdendo sua centralidade analítica e política para o “mundo da vida”.

Contra André Gorz: indo além do complementar e aperfeiçoador do abandono da centralidade do trabalho, com a tese do imaterial, sinônimo de sociedade do conhecimento, fica claro que a grande questão social global, seja ela em termos de desfiliação, na Europa e na classe média da periferia, seja em termos de não-filiação, no caso dos sobrantes do mundo inteiro, é muito mais importante analiticamente e relevante politicamente do que a meia-verdade do conhecimento especializado e tecnológico como nova força produtiva dominante.

⁴⁷ Aberrações teóricas do tipo da tese do ócio produtivo, campeã de venda de livros, são emblemáticas desta ideologia, direcionada principalmente a classe média, mais do Atlântico norte, mas também a nossa, ameaçada pela nova vulnerabilidade social. Tal tese não passa de uma deturpação conservadora da ideia fundamental de Marx em relação a liberdade quanto ao trabalho, em sua conhecida fala contra a divisão do trabalho, no que todas as pessoas deveriam ser artistas, operárias ou qualquer outra coisa na hora que quisessem, ou seja, serem donas do próprio tempo.

Contra Ulrich Beck: ainda que este não abandone a ideia de sociedade do trabalho, sua repulsa ao advento do trabalho informal na Europa e suas propostas restritas ao caso alemão pouco contribuem para um pensamento concreto sobre o presente e o futuro da sociedade mundial do trabalho, ainda que ele tenha dedicado mais atenção ao tema da periferia do que o próprio Castel. Pena que de forma tão negativa e obcecada com os supostos riscos que esta oferece ao capitalismo organizado, como diria Offe, renovado em Ulrich Beck, vivido pela Alemanha de outrora.

Concluindo, Robert Castel se pergunta se a flexibilidade, e este conceito para ele não se restringe apenas a classe média, como em Richard Sennett, mas também pode ser sinônimo de vulnerabilidade e precariedade principalmente para os sobrantes, deve ser paga a qualquer custo, com precarização e ausência de *status*. O autor aqui parece sugerir que não se pode aceitar, na prática do trabalho e no discurso público, a flexibilidade como novo imperativo moral. Trata-se da crítica a este princípio, talvez o mais importante do “novo capitalismo”, como define Sennett (2006) e de como ele afeta principalmente os sobrantes, desfiliaados ou não-filiaados em todo o mundo.

“Não poderiam ser acordadas às situações mais frágeis um máximo de proteções? Parece-me que o caminho é o direito do trabalho, esse foi sempre o papel do direito do trabalho, conseguindo estabilizar um certo número de situações de trabalho. São essas algumas das eventualidades que podemos pensar e discutir”⁴⁸ (CASTEL, 2004, p. 264).

Por fim, o autor nos deixa um ponto de discussão sobre as diferenças entre o centro e a periferia, com o qual podemos aprender e levar a diante a tarefa de esboçar uma nova teoria para a atual sociedade mundial do trabalho, para além de qualquer nacionalismo metodológico, central ou periférico:

“Estas observações que pude construir, com base na situação europeia, podem ou não clarear os problemas que são colocados aqui. Em que medida, por exemplo, esse

⁴⁸ Castel desenvolve melhor a questão do direito do trabalho no texto *Arbeit zwischen Knechtschaft und Freiheit. Die Bedeutung des Rechts* (Trabalho entre servidão e liberdade: o significado do direito) In: CASTEL, Robert. *Die Krise der Arbeit. Neue Unsicherheiten und die Zukunft des Individuums*. (A crise do trabalho. Novas inseguranças e o futuro dos indivíduos. Hamburger Edition: HIS Verlag, 2011.

modelo da sociedade salarial e de sua desagregação permite precisar, mais por diferença do que por semelhança, a situação do emprego e do desemprego no Brasil, o lugar do trabalho informal em relação ao trabalho assalariado, a importância das regulações que afetam também aqui, creio, o mundo do trabalho?” (CASTEL, 2004, p. 264).⁴⁹

Ao invés de simplesmente abandonar o trabalho na berlinda, substituí-lo pelo paradigma falacioso do conhecimento, ou aceitar o medo da informalização do capitalismo, encerramos a leitura de Robert Castel com outro direcionamento teórico e político: não desistimos da sociedade do trabalho, muito menos do enfrentamento de suas realizações negativas, estruturais e conjunturais que, articuladas, compõem a principal questão social global de nossa época. No próximo capítulo, a análise da nova classe trabalhadora e da nova situação da classe média tradicional provavelmente nos ajudará a enfrentar as questões da flexibilidade, da informalidade e da precariedade, “mais por diferença do que por semelhança”, para além de qualquer nacionalismo metodológico, seja ele central ou periférico.

⁴⁹ Neste trecho, vemos a única vez nesta tese em que um europeu admite que o trabalho informal possa ser uma alternativa positiva ao trabalho assalariado. Uma digressão nos é possível aqui: seria o trabalho informal a única saída para as relações de dominação no trabalho, típicas da sociedade industrial, uma vez que ele rompe com os elos formais e gera indivíduos autônomos? Seria a volta ao mercantilismo o melhor futuro para a sociedade do trabalho mundial, dominada pelo capital financeiro e pela elite global? Quem sabe... Felizmente, a história é contingente e continua em aberto...

CAPÍTULO 6 – O QUE AS “NOVAS CLASSES MÉDIAS” TÊM A DIZER?

Um dos principais debates no Brasil e no mundo contemporâneo, seja na esfera pública, na grande mídia ou na academia, é sobre a ascensão dos “emergentes”, ou seja, de uma nova classe média na sociedade mundial do trabalho contemporânea. Mangabeira Unger (2008) foi o primeiro a ressaltar sua importância teórica e política no Brasil. Definida por ele como “segunda classe média”, vinda de baixo, morena, originada da ralé, esta nova classe seria o principal motor do desenvolvimento das sociedades emergentes, tanto como novos agentes produtores quanto como novo e crescente público alvo de consumo, ou seja, as duas dimensões que conectam qualquer indivíduo a uma sociedade meritocrática ou, como diria Castel, que filiam os indivíduos ao mercado, conferindo-os dignidade.

O advento desta nova classe pode ser visto tanto na mídia quanto em literatura especializada, em países como Indonésia, Turquia e, principalmente, China, Índia e Brasil, estes três últimos já considerados na mídia mundial como o principal calcanhar de Aquiles na

dominação histórica do Atlântico Norte. Duas definições dominantes, pelo menos no Brasil, sobre a nova classe, são os conceitos de “classe C” e de “nova classe média”. O primeiro domina pesquisas empíricas que definem os emergentes principalmente pelo critério da renda, mas também pelo critério do consumo. Pesquisas como as realizadas pela FGV ou pelo Ipea comprovam esta afirmação. Basta ver os últimos livros organizados por Marcio Pochmann (2012), presidente do Ipea, de um lado, e por Marcelo Néri (2012) da FGV, de outro.

O conceito de nova classe média procura ir além da função da renda e do consumo. Procura considerar também o estilo de vida e o gosto dos emergentes, vistos principalmente em seu consumo, comportamento político e atitude no espaço público. A primeira pesquisa nesta direção foi organizada pelos cientistas políticos Bolivar Lamounier e Amaury Souza, cujo resultado é o livro *A classe média brasileira: ambições, valores e projetos de sociedade* (2009). A pesquisa dos autores, por se pautar mais a partir de um *continuum*, como diria Castel, entre a nova e a classe média tradicional, analisando a primeira do ponto de vista da última, acabou sendo preconceituosa e não percebendo a especificidade da nova classe (SOUZA, ET. ALL, 2010). Como diria Castel, qualquer comparação deveria ser muito mais pela diferença do que pela semelhança, considerando que todo fenômeno social possui sua especificidade histórica, estrutural e conjuntural.

Em contrapartida, a pesquisa sobre a suposta nova classe média, organizada logo em seguida por Jessé Souza, apontou para outra direção. A partir da ideia de que o Brasil presencia hoje a ascensão imprevisível e contingente de uma nova classe de “batalhadores”, termo este que vem do próprio senso comum brasileiro e usado pela primeira vez por Mangabeira Unger, Souza e seu grupo de pesquisa, o CEPEDDES (Centro de pesquisa sobre desigualdade/UFJF), procurou enfrentar, com referências teóricas e políticas alternativas, bem como um método de pesquisa alternativo, os conceitos dominantes sobre o novo fenômeno. Resumirei aqui as dificuldades dos dois conceitos dominantes a partir deles mesmos, de modo a seguir com os objetivos deste capítulo.

1 – *Por que é complicado falar em Classe C?* A pesquisa nacional sobre os batalhadores brasileiros (cujo resultado é o livro de mesmo nome (SOUZA: ET. ALL, 2010) mostrou que a renda é um dos critérios menos importantes na definição de uma classe social, e isto por que não recupera sua gênese e sua dinâmica. A principal referência teórica para tanto foi a articulação do conceito de habitus, de Pierre Bourdieu (1977, 2007) ao de disposições, de seu crítico Bernard Lahire (2006). O conceito de habitus procura tematizar as possibilidades de

ação, incorporadas pelos indivíduos desde a infância e situadas em sua educação formal e informal, escolar e familiar. O conceito de disposições aperfeiçoa o anterior, exatamente por criticá-lo. Habitus em Bourdieu muitas vezes parece sugerir mais estática do que dinâmica social e individual, ainda que ele o defina como um “conjunto de disposições incorporadas” (2007).

Lahire (2006), em contrapartida e em complemento, procura mostrar que o habitus é mutável, e faz isso empiricamente observando como indivíduos de habitus semelhantes, como dois irmãos de uma mesma família pobre, podem ter destinos diferentes. Exemplo: um deles pode permanecer na ralé, desfilado e desqualificado, enquanto o outro pode estudar e melhorar de vida, passando a compor a nova classe de batalhadores. O motivo desta possibilidade é enfrentado pelo autor com o conceito de “contextos de atualização de disposições” (LAHIRE, 2006). Em termos simples, a contingência da vida individual pode permitir a pessoas de mesma origem o desenvolvimento de habilidades e destinos diferentes. Isso torna a análise muito mais dinâmica do que estática, bem como o é a realidade social.

Com isso em mente, e com um método de entrevistas em profundidade, que permite adentrar nas histórias de vida dos entrevistados, investigamos nacionalmente a suposta nova classe, identificando perfis considerados pelo pensamento dominante como nova classe “média”. Dentre eles, domésticas, vendedores ambulantes, profissionais do telemarketing, feirantes, pequenos produtores rurais e pequenos comerciantes de todo tipo. Definindo mais por diferença do que por semelhança, não usamos os critérios definidores da classe média tradicional para pensar a nova classe. Seriam eles herança, patrimônio acumulado e a ocupação de profissões liberais bem remuneradas e estabelecidas pelo Estado e pelo mercado, bem como a posse de certificados escolares formais de diferentes níveis.

2 – Por que é complicado falar em nova classe “média”? Este ponto é ainda mais importante do que o primeiro. O principal critério referente a classe média tradicional, para definir a nova classe também como média, é a capacidade de consumo. Isso cai “como uma luva” em um discurso político conservador, originado do Atlântico Norte, que considera países desenvolvidos apenas aqueles que possuem uma robusta classe média (SOUZA; ETT. ALL, 2010). Ao pesquisar com método de observação participante e entrevistas de profundidade a realidade cotidiana destes perfis, público alvo tanto do Estado quanto do mercado, pudemos ver que sua dinâmica e condição histórica inédita exigia outros referenciais políticos e teóricos.

Dado fundamental: eles trabalham em média 14 horas por dia, geralmente são autônomos sem vínculo formal que, por esforço próprio, sobrevivem na “zona de vulnerabilidade” da nova sociedade do trabalho mundial. Sem qualificação formal, ou com muito pouca, levam estilo de vida simples e sobrevivem através de um saber popular, alternativo ao “Conhecimento” com C maiúsculo conferido e reconhecido pela chancela oficial dos certificados e diplomas do sistema escolar e universitário reconhecido por Estado e mercado. Por estes motivos, percebemos uma diferença fundamental: os novos perfis são uma nova classe trabalhadora, ao mesmo tempo efeito e atores dos novos critérios de reprodução social de uma sociedade do trabalho modificada, como analisamos nos capítulos anteriores.

A diferença empírica entre a nova classe trabalhadora e a classe média tradicional nos permite entender melhor os conceitos dominantes para a compreensão da grande transição histórica de nosso tempo, que Castel chegou a considerar como a “segunda grande transformação” do capitalismo. Esta segunda transformação é ainda mais profunda e complexa do que a primeira, analisada pelo clássico trabalho de Karl Polanyi, quando percebeu o domínio do mercado auto-regulado como marco definidor do início das ditas sociedades industriais (POLANYI apud CASTEL, 2011).⁵⁰ A novidade é que, na prática, durante todo o século XX, sendo este sinônimo de sociedade industrial ou salarial, o mercado nunca foi de fato auto-regulado, mas teve sempre os Estados nacionais como seus agentes. Agora, de acordo com Castel, Beck, Souza e outros, o mercado auto-regulado de fato existe sem restrições.

Para Castel e Beck, seu efeito é a “institucionalização da precariedade e do individualismo” (CASTEL, 2011; BECK, 1997, 2007). Para Souza (2010), com a pesquisa dos batalhadores, isto significa a dominação do capital financeiro, pensando em seus efeitos no Brasil. Ulrich Beck considera tais efeitos oriundos do processo de globalização, no qual as forças e os agentes financeiros transnacionais sucumbem os Estados e radicalizam desigualdades de toda espécie (2007). Todos os europeus aqui analisados concordam que a gênese da precariedade é o fim do Estado de Bem Estar. No Brasil, Souza (2003) mostrou que a precariedade é nossa velha marca estrutural, produto da sociedade do trabalho mundial ou, da economia-mundo de Wallerstein (1976) que já existia, ainda que diferente, antes da atual fase chamada de globalização.

⁵⁰ CASTEL, Robert. *Einleitung. Eine “grosse Transformation”* (Introdução. Uma grande transformação) In: CASTEL, Robert. *Die Krise der Arbeit*. (A crise do trabalho). Hamburger Edition HIS Verlagsges, 2011.

A diferença entre os batalhadores e a classe média nos permite analisar, como eu dizia, com exemplos empíricos, os conceitos dominantes da nova sociedade do trabalho e, aqui, precisamos “precisar”, ou seja, evitar pequenas confusões teóricas que poderiam gerar grandes problemas políticos, contribuindo assim para uma nova articulação entre os conceitos de classe e trabalho na realidade atual.

Flexibilidade. Conceito pensado por Richard Sennett (2008) nos EUA, e por Ulrich Beck (1986, 1997), dentre outros, olhando para a decadência relativa de frações de classe média. Flexibilidade também é uma das palavras-chaves da ideologia empresarial dominante. Significa fornecer todo o tempo pessoal em adaptação às exigências da carreira. Isso pode se referir a realidades de classe média tanto no centro quanto na periferia. Para o batalhador, flexibilidade significa outra coisa. Significa imprevisto, adaptabilidade, mas em condições realmente inseguras, na zona de vulnerabilidade. Como imperativo moral e ideologia, a flexibilidade afeta a todos. Como realidade empírica de trabalho, a diferença é grande. Flexibilidade para a ralé é sinônimo de fazer qualquer coisa, quando não se tem qualificação formal alguma.

Para a classe média, flexibilidade é sinônimo de adaptação do tempo e disposição para mudar de cidade. Para o batalhador, flexibilidade é sinônimo de muito trabalho e de mudar de negócio, quando as coisas vão mal. Para a ralé, flexibilidade é sinônimo de flutuação entre desemprego e pequenos “bicos”, como dizemos no senso comum brasileiro. Para a classe média, flexibilidade não é sinônimo de informalidade ou precariedade. A terceirização que afeta a classe média muitas vezes significa abrir uma firma, formal, com CNPJ, de prestação de serviços ou de consultoria, para os mais qualificados, como veremos em tópico seguinte deste capítulo. Para os batalhadores e a ralé, que podemos aqui chamar de classes populares, flexibilidade é quase sempre sinônimo de informalidade e de precariedade, este último principalmente para ralé.

Informalidade. Realidade predominante entre as classes populares. Esta análise não se refere apenas à periferia. Nos EUA é maior do que na Europa lado A, e talvez no mesmo nível da Europa lado B, cabe lembrar. Para a classe média, pode existir informalidade, mas esta quase sempre está ligada a uma rede de capital social que não significa precariedade, como veremos adiante em entrevistas que realizei na Alemanha. Para as classes populares, informalidade é quase sempre sinônimo de precariedade, mas não necessariamente. Existe o trabalho formal

precário, por exemplo, como o telemarketing.⁵¹ Logo, a tradicional dicotomia formal-informal, predominante na sociologia do trabalho, não é precisa para definir boas ou más condições de trabalho.⁵²

Precariedade. O mais vago dos três conceitos. Gorz, Beck e Castel o utilizam o tempo todo. Obviamente, trata de condições ruins de trabalho. Mas, já virou ideologia de classe média, se transformando em falso sinônimo de flexibilidade. Trabalho precário significa insegurança material e moral, instabilidade, flutuação entre trabalhar e não trabalhar, ou seja, tanto no centro quanto na periferia, se refere à condição social daqueles que flutuam dentro da zona de vulnerabilidade do mercado, seja formal ou informal. Trata-se da realidade das classes populares, que não possuem patrimônio ou herança para sobreviverem em tempos de desemprego ou de mau funcionamento de seus pequenos negócios.

Qualificação. Podemos pensar em dois tipos de qualificação: a formal e a informal. A primeira é aquela conferida por certificados e diplomas reconhecidos institucionalmente pelo Estado. Ela é predominante na classe média e quase sinônimo de estabilidade social. Entretanto, ela é hoje perseguida também pelos batalhadores, cujos filhos da maioria atualmente cursam alguma faculdade ou algum curso profissionalizante. A qualificação é palavra de ordem do dia da nova sociedade do trabalho, e sua presença constante na mídia oficial reforça a meia-verdade da teoria da sociedade do conhecimento. A qualificação informal é típica dos batalhadores: trata-se do saber popular, praticado nos pequenos comércios familiares da economia popular e familiar, adquirido geralmente com os pais, ou sozinho, muitas vezes como aprendiz que inicialmente adquire habilidades como pedreiro ou mecânico, sem remuneração.

Existe também a qualificação social, ou moral, praticada intersubjetivamente a partir das posições sociais entre os formalmente qualificados e desqualificados. Dentro de uma grande empresa, por exemplo, os mais qualificados formalmente podem lançar estigmas contra os

⁵¹ Ver capítulo de Ricardo Visser, “A formalidade precária”, no já citado livro dos batalhadores (SOUZA; ETT. ALL, 2010), por exemplo.

⁵² Ver minha dissertação de mestrado “trabalho e reconhecimento na modernidade periférica”, na qual sugeri a dicotomia “socialmente qualificado-socialmente desqualificado”, o que tematiza melhor boas ou más inserções no mercado de trabalho (UENF, 2007).

menos desqualificados. Isso é uma prática social e moral que pode desanimar aqueles com certificados menos valorizados, além desta hierarquia muitas vezes sobrecarrega-los com trabalho na empresa e atrapalhar seu tempo e disposição física para adquirir qualificações mais altas. Muitas vezes isto significa uma luta de classes ou frações de classes dentro das empresas.

No caso da ralé, a desqualificação social-moral é ainda mais radical e estigmatizante, como pesquisei em meu mestrado.⁵³ O lavador de carro, por exemplo, material empírico de minha pesquisa de mestrado, é formalmente desqualificado e sofre com isso uma dupla desqualificação social. Ele sofre o estigma de não ser qualificado por não ter se esforçado a estudar mais, o que omite suas condições objetivas para a busca de tal objetivo. São pessoas que na infância precisaram abandonar a escola para trabalhar. A desqualificação moral é a mais nociva, pois é opaca, cotidiana, praticada através de estigmas, e significa uma luta de classes velada entre formalmente qualificados e formalmente desqualificados, bem como entre socialmente qualificados e socialmente desqualificados. Vejamos no próximo tópico o que tais esclarecimentos têm a ver com uma nova configuração de classes que se esboça neste exato momento no Brasil, enquanto efeito da nova configuração da sociedade mundial do trabalho.

6.1 A NOVA SOCIEDADE MUNDIAL DE CLASSES

A ideia de que vivemos o fim das sociedades de classe é um dos principais paradigmas dominantes hoje nas ciências sociais. Ela é o outro lado da moeda da teoria do fim da sociedade do trabalho. Na verdade, compõem um mesmo pensamento, originado do imaginário pós Welfare europeu, que considerava sociedades do trabalho e sociedades de classe como sinônimo de sociedade industrial. Com o advento do domínio de conceitos como globalização, nova ordem mundial e nova ordem multipolar, que no fundo querem dizer a mesma coisa, a importância teórica e política dos conceitos de trabalho e de classe se tornaram residuais e periféricos na ciência social do mundo inteiro. Apenas um marxismo desatualizado, que teima em compreender o mundo contemporâneo com a teoria do valor desatualizada de Marx, ainda aposta na centralidade da classe e do trabalho, porém sem atualizar estes conceitos na nova

⁵³ Ver: MACIEL, Fabrício. Todo trabalho é digno? In: SOUZA, Jessé. *A invisibilidade da desigualdade brasileira*. Belo Horizonte: UFMG, 2006.

realidade global, marcada pelo domínio da tecnologia e pela informalização sem precedentes do capitalismo global.

Diante do atestado de óbito teórico e político da classe e do trabalho, vindo principalmente da Europa, novas perspectivas se apresentam como candidatos a novos paradigmas dominantes. No caso do trabalho, vimos que teorias como a da sociedade do conhecimento ou da informação se apresentam como substitutas, ainda que cheias de falhas. No caso da classe, e aqui tratamos de literatura diferente, fragmentada nos campos de poder da academia, como percebia Bourdieu (2001), também temos os assassinos explícitos e implícitos da ideia de uma sociedade de classes.

Mais uma vez, a obra de Ulrich Beck é pioneira, em vários aspectos, na tentativa de definição do novo mundo pós-bipolar, globalizado, pós-industrial. Seu clássico livro *Risikogesellschaft* (Sociedade do risco), data de 1986, e já lançara várias teses sobre o trabalho e a classe que depois, nos anos noventa, ficaram conhecidas com autores como Imanuel Castells, Richard Sennett e muitos outros. André Gorz também é um dos assassinos da classe, porém, indiretamente, pois a pedra de toque de toda sua obra é o advento do conhecimento como força produtiva maior do que o trabalho.

Curiosamente, Ulrich Beck não abandona a ideia de trabalho e tenta resgatá-la, mas abandona a ideia de uma sociedade de classes. Um dos capítulos mais famosos de seu livro *Sociedade de risco* chama-se *Jenseits von Klasse und Schicht* (Para além de classe e *status*), no qual ele lança uma de suas teses mais famosas, substituindo o peso teórico e político da classe pelo individualismo, através de uma análise de como as mudanças sociais do trabalho fragmentam a família. A tese é ambígua, o que explica seu forte poder de influência. A fragmentação do trabalho e o advento crescente das mulheres no mercado fragmentam casamentos e geram o que Sennett mais tarde definiu como “corrosão do caráter” (2006).

Tematizar o individualismo não é necessariamente ruim. Castel também relaciona um individualismo negativo com a fragmentação das condições de trabalho. Porém, Ulrich Beck propõe o individualismo como novo paradigma em substituição ao paradigma da classe (BECK, 1986, 2008, 2010).⁵⁴ Para ele, a desigualdade social da sociedade do risco, ou da segunda

⁵⁴ Ver principalmente seu recente livro *Die Neuvermessung der Ungleichheit unter den Menschen*. (A nova medida da desigualdade entre as pessoas). Frankfurt am Main: Suhrkamp, 2008.

modernidade, como ele nomeia, se opera muito mais entre indivíduos do que entre classes, ideia que ele continua desenvolvendo e aperfeiçoando até hoje. A tese é ambígua, e por isso deve ser enfrentada. Por um lado, ela não nega a hierarquia social e sugere uma radicalização da meritocracia, com o que concorda Castel (2011).⁵⁵

Lado positivo da tese do individualismo: vivemos sim em um mundo de competição mais acirrada, sim, entre indivíduos, conformados pelos novos critérios morais e normativos do trabalho que vimos analisando ao longo da tese. Trata-se aqui de uma atualização do individualismo, tese esta já presente na obra de Max Weber (1905), quando percebeu que o desencantamento do mundo significa o fim dos laços de comunidade e de solidariedade, tendo cada indivíduo a própria responsabilidade sobre seu destino, o que no mundo moderno significa a obrigação moral e intersubjetiva de ser dono da própria trajetória. Traduzindo para a linguagem de uma sociedade meritocrática: cada pessoa é responsável por sua própria carreira, sendo o fracasso imperdoável.

Jessé Souza (2003) recuperou em Florestan Fernandes que o individualismo, neste aspecto, é desde sempre a realidade da ralé, cuja marca principal é exatamente a da família desestruturada pelo desemprego. De longe, então, Beck e Castel percebem a relação entre não filiação social e individualismo, que significa neste sentido isolamento, auto-indulgência, sofrimento pessoal e admissão da própria culpa pessoal pela derrota, quando este é o caso na sociedade do trabalho e da classe.

Lado negativo da tese do individualismo: ela não pode ser transformada em substituta do paradigma da classe e do trabalho. Podemos pensar no caso dos batalhadores: são trajetórias individuais que encontramos quando vemos a ascensão de milhões de brasileiros, em grande parte oriundos da ralé, se filiando ao mercado através de um saber popular e de uma economia popular, informais em sua maioria e não necessariamente precários. Mas isso não significa o fim das classes sociais. Pelo contrário, quando estes indivíduos batalhadores, por exemplo, mudam de condição social, eles se transformam em uma nova classe, pois apresentam trajetórias individuais semelhantes.

⁵⁵ Ver seu texto *Worin liegt die Bedeutung der Arbeit?* (Onde está o significado do trabalho?) na já citada coletânea, *Die Krise der Arbeit*.

Castel não entra no debate da classe, apenas tem uma tese sobre o individualismo negativo e sobre as mudanças sociais do trabalho que o condicionam. É uma lacuna em seu lado historiador, preocupado exaustivamente com a mudança da questão social desde a sociedade pré salarial até a sociedade pós salarial. Já Ulrich Beck é um inimigo declarado da classe. Um inimigo distinto, pois não a nega, apenas a admite como residual e categoria analítica descritiva, um conceito “zumbi”, diante da força maior do conceito de individualismo. Desde seu clássico *Sociedade de Risco*, ele já dizia que o mundo hoje produz mais riscos do que necessidades. A produção de necessidades teria sido traço central da sociedade industrial.

Bourdieu é o principal autor para a recuperação de uma teoria de classes, para sua renovação a partir dos imperativos da nova sociedade mundial do trabalho. Sua obra foi a principal influência desta tarefa, no Brasil, realizada por Souza e seu grupo de pesquisa, o CEPEDDES/UFJF. O conceito de *habitus* e a teoria dos capitais, de Bourdieu, são a pedra de toque nesta direção. Com a ideia de *habitus* Bourdieu identificou traços comuns que assemelham as pessoas simbolicamente e as aproximam na prática, definindo padrões e barreiras de classe, em seu livro *Distinção* (2007). Com ele pesquisamos a ralé brasileira, em sua condição de estática social, totalmente não filiada ao mercado produtivo e não portadora da condição de consumidor, o outro lado da moeda do indivíduo considerado digno em uma sociedade meritocrática.

Bernard Lahire, talvez principal leitor e crítico de Bourdieu contemporâneo, trouxe a contribuição da teoria das disposições, que tematiza mais o indivíduo do que a classe, sem negar a última, porém contribuindo em boa parte para o pensamento dominante de seu tempo, o do fim da sociedade de classes. Com as ideias de disposições individuais e de contextos de atualização de tais disposições, melhoramos o conceito de *habitus* na pesquisa sobre a nova classe trabalhadora. Ao invés de comprovar uma sociedade de indivíduos, como no fundo faz Lahire, que também transforma a classe em algo residual, contra seu mestre Bourdieu, percebemos o contrário: as mudanças nas trajetórias individuais significam mudanças na conformação de classes de uma sociedade, pois se adquire um novo status social e perfil que não é individual, mas semelhante a história s de vida de inúmeras outras pessoas. Trata-se da formação de uma classe social.

A teoria dos capitais de Bourdieu talvez nos ajude a enxergar a classe muito mais no caso das classes médias e dominantes do que no caso das classes populares, definidas mais pela ausência do que pela posse de capitais. Para ele, as classes dominantes, os ricos, são portadores

principalmente, mas não só, do capital econômico, o que significa patrimônio acumulado por famílias e herança, bem como investimentos. As classes médias possuem principalmente capital cultural, estabelecidas principalmente nas profissões liberais. Souza compreende este dado também como capital familiar (2010).

Três outras perspectivas teóricas contemporâneas também nos ajudam a enxergar que existem classes sociais na nova sociedade mundial do trabalho. Elas fazem parte do pensamento dominante no Atlântico Norte que, direta ou indiretamente, não conseguem esconder a existência de classes sociais na nova realidade mundial de radicalização e institucionalização da precariedade, do individualismo e da meritocracia.⁵⁶ Aqui, usaremos o pensamento dominante contra ele mesmo, como fez Jessé Souza (2000) com o “pensamento social brasileiro”.

1 – *O advento de uma nova elite global*. Vários dos autores mais influentes no Atlântico Norte já perceberam a existência de uma elite transnacional, pequena, portadora da maioria das ações do capital financeiro internacional, que se resumem a um número relativamente pequeno de famílias e empresas. Isso é uma classe social. Uma classe dominante transnacional. Nos Estados Unidos, Peter Berger e Samuel Huntington (2004) organizaram uma pesquisa mundial de grande porte e financiamento, cujo resultado é o livro *Muitas Globalizações. Diversidade cultural no mundo contemporâneo* (BERGER; HUNTINGTON, 2004). O próprio título já sugere o teor relativista do tema, que não percebe uma sociedade mundial do trabalho, mas sim casos culturais da globalização. O ponto importante é que, neste livro, um dos traços gerais foi exatamente perceber a elite global.

Também Ulrich Beck já se pronunciou sobre a elite global, em dois de seus livros discutidos aqui: *Was ist Globalisierung?* (2007) e *Schöne neue Arbeitswelt* (1997). Para ele, esta elite é um conjunto de atores transnacionais que subjuga qualquer poder político nacional, tendo as agências internacionais do capital financeiro em suas mãos. Ao seu lado, por ela financiada, está o estamento científico-tecnológico, que auxilia o capital financeiro na nova dominação mundial da nova sociedade mundial do trabalho. Richard Münch também estudou a elite global em recente livro intitulado *Globale Eliten, lokale Autoritäten* (MÜNCH, 2008). Críticos ou

⁵⁶ Ver texto de Castel na citada coletânea *Die Krise der Arbeit*, intitulado *Jenseits der Lohnarbeit oder diesseits des Arbeitnehmerstatus? Die Institutionalisierung des Prekariats*. (Para além do trabalho assalariado ou ao lado do Status de trabalhador? A institucionalização da precariedade.

não, estão nos mostrando a existência e a ação incisiva, para a reprodução da desigualdade mundial, de uma nova classe rica transnacional.

2 – *A teoria das redes transnacionais*. Como vimos brevemente no capítulo 3, sobre a sociedade do conhecimento, Manuel Castells é conhecido por sua teoria da sociedade da informação e da sociedade de redes.⁵⁷ Ele também percebe a elite global, e com um acréscimo importante aqui: as redes transnacionais são redes impessoais que interligam os ricos e o estamento científico transnacional. Mas também podem ser redes pessoais, ou seja, trata-se do capital pessoal dos ricos que é fundamental para o compartilhamento de informações raras em tempo real, ou seja, por exemplo, onde investir e como agir na bolsa de valores. Trata-se de uma rede social internacional que mantém boa parte do dinheiro do mundo circulando em suas próprias mãos, na lógica do re-investimento de capitais e da terceirização da mão de obra altamente qualificada, ou seja, das consultorias, que veremos em tópico posterior neste capítulo, como uma nova arma da velha classe média brasileira.

3 – *A teoria dos milieus sociais*. De autoria principalmente de Michael Vester (1993), influente bourdiesiano alemão, que se considera o próprio Bourdieu alemão, Vester organizou uma pesquisa, na Alemanha, que é considerada o *Distinção* de Bourdieu, em sua versão alemã. Partindo do esquema vertical de classes de Bourdieu, que definiu em seu tempo, na França, as classes como dominantes, médias e populares, Vester procura, com a ideia de milieus (ambientes ou meios sociais) renovar uma teoria de classes diante das mudanças vividas na Alemanha dos anos 70 e 80, sendo muitas delas as mudanças sociais do trabalho analisadas nesta tese. O autor identifica em espaços do “mundo da vida”, de identificação a partir de gostos culturais como música, o que pode ser considerado frações de classe, e assim mostra que as classes sociais são internamente heterogêneas, não sendo apenas definidas pelo status econômico e a posição em camadas sociais.

A tese de Vester, inovadora, também é curiosa e ambígua. Ela não deixa de mostrar que existem classes sociais, ainda que em uma sociedade do trabalho modificada. Entretanto, no fim das contas, ele atribui peso maior aos milieus sociais, na compreensão da mudança social, do que às próprias classes em si mesmas. Trata-se de uma versão sofisticada do nacionalismo metodológico alemão e do pensamento dominante de seu tempo. Em sua construção, ele enfrenta a tese individualismo, uma das dominantes na Alemanha, e tenta articulá-la a formação

⁵⁷ Ver seu famoso livro *The rise of the network society* (CASTELLS, 2010).

de novos milieus sociais, fundamentais para a compreensão de uma sociedade de classes modificada.

Entretanto, Vester é um alemão típico. Sua compreensão de como as classes sociais se renovam nos ajudará em tópico posterior, no qual veremos as novas armas da velha classe média brasileira. Contribui para a compreensão da mudança social. Com seu esquema horizontal, construído a partir de Bourdieu e do Instituto SINUS que estuda os milieus sociais alemães, ele mostra como posições políticas e origens diferentes podem compor uma mesma classe social. Cabe dizer que a Alemanha não vive a ascensão de uma nova classe trabalhadora, como no Brasil, sendo lá os batalhadores uma realidade ainda conjuntural e residual. Vester não poderia encontrar o contrário.

O ponto mais importante, entretanto, é outro: ele contribui para que entendamos o novo conflito de classes contemporâneo, talvez o mais importante, e talvez mais radicalizado na periferia, onde ascendem os batalhadores. Este conflito está no “meio” da sociedade, e não mais em suas “extremidades”. Ou seja, trata-se de uma nova luta de classes, agora entre as classes médias. Para Vester (1993)⁵⁸ a Alemanha ainda é uma sociedade de classes, porém, continua sendo uma sociedade hierarquizada e verticalizada de outra maneira. A maioria da população se encontra “no meio” da sociedade. Isso significa que ainda existe desigualdade de classe, porém de outra natureza.

O pensamento de Vester, bem como o de Lahire, na França, reproduz discretamente o pensamento dominante europeu. Eles não puderam fugir da dominação da tese do individualismo. Trata-se no fundo, ainda que com eles aprendamos, da reprodução discreta do senso comum e do pensamento científico sobre o fim das classes sociais e o fim da sociedade do trabalho. Faz sentido. Trata-se da dominação do pensamento Pós-*Welfare*. Neste, os conflitos sociais são amenizados, bem como em outro influente pensador francês, Luc Boltanski.⁵⁹ Neste autor, ainda que tente pensar as mudanças sociais do trabalho, a tese central é a flexibilidade como imperativo inevitável e a perda de capacidade de crítica contemporânea

⁵⁸ VESTER, Michael. *Soziale Milieus im gesellschaftlichen Strukturwandel*. (Milieus sociais na mudança estrutural social). Köln: Bund-Verlag GmbH, 1993.

⁵⁹ Ver seu famoso livro “O novo espírito do capitalismo”. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

ao capitalismo. Esta tese é um leve disfarce para o fim da classe e do trabalho, explícito em autores como Claus Offe.

O que está em jogo neste pensamento Pós-*Welfare*, explícito ou implícito, é a tentativa de substituição da tradição da sociologia do trabalho, que dominou a era definida como sociedade industrial: trata-se da tradição marxista, em Frankfurt e em muitos outros, mesmo na sociologia estatística das classes norte-americanas. Aqui as peças do quebra-cabeça começam a se encaixar. Faz todo sentido, se pensamos no espírito da época, ditado pela ciência social dominante do Atlântico Norte, e no caso do trabalho principalmente pela academia francesa e alemã. André Gorz é a melhor tentativa de renovação da teoria do valor, mas infelizmente termina em uma ontologia do imaterial, em lugar da ontologia do capital, herança esta marxista que não pode ser perdida. No Brasil, a sociologia do trabalho e da classe, como em seu maior exemplo, Ricardo Antunes, se resume a adaptar as velhas teses de Marx a nova realidade, sobre a qual ironicamente aprendemos mais com os conservadores do que com os supostos donos da crítica.

Não podemos concordar com Boltanski, pois existem várias tentativas críticas contra as mudanças sociais do trabalho contemporâneo, que comprovam sua precarização radicalizada, bem como casos empíricos. Só para citar dois: as economias solidárias e as iniciativas do saber popular dos batalhadores são críticas vivas ao capitalismo contemporâneo, ainda que por ele dialeticamente definidas, se pensarmos aqui em um casamento entre Marx e Weber, ou seja, entre dialética e contingência do capitalismo.

Outro exemplo do pensamento dominante europeu vem de outro influente sociólogo alemão. Trata-se da obra de Klaus Eder. Enquanto o fim do trabalho e da classe é explícito em Claus Offe, em Eder ela é implícita e mais sofisticada. A profecia de Offe, de que o “mundo da vida” deveria ser estudado agora em lugar do “mundo da produção” é sofisticada na principal obra de Eder, seu livro *A nova política de classes*.⁶⁰ Mais uma vez, a classe não some da teoria, mas assume uma outra interpretação e significado, abandonando o conflito. A nova política de classes de Eder trata exatamente do que Offe gostaria de ver: os movimentos sociais de classe média, como aqueles em prol de questões ambientais, são a ação política mais importante que permite ver alguma existência de classe no capitalismo contemporâneo.

⁶⁰ São Paulo: Edusp, 2002.

Tais movimentos sociais de classe média, ainda que sustentem bandeiras importantes, parecem muito mais busca por autenticidade, como já vimos nesta tese, ou seja, busca por identidade e realização pessoal de quem já tem dignidade, do que prova da existência de classe. E mais: opera uma leve inversão. Como em Vester, os milieus sutilmente tomam o lugar do peso analítico da classe, em Eder os movimentos sociais realizam a mesma função e reproduzem implicitamente o pensamento dominante que impede a tematização da nova dominação operada na nova sociedade mundial do trabalho. O objetivo principal desta é a tematização da dignidade como principal questão de vida e morte do mundo contemporâneo, para além do nacionalismo metodológico, seja ele qual for.

O próximo tópico mostrará, com material empírico ilustrativo, como o saber e a economia popular dos batalhadores apresentam ao mesmo tempo uma crítica empírica uma realidade viva, e uma possibilidade de interpretação alternativa da questão social da precariedade do mundo contemporâneo. Vejamos agora as classes na vida real, e não “no papel”, como disse Klaus Eder. Cabe ainda uma última palavra: desde a tradição marxista, que dominou a interpretação da sociedade industrial, em suas várias vertentes, houve sempre a crítica sobre uma lacuna em relação aos estudos sobre as classes médias. Marx via a luta de classes entre o burguês e o trabalhador. O pensamento dominante europeu procurou inserir as classes médias no debate contra tal tradição. Pela ter perdido o interesse pelo conflito. Vejamos como elas existem, e talvez sejam o principal ponto de análise para os novos conflitos de classe e, assim, para a construção de uma teoria da nova sociedade do trabalho.

6.2 A AVENTURA INVENTIVA DOS “BATALHADORES”

Duas perspectivas teóricas precisam ser articuladas neste tópico, e elas só fazem sentido articuladas ao material empírico veiculado em seguida. A primeira deriva da obra de Werner Sombart, contemporâneo e amigo de Max Weber. A segunda vem da obra de Robert Castel. O material empírico deriva de Caruaru, importante cidade do agreste pernambucano, pólo de trabalho para muitos batalhadores da região. Remete-se a dois perfis de batalhadores, os artesãos do turístico bairro do “Alto do Moura” e os feirantes da conhecida feira de Caruaru. Este material faz parte da pesquisa sobre os Batalhadores, em sua parte realizada por mim, e será usado aqui ilustrativamente.

Sombart apresenta uma interessante idéia de economia como uma “esfera cultural”, notável ao longo de seus livros *Le Bourgeois* (1928 [1913]), e *Die Ordnung des Wirtschaftslebens* (A ordenação da vida econômica) (1927). A atividade capitalista é um tipo específico de atividade econômica. Economia para ele é diferente de técnica. Economia é uma atividade humana sistematizada no tempo e no espaço, guiada por um objetivo específico. Este pode ser a busca por um alvo específico como ganhar dinheiro e acumular recursos. A técnica é a maneira específica de se realizar a atividade econômica. Ele percebeu uma interessante diferença em seu tempo entre um “sistema econômico” e uma “economia popular”, ou seja, a racionalidade formal e a racionalidade substantiva de Claus Offe. O sistema econômico é a parte da economia na qual a ação humana funciona através do domínio estabelecido de uma determinada técnica. A economia popular seria a parte “outsider” da economia, na qual predomina o imprevisto e a inventividade aquém da técnica dominante. Esta é a que mais interessa para a compreensão da atividade do batalhador contemporâneo.

Castel percebeu e definiu um espaço específico na economia capitalista no qual parece predominar a economia popular de Sombart. Trata-se da “zona de vulnerabilidade”, na qual milhões de pessoas entram, permanecem ou saem, na dinâmica econômica moderna. Em seu livro “Metamorfoses da questão social”, ele percebe desde o capitalismo pré-industrial que de alguma maneira esta dimensão da ação econômica no capitalismo sempre existiu. Assim como Sombart, Castel se preocupou com o estabelecimento de uma regularidade de ação econômica no capitalismo, o que ele faz na tentativa de definir a transição de uma economia de escambo para uma economia salarial. Ambos percebem que o estabelecimento, no tempo e no espaço, de uma dimensão estável e regular da economia capitalista não funciona sem a permanência residual e funcional de uma parte instável e irregular, mas que também é fundamental para a estabilidade do todo.

Na linguagem de Lahire, que guiou boa parte de nossa produção no livro dos Batalhadores, a zona de vulnerabilidade seria talvez o principal “contexto de atualização de disposições” dos batalhadores, enquanto que a ação inventiva de Sombart seria a principal “disposição” desta nova classe. A idéia de um espaço vulnerável da economia, no qual se encontram os batalhadores, que não são nem ralé estática nem classe média estabelecida no tempo e no espaço, é interessante para pensar sua atividade como uma verdadeira aventura. A instabilidade de sua atividade, como vimos no livro dos batalhadores e veremos em seguida no material mobilizado neste texto, sugere que a busca por dignidade material e moral é uma tarefa

sempre em aberto, nunca acabada, definida no senso comum como “matar um leão por dia”. Esta aventura envolve não apenas a vida econômica destas pessoas, como se elas se livrassem do problema quando chegassem a suas casas ao fim do expediente. Ela é sua própria vida, como sugere o material. Tal empreitada, cujo amanhã é sempre uma eterna incógnita, exige uma disposição econômica específica, que perseguiremos aqui a partir da idéia de “inventividade”. No geral, isso pode nos conduzir a um conceito de ação social e econômica contemporâneo cujo significado político pode respingar no significado total de nossas sociedades contemporâneas.

Inventividade para Sombart é algo diferente do que compreendemos com este termo no senso comum contemporâneo. Geralmente relacionamos inventividade com criação artística. No máximo, reconhecemos que artistas populares, como os de Caruaru, são inventivos. Reproduzimos uma compreensão hierárquica da atividade humana entre artísticas e não artísticas, erro este que o próprio Marx tanto tempo atrás já tentava evitar. Para Sombart, toda a atividade econômica seria inventiva. Sua noção inclui a concepção e a realização de uma ideia, como normalmente compreendemos a inventividade artística, mas também uma importante novidade, ou seja, toda ação econômica é inventiva na medida em que exija algum “improviso”. Esta é uma noção ampliada de inventividade que pode guiar melhor nossa compreensão sobre a aventura cotidiana vivida pelos batalhadores. Nesta direção, tanto artesãos como feirantes vivem uma mesma “aventura inventiva” na “zona de vulnerabilidade” da sociedade do trabalho atual.

Com esta noção ampliada de aventura inventiva podemos matar dois coelhos com uma cajadada só. Primeiro, retiramos o artesão popular de uma concepção que o idolatra como uma atividade nobre e ao mesmo tempo esconde sua instabilidade econômica e sofrimento moral na zona de vulnerabilidade. Por outro lado, reconhecemos a necessidade de improviso e a capacidade intelectual que isso exige de todos os batalhadores, sendo os feirantes um bom exemplo, que se encontram na precariedade e insegurança da zona de vulnerabilidade. Negamos assim a hierarquia que idolatra o artista e esconde sua precariedade e ao mesmo tempo reconhece as dificuldades dos demais batalhadores negando ou diminuindo sua capacidade intelectual, criando assim uma cisão politicamente nociva entre eles.

6.2.1 A inventividade explícita do artesão

Não é difícil reconhecer o talento e o valor de um artista popular. Chegando ao Alto do Moura, em Caruaru, ninguém duvida do enunciado da placa em sua entrada – “Maior centro de artes figurativas da América”. Poucos passos a frente, o deslumbramento é visível nos olhos turísticos. Pelo olhar do turista, podemos ver a relação ingênua e ambígua que ele tem com aquela arte e com aqueles artistas. Por que pensar no sofrimento, se a beleza é tão grande. Ninguém está ali para isso. Sempre soubemos que a arte existe para trazer alegria, nunca tristeza. E ela traz.

A inventividade do artesão, seja em seu sentido no senso comum, seja no sentido que empregamos neste texto, é explícita. Ninguém duvida da genialidade daquelas mãos, da sinceridade daqueles sorrisos, da inteligência espontânea que nunca foi a escola, do aprendizado lúdico com um mestre próximo ou com os próprios pais. Não podemos duvidar da beleza da vida, e muito menos da beleza de quem traz beleza a nossas vidas. Não podemos duvidar do valor do artista.

Com um pouco mais de tempo e curiosidade, podemos ter o privilégio de adentrar em suas oficinas e nos pasmarmos com o *making off* de seu trabalho. Podemos ver o labor prazeroso daquelas pessoas. Podemos nos sentir em casa, tomar um café fresco numa caneca de alumínio velha e sentir o prazer que geralmente não temos na estressante rotina do espaço urbano. Não precisamos ir ao festival de *Woodstock* nem tentar compreender a viagem de ácido dos Beatles na capa de seu *Sargent Peppers* ou de seu *Revolver* para se deleitar com a psicodelia nua e crua das cores. Elas estão ali, na simplicidade da arte figurativa do Alto do Moura. A única droga de nossos artistas populares talvez seja o cigarrinho de palha ou o fumo de rolo, bom e barato, e talvez a cachaça, para alguns.

Todos os sentimentos humanos estão ali muito bem representados e figurados. A forte religiosidade popular, expressa tanto nas figuras do bem como nas do mal, quiçá em personagens vagando na ambigüidade entre elas, a dor humana do amor, a traição, a perigosa beleza da mulher, a ingênua maldade da infância. Toda a ambigüidade humana está lá. O artista transmite seu sentimento, sua mensagem, sua visão de mundo, sua dor, e nem sempre todo mundo vê. O destino das melhores peças são estantes caras em lares de classes médias altas, muitas delas fora do Brasil, nas quais, diante de amigos e parentes igualmente abastados, o valor

da madeira de lei da estante chamará mais atenção do que o significado da obra de arte nele ancorado.

Às vezes não se pergunta o preço de uma obra de arte, não é elegante, afinal o valor deve estar na própria obra. Mas faz parte do reconhecimento da arte contar a trajetória de sua aquisição, como foi a viagem, sua origem, a experiência de estar com aquelas pessoas humildes, “que sabem viver”, que não ligam para dinheiro, que tem um dom de deus. Faz parte do ritual de consumo da arte reconhecer a simplicidade de sua origem. Não existe problema na trajetória de uma obra de arte. Ela vem sempre para trazer beleza e grandeza de espírito. A inventividade do artista é explícita e inquestionavelmente a coisa mais importante de sua vida. Não importa se ele é rico ou pobre. Não está inscrito no *release* da aventura do turista pensar na aventura da vida do artista. Isso não estava previsto em seu pacote de viagens.

Passada a placa de entrada, estamos na rua principal do Alto do Moura. Nela encontramos restaurantes típicos, nos quais podemos comer um bom bode cozido com batatas enquanto escutamos um trio de forró pé de serra original tocando canções que provavelmente só escutaremos naquele lugar. Após o almoço podemos gastar aquele dinheiro separado para o consumo da arte nas principais lojas desta rua. Além daquelas peças imponentes que colocaremos no centro da estante, também podemos praticar nossa generosidade levando lembrancinhas mais baratas para todos os conhecidos, enchendo algumas bolsas, o que eternizará nossa viagem e nosso poder de consumo na cabeça de nossos amigos. Se quiser tirar umas fotos com os artistas dentro de suas oficinas também pode, eles são sempre pacientes e generosos, seu sorriso não se gasta nunca.

Na rua principal também temos a aventura de viajar no tempo, de adentrar na tradição, cada vez mais rara em nossa mentalidade moderna, quando nos deparamos com a casa-museu de Mestre Vitalino, figura histórica do local. Ninguém precisa saber que a casa não é de verdade, foi forjada como museu. Mas, para o delírio do turista está valendo, não estamos ali para pensar na aventura deles, mas apenas para viver a nossa.

Passada a primeira rua, termina a aventura do turista e começa a do batalhador. Adentrando no bairro, o sonho vai gradativamente se dissipando diante da realidade do artista batalhador. As lojas suntuosas cedem espaço, em nossa visão, a pequenos comércios de arte quase sempre vazios. Conversando com alguns deles aos poucos vamos descobrindo que muitos sobrevivem de algumas encomendas de fregueses já certos, o que não lhes garante uma renda

muito alta. Muita beleza, muito trabalho, pouco conforto. Esta é a equação básica da aventura artística no Alto do Moura. Um olhar um pouco mais atento permite que a inventividade da arte vá cedendo lugar a inventividade da vida, ao improviso, a rotina dura e difícil do artista pobre.

No fundo do bairro, encontramos o museu do segundo grande nome do lugar, Mestre Galdino. Alguns artesãos sobrevivem um pouco melhor através de uma espécie de linhagem, por serem filhos ou ex aprendizes de grandes mestres do passado. Muitas vezes o acesso ao Alto do Moura é através de tais nomes, o que garante certa quantia de vendas. Também achamos casos de certos *outsiders* que, pela inventividade da sobrevivência, transformaram a aventura de suas vidas na inventividade da vivência alheia, através de suas belas obras de arte, e assim conseguiram firmar seus ateliês.

Não foi difícil encontrar talentosos artistas muito pobres, verdadeiros *outsiders*, quase delinquentes, alguns amantes do álcool e de mulheres errantes, trabalhando como empregados para ateliês estabelecidos, operando pequenos trabalhos numa lógica quase-fordista, montando peças simples que vendem fácil. Quando a inventividade da arte predomina sobre a inventividade da vida, da sobrevivência, o preço é caro, pois não existe sucesso no mercado sem alguma disposição para o comércio e para o pequeno empreendimento, como é o caso daqueles que estabeleceram seus ateliês.

No mundo moderno, o “Dom” é uma verdade suprema. Todos acreditamos que certas pessoas tem facilidade para alguns tipos de trabalho e outras para outros tipos. Acreditamos no talento. Aceitar o mérito no mundo do trabalho é algo pesado para nós. Por isso acreditamos no dom, na facilidade, na “cabeça boa” de algumas pessoas. Acreditamos que algumas pessoas “nasceram para fazer aquilo”. Muitos jovens hoje em dia, diante do vestibular, fazem testes rápidos na internet para descobrir qual é o seu dom, a sua vocação, a sua facilidade, a sua habilidade. A história do Ocidente é marcada por uma hierarquia justificada pela ideia de que algumas pessoas tem mais facilidade para tarefas espirituosas do que outras.

A aventura do artista batalhador é um drama muito peculiar. Ele é o espirituoso pobre. Acredita em sua inventividade artística, mas no fundo sabe que, sem a inventividade da vida, a inventividade econômica do improviso que a condição de batalhador exige, não pode ter estabilidade. Sua vida é uma aventura porque é ambígua. A mesma disposição e a mesma auto-percepção que lhe rende uns trocados para a sobrevivência é aquela que justifica sua condição especial de artista. Ele sabe que não pode prescindir da inventividade econômica que sempre

existiu em toda atividade econômica capitalista, percebida por Sombart, Castel, Weber, Simmel e muitos outros. Ainda assim, a inventividade artística tem o poder de manter o sonho, pois ela é um dom. Sem ela o artista não agüentaria, desistiria de sua aventura, pois ela é ambígua, é ela que esconde a dor e confere o único reconhecimento que o artista tem.

Quando o *tour* do pesquisador consegue passar da primeira rua do Alto do Moura, ou seja, consegue ir além do *tour* do turista, então é possível acessar física e moralmente a zona de vulnerabilidade na qual vive o batalhador artesão. Quando a aventura da pesquisa consegue ir além da aventura turística inicial de se pasmar com a beleza da criação artística, então é possível acessar a aventura inventiva do batalhador artesão. A inventividade explícita do artista é vista logo na primeira rua, tanto pelo pesquisador quanto pelo turista. Sua inventividade implícita, entretanto, ou seja, aquela ação econômica e moral cotidiana que significa improviso e perseverança nas adversidades da rotina, só é acessível quando o olhar curioso se aventura em procurar a principal obra de arte do artista, que é a busca por dignidade em limitadas condições materiais. Aquém da inventividade explícita do artista, encontramos o mais importante, ou seja, a inventividade implícita do batalhador, sua aventura cotidiana pela sobrevivência.

6.2.2 A inventividade implícita do feirante

A inventividade do feirante não é explícita como a do artesão. Todos vemos o feirante como um humilde e honesto batalhador. Esta é sua imagem em nosso senso comum. Para entender sua inteligência e para compartilhar com a dor e o significado de sua dura rotina, precisamos olhar para sua realidade com o conceito de inventividade inspirado em Sombart. Trata-se de uma inventividade implícita, porque sua vida significa um eterno improviso em condições econômicas instáveis e flutuantes.

Quando chegamos à famosa Feira de Caruaru, logo nos deparamos com sua placa de entrada anunciando que ali se encontra um “Patrimônio imaterial da humanidade”. Como sempre, o imaterial se torna material para a foto do turista. Passada a euforia turística, pode-se ver que tudo que sobra como patrimônio imaterial falta como patrimônio material. A feira é um bairro pobre e favelizado, no qual muitos batalhadores moram em suas próprias barracas, ou

por necessidade imediata ou porque sua casa original é muito longe, tornando-se custosa e cansativa a rotina de ida e volta todos os dias.

Como cantou Luiz Gonzaga, na feira podemos encontrar de tudo. Ela é o verdadeiro *shopping* popular. A feira de Caruaru representa bem, por sua história, inúmeras feiras Brasil afora, que representam bem a dimensão *outsider* do capitalismo periférico. Ela é a materialização perfeita da zona de vulnerabilidade de Castel, um espaço sócio-econômico imaginário na cabeça do pensador francês que aqui se torna físico e visível. Neste espaço se pratica a economia popular percebida por Sombart já no seu tempo. A ideia de zona de vulnerabilidade articulada a ideia de economia popular, nos permite olhar para este material empírico e perceber que a dimensão *outsider* da sociedade do trabalho sempre existiu, onde quer que se tenha conhecido este tipo específico de economia. Ela faz parte dos traços universais do capitalismo, indispensáveis para sua reprodução, como percebia Max Weber.

A atividade econômica primária do improvisado, do quase-escambo, da economia semi-sistemática, na verdade sempre definiu o homem burguês mais primário, aquele que sempre precisou existir antes do estabelecimento de dimensões mais seguras do mercado, que na história se transformaram em corporações de ofício, depois firmas, então empresas, até se tornarem grandes corporações internacionais. O homem econômico primário é o germe de toda atividade econômica coletiva organizada, acumuladora e otimizadora de capital. A disposição econômica primária existe antes da organização econômica empresarial. Parece ter sido isso o que foi percebido por Sombart em seu já citado livro “O burguês”. É este homem primário, mas não primitivo, que encontramos ainda hoje nas dimensões *outsiders* da sociedade do trabalho, como nas feiras.

Ao invés de marginais, tais atores econômicos primevos na zona de vulnerabilidade são pioneiros da economia capitalista. É por eles e através deles que o capitalismo se reinventa e se renova, exatamente por que é neles que respinga toda a instabilidade funcional da economia, necessária para o estabelecimento de empresas rentáveis, que nunca funcionam sem a prestação de serviços informais e desvalorizados em suas periferias. A zona de vulnerabilidade é ao mesmo tempo escória e origem do capitalismo, porque é ali que aqueles sobrantes das fatias estabelecidas no tempo e no espaço precisam reinventar a todo tempo uma economia da sobrevivência na instabilidade. É ali que a aventura inventiva do batalhador se mostra.

O feirante é um batalhador clássico, mas não é um empreendedor nem um artista. Ele é um inventivo, no sentido derivado de Sombart. Sua necessidade de sobrevivência transforma seu dia a dia num eterno improviso. Sua inteligência está em transformar qualquer mercadoria em lucro, qualquer dificuldade em disposição para trabalhar. Esta é a disposição primária da economia capitalista, a mesma vista por Castel nos homens de escambo do capitalismo denominado por ele como pré-industrial. Esta disposição é primária por que ela transforma a força vital humana mais visceral, aquém de qualquer qualificação formal reconhecida por Estado ou mercado, em capacidade econômica. Ela é primária por que significa uma inserção nua e crua em uma lógica econômica já estabelecida. Nesta inserção a única qualificação são os recursos de força física e inteligência, mobilizados pela necessidade humana de sobrevivência e auto-preservação.

A inventividade do feirante, como caso exemplar, e do batalhador como um todo, é implícita porque não percebemos sua inteligência. Não percebemos sua incrível capacidade humana de adaptação, improviso e reinvenção constante diante do acaso da aventura de sua vida. Não percebemos como eles tiram “do nada” recursos físicos e mentais para a implementação das empresas mais básicas do capitalismo, aquelas que sempre o originaram. As mesinhas dos feirantes com seus produtos básicos sem muita lei ou regulação jurídica são o símbolo do capitalismo. Elas são o germe das corporações. O desdobramento desta atividade econômica primária, vivida como uma aventura inventiva pelo batalhador, é o que gera a organização e sistematização, no tempo e no espaço, da economia capitalista.

Não percebemos a inventividade implícita do feirante por que o julgamos apenas como corpo. Nosso imaginário ocidental nos treinou para considerar algumas ocupações como nobres e outras como vulgares, algumas como espirituosas e outras como simples e humildes. Não percebemos o feirante como espirituoso. Não percebemos sua inteligência primeva e seu extremo esforço, do nada, pela sobrevivência, com os recursos de sua própria pessoa, adquiridos a força, às duras penas, na experiência tortuosa que é a aventura de sua vida. Não percebemos o que a escola da vida é capaz de ensinar. Apenas reconhecemos como válidos e sábios, o que significa reconhecer como úteis e produtivos, conversíveis em dinheiro, o saber e o conhecimento, espirituoso ou prático, da escola formal legitimada pelo Estado.

Sem a inventividade implícita do batalhador não existiria capitalismo. O batalhador é por excelência o homem prático primário da economia capitalista. Como estamos falando em homem econômico no sentido mais genérico, aquele da economia popular de Sombart, vamos

recorrer a história de uma mulher como ilustração. Ela nasceu no interior de Pernambuco, foi criada no campo, em condições materiais básicas, mas não muito confortáveis. Sua mãe foi criada em condições melhores, filha de um bom produtor, um batalhador inteligente. Quando se casa com um humilde batalhador do campo seu nível de vida decai. Ela vive o drama de ser “mulher de matuto”.

A menina vai crescendo escutando este drama de sua mãe. Passa a desejar o oposto deste destino. Muito bela, cultuada pelos rapazes da cidade que, como analisado por Bourdieu em seu texto “O camponês e seu corpo” (2006), trazem para o campo um estilo de vida que entra em choque com o habitus local, a menina percebe que tem algum valor. Pelos olhos dos seus galanteadores enxerga um mundo maior do que a zona de vulnerabilidade na qual vive em seu restrito espaço no campo. Seu desejo por uma vida melhor vai gerar uma inventividade implícita que muda o seu destino.

Ela só precisava de uma chance, um contexto para a atualização de sua disposição inventiva. Este momento chega quando uma tia que mora na cidade a convida para morar junto e lá tentar trabalho. A moça não titubeou. Demonstrou o ímpeto primário da atividade econômica, o imprevisto, a invenção, o arremesso no obscuro, o tiro no escuro. Se jogou, como dizemos no senso comum, “de corpo e alma”. Ela não é uma artista. Não tem uma inventividade explícita. Vem para a cidade trabalhar como uma simples caixa de supermercado. Todavia, ela tem a inventividade mais importante, implícita aos olhos do senso comum, indispensável para o movimento da economia capitalista na zona de vulnerabilidade, que para ela se expande agora para a cidade.

Depois de anos de trabalho duro e insistente ela se arrisca. Sua inventividade implícita a leva para a feira de Caruaru, para uma parte da feira que se chama “Sulanca”, conhecida pelo comércio de roupas. A disposição para a simpatia e a organização do pequeno comércio são fundamentais para seu sucesso. Significam inventividade, disposição primária para a ação capitalista mais básica. Significam também insistência, sofrimento, aventura. O batalhador na zona de vulnerabilidade é como o equilibrista na corda bamba. Diferente do dom atribuído ao artista, o batalhador comum possui um dom mais básico, e por isso mais importante, ou seja, o dom da sobrevivência. Este talvez seja o melhor sinônimo para sua inventividade implícita.

Com o tempo, o comércio de roupa vai deixando de dar certo, situação típica da zona de vulnerabilidade. Nossa batalhadora será inventiva novamente, e precisará de um novo

contexto de atualização de disposições. Ele surge quando uma amiga indica um ponto bem localizado na feira, no ramo de lanchonete. A luta pela sobrevivência continua sendo a nota musical que harmoniza a aventura desta batalhadora. Mais uma vez ela improvisa, se adapta, se reinventa, se refaz. O indivíduo e a economia capitalista se reinventam e se refazem recíproca, paralela e concomitantemente.

O comércio de lanchonete é simples, até enfadonho, exige paciência, insistência, administração básica. Nossa batalhadora sabe o que é isso há tempo. Trata-se de uma ação econômica primária, indispensável a rentabilidade de um comércio básico. Os resultados de sua aventura inventiva, que na essência só diferem dos lucros de uma grande empresa em quantidade e capacidade de reprodução de capital, são vistos nos bens que aos poucos vai acumulando em sua vida. Nossa aventureira já tem hoje uma casa própria grande e confortável, construída aos poucos com anos de trabalho árduo, bons móveis dentro de casa, uma moto para o filho, boas roupas, cartão de crédito e um dinheiro guardado no banco para possíveis adversidades.

Com o tempo, ela vem se mantendo relativamente estável na zona de vulnerabilidade, vem se reinventando, improvisando, praticando uma forma de arte que não é aquela do artista, porém mais básica, mais primária, ou seja, a arte do improviso, da ação sem previsão, da aposta sem promessa, a arte da vida, a batalha da vida, a arte do batalhador, a vida do batalhador. Sua sabedoria não é pensada, mas praticada, vivida, é experiência, não é teoria, é perseverança, não é cálculo. Um dos maiores segredos da economia capitalista é que sua ação primária não é racional, mas impulsiva, não é um olhar além, mas um agir aquém. Esta é a lição que podemos tirar da inventividade implícita dos batalhadores, quando olhamos para a aventura de suas vidas.

6.3 AS NOVAS ARMAS DA VELHA CLASSE MÉDIA

Neste tópico, recuperaremos parte do material empírico pesquisado por mim em minha estadia na Alemanha. Como já havia estudado os batalhadores no Brasil, resolvi junto ao orientador alemão estudar um pouco da nova realidade da classe média tradicional. Realizei três entrevistas experimentais em Freiburg, com doutorandos brasileiros, seguindo o mesmo método de entrevistas em profundidade e, depois, na companhia de Ricardo Visser, também

doutorando na UFJF, realizei 40 entrevistas em Berlim, com pessoas da nova e da velha classe média, de todos os perfis, gênero e idade. No geral, as redes de capital social da classe média e o novo mercado de consultorias são as principais armas para a reprodução contemporânea da classe média tradicional, tanto no Brasil como na Alemanha. A recuperação deste material aqui será importante para o tópico posterior, no qual tentaremos esboçar a nova configuração de classes médias no Brasil e seus possíveis novos conflitos.

Descreveremos agora um pouco das entrevistas de Freiburg, de modo a ver como em suas próprias palavras suas novas armas se articulam a uma condição de classe já confortável e estabelecida, apontando para um novo tipo de reprodução social daqueles que já são privilegiados. A primeira entrevista, de cunho experimental, foi realizada com um mestrando em Filosofia que estuda alemão no *Goethe Institut* com recursos familiares. Foi interessante para perceber como o capital econômico é diferencial para os estudos no exterior. Entretanto, exploraremos melhor as outras duas, por terem sido com doutorandos brasileiros na Alemanha, pessoas que já tem um considerável currículo acadêmico e profissional.

Partiremos de algumas percepções de Pierre Bourdieu para este exercício. Em primeiro plano, sua teoria dos capitais nos permite perceber, no tempo e no espaço específico da sociedade do trabalho mundial, o possível surgimento de uma nova forma de reprodução da classe média tradicional, como consequência de uma relação específica entre capitais. O *habitus* desta classe também é fundamental neste aspecto. Em plano mais abstrato, sua noção da sociedade enquanto um espaço social fundamentado em campos de poder diferenciados possibilita um esboço da relação entre Estado, mercado e sociedade no Brasil contemporâneo. As entrevistas foram gravadas a partir de uma conversa guiada pelo método de profundidade, com um questionário aberto e com margens de improviso pelo entrevistador, diante do exposto.

6.3.1 Consultorias: a renovação da velha classe média

Antes de entrar na entrevista, um ponto importante: usamos, no título desde capítulo, a expressão “novas classes médias”. Já vimos que existe uma nova classe trabalhadora, que em alguns aspectos se assemelha a ralé, como no estilo de vida, e em outros se aproxima da realidade da velha classe média, ou, em outros termos da classe média tradicional. Dissemos

novas classes médias exatamente por que a velha classe média também precisa se renovar, em seus meios de reprodução, com o advento do domínio sem precedentes do capital financeiro no mundo. Ela precisa atualizar suas armas de inserção no mercado, para não perder lugar para os filhos dos “emergentes”.

A segunda entrevista foi realizada com uma brasileira de 29 anos. Ela é arquiteta, estuda clima urbano e conforto ambiental. Faz um doutorado em arquitetura e urbanismo no Brasil, com uma pequena estadia de seis meses, atualmente, no Instituto de Meteorologia da Uni Freiburg, com uma bolsa de 1.300 euros mensais pelo Governo Federal Brasileiro. Desde os 16 anos ela trabalhava com o pai, desenhava pra ele, era desenhista dos projetos dele. O capital familiar se apresenta aqui como decisivo para seus rumos profissionais. Logo, fez um curso técnico em edificações numa boa instituição pública brasileira, o antigo CEFET. Em seguida, fez estágios em escritórios de arquitetura, todos por capital social. Trabalhou sempre com o pai que tem uma empresa de instalação de rede elétrica, prestadora de serviços para uma grande estatal brasileira. Ele precisava de uma pessoa com conhecimento em segurança do trabalho. Logo, ela fez uma especialização nesta área. O capital econômico da família já é decisivo aqui por que a oferece toda a segurança para estudar confortavelmente. Depois, ela se muda para Campinas, uma grande cidade no estado de São Paulo, por contato acadêmico.

Desde então ela sempre procurou alguma coisa para estudar com contato na Alemanha. Descobriu que a equação do conforto térmico foi desenvolvida em Freiburg. O capital familiar foi decisivo para estudar na Alemanha, como ela nos diz, “Sempre tive aquela ideia, fui criada em família tradicional, só sai de casa para casar ou para fazer pós-graduação, você pode estudar no exterior”. O contato com a experiência no exterior, logo cedo na vida, também é decisivo. Com dezesseis anos ela vai estudar inglês por três meses nos Estados Unidos. “Sempre tive vontade de ficar um tempo fora, mas não sabia ainda aonde”. Seu irmão fez doutorado nos Estados Unidos por conta do capital econômico familiar, servindo como exemplo e possibilidade de contato com a vivência fora do país.

A pequena empresa de seu pai é uma prestadora de serviços para uma empresa pública, a Centrais elétricas de Goiás, já há trinta anos. Por isso sua vida profissional foi sempre conectada a figura do pai e sua vida financeira ligada pessoalmente a ele. Mas ela queria tomar suas próprias decisões e sair de Goiânia, uma capital do centro-oeste brasileiro, e isso foi decisivo. “Comecei a gostar da vida de pesquisador”. A partir de suas boas condições objetivas de existência, ela começou a desenvolver sua capacidade profissional, ou seja, seu habitus de

classe econômica vai se transformando e se atualizando como membro de uma classe média tradicional renovada, reproduzida através do conhecimento científico.

“Crio alguns projetos como se fossem obras de arte, não tenho jeito para lidar com os clientes do meu pai”. Ainda que tenha buscado sua realização pessoal, ela sempre adaptou os estudos às necessidades da empresa do pai. Aos poucos a experiência com pesquisa a amadurece como profissional. Durante isso, o pai tradicional e protetor sempre foi a fonte de segurança material. Ela conta que isso é bom e ruim, pois sempre teve como estudar, mas sem muita autonomia.

Ela já fez estágio remunerado sem o pai e pegava projetos para desenvolver em casa. Tinha contatos próprios com arquitetos que terceirizavam parte do serviço. Quando vai para Campinas já tem um dinheiro guardado. Atualmente, tem programado um projeto de pós-doutorado com o mesmo orientador. Termina o doutorado no Brasil no ano que vem. Ela tem hoje um bom capital pessoal acadêmico, derivado de seu bom desempenho profissional. Em sua perspectiva, também pode dar aulas no Brasil, pois tem bastante publicações e currículo profissional interessante. Também pensa em prestar concursos para professora acadêmica. Ela pensa no pós doc para aumentar o currículo.

Atualmente, a entrevistada desenvolve dois projetos não acadêmicos no Brasil, conciliando assim a vida acadêmica com trabalho autônomo paralelo. Nos conta que gostaria de trabalhar com diretrizes para implantação de condomínios fechados, ramo este bem promissor atualmente, o que nos sugere sua boa visão de futuro sobre sua área, derivada de sua experiência profissional. Trata-se neste aspecto de consultoria para escritórios de projeto que trabalham com urbanismo. O futuro se apresenta como garantido. O trabalho de consultoria, sugerido por Nico Stehr (1994) como um dos mais significativos para a nova reprodução da velha classe média, aparece como fundamental em sua perspectiva. Como ela define:

“Na consultoria tem que ter responsabilidade, você está sendo paga para dar uma opinião”. Aqui sua fala confirma o diagnóstico de Stehr, no sentido de que o consultor, enquanto especialista, influencia diretamente na ação de terceiros no mercado. Ele dita a atividade econômica em seu campo de saber. Ela complementa: “Estou guardando meu palpite para dar quando me pagarem, esta é a visão de um consultor”. Esta fala confirma como o consultor pode criar sua demanda e como seu saber nem sempre significa conhecimento preciso sobre o tema, mas sim a criação de possibilidades. Assim, se o consultor é criativo ele expande seu mercado.

A entrevistada relata que alguns consultores “não sabem nada e ainda convencem que estão certos”. Ou seja, o sugerido neste ponto é que o *status* da profissão e o título conferem uma autoridade para que alguns sejam charlatões intelectuais e com isso ganhem muito dinheiro.

Em seu horizonte de perspectivas ela prevê consultorias para o Estado e para o mercado, o que muitas vezes funciona em conjunto, nos mostrando isso como o profissional altamente qualificado, enquanto um indivíduo com *habitus* produtivo, significa um elo entre os campos da política, da academia e da economia. Certa vez, um cliente disse para ela, “você tem conceito”. Ela aceitou um trabalho sem saber realizar, mas contou com a confiança pessoal do cliente e com o capital acadêmico. Na ocasião, foi contratada por um arquiteto mais experiente que disse, “você vai me ajudar”. Aprendeu com ele que “quando não souber, diga simplesmente que não sabe. Assim você consegue a confiança das pessoas”. Ela define esta postura profissional dizendo que “Não pode se perder nas próprias palavras. Ter conceito é não ser charlatão, não vender coisa que não existe. Reproduzir bem a precisão da arquitetura”. Podemos ver também que um consultor é um vendedor de ideias, muitas vezes simplesmente vendendo seu nome e assinatura para a legitimação de projetos alheios.

Na prática, fica claro aqui que muitas vezes o consultor atua como alguém para pensar junto, para idealizar, e não simplesmente para aplicar um conhecimento técnico, ainda que este seja pressuposto na relação com o cliente. Por isso, o bom consultor se destaca pela honestidade e criatividade. Isto é fundamental para seu poder enquanto mediador da prática e do próprio conhecimento alheio, como percebeu Stehr (1994). Ela define o ponto, quando diz, “Ou trabalha diretamente com cliente, dá conselho, ou com arquiteto que tem clientes muito grandes. Ele quer um ponto de vista diferente sobre o que vai propor ao cliente”. Aqui ela relata uma relação entre alguém com menos capital acadêmico do que o doutorando. Na teoria o doutorando sabe mais que o graduado, que muitas vezes tem a prática, a empresa e os contatos. Este ponto esclarece a relação entre o campo acadêmico e o campo econômico, bem como entre os respectivos capitais dominantes neles. Ademais, o título acadêmico é um capital simbólico que funciona junto com o capital pessoal e o capital econômico.

Como exemplo do poder do capital simbólico e do capital acadêmico ela nos diz que, “Para vender empreendimentos imobiliários é preciso, por exemplo, uma noção de sustentabilidade”. Ou seja, o conhecimento acadêmico é indispensável aqui como mercadoria inventiva. “Na arquitetura ninguém sabe exatamente o que é sustentabilidade. Todo empreendimento deve ser sustentável. Ai se procura alguém que conhece o conceito”. Na

verdade, o consultor muitas vezes usa o título para vender o produto. Quando alguém diz, “nosso projeto teve a consultoria de uma doutora em sustentabilidade”, isso pode ter bastante peso de acordo com o cliente. “Muitas vezes alguém que não é da área precisa de um arquiteto simplesmente para assinar”. Esta fala exprime bem como o título é um capital simbólico que pode se converter em capital econômico imediato, sem nenhum trabalho vivo. Isso por que, segundo ela, o profissional “gasta tempo para pensar”.

O tema da sustentabilidade é forte na Alemanha e sua implantação no Brasil ocorre sem muita análise. Ela estuda principalmente vegetação, que é elemento sustentável, e a demanda vem direto do mercado e do ideal social de sustentabilidade. Acredita colaborar diretamente com a causa nobre da sustentabilidade, mas diretamente ainda não pensou tanto nisso, apesar de ter recebido convites de ONGs. Seu único contato com uma ONG foi quando participou como voluntária de um projeto de plantação de árvores por crianças com uma ONG que considera séria. As ONGs são uma possibilidade, mas não são prioridade, pois ela já tem os canais de trabalho que funcionam garantidos.

Alguns dados gerais são interessantes aqui para mapear seu habitus produtivo. A entrevistada alega confiança em Deus como força para o trabalho. A mãe trabalha com o pai, é técnica em segurança do trabalho, mas também cuida do lar. Todos trabalham em função da empresa. Ela conta que nunca foi aluna brilhante, mas sempre se esforçou bastante. Sempre se comparou com o irmão, que tem habilidades diferentes. Teve um contexto familiar de boas condições de estudo e exemplo de todos. Afirma ter criatividade e ser rápida para desenhar. Trabalha muito com simulação, no que tem que ser rápida e ter esta habilidade. Como ela diz, “Tem que aprender a se conhecer, se não sou muito boa em algo eu corro atrás”. Sua relação com o desenho vem da mãe, que pintava porcelana na infância e a ensinava a desenhar. Aprendeu a ler mapas com o pai, que gosta muito. Aqui vemos como seu capital familiar é decisivo não apenas pelo dinheiro, mas também pela relação com uma disposição artística e reflexiva.

Ela define o sucesso como sorte e oportunidade. Seu ambiente de trabalho é favorável no Brasil hoje, tem bastante contatos em Goiânia, mas mudar de lá é melhor em sua opinião por que lá não se dá valor ao intelectual como em São Paulo, por exemplo, onde se respeita melhor a profissão, se tem mais reconhecimento. O casamento complica a perspectiva para o futuro, é noiva, mas não sabe como vai ficar esta situação no futuro. Para ela, mulher é melhor

solteira. Tem primos na família que também estudaram doutorado. Sua família mora no centro de Goiânia, mas lá é minoria em termos de capital cultural.

Seu ensino fundamental foi em escola particular, dado este definidor para uma boa educação no Brasil, o ensino médio em pública, em uma boa escola técnica, e a faculdade foi particular, a PUC, uma universidade católica, uma das melhores do Brasil. A mãe e uma vizinha acompanhavam seus estudos em casa. A vizinha tinha filhos da mesma idade e ela às vezes ela estudava com a vizinha na casa dela. A mãe sempre gostou muito de ler. O pai sempre teve muitos livros em casa. Tem inglês fluente hoje por que sempre estudou desde criança. Estudou com professor particular em casa, um privilégio raro para um brasileiro. O irmão morou cinco anos nos Eua, e ela o visitou lá varias vezes, também já havia ido a Europa, e a Berlim antes. Estes dados não deixam dúvida quando ao seu habitus de classe favorável para uma boa educação e formação profissional.

A partir de suas condições objetivas podemos compreender um pouco sua formação subjetiva, favorável para sua atual condição de classe média tradicional renovada. “Sempre fui aquela criança meio pensativa”, gostava de ficar sozinha no quarto com os brinquedos, de vez em quando com o irmão. Costurava roupas de bonecas, desenvolvendo criatividade. Gosta de esporte. É evangélica presbiteriana, toda a família também, sendo os pais praticantes. Sente falta da comunidade religiosa de Campinas. Sua leitura religiosa contribuiu também na disposição para os estudos. Além disso toca piano. Tem uma flauta em Freiburg. Estudou piano dos 4 aos 17 anos. Diante da graduação ficou na dúvida entre música e arquitetura. Sempre viajou muito, todo final de semana, também ia sempre pra fazenda dos avós em fins de semana. Conhece vários países da Europa. Aqui podemos perceber sua formação subjetiva positiva para uma alta qualificação formal.

Ela apresenta opiniões políticas tolerantes e liberais, no geral, e encerra a entrevista com uma frase emblemática sobre sua condição de classe, “A única coisa que tive com facilidade é a ajuda financeira”. No geral, esta entrevista nos mostra como o capital econômico, através do investimento nos estudos dos filhos, pode se converter facilmente em capital cultural e assim reproduzir, na geração seguinte, uma condição estabilizada de classe. No contexto, das mudanças estruturais brasileiras, a trajetória desta família, através da história desta profissional altamente qualificada, é bem emblemática. Seu pai se estabelece como membro de uma classe média através do capital econômico, há trinta anos, no contexto de auge do capitalismo industrial no Brasil. Sua firma se estabiliza no mercado de energia numa época em que a

modernização do Brasil dependeu do desenvolvimento do setor industrial, no qual empresas estatais brasileiras como a empresa para qual ele presta serviço foram um de nossos carros chefes econômicos.

Agora, em tempos de capitalismo modificado e de advento crescente de segmentos de classes sociais cada vez mais estáveis pelo capital cultural, sua filha segue um caminho profissional diferente, atualizado, porém reproduzindo o mesmo padrão de classe. A família se moderniza e seus caminhos se modificam de acordo com as alterações da sociedade do trabalho mundial e seus efeitos no Brasil, nas últimas décadas.

6.3.2 Capital social: o segredo da velha classe média

A terceira entrevista foi realizada com uma brasileira de 34 anos, casada, graduada e mestre em engenharia florestal, em universidades públicas. Trabalhou quatro anos em uma fundação municipal do meio ambiente, um órgão executivo. Durante e antes desta experiência já fazia projetos como engenheira florestal. Já teve contatos com um Conselho regional de engenharia, na parte de supervisão de vegetação, e trabalhou com consultoria. Ela nos conta que um projeto para órgão ambiental serve para se conseguir licença do Estado, quando algum proprietário particular tem uma área e quer usar uma floresta dentro de sua área. Ela então apresenta o projeto do que o cliente pode usar e tirar da área. Então o Estado dá a licença.

Seus primeiros contatos para trabalho foram por amigos, funcionando como uma rede, ou seja, capital social: “quando alguém precisa e te indica”. Podemos aqui pensar na ideia de redes de Imanuel Castells (2010). Ele percebeu uma fração significativa do que define como sociedade da informação funcionando atualmente através de redes de negócios profissionais. Nossa entrevistada atua nesta rede, e podemos entender rede aqui como relações profissionais-pessoais. Em seu caso, o capital cultural especificamente acadêmico proporciona o capital pessoal, ou social. “Tu apresenta um orçamento e uma mini concorrência. Muitos ligam para a Universidade ou para o CREA, o Conselho regional de engenharia. Minha rede são os professores e colegas que se formaram juntos”. Associações de engenheiros florestais funcionam também, bem como sindicatos rurais. Trata-se de redes de comunicação.

O marido também tem contatos dentro da empresa privada na qual trabalha, também como engenheiro florestal. Ela também tem contatos no meio político, com vereadores, secretários regionais, etc, pois já trabalhou na prefeitura de Blumenau. A rede de contatos universitária é boa porque, segundo ela, “eu tenho uma relação muito boa com a universidade”. Deu aula durante quatro anos como professora substituta na mesma universidade que estudou e conta que os professores falam bem dela. É seu melhor ambiente de rede.

Em sua opinião, o mercado de trabalho com projetos é mais competitivo do que o de professor universitário. Muitas vezes profissionais ruins, que foram maus alunos, seus ex-colegas de universidade, fazem menores preços e às vezes ganham a concorrência. Professores universitários também concorrem a projetos e colocam alunos para trabalhar. Ela e o marido também assumem projetos em grupo com colegas. Aqui o capital acadêmico se soma ao pessoal na produção do capital econômico.

A entrevista nos oferece também um quadro sobre a origem de seu habitus produtivo, de suas condições objetivas favoráveis para a aquisição de uma alta qualificação. “Eu sempre gostei de estudar, para mim é bem normal, não sou muito estudiosa, mais ou menos relaxada”. Em complemento, a mãe do marido foi uma batalhadora, estudava e trabalhava muito, o que o motivou bastante. Ele também sempre gostou de estudar. Ela alega que seu diferencial é “olhar pela sustentabilidade, pelas pessoas, saber as histórias e desenhar o projeto não só como tabela e gráfico, mas parecido com a cara da pessoa”, o que se torna um fator pessoal importante. Ele, por outro lado, demonstra primeiro a pessoa que ele é, para depois poder trabalhar, o que seria seu diferencial.

A entrevistada sempre estudou em escola pública, porém de qualidade. A faculdade foi particular, com crédito educativo, um sistema hoje extinto no Brasil que possibilitava a pessoas com pouco capital econômico o ingresso gratuito na universidade, com o compromisso de pagamento posterior a formação, quando o aluno se torna profissional e consegue trabalho. Sua trajetória é diferente da outra entrevistada acima, pois sua família teve uma segurança material básica, mas não teve capital econômico tão confortável. Ela é filha de uma classe trabalhadora tradicional brasileira do sul, que sempre foi relativamente abastada, e não de uma classe média, como nossa outra entrevistada. Sua escola pública em Blumenau foi uma das melhores do estado, pois se trata de uma cidade grande e desenvolvida no sul do Brasil, de colonização alemã no século dezenove. Na faculdade, ela sente a diferença de classe diante de outros alunos que “sabiam mais inglês e matemática”, por exemplo. “Tive que acompanhar por fora”, ela diz, o

que a caracteriza como uma batalhadora, que precisa sempre suprir suas lacunas de aprendizado. Porém, trata-se de uma batalhadora de origem da fração de cima desta classe, e não dos batalhadores mais humildes como os feirantes ou artesãos analisados acima.

Suas condições objetivas favoráveis não são resultado de um confortável capital econômico, mas de um capital familiar disciplinado em um contexto específico. O avô surge como figura paternal e exemplo, e também como ligação afetiva com a Alemanha, pois é descendente de alemães e sempre falou alemão em casa, o que foi decisivo para sua trajetória profissional e intelectual. Esta realidade é comum em sua cidade e no sul do Brasil como um todo. Pessoalmente, pude conhecer vários brasileiros em Freiburg com história parecida. A mãe também foi importante na disciplina pois, como ela diz, “apenas olhava para disciplinar”. Foi uma “Liderança silenciosa”, e através desta boa educação ela “sabia que tinha que estar tudo em ordem”.

Na casa do avô, com quem morou muito tempo por causa do divórcio de seus pais, “a regra estabelecida não era falada, todo mundo sabia o horário das coisas e como ser feito, não precisava se falar sobre as regras”. O avô foi profissional da indústria têxtil. Toda a família trabalhou na TECA, empresa tradicional no Sul, caracterizando assim a família como parte da tradicional classe trabalhadora do sul, bem semelhante à classe trabalhadora europeia dos tempos de Fordismo. Aos 4 anos seus pais se separam e ela é então criada pela família da mãe. “Em Blumenau todos se acham alemães, têm sonho de vir para a Alemanha. É normal entre os mais velhos”. “Desde criança eu sabia que eu ia morar na Alemanha, não importava a profissão”. Este ponto é decisivo e específico, pois ela sempre vivenciou uma ligação emocional com a Alemanha. Este foi sempre o objetivo mais claro em seu horizonte de expectativas profissionais e pessoais.

Quando fala de suas escolhas, nos diz que sempre gostou de história e que queria estudar Arqueologia. Vivia perto de uma floresta, onde o avô cultivava plantações. Por isso o gosto pela engenharia florestal. Por outro lado, sua mãe disse para não estudar História porque não dava dinheiro. Então ela pensou, “Engenheiro ganha dinheiro, eu acho”. Assim, sua trajetória profissional se explica pelo gosto pela floresta conjugado com a possibilidade do dinheiro. No mestrado, ela teve a possibilidade de mesclar seu interesse pessoal com uma área de conhecimento economicamente viável.

Ela acredita em boas possibilidades profissionais na volta ao Brasil, pois está crescendo muito o mercado florestal, e assim a preocupação de não ter trabalho na volta não existe. No geral, a entrevista mostra a trajetória de uma filha da classe trabalhadora tradicional brasileira, marcada pelo predomínio do capital familiar disciplinado, uma forte ligação afetiva com a Alemanha e a aquisição de capital cultural gradual, como caminhos para uma pequena ascensão de classe e para a entrada na nova classe média brasileira. O contexto do capitalismo no Brasil hoje favorece sua profissão e aqui uma modificada relação entre Estado, mercado e classes sociais se estabelece mutuamente nas mudanças sociais da sociedade do trabalho mundial e em seus efeitos no Brasil.

6.4 UM NOVO CONFLITO DE CLASSES?

Já vimos, ao longo da tese, que o pensamento dominante declarou a morte da sociedade de classes e do trabalho. Os dois temas são faces da mesma moeda de um novo discurso legitimador das economias estabelecidas no mundo, ameaçadas pelas economias emergentes. O discurso das crises pontuais do capitalismo parecer ser um fiel aliado desta perspectiva. Acabamos de ver, nos tópicos anteriores, que as classes sociais ainda existem, e que uma mudança na estrutural social das classes no mundo de fato ocorre. Não vivemos mais a luta de classes tradicional entre burgueses e operários, como na sociedade do pensamento de Marx. Entretanto, o pensamento alemão, ainda que conservador, nos ajuda a ver que, o fim das sociedades do trabalho, na opinião deles, não significa fim de desigualdades e de hierarquia social.

Na nova sociedade mundial do trabalho, não faz muito sentido pensar em conflito de classe entre uma elite global e uma ralé mundial. Os primeiros são os novos “intocáveis” da economia legítima contemporânea. Os últimos são os sobrantes cujas armas da perseverança são usadas apenas pela luta para a sobrevivência. Não resta tempo para questões políticas ou enfrentamentos ideológicos com outras classes. Sem contar que vivem em mundos simbólicos e físicos totalmente distantes. É claro que não devemos despolitizar a ralé por sua necessidade material. Existe conflito de classe entre a ralé e os batalhadores. Ele se opera, por exemplo, quando os batalhadores ascendem da ralé. Muitas vezes, o batalhador não é aceito nos milieus sociais da velha classe média, e automaticamente cria os seus próprios. Isso significa abandonar

paulatinamente suas origens, o que muitas vezes gera ou radicaliza a perda de amizades e a desestruturação familiar, muito comum na ralé.

Nos novos milieus sociais, os batalhadores também criam suas redes de contato. Também compartilham um novo estilo de vida e uma nova identidade. Eles são uma classe “intermediária”, como definiu Claus Offe (1989, 1994). Entretanto, os conflitos muitas vezes são mais implícitos do que explícitos. Podem significar mais indiferença do que enfrentamento. Inclusive, podemos pensar agora em como a ideia de luta de classes talvez esteja ultrapassada, uma vez que faz parte do conjunto conceitual marxista que dominou a explicação das sociedades industriais. Este pressupunha um enfrentamento direto, explícito, que evoluiu para negociações intermediadas por sindicatos, em prol de objetivos bem definidos, como tempo livre e proteções sociais.

Na nova sociedade do trabalho, os sindicatos se resumem a busca por interesses de categorias, e não de classes. Na prática, as categorias de empregados muitas vezes são sinônimo de frações de classe. Vasta literatura há sobre o fim dos sindicatos, seu enfraquecimento, ou sua cooptação pelo Estado. Suas negociações se resumem hoje a busca direta por aumentos salariais e implementação de planos de carreira. Os milieus sociais, na nova sociedade do trabalho, talvez sejam os substitutos dos sindicatos, em sua função nas antigas sociedades nacionais. É nos milieus que as classes estabelecem suas redes de relações pessoais e através delas conseguem arranjar casamentos intra classe e progresso de carreira dentro das empresas.

Talvez seja melhor falar em conflito de classes e de suas frações, hoje, do que em luta de classes, o que pressupunha busca por identidade e mudança social. Os conflitos atuais, muitas vezes representados por milieus que conformam pequenos partidos políticos e por sua vez contribuem indiretamente para o enfrentamento político em nível nacional, são na maioria implícitos. Muitas vezes, como vimos em pesquisa sobre os batalhadores, estes enfrentam mais conflitos com sua origem do que com a entrada em novos milieus, que como tematizou Vester, nem sempre são homogêneos, podem ser o clube de esporte, por exemplo, composto por emergentes, estabelecidos, e também por decadentes.

A elite global, por sua vez, não luta contra ninguém, ela compra o estamento científico-tecnológico em sua dominação transnacional, isso quando também não compra o estamento jurídico transnacional. Estamos pensando aqui na realidade mundial contemporânea, mas naturalmente podemos pensar em casos concretos facilmente vistos no Brasil, e que nada têm

a ver com cultura, mas sim com os novos traços universais do capitalismo. Jessé Souza já criticou há tempo como o mito da brasilidade esconde o conflito de classes no Brasil (2000) Sua crítica ao que chama de “teoria emocional da ação” (2006) se remete a um nacionalismo metodológico específico do Brasil, reproduzido principalmente na parte de nosso campo acadêmico conhecida como “Pensamento social brasileiro”. Nela, a dobradinha patrimonialismo-personalismo atribui a nossa suposta singularidade cultural uma ausência de conflito de classe ou, no mínimo sua amenização com nosso suposto “jogo de cintura”. Eu mesmo fiz um breve histórico deste processo a partir da crítica de Souza.⁶¹

Como todo pensamento acadêmico é fragmentado, segundo Bourdieu (2001) e Jessé (2006), o nacionalismo metodológico, que também torna opaco qualquer conflito de classe, criticado nesta tese, se opera mais em nossa sociologia do trabalho e no campo específico da “teoria social”. Este nacionalismo metodológico fragmentado e específico reproduz aqui a tendência dominante do pensamento europeu Pós-*Welfare*. Trata-se da sociedade individualizada, na qual cada um cuida de si e não se mete na vida alheia. O verniz crítico desta perspectiva é a tese da meritocracia radicalizada. Entretanto, este pensamento não é de todo ruim. Podemos dele algo aproveitar. A perspectiva de que vivemos em sociedades com um inchaço nas camadas médias, com maioria numérica da população, o que é sinônimo do fim da luta de classes tradicional entre burguês e operário, é importante para pensar se existem ainda existem conflitos de classes atualmente.

De fato, em termos numéricos, nem sempre confiáveis, parece que no Brasil, bem como na Alemanha, as camadas médias são maioria da população. Elite, ricos, classe dominante, ou seja, lá como pudermos definir estes seres invisíveis no mundo contemporâneo, escondidos em seus milieus restritos reproduzindo seu poder, são sempre um número pequeno. Ulrich Beck sugere que eles têm diminuído em número, porém aumentado em renda e poder de influência política (2010). No Brasil, a pesquisa dos batalhadores mostrou que os emergentes são quase 40 milhões, dado confirmado o tempo todo pelo governo Dilma. Logo, temos bons indícios para pensar que vivemos, como na Alemanha, em uma sociedade “dos meios” e não das

⁶¹ Ver meu livro *O Brasil nação como ideologia*. São Paulo: Annablume, 2007, além do clássico de Jessé, *A Modernização seletiva* (Unb, 2000), onde critica os cânones do pensamento brasileiro, Raimundo Faoro, Sérgio Buarque e Roberto Damatta.

“extremidades”. Pensar em conflitos entre ricos e ralé seria piada. Pensando na dimensão do cosmopolitismo metodológico do trabalho, da sociedade mundial, mais piada ainda.

Sabemos que, diferente da ideia de coesão social, toda sociedade é movida por conflitos. Logo, se vivemos em uma sociedade dos “meios”, ou seja, de classe média, como gosta de dizer o senso comum mundial em sinônimo de progresso, afinal isso significa negar o aumento dos pobres no mundo, é exatamente para este meio que olharemos agora, de modo a verificar se existe conflito de classe na nova sociedade do trabalho. O pensamento europeu dominante não negou o conflito de classe. Foi mais sutil do que isso. Declarou o fim da luta de classes, o que é um pouco diferente. Também sugere que os conflitos são residuais, opacos, e não muito importantes para a compreensão da reprodução social. Sem tal sutileza, não seriam dominantes. Levantaremos aqui dois aspectos, um da realidade brasileira e outro da realidade mundial, de modo a voltar com a velha e incomoda questão da luta de classes, uma das pedras no sapato do pensamento dominante de nosso “espírito da época”, porém de modo mais sofisticado, com uma ideia ampliada de conflito, que pode ser operado direta ou indiretamente, explícita ou implicitamente.

1 – *a disputa por vagas nas universidades e no mercado de trabalho qualificado*. Neste ponto, ainda podemos falar em luta, no sentido mesmo de disputa por lugares, competição por inserção social. A sociologia da educação brasileira já apresenta vários dados, que infelizmente não tenho como mobilizar aqui, que mostram como os filhos das classes populares estão cada vez mais ingressando nas Universidades públicas, fora do sistema de cotas, por mérito, e isso também nos cursos tradicionalmente dominados pela velha classe média, como Direito, Engenharia e Medicina. A meia verdade do discurso da sociedade do conhecimento, do imperativo inevitável da qualificação, que hoje circula em todos os meios de comunicação é parte da explicação deste fenômeno. Além disso, um fato visível que dispensa qualquer dado, ou seja, o crescimento sem precedentes do número de universidades particulares, nas quais ingressam em maioria os filhos dos batalhadores, confirma o acirramento desta competição. Como vimos na citada pesquisa, muitos feirantes ou camelôs, até domésticas, se esforçam para pagar a faculdade dos filhos ou, estes mesmos, outro traço determinante da nova classe trabalhadora, trabalham durante o dia para pagar a faculdade que cursam a noite.

A conseqüência da qualificação formal crescente de boa parte dos filhos dos batalhadores é imediata e uma das principais mudanças sociais de nosso tempo: eles adquirem uma das principais armas sociais para tomar meritocraticamente, paulatinamente, o lugar dos filhos da

velha classe média no mercado de trabalho qualificado. Estamos falando em termos práticos. Mas a luta não pára por aí. A obra de Bourdieu (2007), bem como a de Souza, no Brasil (2009), mostra como a arma do estigma sobre a origem e do não reconhecimento da legitimidade da ocupação das profissões liberais, nobres, se opera o tempo todo, arma esta implícita, porém eficaz. Este recurso moral e simbólico muitas vezes explica porque o filho do pobre não consegue sobreviver dentro da Universidade, e principalmente dentro dos cursos mais distintos. Todo o espaço social da universidade e do mercado de trabalho qualificado pressupõe milieus sociais, nos quais se operam redes de contato de quem já tem dinheiro antes de precisar se qualificar, e nas quais se mantém privilégios que favorecem carreiras dos filhos da velha classe média e exigem dos filhos dos batalhadores um mérito especial, uma capacidade ímpar de competição, aprendida por poucos de origem pobre e com condições objetivas que atuam sempre contra este tipo de qualificação implícita e informal da velha classe média.

2 – *O Facebook como nova esfera pública mundial.* Esta nova rede social mundial, inicialmente utilizada por pessoas de classe média, cuja vida não se restringe ao espaço social nacional, mas agora também já ocupada pelos batalhadores, substituiu o antigo e ainda existente Orkut, predominante no Brasil, e hoje predominantes entre as classes populares. Tal dado confirma as diferenças de classe no Brasil e no mundo principalmente pelo critério do estilo de vida. A rede social mundial também confirma uma meia-verdade das teses da sociedade do conhecimento e da sociedade da informação, que simplesmente nos permitem usar o termo sociedade mundial, ao invés de sistema ou economia mundial. Uma sociedade, como em Durkheim, pressupõe que algum elemento social conecte as pessoas. As redes virtuais mundiais são um fenômeno empírico suficiente para que falemos em uma sociedade mundial.

Por isso, o *Facebook* funciona hoje como uma nova esfera pública mundial, na qual todo tipo de manifestação pessoal e identitária é permitida. Isso o transforma em um excelente campo de estudo empírico. Podemos de tudo ver, facilmente, inclusive os conflitos, e aqui não falaremos em luta, por que tais conflitos são indiretos, sutis, e não se apresentam como tais, muitas vezes representando manifestações legítimas de classe. No *Facebook*, dominado pela classe média e pelos batalhadores, podemos ver como suas manifestações identitárias, suas perspectivas de futuro, bem como seus dramas, se tornam talvez o principal conflito político, se confrontados pela ciência, da sociedade do trabalho contemporânea. Pelo que observei quando vivi na

Alemanha, o conflito lá é menor e faz sentido. Eles ainda não sentem a nova força política do batalhador. É em países como o Brasil que este conflito pode ser visto.

Eu poderia mobilizar milhões de conflitos como exemplo, mas deixarei ao leitor, depois do que vou dizer aqui, esta possibilidade de um outro olhar. Recorrerei a apenas um exemplo, que considere emblemático do que podemos chamar de novo conflito de classes brasileiro, exatamente por abordar as dimensões econômicas e não econômicas da questão. Certa vez, alguém postou um quadro, uma propaganda, que dizia mais ou menos o seguinte: “A camisinha não te protege: do abandono, da solidão, da incerteza no dia seguinte, etc.” Trata-se de um posicionamento político e moral, e pelo perfil do postador, pude ver que era um evangélico batalhador. A mensagem explícita parece ser contra o uso da camisinha. A mensagem implícita, entretanto, claramente religiosa, é pela castidade sexual pregada pelos evangélicos e por um tipo de preservação que não é física, porém espiritual. Como toda manifestação na esfera pública, uma manifestação legítima e de poderoso conteúdo argumentativo.⁶²

Imediatamente, inúmeros *posts* se pronunciaram menosprezando e rechaçando a publicação, claramente religiosa. Olhando os perfis destes postadores, pude facilmente ver que eram jovens de classe média, universitários, portadores da ideologia, que desde os anos 60 sempre foi falsa e ambígua, da liberdade sexual. Os *posts* foram agressivos, com coisas do tipo “não me conformo com tanta desinformação”, “é um absurdo tanta ignorância”, como se o *post* fosse contra o uso da camisinha. Podemos ver logo de cara que o caso representa um emblemático enfrentamento de classe na esfera pública virtual. As manifestações da classe média são legítimas, bem como qualquer outra. Entretanto, seu rancor, seu preconceito de classe, e talvez seu medo diante da capacidade de expressão de pessoas de origem inferior, que até então permaneciam caladas diante da desigualdade social brasileira, “bestializadas”, como diria José Murilo de Carvalho, e agora competem com elas dentro da universidade e do mercado qualificado, é o ponto fundamental aqui que comprova o novo conflito de classe na sociedade brasileira. A aversão de classe dos jovens que criticaram o *post* foi tanta que os levou a uma ignorância que eu teria vergonha de expressar. Não perceberam a mensagem de fundo, que procurava muito mais sugerir uma proteção da alma do que do corpo, sem negar em nenhum

⁶² Para manter a neutralidade e o objetivo do exemplo, quero deixar claro que não sou religioso e não compartilho dos discursos por eles veiculados, o que não me impede de reconhecê-los como manifestação legítima, como qualquer outra, a não se que se trate de manifestações neo-nazistas ou de violência explícita, como lutas de torcidas e outras besteiras que dominam a net, contra as quais tenho aversão.

momento que a camisinha protege o corpo, informação esta já óbvia para qualquer criança de 10 anos de idade.

Em outros termos, se eu puder arriscar uma interpretação, é como se a velha classe média, pseudo-politizada, como costuma dizer Jessé Souza (2006) e pseudo-espirituosa, como eu diria, estivesse inconformada com a espiritualidade daqueles que sempre foram considerados apenas corpo em nossa sociedade, e mais: inconformados com a capacidade destes batalhadores em expressarem organizadamente não só a sua espiritualidade, que aqui eu gostaria que não fosse entendida apenas como filiação religiosa, mas também o mais importante: sua capacidade de posicionamento político e conseqüente participação ativa na construção da sociedade brasileira. Se isso não for conflito de classe, eu convido o leitor a apresentar outra explicação. É como se a velha classe média, não mais tão segura quanto antes, estivesse dizendo: Como assim? Esse pessoal, que sempre foi corpo para o trabalho braçal agora pensa que tem espírito e que pode se expressar? A resposta dos batalhadores é incisiva: Sim, nós temos, e um espírito organizado, um espírito diferente do que motiva o estilo de vida de vocês, que organiza a vida pessoal e o trabalho de forma bem diferente da vida de privilégio que vocês levam.⁶³

Os dois pontos articulados neste tópico, ou seja, a competição prática na universidade e no mercado qualificado, bem como o enfrentamento discursivo, ideológico e identitário entre os batalhadores e a velha classe média, não deixam dúvida sobre o novo fenômeno de um novo conflito de classes na sociedade do trabalho contemporânea. Ele é oriundo do enfraquecimento da velha classe média e da ascensão dos batalhadores como um dos principais símbolos focais da nova realidade econômica, social e política do mundo contemporâneo.

CAPÍTULO 7 – OS DADOS DA MUDANÇA SOCIAL NO BRASIL

⁶³ Para melhor entender a relação da religiosidade com a ética de trabalho do batalhador, ver o texto de TORRES e ARENARI. “Os batalhadores e o pentecostalismo”, no já citado livro *Os batalhadores brasileiros*.

O Brasil vivencia hoje uma das principais mudanças sócio-econômicas de sua história. Segundo dados oficiais veiculados o tempo todo na mídia, 39 milhões de brasileiros ascenderam socialmente na última década, bem como outros 28 milhões saíram da condição social considerada abaixo da “linha da miséria”. Segundo Jessé Souza (2010), mais de 30 milhões de brasileiros, na última década, adentraram o mercado de consumo por esforço próprio, se tornando exemplo de uma nova “autoconfiança” brasileira, para observadores tanto dentro quanto fora do Brasil.

Atualmente, o Brasil é considerado na academia e na esfera pública mundial como uma das principais potências emergentes do mundo, e isso tanto em termos de crescimento econômico e mudanças sociais, ainda que estas acompanhem a economia em velocidade menor, quanto em termos de influencia política no chamado “Cone sul” do mundo. Estas mudanças contemporâneas no Brasil refletem as mudanças da sociedade mundial do trabalho, como vimos ao longo da tese. Especialmente no contexto da América Latina, podemos situar a mudança social brasileira como um refluxo das forças produtivas do capitalismo contemporâneo, considerando que este continente durante todo o século XX foi palco das “realizações negativas” da tradicional divisão internacional do trabalho.

O quadro econômico mundial vem mudando significativamente desde pelo menos os anos 70, nos quais a queda do *Welfare State* na Europa se apresenta como marco e dado significativo. Autores como Robert Castel, André Gorz, Claus Offe e Ulrich Beck, dentre outros, legaram contribuições teóricas *importantes* nesta direção. Atualmente, os efeitos desta mudança no coração do capitalismo podem ser percebidos em sua periferia. Hoje, se torna cada vez mais difícil manter a tradicional dicotomia entre uma dimensão mais “intelectual” do capitalismo, em seu centro, e uma dimensão mais “material”, em sua periferia. A realidade das economias emergentes é um dos mais visíveis efeitos da desorganização do capitalismo, como definiu Claus Offe (1989), ou, como poderíamos dizer, da re-organização da sociedade do trabalho mundial.

Esta nova realidade mundial, no geral, e brasileira, em particular, articuladas, podem ser percebidas em dados recentes da sociologia brasileira, como procuraremos mostrar aqui. Estes dados podem ser organizados e compreendidos em conjunto, a partir de três níveis que sugeriremos aqui. Estes três níveis derivam de três campos específicos da sociologia brasileira contemporânea. O primeiro origina-se do que podemos chamar de uma sociologia da mobilidade e da estratificação social. O segundo pode ser definido a partir de uma sociologia das classes sociais. O terceiro pode ser encontrado na tradicional sociologia do trabalho

brasileira. A sociologia da estratificação e da mobilidade possui uma forte influência weberiana. A sociologia das classes possui uma influência das formas de mensuração e de pesquisa empírica da sociologia norte-americana. A sociologia do trabalho é marcadamente marxista, isso principalmente no sentido de um permanente uso da teoria do valor na tentativa de compreensão da que se convencionou chamar de “reestruturação produtiva” do capitalismo.

Logo, estes três campos da sociologia brasileira nos fornecerão alguns dados que possibilitam um esboço parcial das mudanças sociais da sociedade do trabalho no Brasil. Em contrapartida, o uso de seus pressupostos teóricos para a análise dos mesmos dados se torna limitado para os interesses desta tese, uma vez que o interesse pelo papel do conhecimento, por exemplo, ou seja, o interesse pela compreensão do que seria uma “reestruturação tecnológica” da sociedade mundial do trabalho, não se apresenta como prioridade para tais sociologias.

7.1 DADOS DA SOCIOLOGIA DO TRABALHO, DA ESTRATIFICAÇÃO E DAS CLASSES

Alguns dados do *Report to human development in latein América*, de 2008, podem apresentar aqui um quadro geral inicial da mudança brasileira em alguns níveis fundamentais. O primeiro é referente à posição do Brasil na escala do HDI mundial. Em 1980, o Brasil apresentava um índice de 0.685, nesta escala. Em 2007, este número mudou para 0.813. O relatório aponta um *Education index* para o Brasil, em 1980, de 0.700. Em 2007, este número muda para 0.891. O *income index* brasileiro muda, de 0.732, em 1980, para 0.761, em 2007. Aqui já se pode notar que a alteração no índice educacional, no citado período, não é acompanhada na mesma intensidade pela alteração no volume de salários, ainda que este também apresente uma evolução. Isto sugere um pequeno descaixe entre mudanças econômicas e correspondentes mudanças sociais, pois a qualidade de vida de um país ou de uma classe pode ser medida, dentre outros critérios, também pela renda.

Neste contexto de mudanças no campo da educação, o relatório aponta que, em 2004, a população adulta brasileira entre 25 e 65 anos apresentava uma média de 6.8 anos de escolaridade, o que sobe para 7.6 em 2008. O relatório apresenta ainda dados sobre *the Distribution of workers by employment post*. Por exemplo, a categoria *employees in small companies* decaiu, do número percentual de 22.2, em 2004, para 21.1, em 2008. A categoria *unqualified self-employed*, no mesmo período, caiu de 20.9 para 18.8. Estas categorias são definidas no relatório como pertencendo à dimensão informal da *Employment category*. Aqui

nos deparamos com um ponto central das mudanças estruturais do Brasil contemporâneo. Trata-se da diminuição da informalidade. Estes dados podem ser compreendidos no contexto do avanço que o setor de serviços apresenta no Brasil. Os dados sugerem uma pequena formalização desta atividade, ainda que as categorias e os números sejam limitados e imprecisos. Entretanto, o que é atividade formal ou informal no Brasil, é bastante impreciso e indelicado. Grande parte dos batalhadores não são registrados nestes relatórios.

O crescimento do setor de serviços, ao lado da informatização e da informalização, como fenômeno bifronte, da economia, se apresenta como um traço fundamental da mudança estrutural do capitalismo contemporâneo. No Brasil, esta tendência se apresenta com mais intensidade, se considerarmos que, nas economias periféricas, a terceirização e a informalização são realidades mais antigas e numericamente maiores do que nos tradicionais centros produtivos do capitalismo mundial. Uma possível novidade a partir destes dados acima é que agora o processo de terceirização do capitalismo apresenta um traço de formalização. É possível que a “reorganização tecnológica” da produção encontre na periferia uma formalização e melhor estabelecimento de ocupações até então precárias e informais, como sempre houve em grande número no Brasil.

A possível melhora pode ser compreendida em dois níveis. Primeiro, a necessidade mundial de reorganização da economia capitalista. As forças econômicas *outsiders*, na economia terceirizada e informal, estão sempre em constante conflito com as forças estabelecidas nas fatias mais antigas e formais da produção. Ou seja, a luta entre a racionalidade formal e as racionalidades subterrâneas de Claus Offe. Naturalmente, as negociações entre ambas podem levar a uma formalização das primeiras. Segundo, a forma como o capital financeiro internacional se torna mudanças sociais concretas internamente, em um “efeito bifronte”, no qual parte da população compõe números positivos, mas a ralé permanece em grande parte na sua estática social.

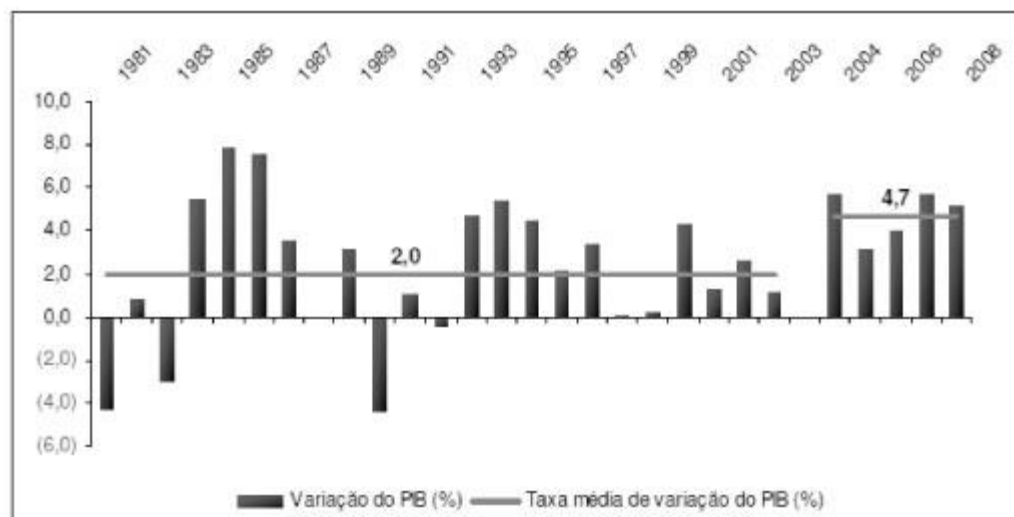
Também é interessante o “índice de pobreza no Brasil”, apresentado pelo relatório. Considerando o curto período de tempo, o número apresentado é bem razoável. Em 2004, a porcentagem era de 24.9. Em 2008, cai para 15.7. Na dimensão urbana o número cai, no mesmo período, de 21.4 para 12.7. Na dimensão rural, a variação é de 42.2 para 30.8, bem significativo para um país de histórica desigualdade estrutural.

No mesmo período, entre 2004 e 2008, encontramos uma média inédita desde os anos 1980, na variação do PIB brasileiro. O PIB sempre foi uma das principais medidas para considerar o crescimento de uma economia nacional. Deste modo, o dado na tabela 1 abaixo é

bastante significativo, pois a variação é de uma média de 2.0 em longo período anterior, vinte anos, para 4.7 em um curto período de 4 anos. Este dado só pode ser compreendido diante do refluxo da economia mundial em direção ao Cone Sul, como já analisamos.

TABELA 1

Gráfico 1. Brasil – taxa média de variação do PIB – 1981-2008



Fonte: Ipeadata.

Outro dado importante para mapear a mudança estrutural brasileira atual deriva de uma das sociologias citadas acima, ou seja, da sociologia de classes brasileira. A tabela 2, abaixo, sobre a *Evolução da estrutura de posições e segmentos de classe no Brasil*, mostra que a evolução, entre 1981 e 1996, é bem significativa. Ainda que a linguagem em algumas das tabelas aqui apresentadas não seja a minha preferida, devemos prestar atenção aos números. Mais uma vez, a categorização das posições é passível de crítica mas, provisoriamente, ela pode dizer algo sobre a estratificação e a mobilidade de classe atual no Brasil. O número de *auto-empregados precarizados*, em porcentagem, de 7,83, em 1981, muda para 8,74 em 1996, ou seja, um pequeno crescimento. Os *auto-empregados qualificados*, no mesmo período, sobem de 0,90 para 1,49. Os *auto-empregados estabelecidos*, de 4,60 para 6,47. Em contrapartida, o número de trabalhadores manuais da indústria e serviços decresce de 28,04 para 26,36, enquanto que o trabalhador manual agrícola decresce de 10,74 para 6,83. (SANTOS, 2001).

TABELA 2

Tabela 1
Evolução da Estrutura de Posições e Segmentos de Classe no Brasil
1981-1996

Posições e Segmentos de Classe	Estrutura em 1981 (%)		Estrutura em 1996 (%)		Taxa de Mudança 1981-1996 (%)	
	Indivíduo	Pessoa de Referência da Família	Indivíduo	Pessoa de Referência da Família	Indivíduo	Pessoa de Referência da Família
Empregador	3,59	5,58	4,14	5,74	15,30	2,83
Auto-empregado precarizado	7,83	8,03	8,74	9,70	11,60	20,84
Auto-empregado qualificado	0,90	1,30	1,49	1,98	65,63	51,69
Auto-empregado estabelecido	4,60	6,92	6,47	8,50	40,63	22,71
Auto-empregado agrícola	14,93	15,04	10,85	10,98	- 27,29	- 27,01
Gerente/supervisor	2,60	4,20	3,07	4,35	18,14	3,65
Empregado especialista	1,55	2,08	1,64	2,05	6,07	- 1,43
Trabalhador qualificado	3,55	4,32	3,92	4,15	10,47	- 3,88
Empregado em ocupação inespecífica	1,17	0,97	2,15	1,90	84,31	95,29
Trabalhador manual da indústria e serviços	28,04	30,79	26,36	28,79	- 5,96	- 6,50
Trabalhador não manual de rotina	7,44	3,96	6,54	3,57	- 12,11	- 9,76
Trabalhador não manual mais graduado	1,42	1,79	1,50	1,76	5,61	- 1,43
Trabalhador manual agrícola	10,74	10,51	6,83	7,80	- 36,39	- 25,80
Trabalhador doméstico	5,73	1,94	7,12	3,80	24,39	95,81
Trabalhador excedente	5,90	2,56	9,14	4,93	54,92	92,52
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	—	—

Fontes: PNADs de 1981 e 1996 em microdados.

Os dois últimos dados, que apresentam um decréscimo numérico, contribuem para se pensar o advento do setor de serviços no Brasil neste período, coincidente com a informalização do trabalho na Europa. A diminuição do trabalhador manual na indústria sugere o processo de informalização do capitalismo e o advento do setor de serviços. A aparente contradição, ou seja, a diminuição do trabalhador manual também nos serviços aponta para outro fato em conjunto, ou seja, uma possível qualificação do trabalho na dimensão dos serviços e uma possível formalização. O decréscimo do trabalhador manual agrícola sugere uma expansão das atividades econômicas urbanas em relação ao campo, traço este também típico do advento do setor de serviços nas economias periféricas.

A tabela 3, também de Santos (2001), nos mostra que o número de *auto-empregados precarizados*, entre 1981 e 1996, na *indústria transformativa*, aumenta de 44,9 para 58,0, enquanto que nos serviços distributivos aumenta de 23,4 para 24,3. Este aumento faz sentido

no contexto da sociedade do trabalho no Brasil, considerando que estes setores de trabalho tendem a crescer com a reorganização do capitalismo periférico na direção de uma flexibilização da produção e do crescimento do setor de serviços. Por outro lado, o *trabalhador qualificado*, no mesmo período, decresce, na *indústria transformativa*, de 56,7 para 39,6, o que sugere, de um lado, uma precarização do trabalho neste setor e, por outro, uma possível migração deste perfil de trabalhadores para outros setores, movimento este também típico da reestruturação tecnológica na sociedade mundial do trabalho informalizada.

TABELA 3

**Mudanças na Distribuição das Posições e Segmentos de Classe das Pessoas de Referência da Família entre os Setores Econômicos
Brasil, 1981 e 1996 (%)**

Posição e Segmento de Classe	Ano	Indústria Extrativa	Indústria Transformativa	Serviços Distributivos	Serviços Produtivos	Serviços Sociais	Serviços Pessoais
Empregador	1981	35,7	20,6	22,4	6,3	2,4	12,6
	1996	21,6	21,7	27,1	8,0	4,2	17,3
Auto-empregado precarizado	1981	1,0	44,9	23,4	0,7	0,3	29,6
	1996	0,5	58,0	24,3	1,1	1,2	14,8
Auto-empregado qualificado	1981	—	3,2	0,1	24,9	22,1	49,6
	1996	—	0,5	0,7	27,4	16,9	54,6
Auto-empregado estabelecido	1981	—	6,5	61,4	6,8	—	25,3
	1996	—	7,9	54,8	7,2	—	30,0
Auto-empregado agrícola	1981	99,0	—	1,0	0,1	—	—
	1996	98,6	—	1,1	0,3	—	—
Gerente/supervisor	1981	8,9	32,6	18,3	16,9	20,1	3,1
	1996	9,8	27,4	20,4	12,5	23,9	6,0
Especialista	1981	0,7	29,5	6,4	15,2	47,2	0,8
	1996	1,2	22,2	5,9	16,1	53,0	1,5
Trabalhador qualificado	1981	2,9	56,7	5,6	6,6	23,6	4,7
	1996	2,2	39,6	4,5	8,2	35,4	10,1
Emp. ocup. inespecífica	1981	3,2	44,1	12,0	10,7	19,8	10,2
	1996	2,3	32,6	12,7	8,1	30,3	14,0
Trab. manual indústria serviços	1981	2,4	51,4	18,9	3,4	15,4	8,5
	1996	1,8	39,4	23,8	5,2	17,6	12,1
Trab. não manual de rotina	1981	1,7	30,1	19,6	16,5	28,3	3,9
	1996	0,6	17,2	20,3	17,0	40,4	4,5
Trab. não manual mais graduado	1981	0,5	28,9	18,5	22,6	28,8	0,7
	1996	0,5	16,8	21,7	23,5	35,7	1,8
Trab. manual agrícola	1981	98,7	0,5	0,1	0,5	0,1	0,1
	1996	96,3	1,9	0,3	0,3	0,8	0,3
Trab. doméstico	1981	—	—	—	—	—	100,0
	1996	—	—	—	—	—	100,0
Total posições	1981	29,4	28,4	16,1	4,9	10,0	11,0
	1996	21,9	25,1	19,1	6,0	12,7	15,3

Fontes: PNADs de 1981 e 1996 em microdados; dados expandidos.

A mesma sociologia das classes operada, dentre outros, por Santos, nos oferece um quadro da distribuição de renda atual, no Brasil, a partir de ocupações. Em 2002, a média de renda excluindo renda zero, para *pequenos empregadores*, era de 1.597,4 reais. Esta é uma renda bem razoável no Brasil de hoje, e este perfil é bem típico de um capitalismo reorganizado,

flexibilizado e terceirizado, no qual as pequenas empresas ganham espaço crescente. Os *empregados especialistas* apresentam uma média de 1.892,4, ou seja, uma renda razoável para um segmento escolarizado, traço este típico da meia-verdade da “sociedade do conhecimento”. Pode ser que este perfil apresente também um *status* social e uma estabilidade pessoal um pouco melhor do que os pequenos empregadores, além de uma leve superioridade na renda. Os *conta-própria precários* apresentam uma baixa média de apenas 330,0, renda esta muito baixa para o Brasil, dado este que confirma os efeitos que a desqualificação escolar e profissional causam em uma sociedade periférica em tempos de sobre-qualificação das ocupações.

TABELA 4

Tabela 1
Distribuição Percentual das Categorias de Classe dos Indivíduos e
Renda Média Mensal do Trabalho Principal em Reais – Brasil – 2002

<i>Categorias</i>	<i>Distribuição percentual</i>	<i>Renda média incluindo renda zero^(*)</i>	<i>Renda média excluindo renda zero</i>
Capitalistas e fazendeiros	0,6	3.922,3	4.037,7
Pequenos empregadores	4,0	1.449,6	1.597,4
Conta-próprias não agrícolas	7,3	698,8	742,3
Conta-próprias agrícolas	7,8	188,9	268,6
Especialistas auto-empregados	1,0	2.316,2	2.437,5
Gerentes	2,6	1.762,8	1.767,6
Empregados especialistas	3,4	1.888,5	1.892,4
Empregados qualificados	6,7	792,0	793,2
Supervisores	1,6	830,2	833,9
Trabalhadores	31,3	453,8	454,5
Trabalhadores elementares	11,1	231,3	235,7
Conta-próprias precários	14,6	225,2	330,0
Empregados domésticos	8,1	205,5	206,9
Total	100,0	560,4	609,7

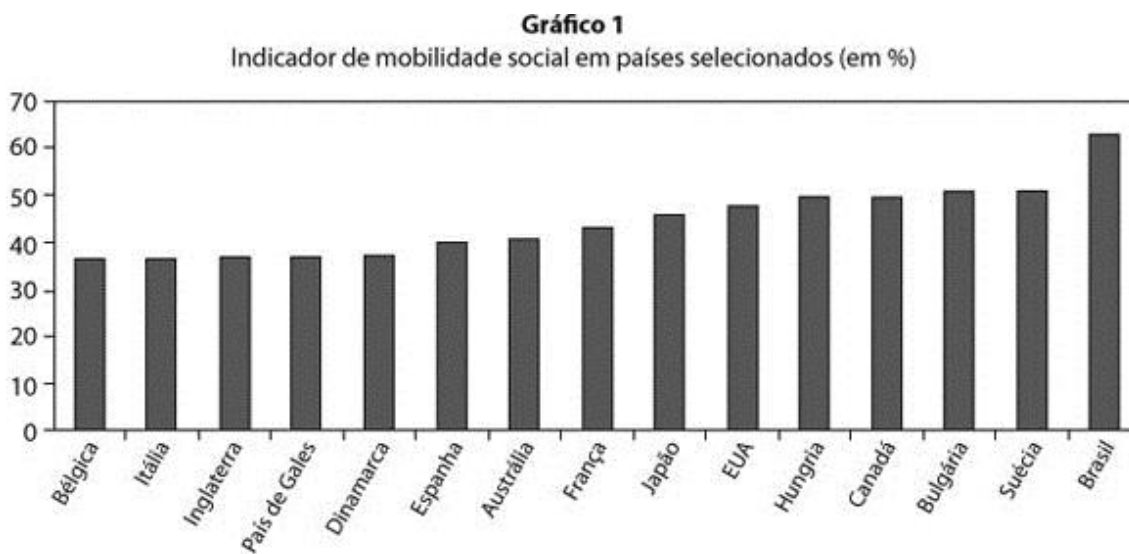
Nota: (*) Ver na nota 8 a distribuição dos casos com renda zero entre as categorias.

Fonte: IBGE (2003)/ PNAD – 2002. Microdados (tabulações especiais baseadas nos critérios operacionais mencionados no [Quadro 2](#)).

Apesar de dificuldades e decréscimos específicos em determinadas ocupações, uma mostra de quinze países apresenta o Brasil com a mais alta taxa de mobilidade social (63,2%), acima da Suécia (51,5%) e do Canadá (50,1%), por exemplo. No ano de 1996, no Brasil, a imobilidade social respondia por uma taxa inferior a 40%. Este é o tipo de pesquisa derivado

do que denominamos como uma sociologia da estratificação e da mobilidade no Brasil. A taxa de mudança social brasileira chega a 50% superior ao grau de mobilidade das nações pertencentes ao grupo intermediário, como Espanha (40,7%), França (43,7%) e Estados Unidos (48,2%). Se considerado o grupo de países de baixa mobilidade, como Bélgica (37%), Inglaterra (37,6%) e Dinamarca (37,9%), a taxa de mobilidade social brasileira pode ser quase duas vezes maior. Isso é o que mostram o gráfico abaixo na tabela 5, analisado por Pochmann (2010).

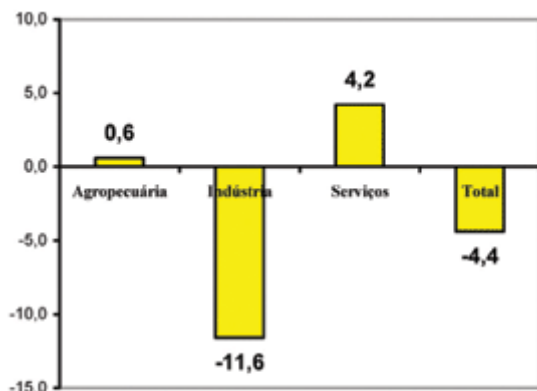
TABELA 5



Fonte: IBGE (PNAD, 1996); Heath, 1981.

A alteração interna do PIB brasileiro, em período recente, entre outubro de 2008 e março de 2009, também se apresenta, neste contexto, como um interessante indicador de como as novas formas de reprodução da sociedade mundial do trabalho se operam no Brasil atual. Podemos observar na tabela abaixo um significativo decréscimo no PIB da indústria, -11,6, enquanto que o PIB dos serviços cresce também significativamente, 4,2, conforme a tabela 6, também de Pochmann (2010).

TABELA 6



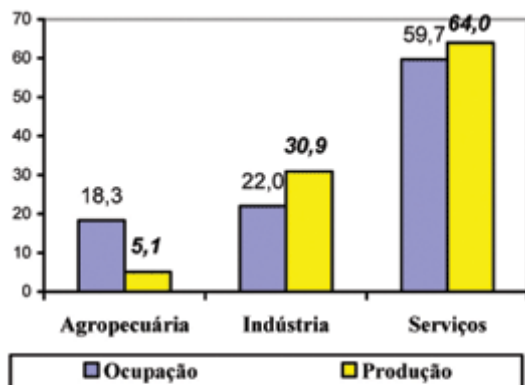
Fonte: IBGE – Contas Nacionais e Pnad (elaboração própria).

Gráfico 1

Brasil – comportamento do PIB entre outubro de 2008 e março de 2009 (em %).

Em pleno auge da famosa crise mundial de 2008, vemos que os serviços seguram o PIB brasileiro. A tabela abaixo é mais detalhada, mostrando como o PIB dos serviços, no mesmo período, é bem mais alto do que o da indústria e o da agropecuária. Na parte azul do gráfico, a porcentagem de ocupação é de 59,7 e na parte amarela a porcentagem de produção é de 64,0, para o setor de serviços. Estes dados de Pochmann (2010), confirmam o advento crescente da dimensão do setor de serviços como forte fator produtivo no Brasil atual.

TABELA 7

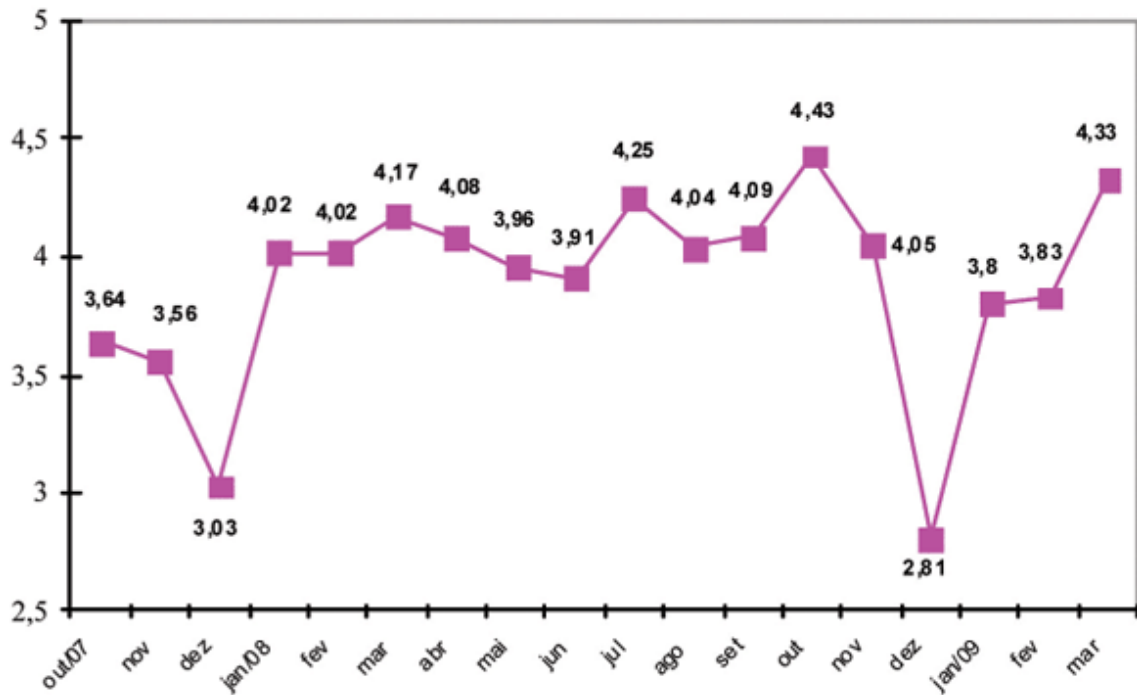


Fonte: IBGE – Contas Nacionais e Pnad (elaboração própria).

Gráfico 2
Brasil – composição setorial do PIB e da ocupação (total = 100%).

Também a taxa de emprego formal cresce significativamente, como mostra o gráfico a seguir, entre outubro de 2007 e março de 2009, apesar de decréscimos pontuais devidos a crises em momentos específicos da economia mundial. Este pesquisador procurou compreender os efeitos da economia mundial atual nos números do trabalho no Brasil, e podemos aqui perceber que a economia brasileira apresenta forte capacidade de resistência diante da crise, pois no fim do período o saldo de empregos formais foi crescente. Este é um dado fundamental para a definição das economias emergentes.

TABELA 8



Fonte: MTE – Caged (elaboração própria).

Gráfico 12

Brasil – Evolução da taxa mensal de rotatividade no total do emprego formal de outubro de 2007 a março de 2009 (em %).

No geral, todos estes dados, sobre mudanças econômicas estruturais, mudanças nas posições de classe e de trabalho, bem como renda e educação, parecem apontar para a mesma direção. A mudança social brasileira atual é inédita, e isso por motivos internos a nossa economia e também pela nova reprodução da sociedade mundial do trabalho, como vimos ao longo da tese. Estes dados não são “nacionais”, se quisermos escapar do nacionalismo metodológico. São representativos, no Brasil, das mudanças sociais do trabalho no mundo contemporâneo. Eles são o outro lado da moeda dos dados da decadência relativa em países centrais, que também vimos em alguns dados de Gorz, Castel e Beck, nos capítulos anteriores e que, se articulados, oferecem em números um razoável panorama da análise que buscamos ao longo da tese.

CONCLUSÃO – ESTADOS DE CRISE OU CRISE DE ESTADOS?

A discussão sobre o advento de uma nova sociedade mundial do trabalho não poderia se furtar de dois dos debates centrais das ciências sociais contemporâneas, que na verdade podem e devem ser articulados, teórica e politicamente: trata-se, de um lado, do tema mais midiático do que acadêmico sobre as crises pontuais do capitalismo contemporâneo e, por outro, do que se pode dizer hoje sobre os Estados nacionais, debate este mais acadêmico do que midiático. Uma sociedade mundial do trabalho não pode ser considerada uma sociedade nacional. As extintas sociedades nacionais são hoje conectadas, principalmente, pela ação do capital financeiro internacional de forma inédita, sem precedentes. Os agentes econômicos transnacionais, ou seja, uma elite global dona do poder econômico, tendo como aliado o estamento científico-tecnológico, dono do monopólio do saber oficial, possuem um outro forte aliado, também comprado pelo capital financeiro, que nos permite uma conexão entre os dois temas, o das supostas crises e o do fim dos Estados nacionais: trata-se do Lado A da grande mídia internacional.

O tema das crises pontuais do capitalismo recente é uma das principais pautas do dia na grande mídia oficial mundial.⁶⁴ Este dado merece um pouco de desconfiança científica, uma vez que, como diria Wallerstein (1976) vivemos em uma economia-mundo já há 500 anos que, por motivos da história do capital, não se desmorona, como acontecia com os antigos impérios. A idéia de crise parece sinônimo de ameaça de desmoronamento, mas não é isso o que acontece com a sociedade do trabalho mundial. Ela continua a se reproduzir, com suas formas de dominação de classe e de legitimação, agora totalmente atualizadas e internacionalizadas pelas mudanças sociais na lógica do trabalho contemporânea.

A dominação da elite global se reproduz, agora, pela tradução da acumulação de dinheiro durante a dita sociedade industrial para a lógica de investimentos e de ganhos especulativos, ou seja, lucro sobre lucro, na migração interna do capital entre poucas mãos, ou seja, pequenos grupos empresariais globais que disputam a riqueza e o poder mundial acumulados durante o século XX. A ação do estamento científico-tecnológico internacional é fundamental nesta dominação, sendo este a fração de baixo da elite global. A legitimação desta

⁶⁴ Para um breve panorama sobre o tema, ver o dossiê na sessão “Tema de capa: a crise mundial”, publicado na revista *Política Democrática*, Ano XI, nº 31.

nova dominação mundial e desta nova reprodução radical de desigualdades sociais fica por conta de um terceiro aliado, ou seja, a grande mídia oficial mundial.

Toda vez que os grupos empresariais pertencentes às tradicionais nações dominantes do Atlântico Norte sofrem perdas relativas no jogo, muitas vezes obscuro, das bolsas de valores, no qual o acesso veloz e imediato a informações é um elemento decisivo fundamental, oferecido pelo estamento científico-tecnológico, vem à tona na mídia o tema da crise. A principal delas foi declarada em 2008, nos Estados Unidos, como origem da previsão equivocada acerca da especulação imobiliária. Logo, a pergunta é: Os Estados Unidos entraram em crise ou alguns de seus poderosos grupos empresariais sofreram perda relativa de capital e inventam através da mídia uma crise nacional que na verdade é uma crise empresarial, pontual e relativa?

Por que devemos nos perguntar isso? O que são os Estados nacionais na era da globalização ainda é uma “caixa preta” que precisa ser aberta. A mesma lógica de raciocínio pode ser aplicada ao caso europeu. A França e a Alemanha lamentam a suposta crise do Euro, alegando que precisam sustentar os primos pobres, como Espanha e Grécia, e que a padronização da moeda pode ter sido um grande erro. Outro ponto que merece questionamento. Estamos falando aqui de uma crise europeia ou de um decréscimo relativo de ganhos de capital financeiro da França e da Alemanha, que tem como resultado o aumento dos juros para Espanha e Grécia, radicalizando a desigualdade nestes países?

Deste modo, o tema das crises do capitalismo me parece uma grande falácia. Outro ponto que pode ajudar a desvendar o mistério da crise, cuja linguagem é monopolizada pelos economistas das grandes Universidades do Atlântico Norte, é pensar em como ela é comentada na mídia em relação ao Brasil. A última delas se refere a um processo de desindustrialização no Brasil. Onde está a trama midiática? Aqui, trata-se de um dado aparentemente verídico. O problema é seu uso na mídia mundial, monopolizada pelo centro e reproduzida pela mídia oficial brasileira, comprada pela mídia do Atlântico Norte. A trama reside no fato de que, se por um lado, passamos por um processo de desindustrialização, o que provavelmente afeta a classe média tradicional brasileira, por outro lado crescemos com o desenvolvimento do conhecimento científico e tecnológico, no que o governo brasileiro nos últimos anos muito investiu, por cima, e crescemos com a ascensão dos batalhadores, por baixo. Assim, a ameaça sofrida pelas economias dominantes é imediatamente escondida no discurso da crise, e ele precisa ser perfeito, como no caso acima. Se o tema da crise se referisse apenas ao centro ficaria

explícito que ele é uma nova arma midiática no jogo de forças internacional do capital financeiro, utilizada pelos mais poderosos.

Por outro lado, continuamos aqui falando em países, em Estados, em um jogo entre decadências relativas dos Estados Unidos, da França e da Alemanha, e entre ascensões econômicas relativas de países como Brasil, China e Índia. Esta talvez seja a principal confusão teórica, ideológica e midiática que precisa ser enfrentada, teórica e politicamente, para que se explicita a reprodução de uma sociedade mundial do trabalho e de sua nova forma de dominação legitimada e atualizada internacionalmente. Onde está de fato o problema? As sociedades nacionais não existem mais, pois estamos mundialmente interligados pela economia, pela auto-representação global oferecida pela mídia e pela transnacionalização empírica crescente do espaço social das classes sociais. Não apenas a Elite global é transnacional. A classe média também é, cada vez mais, tendo seus filhos estudando no exterior e aumentando cada vez mais suas viagens e seu tempo fora do país, além de comporem redes transnacionais de negócios. Até mesmo os batalhadores já estão se transnacionalizando, pois sua fração de cima, pequenos empresários, já tem dinheiro suficiente para passar férias no exterior, dado este crescente de forma bem veloz nos últimos anos.

A realidade, nua e crua, é que vivemos em uma sociedade mundial do trabalho dividida em classes e não em Estados-nacionais, idéia esta que devo a meu orientador Jessé Souza. A idéia de Estado-nacional significava a circunscrição do poder do Estado, enquanto instituição política, diante de uma população que habitava um território historicamente definido por guerras e lutas políticas. Isso não existe mais. As fronteiras e as classes da nova sociedade mundial do trabalho são invisíveis, e esta invisibilidade é operada por parte da ciência e pela mídia mundial, pois é nela que ainda se reproduz a idéia de sociedades nacionais e de diferenças culturais. O novo senso comum mundial do multiculturalismo, na academia e na mídia, trata de fornecer o conhecimento com a chancela científica para legitimar tal ideologia que esconde a ação do capital financeiro e a nova dominação, reprodução e legitimação de classe internacional.

Sendo assim, vivemos em um mundo de crises pontuais do capitalismo, ou seja, estados de crise, ou em uma nova sociedade mundial do trabalho, na qual a crise de alguns Estados, que na verdade significa perdas relativas no jogo do capital entre grupos empresariais escondidos sob o rótulo dos Estados? Dois pontos importantes aqui: primeiro, a separação entre economia e política é falsa (SOUZA, 2006). Trata-se de bons aliados. Os grandes grupos empresariais são

compostos por boa parte de políticos influentes, ou no mínimo, compõem milieus sociais transnacionais. Quando se fala na mídia de crise na Alemanha, por exemplo, não se está falando, indiretamente, em perdas relativas da Siemens no jogo de ações, no que a falácia da identidade alemã da empresa é outra parte fundamental da trama?

Se assim for, a economia é a face explícita, enquanto que a política é a face implícita, da nova forma de dominação de classes da sociedade do trabalho contemporânea. As diferenças nacionais, sinônimo de diferenças culturais, são o elemento legitimador do mérito de grupos empresariais que, aliados ao estamento científico-tecnológico, conseguem manter dinheiro e poder em poucas mãos, em um espaço de ação internacional. As supostas diferenças culturais, na academia e na mídia, são legitimadoras desta situação por que ainda se reproduz, na academia e na mídia, discursos como os da “disciplina japonesa”, ou da “organização alemã”, para justificar, no fundo, a vitória de grupos empresariais originalmente gerados por estes países. Em contrapartida, já se fala na “tradição imperial chinesa”, para justificar seu super-capitalismo recente, o que não se trata de outra falácia, pois a abertura chinesa nada mais é do que a ação do capital financeiro sobre um espaço geográfico transnacional, movimento este que não pode nem interessa ser impedido por governos nacionais.

No caso chinês, ao invés de a mídia ficar mostrando um gigante que ameaça os Estados Unidos e a Europa Lado A, o que no fundo trata apenas de economia, nesta direção, o que deveria ser enfatizado, mas que é oculto exatamente pelos interesses da elite global, é que a China é uma economia em crescimento com o preço de uma sociedade pobre, ou seja, o maior quintal do capital financeiro transnacional. O mesmo pode ser pensado sobre a Índia. O discurso do crescimento de novas classes médias nas economias emergentes é outra parte fundamental do novo circuito de legitimação, como diria Bourdieu (2001), da dominação de classe, agora internacional. A ambigüidade, e daí a facilidade de confusão científica e falsificação ideológica, advém do fato de que parte da população de países como Brasil e Índia ascenderam economicamente, o que se torna um dado interessante para o capital financeiro esconder sua força, se ele usa este dado na mídia para justificar suas perdas relativas nas bolsas de valores.

A realidade da nova sociedade mundial do trabalho, entretanto, é outra: grande parte das populações das economias emergentes permanece no desemprego ou no trabalho precário, e aqui nem estamos falando sistematicamente da África, cuja situação crônica, enquanto efeito de uma sociedade mundial, é atualmente amenizada pela ação e pelos discursos midiáticos em torno de ações da Unicef e coisas do tipo. Por outro lado, o desemprego e o trabalho precário

crecem também no centro, mas aqui precisamos também deixar claro “qual centro”. Países como Suíça e Dinamarca pouco sofrem com o refluxo de capitais da nova sociedade do trabalho. Caso contrário, também seriam pauta do dia na mídia mundial.

Por fim, o que são, afinal, os Estados atuais? Além de aliados, ou seja, a face oculta, administrativa e jurídica da Elite global, uma forma de estamento administrativo-jurídico, cabe aqui a definição de Wallerstein (1976): trata-se de sub-sistemas, menores que o sistema econômico mundial, sinônimo de economia-mundo, nos quais a ação do capital financeiro, através da Elite global e seus aliados, se esconde. Podemos encerrar com uma atualização da idéia de circuito de legitimação, pensada por Pierre Bourdieu (2001), ainda na lógica das sociedades nacionais, mas agora adaptada a uma lógica internacional. O circuito de legitimação da desigualdade e da dominação de classe internacional contemporânea é composto por três partes: (1) o estamento científico-tecnológico, que oferece ao capital financeiro a chancela oficial da ciência e a tecnologia necessária para a lógica atual do jogo; (2) a grande mídia oficial, que é paga para esconder as perdas relativas dos grandes grupos empresariais, o que se opera pela confusão entre empresas e Estados e pela transformação dos estados de crise em crises de Estados; (3) a ação do estamento administrativo-jurídico, ou seja, os Estados, principais aliados implícitos, na realidade, do capital financeiro e da Elite global, por um lado, e a principal máscara ideológica, na mídia, de todo o circuito de legitimação.

Como conclusão, uma última palavra sobre o Estado. Se terminasse a tese no parágrafo anterior, ficaríamos diante de um panorama totalmente negativo, sem esperanças. De fato, a nova situação global não é para menos. A definição da nova sociedade mundial do trabalho pode se resumir a uma frase: uma nova desigualdade e dominação de classe internacional, radicalmente estruturada e legitimada. Entretanto, o Estado ainda é uma entidade político-administrativa. Também é parceiro do mercado. Ainda existe uma margem de possibilidade para um Estado social. Na Europa, Ulrich Beck e Robert Castel estão preocupados com a recuperação de seu Estado social perdido. No caso brasileiro, a situação é bem diferente analiticamente e mais difícil politicamente. A proposta do direito ao trabalho, de Castel, é muito boa, porém, inviável em curto prazo em um país de desigualdades estruturais como o Brasil. Não basta a pena de uma caneta e o aperfeiçoamento da lei.

Felizmente, vivemos uma experiência ambígua. Se por um lado, o refluxo de capitais internacional fomentou o desenvolvimento e a ascensão de parte da população brasileira, ou seja, os batalhadores, de outro lado, devemos isso a intervenções de nosso Estado, na última

década, e com isso talvez possamos ensinar um pouco ao mundo. Não me interessa a polêmica FHC x Lula, nem teria espaço aqui para ela, com coisas do tipo “quem foi o pai da criança”. O que interessa é a possibilidade concreta e os exemplos reais que o Brasil vivenciou nos últimos anos. As políticas de transferência de renda, como o Bolsa Família, para a ralé, e de fomento ao crédito, para pequenos produtores e empreendedores, no caso dos batalhadores, são exemplos vivos de que o Estado pode ser mais do que apenas um agente passivo do capital financeiro internacional. Se continuarmos nesta aposta, com ciência crítica e força política suficientes, talvez possamos construir, no Brasil, uma nova sociedade do trabalho, com menos desigualdade de classe, mais justa e digna para todos.

BIBLIOGRAFIA

ANTUNES, Ricardo. “A crise, o desemprego e alguns desafios atuais”. In: *Serv. Soc. Soc.*, Dez 2010, no.104, p.632-636

ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho?* São Paulo: Cortez, 2000.

ARENARI, Brand; TORRES, Roberto. “Os batalhadores e o pentecostalismo”. In: Souza, Jessé. *Os batalhadores brasileiros*. Belo Horizonte EdUFMG, 2010.

BAUMAN, Zygmunt. *Liquid Modernity*. Cambridge: Polity press, 2000.

BECK, Ulrich. *Die Neuvermessung der Ungleichheit unter den Menschen*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 2008.

_____. *Liberdade ou capitalismo*. São Paulo: Edusp, 2003.

_____. *Risikogesellschaft. Auf dem Weg in eine andere Moderne*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1986.

_____. *Schöne neue Arbeitswelt*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 2007.

_____. *The brave new world of work*. Cambridge: Blackwell Publishers, 2000.

_____. *Was ist Globalisierung?* Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1997.

BENDIX, Reinhard. *Nation-Buildung & Citizenship. Studies of our changing social order*. New Jersey; New Brunswick: Transaction Publishers, 1996.

BITTLINGMAYER, Uwe. “*Wissensgesellschaft*” als Wille und Vorstellung. Konstanz: UVK Verlagsgesellschaft mbH, 2005.

BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Eve. *The New Spirit of Capitalism*. 2. ed. New York: Verso, 2005.

BERGER, Peter; HUNTINGTON, Samuel. *Muitas globalizações. Diversidade cultural no mundo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

BOURDIEU, Pierre. *A distinção. Crítica social do julgamento*. São Paulo; Porto Alegre: Edusp; Zouk, 2007.

_____. *Algérie 60: structures économiques et structures temporelles* 1 ed. Paris, Les Éditions de Minuit, 1977.

_____. *Meditações pascalianas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

_____. “O Camponês e seu Corpo”. In: *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba n. 26, p. 83-92, Junho 2006.

_____. “The social conditions of the international circulation of ideas”. In. SHUSTERMAN, Richard. *Bourdieu. A critical reader*. Oxford: Blackwell Publishers, 1999.

_____. *The State Nobility. Elite Schools in the Field of Power*. Stanford; Califórnia: Stanford University Press, 1989.

CASTEL, Robert. *Desigualdade e a questão social*. São Paulo: EDUC, 2004.

_____. *Die Krise der Arbeit. Neue Unsicherheiten und die Zukunft des Individuums*. Hamburg: Hamburger Edition HIS Verlagsges. mbH, 2011.

_____. *From manual workers to wage laborers: transformation of the social question*. New Brunswick: New Jersey: Transaction Publishers, 2003.

_____. *Metamorfoses da questão social. Uma crônica do salário*. Petrópolis: Vozes, 1998.

CASTELLS, Manuel. *The rise of the network society. The information age: economy, society and culture. Volume 1*. Oxford: Blackwell Publishers, 2010.

DRUCKER, Peter. *Post-capitalist society*. New York: Harper business, 1994.

DURKHEIM, Émile. *Da divisão do trabalho social*. São Paulo: Martins fontes, 2008.

EDER, Klaus. *A nova política de classes*. São Paulo: Edusp, 2002.

EISENSTADT, Shmuel. *Multiple Modernities*. New Brunswick; New Jersey: Transactions Publishers, 2002.

ELIAS, Norbert. *Os estabelecidos e os outsiders*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo: Ática, 1978.

GORZ, André. *Adeus ao proletariado: para além do socialismo*. Rio de Janeiro: Forense, 1982.

_____. “Welches Wissen? Welsche Gesellschaft?”. Apresentação no congresso *Gut zu Wissen*, da Heinrich –Boell – Stiftung, 2001

_____. *Misérias do presente, riqueza do possível*. São Paulo: Annablume, 2004.

_____. *O imaterial. Conhecimento, valor e capital*. São Paulo: Editora Annablume, 2005.

HABERMAS, Jürgen. *Para a reconstrução do materialismo histórico*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

_____. *Postnationale Konstellation*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1998.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: D, P & A; 1992.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Editora Loyola, 2005.

HONNETH, Axel; HARTMANN, Martin. “Paradoxes of capitalism”. *Constellations*, Vol. 13, n 1, 2006.

LAHIRE, Bernard. *Acultura dos indivíduos*. Porto Alegre; Artmed, 2006.

LAMOUNIER, Bolívar; SOUZA, Amaury. *A classe média brasileira. Ambições, valores e projetos de sociedade*. São Paulo: Editora Campus, 2009.

LUHMANN, Niklas. *Social Systems*. Stanford: Stanford University Press, 1995.

MACIEL, Fabrício. “A aventura inventiva dos batalhadores”. In: Souza, Jessé. *Para compreender o Nordeste hoje*. No prelo.

_____. *O Brasil-nação como ideologia. A construção retórica e sócio-política da identidade nacional*. São Paulo: Annablume, 2007.

_____. “Todo trabalho é digno?” In: Souza, Jessé. *A invisibilidade da desigualdade brasileira*. Belo Horizonte: Edufm, 2006.

_____. *Trabalho e Reconhecimento na Modernidade Periférica: um estudo sobre ocupações moralmente desqualificadas em Campos dos Goytacazes/ RJ*. Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais) – Universidade Estadual do Norte Fluminense, RJ, 2007.

MACIEL, Fabrício; GRILLO, André. O Trabalho que (In)dignifica o Homem. In: SOUZA, Jessé (Org.) *A Ralé Brasileira: quem é e como vive*. 1. ed. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2009.

MARX, Karl. *A ideologia alemã*. Rio de Janeiro: Record, 2007.

MORAES, Sérgio Augusto de. “Crise econômica internacional: desdobramentos”. In: *Política Democrática*, Ano XI, n 31.

- MÜNCH, Richard. *Globale Eliten, lokale Autoritäten*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 2008.
- NERI, Marcelo. *A nova classe média. O lado brilhante da base da pirâmide*. São Paulo: Saraiva, 2012.
- OFFE, Claus. *Capitalismo desorganizado*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- _____. “Trabalho: a categoria-chave da sociologia? In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 1989.
- OUREIRO, José Luis. “Origem, causas e impacto da crise”. In: *Política Democrática*, Ano XI, n 31.
- POCHMANN, Marcio. “Estrutura social no Brasil: mudanças recentes”. In: *Serv. Soc. Soc.*, Dez 2010, no.104, p.637-649.
- POCHMANN, Marcio. *Nova classe média? O trabalho na pirâmide social brasileira*. São Paulo: Boitempo, 2012.
- _____. “O trabalho na crise econômica no Brasil: primeiros sinais”. In: *Estudos avançados*, 2009, vol.23, no.66, p.41-52.
- “Regional Human Development Report for Latin America and the Caribbean”, *UNDP*, 2008.
- RODRIGUES, Iram Jácome. “Um laboratório das relações de trabalho: o ABC paulista nos anos 90”. In: *Tempo social.*, Maio 2002, vol.14, no.1, p.137-157.
- SANTOS, José Alcides Figueiredo. “Mudanças na estrutura de posições e segmentos de classe no Brasil”. In: *Dados* [online]. 2001, vol.44, n.1 [cited 2011-07-11], pp. 0-0 .
- SANTOS, José Alcides Figueiredo. “Uma classificação socioeconômica para o Brasil”. In: *Revista brasileira de Ciências Sociais* [online]. 2005, vol.20, n.58 [cited 2011-07-11], pp. 27-45 .
- SENNETT, Richard. *A corrosão do caráter*. Rio de Janeiro: Record, 2006.
- SILVA, Josué Pereira da. *Trabalho, cidadania e reconhecimento*. São Paulo: Annablume, 2008.
- SOMBART, Werner. “Einleitung”. In: *Die Ordnung des wirtschaftslebens*. Berlin: Springer, 1927.

_____. “Première partie: L’esprit d’entreprise”. In: _____. *Le Bourgeois*. Paris: Éditions Payot, 1928.

SOUZA, Jessé. *A construção social da subcidadania*. Belo Horizonte: Ufmg; Rio de Janeiro: Iuperj, 2003. (Segunda edição, 2006).

_____. *A invisibilidade da desigualdade brasileira*. Belo Horizonte: Ufmg, 2006.

_____. *A modernização seletiva*. Brasília: UnB, 2000.

_____. *A ralé brasileira. Quem é e como vive*. Belo Horizonte: Ufmg, 2009.

_____. *Os batalhadores brasileiros. Nova classe média ou nova classe trabalhadora?* Belo Horizonte: Ufmg, 2010.

SIMMEL, Georg. “Der Begriff und die Tragödie der Kultur”. In: *Philosophische Kultur*, 2006 [1911].

STEHR, Nico. *Arbeit, Eigentum und Wissen*. Suhrkamp, Frankfurt am Main, 1994.

TAYLOR, Charles. *As fontes do self. A construção da identidade moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 1997.

TOURAINÉ, Alain. *A new paradigm for understanding today’s world*. Cambridge: Polity Press, 2007.

UNGER, Roberto Mangabeira. *O que a esquerda deve propor?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

VESTER, Michael. *Soziale Milieus in gesellschaftlichen Strukturwandel*. Köln: Bund-Verlag GmbH, 1993.

VISSER, Ricardo. “A formalidade precária”. In: SOUZA, Jessé. *Os batalhadores brasileiros*. Belo Horizonte: EdUFMG, 2010.

VOLPON, Tony. “Uma crise econômica diferente de todas”. In: *Política Democrática*, Ano XI, nº 31.

WALLERSTEIN, Immanuel. *The modern world-system*. New York: Academic Press, 1976.

WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004 [1905].

_____. *Economia e sociedade*. V. 2. Brasília: Editora da UnB, 1999.